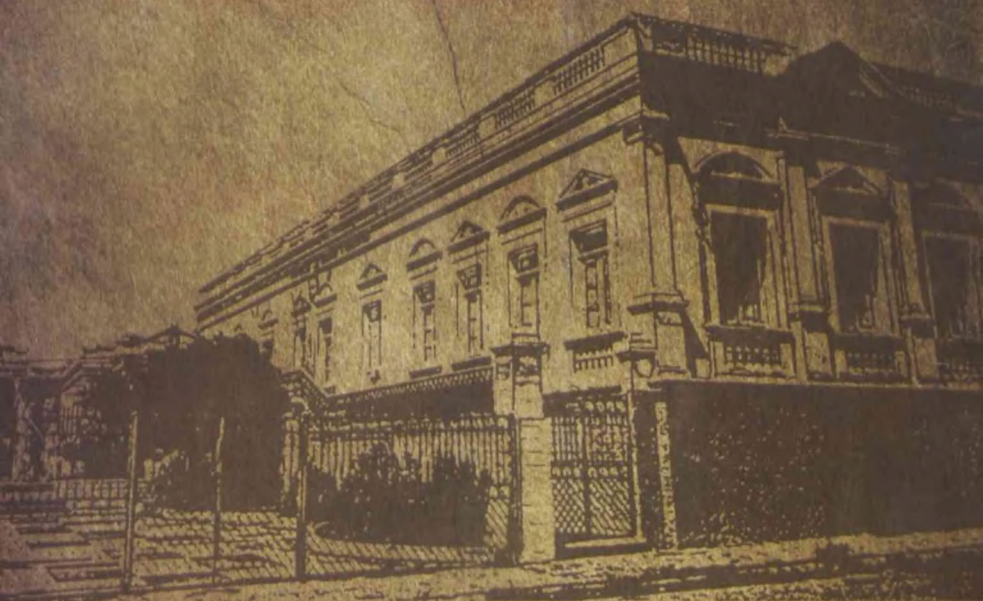


Enélio Petrovich

Organização



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

Edição comemorativa do centenário de fundação do IHGRN (1902-2002)

Organização Enélio Lima Petrovich

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO NORTE**
(Coleção Cultura Potiguar nº 14)

**EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO
DE FUNDAÇÃO DO IHG/RN**

- 1902 - 2002 -

R. IHG/RN Volume LXXXVIII Anos 1997-98-99 NATAL-RN

Natal - RN- Brasil
FJA - 2011

**COLEÇÃO CULTURA
POTIGUAR**



COLEÇÃO CULTURA POTIGUAR

CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS

Rosalba Ciarlini

GOVERNADORA DO ESTADO DO RN

Isaura Amélia de Sousa Rosado Maia

SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE CULTURA

Ana Neuma Teixeira de Lima

DIRETORA DA FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Socorro Soares

DIREÇÃO E CHEFIA DA GRÁFICA MANIMBU

Capa e Editoração Eletrônica: José Maria Fernandes de Lima

Revisão: Ana Verônica de Oliveira Silva

Iniciativa: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Presidência: Enélio Lima Petrovich

Catálogo na Fonte: *Biblioteca Pública Câmara Cascudo*

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – v.88, 1997 – 1999. – Natal (RN): Fundação José Augusto, 2011.(Coleção Cultura Potiguar N° 14) Edição comemorativa do centenário de Fundação do IGH/RN, 1902 – 2002. 386 p.

1. Rio Grande do Norte – História – Periódico,

2011/09

CDD 981.3205

CDU 981(813.2) - 050

APRESENTAÇÃO

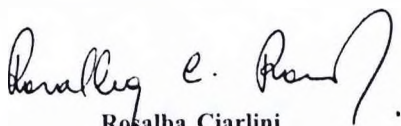
É com satisfação e, mais que isso, com emoção, que homenageio a comunidade intelectual norte-rio-grandense pela passagem do centenário do nosso Instituto Histórico ocorrido em 29 de março de 2002.

Alegra-me o espírito, inclusive, o fato de que um colega, Governador Alberto Maranhão, generoso mecenas de nossas letras e artes, criador do não menos grandioso Teatro Carlos Gomes, que hoje honra-o com o seu nome, tenha sido um dos seus fundadores, ao lado de personalidades como Olímpio dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá e Vicente Simões Pereira de Lemos – seu primeiro presidente – entre outras gratas figuras da época.

No Instituto Histórico respira-se história em todo seu recinto.

Resta-me aproveitar a oportunidade para parabenizar ao Dr. Enélio Petrovich, incansável guardião dos nossos documentos, o que fez do Instituto a nossa maior casa da Memória Potiguar e aos seus pares, em nome das gerações antecedentes, atuais e sucessivas.

Custa crer que a revista-centenário do IHGRN tenha tardado dez anos para publicação.



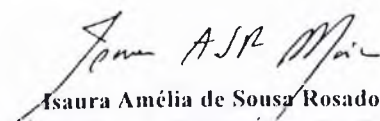
Rosalba Ciarlini
GOVERNADORA

PALAVRA DA SECRETÁRIA

A Secretaria Extraordinária de Cultura/FJA, unidas no propósito de promover a cultura norte-rio-grandense, homenageiam o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga instituição potiguar da área, editando esta revista comemorativa do seu primeiro século de existência – revista que, acresce registrar, resulta num instrumento de alta relevância para a comunidade estudiosa de nossa realidade. Constituem-na textos que exumam fatos e feitos da nossa sociedade, via de regra desconhecidos das novas gerações.

Mas, na verdade, não é só com a manutenção e preservação de arquivos e relíquias históricas, assim como de obras raras e coleções de jornais e periódicos, que ele, o Instituto, cumpre seus objetivos; tal como seus congêneres, é de sua concepção disponibilizar o vasto acervo documental às sucessivas levadas de pesquisadores que divulgam o manancial informativo através de seus estudos, pesquisas e publicações.

E é com esta tríplice proposta-a de servir a um tempo como efetiva guardiã de acervos, disseminadora do conhecimento, pondo-o à disposição dos pesquisadores e produção de novos estudos, que se consolida como Entidade mestra no processo de nossa formação histórico-cultural.



Isaura Amélia de Sousa Rosado Maia
SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE CULTURA DO RN

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, editada em comemoração, no ano de 2002, ao centenário da referida instituição, a mais antiga entidade cultural do Estado.

E logo de início, oportuno ressaltar que diversos são os escritos, artigos, trabalhos de pesquisa, focalizando temas variados.

Isto porque houve, consideravelmente, um elevado número de matérias sobre a secular Casa da Memória Norte-rio-grandense, quer de autoria de sócios, quer de colaboradores e estudiosos espontâneos, cuja seleção coube à Comissão de Estatuto e Redação da Revista.

A verdade é que os trabalhos recebidos e organizados iam se acumulando e, por falta de condições financeiras, não pudemos editar.

Por isso, o leitor encontrará, nas páginas que se seguem, em datas diversas, sempre em razão dos festejos centenários do Instituto Histórico e Geográfico, estudos, enfoques e comentários sem a devida ordem cronológica.

É o caso, pois, dos relatórios da presidência referentes aos períodos de março de 1995 a março de 1997, e do mês de abril de 1997 até março de 1999.

Idem, está inserida, também, a Diretoria atual, para o biênio 2005-2007.

Assim fizemos para que, de igual modo, não ficassem dispersos e ignorados do público matérias importantes, a exemplo de uma série de informações de interesse histórico acerca das atividades ocorridas nos citados períodos, constantes nos relatórios.

Focalizadas, portanto, essas considerações, contando sempre com o apoio irrestrito dos ilustrados confrades, estamos oferecendo aos pesquisadores a presente Revista.

Se não foi fácil editá-la anteriormente, valeram, agora, a persistência e o entusiasmo dos amantes da História, inserindo os trabalhos dos sócios da entidade e pesquisadores em geral, numa prova inequívoca da dedicação às letras e à própria cultura generalizada.

Ainda, neste ensejo, faz-se mister outra justificativa, esclarecendo e corroborando o critério adotado pela Comissão de Estatuto e Redação da Revista, no que diz respeito à sequência das edições.

Com efeito, o último número publicado foi o volume LXXXVII – anos: 1994-1995-1996 (Edição Comemorativa do V Centenário do Rio Grande do Norte), sendo este, obviamente, o volume LXXXVIII – anos: 1997-1998-1999.

E na presente revista foram reunidos os escritos alusivos às comemorações pelo centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Então, esta Revista fixa, traduz e representa a mensagem eloqüente e gratificante e, através dela, como e o que foram os louvores pela grande data – ano de 2002.

Enfim, exultemos e aplaudamos o Centenário do IHG/RN!

Natal, 29 de março de 2008.
106º de Fundação do IHG/RN

Enélio Lima Petrovich
Presidente do IHG/RN

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 1902 E 1907 (Parte I)

Karla Menezes
Colaboradora

1 - Sua criação

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi criado a 29 de março de 1902, num contexto histórico mais amplo de recente instalação da República. A nível de perspectiva historiográfica, isso significa dizer que a congênere norte-rio-grandense do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro integrara-se à rede de institutos históricos num período em que torna-se importante às antigas províncias expor suas especificidades.

Essa mudança de perspectiva, de uma historiografia nacional - desenvolvida no Império - para outra mais localizada, teria se dado em virtude da transformação do quadro político brasileiro, que imprimiria à sociedade brasileira um novo campo simbólico.

Nesse sentido, portanto, se no período imperial era fundamental unificar o país, construindo-lhe mesmo uma identidade, da qual os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram artesãos-mestres, na República, a descentralização do poder alimentaria o desejo dos estados de expor suas especificidades.

Esse pensar a História sob um corte espacial mais restrito, a nível dos limites estaduais, é articulado no Rio Grande do Norte antes mesmo da criação do Instituto desse Estado. A preocupação em definir a identidade histórica norte-rio-grandense, a partir mesmo de seus naturais, já se esboçava no final do século XIX, como indicam alguns trabalhos publicados neste período.

Segundo nosso conhecimento, são publicadas anteriormente à fundação do IHG/RN três obras que tratam de temas históricos sobre esse Estado: “*Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*”, trabalho de Manoel Ferreira Nobre, publicado em 1877; “*Almanak do Rio Grande do Norte*”, de 1897, organizado, ao que parece, por Manuel Dantas; e “*Revista do Rio Grande do Norte*”, publicação de 1898, organizada, provavelmente, pela Bibliotheca do Grêmio Polymathico.

A obra de Ferreira Nobre foi o primeiro ensaio historiográfico do e sobre o Rio Grande do Norte. Tratando de múltiplos aspectos desta província, dentro, evidentemente, de suas limitações, e a partir mesmo de sua experiência no serviço público, assim apresenta Nobre sua obra:

Em meu trabalho de oficial-maior da Secretaria da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, lugar que exerci por mais de dois anos, era adstrito fornecer às Comissões Permanentes da Casa, todas as informações necessárias para acerto das deliberações.

Esta necessidade, constantemente repetida, induziu-me a tomar apontamentos; tive para logo a idéa de os dar a lume, visto não ter aparecido ainda descrição alguma especial da província, a que tenho a honra de pertencer.

Na empresa do meu trabalho encontrei dificuldades quase insuperáveis; porém, foram destruídas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar à luz pública as minhas fracas produções.

Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que pareçam: é um ligeiro ensaio.

Nada faço, eu sei, porém faço mais do que aqueles que, podendo fazer muito, jazem na inércia.

Cidade do Natal, 15 de março de 1877.

O *Almanak do Rio Grande do Norte*, como era próprio a esse estilo de publicação, reunia textos múltiplos, relativos tanto à história e à geografia do Estado quanto à medicina caseira, por exemplo. Sobre os motivos que levam à publicação desse periódico, vale citar sua apresentação:

Para muitos passa quase como um axioma que o Rio Grande do Norte viverá sempre fadado ao regresso e condemnado a acompanhar à distância o progresso que se tem desenvolvido nos Estados da República brasileira.

Essa idéa pouco lisongeira que se tem formado a nosso respeito é em parte devida ao pouco conhecimento que se tem geralmente desse Estado.

É, porém, um facto incontestável que todos o que aqui vêm, por mais que tragam o espírito prevenido, reconhecem a injustiça do desfavor com que somos julgados fora, e não pouparam encômios ao generoso povo norte-rio-grandense e ao desenvolvimento e prosperidade de nossa terra.

Fazer a propaganda de tudo que é rio-grandense, tornando conhecidos a sua riqueza, o seu progresso, a sua história, o seu território, as suas cousas, os seus homens, é um dos maiores serviços que se pode prestar ao Estado.

*Foi obedecendo a esses sentimentos que nos resolvemos a publicar um **Almanak** do Estado, vasto repertório de informações e meio de propaganda para chamar a atenção geral sobre esta terra injustamente julgada.*

A *Revista do Rio Grande do Norte*, que teve no quadro de seus escritores boa parte daqueles que futuramente comporiam o IHG/RN, foi, ao que tudo indica, a terceira e última publicação norte-rio-grandense que, entre outras coisas, tratava também da história do Estado. Ilustrando-nos a difícil situação em que se encontrava então o conhecimento sobre a história do Estado, são bastante significativas as palavras de Alberto Maranhão, na apresentação de seu artigo incluído na *Revista*:

Tive a idéia há meses, de emprender a descrição histórica, geográfica e econômica do meu Estado, no intuito de concorrer, embora escassamente, em vista da minha própria incompetência e da ausência quase completa de dados seguros e verdadeiros actualmente para uma conscienciosa reconstrucção da vida passada do Rio Grande do Norte, para a história futura desta até hontem esquecida parte da unidade nacional.

Ratificando o interesse e esforço em torno do desenvolvimento da historiografia norte-rio-grandense já no século XIX, vale acrescentar o que diz P. Soares quando tem, finalmente, oportunidade de publicar na *Revista do IHG/RN* algumas informações coletadas anteriormente sobre o Estado:

Quando em 1888, comecei o presente trabalho não tencionava publicá-lo, tal qual se acha, destinando-o apenas a auxiliar-me em um outro de natureza diversa, cuja execução deixei de emprender por supô-lo depois superior a minhas forças e conhecimento, tendo me faltado, além disso, subsídios indispensáveis e com que julguei poder contar. Mais moço e menos atarefado de obrigações que o andar do tempo e as necessidades da vida me vieram trazendo depois, cheguei a pensar na publicação de um almanach do Rio Grande do Norte em que pretendia criar secção especialmente destinada ao estudo das condições econômicas de cada um dos municípios da então província, tornando conhecida sua história, riquezas e elementos de desenvolvimento e de prosperidade.

(...) Passaram-se alguns annos até que em 1897 o operoso e intelligente patriótico, dr. Manuel Dantas, conseguiu a publicação do sonhado almanach em cuja confecção me deu o prazer de fazer-lhe companhia, sendo seu propósito torná-lo, como eu tinha pensado, o repositório de dados e informações seguras da vida dos municípios.

Estava objetivado o meu desejo: creado o Almanach desaparecimento do annuário, tão auspiciosamente recebido, que fora, pelo público e pela imprensa deste e de outros Estados.

Creado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de que tenho a honra de fazer parte, lembraram-me alguns de meus dignos e bondosos mestres dessa ilustrada e patriótica corporação a conveniência de archivar alli o subsidio adquirido, pensando em poder elle servir a alguém que pretendesse entregar-se a estudos dessa natureza.

A partir do depoimento desses precursores da historiografia norte-rio-grandense é possível, com efeito, fazermos algumas inferências.

Em primeiro lugar, ficam aí expressos não só o interesse e esforço no sentido de que o conhecimento sobre a história do Estado fosse ampliado, mas que faltava o “subsídio indispensável” - como coloca P. Soares - para o desenvolvimento da mesma. Considerando-se isto, não podemos dizer que a historiografia norte-rio-grandense não fora então impulsionada por falta de engajamento propriamente, mas pela falta de condições materiais, sobretudo no que refere-se a uma base documental, como ressentiam-se aqueles que buscaram desenvolver tal tarefa.

Em outro sentido, podemos inferir, também, que o interesse pelo desenvolvimento da historiografia do Estado se dava, sobretudo, pela necessidade de se expor a “verdadeira face do Rio Grande do Norte”. A idéia de que, além de seus limites, havia uma imagem que não correspondia à realidade da província/estado, que a denegria propriamente, parece ter provocado, assim, não apenas o interesse pela história, mas a publicação de periódicos que, tratando de temas múltiplos, propagandearia o verdadeiro Rio Grande do Norte, esta “terra injustamente julgada”.

Nesse contexto em que a historiografia do Rio Grande do Norte anunciava-se, observamos aquela necessidade de definir a identidade do Estado, como parece ter sido comum às províncias/estados no processo de transição entre os regimes imperial e republicano. No caso do Rio Grande do Norte, definir sua identidade, sua verdadeira identidade, significava provar que, embora esquecido, possuía suas riquezas, que havia promovido também seu desenvolvimento.

Embora aquelas publicações proponham, já para o século XIX, a iniciativa norte-rio-grandense no sentido de desenvolver sua historiografia,

até 1902, contudo, esse interesse pela história do Estado não fora por si só suficiente para engendrar a criação do Instituto Histórico e Geográfico local. O que objetivamente impulsionaria a fundação do mesmo seria um litígio que colocara em risco os limites territoriais desta unidade federativa. E propriamente a chamada “Questão de Grossos” que faz o Rio Grande do Norte perceber a importância e significado da instalação de uma instituição voltada aos estudos históricos e geográficos sobre o mesmo. Aqui, portanto, como ocorreu em certo sentido com outros Estados, é em torno de uma das recorrentes questões de limites em que então se envolviam os recém-formados Estados, que convergiram as ações para a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Na voz de Vicente de Lemos, organizador da primeira e fundadora sessão do IHG/RN, esta instituição nascia com o *encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida potiguar em quaisquer sentido.*

Os trechos *encargo altamente patriótico e firmar (...) a verdade histórica* deixam entrever, já a princípio, e embora o discursante não afirme explicitamente, a relação da criação desse instituto com a “Questão de Grossos”.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o termo “patriótico”, ao menos a nível daqueles que compunham o Instituto, não correspondia restritamente a uma adjetivação ligada à pátria enquanto uma totalidade maior, o país propriamente. Quando analisamos, por exemplo, alguns discursos dos porta-vozes daquela instituição, sobretudo aqueles em que se enfatiza a importância do Instituto, “patriótico” não é só aquele que ama e age em favor do país, do Brasil como um todo, mas também quem ama e atua em favor do próprio Estado, da pátria norte-rio-grandense.

Somando-se essa conotação dada ao termo “patriótico” com a colocação “firmar”, especificamente “firmar” e não exatamente “construir” ou “desenvolver”, por exemplo, o que se infere do discurso de Lemos, citado anteriormente, é que o instituto nascia para tornar firme uma já levantada verdade histórica, e por uma causa “patriótica”, por amor e em favor do Rio Grande do Norte. A verdadeira história era aquela que afirmava para o Rio Grande do Norte a posse de Grossos.

Considerando-se nas entrelinhas o discurso de Vicente de Lemos, atuante personagem no desenrolar daquele litígio já em período bem anterior à criação do Instituto, é possível observar, portanto, mesmo a nível de um campo simbólico, a relação da criação do IHG/RN com a “Questão de Grossos”.

Embora nesse discurso não se declare explicitamente a relação da criação do Instituto com o processo litigioso em que então estavam envolvidos o Rio Grande do Norte e o Ceará, no que diz respeito à posse da região compreendida por Grossos, são fortes as evidências nesse sentido.

Ainda que desconsideremos os discursos dos sócios do Instituto como evidência implícita de que esta instituição é fundada com o propósito de ratificar a posse da região de Grossos para o Rio Grande do Norte, outras evidências mais objetivas confirmam, sob outros aspectos, tal relação.

O próprio espaço que o Instituto dedicou, em sua Revista, à “Questão de Grossos” é indicador de que o instituto é criado sob o impulso deste litígio.

Do primeiro ao quarto volume da Revista do Instituto, por exemplo, são publicados não só trabalhos referentes aos limites territoriais do Rio Grande do Norte em si, mas sobretudo textos que dizem respeito à própria “Questão de Grossos”. Relacionados aos limites daquele Estado com o Ceará são exatamente doze textos, desenvolvidos por sete diferentes autores, que tomam espaço considerável nos volumes em que estão publicados.

O mais significativo, contudo, corresponde ao fato de a maioria desses textos não terem sido produzidos pelo Instituto, ou a partir mesmo de uma perspectiva propriamente historiográfica.

Isso fica claro quando consideramos os trabalhos de Antonio Coelho Rodrigues, um dos árbitros convocados para a defesa do Rio Grande do Norte na “Questão de Grossos”. Publicados na íntegra no primeiro volume da Revista, esses textos, além de não serem resultado do trabalho historiográfico do Instituto, ou ao mesmo dirigido, constituem os laudos desenvolvidos por aquele jurista no sentido de provar que Grossos pertencia ao Rio Grande do Norte. Por outro lado, embora estes laudos constituam, em si, estimável pesquisa histórica, baseada mesmo num considerável acervo bibliográfico e documental, os propósitos que os conduziram imprimiram-lhe um caráter muito mais a nível do Direito do que propriamente da História. Se os laudos de Coelho Rodrigues podem ser classificados como historiografia, pelo próprio trabalho de pesquisa histórica que contém, é importante salientar que a construção do conhecimento histórico não era aí o objetivo final, mas o meio de se decidir um litígio, uma questão cuja definição requereria, sobretudo, discussões no campo do Direito.

Quando o Instituto publica textos que não são originalmente seus, produzidos por aqueles que não o representam, ou focaliza, por outro lado, um fato que lhe é contemporâneo (“Questão de Grossos”), infringindo uma das regras da historiografia desenvolvida na época, a de se estudar o passado distante, isso nos leva a deduzir que o mesmo assim agia movido por uma causa maior, a causa “patriótica” em defesa da integridade física do Estado.

Mesmo outros textos referentes à “Questão de Grossos”, produzidos pelos próprios sócios do Instituto, como Meira e Sá e Augusto Tavares de Lyra, são na maioria das vezes decorrentes do encaminhamento daquele litígio, o que faz seus autores produzirem uma espécie de prolongamento do laudo de Coelho Rodrigues, através do qual contestava-se algumas decisões tomadas por um dos árbitros envolvidos no processo. Isto fica claro, por

exemplo, observando-se as primeiras palavras de Meira e Sá em seu artigo *Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e Ceará - simples notas ao laudo do Conselheiro Lafayette*, no qual contesta o julgamento deste jurista:

*Difícil de exprimir a impressão que experimentou o rabiscador destas **Simples Notas** ao ter notícia de que fôra contrário ao Rio Grande do Norte o laudo do eminente Conselheiro Lafayette na chamada - questão arbitral de limites com Ceará.*

*Tanto quanto poderá acompanhar os **prós** e os **contras** do que a respeito corria impresso dos dois lados, se persuadirá de que o direito e a razão estava com o Rio Grande do Norte (...).*

Outra questão que nos leva a atentar para essa relação entre a criação do IHG/RN e o litígio em torno de Grossos corresponde à algumas representações/significados do Instituto naquele contexto histórico, tanto em termos de congregação social como em termos institucionais.

O IHG/RN, como fica claro já em sua primeira reunião, congregou personalidades políticas, educacionais, da magistratura e do setor administrativo do Estado, que representavam a própria elite política e intelectual norte-rio-grandense. A iniciativa de congregar expressões da sociedade local, do então desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, ao que tudo indica esteve imbuída da necessidade de reunir forças, de criar uma frente de combate pró Rio Grande do Norte no decorrer daquele processo litigioso. Isto é evidenciado na própria reação dos sócios do Instituto diante do projeto de lei apresentado pelo Congresso Estadual cearense. Em sessão ordinária de 3 de agosto de 1902, é assim que se posiciona o Instituto:

Foi unanimemente aprovada uma indicação do sócio Thomas Landim no sentido de telegraphar o Sr. presidente, em nome do Instituto, ao presidente do Congresso Nacional, protestando contra um projecto de lei apresentado ao mesmo Congresso pela representação do Ceará annexando a esse Estado o território de Grossos, pertencente ao Rio Grande do Norte.

Em sessão posterior, Olympio Vital apresenta cópia do telegrama dirigido ao Congresso:

*Excellentissimo Presidente Câmara dos Deputados Federais
- Rio.*

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sessão hontem, resolveu fazer chegarem conhecimento dessa Câmara seguintes respeitosas ponderações contra apresentação projecto limites, importando anexar arbitrariamente ao Ceará território a este Estado pertencente.

Sem entrar questão inconstitucionalidade referido projecto, que, acerto, não escapará alta sabedoria dessa patriótica Assembléa, acresce que, no ponto de vista propriamente histórico e geográfico, nosso domínio, posse e jurisdição sobre a zona que se pretende desmembrar assentam numerosos documentos existentes arquivos civis, ecclesiásticos, militares.

Assim, seguras seu direito, auctoridades rio-grandenses sempre repelliram quaisquer tentativas de invasão parte cearenses, mantendo até hoje sua jurisdição e posse - Olympio Vital, Presidente.

Nesse sentido, portanto, criar o Instituto significava formar um espaço de convergência de forças, de integração das ditas personalidades pensantes e atuantes da sociedade na época, para que juntos organizassem uma frente de luta do lado norte-rio-grandense.

Outro aspecto, ou significado do IHG/RN naquele contexto, que ratifica também seu processo de criação com a “Questão de Grossos”, corresponde ao próprio campo institucional que o definia. A associação que integrou, que materializou a congregação de políticos e intelectuais do Estado, sob aquele determinante histórico, foi especificamente um instituto histórico e geográfico, e tal definição institucional daquela associação tinha um significado.

Frente a uma questão litigiosa referente a limites territoriais, que exigiria profunda pesquisa histórico-documental, e num momento em que são ainda os institutos históricos e geográficos os centros de excelência da História e da Geografia no Brasil, nada mais oportuno e urgente, portanto, que fosse fundada então uma congênera desse modelo institucional a nível local.

Através do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte criava-se, contudo, não só um espaço para o desenvolvimento das pesquisas históricas e geográficas necessárias à comprovação da posse de Grossos para o Rio Grande do Norte, mas também uma instituição que legitimamente respaldaria tais pesquisas e, sobretudo, a ação daquele grupo que buscava forças para manter a integridade territorial do Estado.

Considerando todas essas questões, entendemos, portanto, que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi criado e se definiu, naquele momento, por determinantes históricos de caráter político-administrativo; constituindo-se, de um lado, em espaço de discussão da

“Questão de Grossos”, mas por outro, e sobretudo, como frente de luta, enquanto congregação e instituição, do Rio Grande do Norte no encaminhamento do litígio em torno de Grossos.

2 - A instituição e a congregação

Os estatutos que regulamentaram as atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em seus primeiros 27 anos de existência, foram aprovados a 25 de maio de 1902, ainda sob a gestão da sua primeira e provisória diretoria.

Formulados a partir de um projeto básico desenvolvido pelos sócios Luiz Fernandes, Moreira Dias e Pedro Soares, os estatutos do instituto norte-rio-grandense apresentavam algumas semelhanças em relação aos estatutos de outras instituições congêneres. Entre tantos pontos comuns, um dos aspectos que mais aproxima o IHG/RN das demais instituições congêneres corresponde aos fins a que se dispôs atingir:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencente à história, geografia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a epocha do descobrimento do Brasil.

Coletando, metodizando e arquivando documentos, o IHG/RN reproduziria a nível desse Estado as atividades que, de um modo geral, movimentaram os primeiros anos de trabalho dos institutos históricos brasileiros. Num Estado em que as condições dos arquivos públicos eram péssimas - no próprio dizer de Gonçalves Dias, quando excursionava pela então província em suas expedições científicas - coube ao Instituto inaugurar propriamente o trabalho de coleta e organização de fontes que, futuramente, subsidiariam as pesquisas historiográficas sobre o Rio Grande do Norte.

Com efeito, no decorrer de seus primeiros anos de atividade, o IHG/RN compôs um acervo documental - ainda que tímido no que diz respeito a períodos mais afastados no tempo -, referente sobretudo à administração do Estado, onde atuavam grande parte de seus sócios e principais doadores.

No intuito de obter determinada documentação, referente sobretudo a algumas passagens históricas consideradas fundamentais a seus sócios, o Instituto travaria maiores contatos com instituições congêneres. Além de pedir diretamente o envio de documentos, ou de suas cópias, especialmente aos institutos de Pernambuco e da Bahia, o IHG/RN articulava também, integrando a seu quadro de sócios, os representantes de importantes arquivos, bibliotecas, grêmios literários e instituições congêneres, de forma que fosse facilitado o acesso às fontes históricas referentes ao Estado.

Além de constituir-se em arquivo, por esse trabalho de coleta e organização de fontes documentais, o Instituto definiu-se também como biblioteca e museu. Com as ofertas de seus sócios, ansiosos em cumprir com seus deveres, esta instituição compôs, paralelamente a sua atividade arquivista, um considerável acervo bibliográfico já em seus primeiros anos de atividade. Da mesma forma, a instituição formou um pequeno museu, que através do tempo concentraria peças de valor histórico-cultural para o Estado.

Desenvolvendo essa atividade tridimensionada, constituindo-se numa espécie de arquivo-biblioteca-museu, o IHG/RN fornecia, assim, dentro de suas limitações, as primeiras bases materiais para o desenvolvimento das pesquisas referentes ao Rio Grande do Norte.

É com essas atividades, por sua vez, definidas como “a convergência de particulares em prol da utilidade pública”, que o Instituto fundamentaria sua personalidade jurídica. Em estudo através do qual Pinto de Abreu tentava definir tal personalidade, é interessante notar algumas colocações deste sócio, nas quais observamos, sob alguns aspectos, como esta instituição percebia-se.

Primeiramente, ao expor como eram então classificadas juridicamente as associações, Abreu caracteriza o Instituto como sociedade de fins científicos e literários. Este posicionamento do Instituto, de pertencer sobretudo à esfera científica, é por ele fundamentado por um suposto tratamento científico que imprimia às suas pesquisas; isto é, por firmá-las com “dados autênticos”, com “fidedignas fontes documentais”, máximas estas muito próprias dos historiadores do início deste século, para não dizer do século XIX, através dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A despeito desta percepção do Instituto enquanto espaço da cientificidade, a mesma é reafirmada, por sua vez, quando em 1904 a instituição inscreve-se no “III Congresso Científico Latino-Americano”, tendo Alberto Maranhão como representante na sessão “ciências antropológicas”.

Continuando sua exposição, e enfatizando a urgência de se publicar os estatutos da instituição, para que assim firmasse, conforme a lei, sua existência jurídica, Pinto de Abreu propõe, por outro lado, que o Instituto transpunha *a esfera das relações entre seus membros*, tendo uma *missão social a cumprir*. Sob este aspecto, apesar de constituir-se por particulares, formando uma sociedade privada, o Instituto coloca-se como uma instituição que não está voltada a si mesma, mas à comunidade, o que a leva a definir-se como um “bem social”.

Economicamente, no que se refere a seus primeiros anos de atividade, em termos gerais podemos dizer que realmente o IHG/RN caracterizou-se como instituição privada, ainda que boa parte de seus membros exercesse atividades no governo do Estado, e disso tirasse proveito.

Embora, imediatamente, após sua fundação, o IHG/RN tenha solicitado ao Congresso Estadual um auxílio pecuniário, o qual não seria mais mencionado, tudo indica que esta instituição manteve-se, entre 1902 e

1907, basicamente do apoio financeiro que lhe proporcionava seus sócios, bem como das “facilidades” que alguns desses, pertencendo ao Estado, lhe oferecia.

Inicialmente, em seus estatutos, o instituto estabeleceu o valor de dez mil réis a ser pago, como jóia, por seus sócios efetivos e correspondentes. Mais tarde, percebendo as dificuldades que enfrentava para levar a cabo seu empreendimento, esta instituição estipularia, além daquela jóia, uma anuidade a ser paga exclusivamente por seus efetivos, que não sendo efetuada concorria, por sua vez, para a destituição do sócio debitante. Era através desses encargos financeiros confiados a seus sócios que o Instituto então sobrevivia.

Ainda que o Instituto integrasse importantes figuras da administração pública, como senadores e governadores, sua conseqüente proximidade com o Estado não fora em si suficiente para garantir-lhe algumas prioridades. Isto é o que inferimos quando esta instituição tenta, por exemplo, obter a franquia postal de sua Revista e correspondência. Nesta questão, ter como intermediários os senadores Pedro Velho e Ferreira Chaves, seus sócios, não foi suficiente para que o IHG/RN tivesse imediata concessão daquela franquia, só efetuada a partir de 1907.

No que se refere a outra grande prioridade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ou seja, instalar-se em sede própria, esta só seria satisfeita muitos anos após sua fundação. Instalando-se sucessiva e provisoriamente em edifícios públicos - um dos favores que seus sócios ligados ao Estado lhe oferecia -, o Instituto só obteria do governo estadual suas definitivas instalações em 1938. Até esta data, foram suas instalações temporárias: a Biblioteca do Estado, Intendência Municipal e Justiça Federal.

Ilustrando esta dificuldade do Instituto em contar com o Estado para suprir algumas de suas necessidades, vale citar também que esta instituição só seria legalmente reconhecida por aquele, como estabelecimento de utilidade pública, em 1911; o que significa que o Instituto só ficou isento de tributos públicos após nove anos de atividades.

É importante ressaltar, contudo, que, apesar de o Estado não ter favorecido imediatamente o Instituto em algumas questões, isto não significa que aquela instituição tenha mantido distanciamento ou trabalho desvinculado ao Estado. Como colocamos anteriormente, o Instituto era formado por muitos representantes do governo estadual, e isto, em certo sentido, marcaria suas atividades. Além do tom patriótico com o qual caracterizou suas produções, o Instituto desenvolvia também algumas atividades cotidianas que o caracterizava, digamos assim, como uma espécie de “relações públicas” e “secretaria da cultura” do Estado.

Fazia parte do *métier* do Instituto, por exemplo, recepcionar personalidades tanto estaduais, como aquelas de projeção nacional que porventura estivessem visitando a capital do Estado. Em suas sessões solenes,

promovidas normalmente para recepcionar “ilustres compatriotas”, o Instituto deixa-nos entrever, pelo perfil político de seus homenageados, os vínculos que mantinha com os poderes estaduais. Assim, apesar de perceber-se como sociedade privada, em muitas situações o IHG/RN funcionava como um “órgão” através do qual o Estado formalizava e mantinha firmada suas relações com personagens da sociedade local e nacional. Quando promove seus eventos cívicos e festivos, o Instituto parece representar, por outro lado, o que hoje entendemos como “secretaria da cultura”.

Comportando no seu quadro de sócios muitos daqueles que representavam o Estado, o Instituto não tinha como deste dissociar-se, sendo-lhe difícil, na verdade, distinguir o que era da esfera de sua atuação e o que era propriamente da competência do Estado. Esta falta de discernimento ou de preocupação em delimitar seu próprio espaço de ação é o que faz o Instituto definir-se como uma extensão, um “órgão” do Estado.

Em termos de congregação, segundo seus estatutos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte era composto por quatro categorias de sócios: sócios efetivos, sócios correspondentes, sócios honorários e sócios beneméritos.

Para ser sócio efetivo do Instituto, categoria que participava mais diretamente das ações e decisões desta instituição, o candidato deveria residir na cidade do Natal ou em local de fácil comunicação com a mesma, ter mais de vinte e um anos de idade, e *ser cidadão de merecimento nas letras, ciências, indústria ou artes*.

Este “ser cidadão de merecimento” revela-nos, já a princípio, como elásticos eram os critérios de seleção de sócios utilizados pelo Instituto, ao menos em seus três primeiros anos de atividade.

O que significava exatamente ser um “cidadão de merecimento”? Esta expressão é em si muito vaga; podia referir-se, por exemplo, àqueles com uma formação específica nas áreas propostas (letras, ciências, indústria ou artes), como aos que de alguma forma exerciam uma função nessas mesmas áreas. Esta falta de clareza quanto aos critérios de seleção de seus sócios parece ter permitido aos membros da diretoria do Instituto - responsáveis pela indicação e aprovação de sócios - a arregimentação daqueles que melhor lhes conviessem, ou seja, a partir mesmo de uma relação de afinidades. Observando-se as propostas para candidatos a sócios efetivos e correspondentes do Instituto, dos quais eram exigidas as mesmas e devidas “competências”, inferimos que esta instituição, ao menos inicialmente, selecionava seus sócios muito mais pelas relações pessoais, pela afinidade entre candidatos e a diretoria que os aprovava.

Até 1905, pelo menos, o Instituto integrou, entre outros, funcionários públicos, comerciantes, professores, advogados, grandes proprietários de terra e altos escalões do governo do Estado, constituindo-se, a princípio pelo menos, num grupo bastante heterogêneo.

Só posteriormente o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte adotaria, ao menos formalmente, um critério mais rigoroso para a seleção de seus sócios. Tentando ampliar o número de suas publicações referentes à História e à Geografia, seu acervo documental, ou, talvez, melhor selecionar seu quadro de sócios, em 1905 o Instituto integra a seus estatutos a seguinte emenda:

Será ilimitado o número de sócios efetivos; mas respeitando os direitos adquiridos, só poderão ser aceitos, de ora em diante, os candidatos que apresentarem uma memória escrita, histórica ou geográfica, ou tiverem colhido para o Instituto documentos de valor sobre factos da história do Brazil ou do Rio Grande do Norte.

Com esta emenda o Instituto criava, portanto, não só os meios para ampliar sua produção a nível do conhecimento histórico e geográfico, ou os seus arquivos, mas restringia a instituição àqueles que efetivamente pudessem contribuir para o seu desenvolvimento. Se antes o Instituto podia atrair aqueles que viam nele um espaço para promoção social, digamos assim, com esta nova norma aquela promoção ficaria restrita, ao menos em tese, a quem de alguma forma o fazia funcionar.

Embora tenha sido composto por um grupo heterogêneo, os sócios que efetivamente decidiam e representavam o Instituto eram aqueles que integravam sua diretoria e comissões permanentes. Estes, por sua vez, foram em sua grande maioria bacharéis formados na Faculdade de Direito do Recife, parada obrigatória dos jovens das tradicionais famílias nordestinas no início deste século. Figuras como Olympio Vital, Pinto de Abreu, Luiz Fernandes e Vicente de Lemos, que ocuparam durante muitos anos importantes postos da hierarquia do Instituto, formaram-se não só naquela faculdade como exerceram altos cargos jurídicos na administração pública do Estado nordestino-grandense. Foram, no decorrer de suas atividades públicas, promotores, juizes, procuradores, desembargadores, enfim, toda uma gama de atividades ligada à jurisprudência pública.

Esta incidência de bacharéis na direção e no próprio empenho historiográfico do Instituto, não significa, contudo, que esta instituição tenha privilegiado objetivamente aqueles com formação jurídica. No nosso entender, seria mais coerente dizer que tal incidência dava-se tanto em virtude do já tradicional empenho dos bacharéis no estudo e ensino da história, pela dedicação intelectual de seus políticos, como pela carência de instituições voltadas ao ensino superior da disciplina histórica.

Na verdade, as faculdades de filosofia, das quais partiria o ensino superior da disciplina histórica no Brasil, seriam criadas apenas no final da década de trinta deste século. No início do século XX, período em que o Instituto é criado e constrói suas bases, encontram-se em pleno vigor os

cursos de Direito - enquadrados nas chamadas “ciências sociais e jurídicas” -, nos quais formavam-se os filhos das tradicionais famílias brasileiras.

Nesse contexto, o grupo que efetivamente representaria e construiria as bases do Instituto estava, portanto, muito mais direcionado ao Direito do que propriamente à História. Assim, seguindo inevitavelmente a tradição historiográfica nacional ou mesmo européia, através de seu instituto histórico o Rio Grande do Norte teria os bacharéis como seus primeiros historiógrafos.

3 - Sua Revista e historiografia

A Revista do Instituto começou a ser publicada em 1903. Até 1907, pelo menos, o Instituto publicou, com rigorosa regularidade, um volume anual, sendo os mesmos editados pela *Gazeta do Comércio* e o *Jornal d'O Século*.

Os cinco primeiros volumes dessa Revista seguiram mais ou menos a mesma organização interna, cujas partes podem assim ser classificadas:

- Transcrição de discursos proferidos nas sessões do Instituto, sobretudo nas solenes e comemorativas;
- Transcrição de documentos, que seriam mais volumosamente publicados a partir do sexto volume da Revista em coluna denominada “Arquivo”;
- Resumo das atas das sessões do Instituto, que descrevem sumariamente as atividades e discussões empreendidas pela instituição;
- Notas biográficas e necrologias;
- Textos relativos à história, geologia e geografia do Estado.

Assim configurando-se, a Revista do IHG/RN foi moldada dentro de um padrão que, de um modo geral, caracterizou as publicações dos Institutos Históricos e Geográficos.

Seguindo uma tradição iniciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o instituto norte-rio-grandense reservou em sua Revista, por exemplo, e desde sua primeira publicação, um espaço dedicado especialmente às biografias e necrologias dos seus sócios, cuja função parece transpor os limites da simples homenagem àqueles que integrariam a instituição através do tempo. Mais do que homenagem, essas breves biografias e elogios fúnebres constituíam-se, em certo sentido, em espaços através dos quais aqueles que faziam a instituição podiam ter cultuadas e perpetuadas suas imagens. Não obstante este papel que assumem, as biografias e necrologias representariam também as bases, ou mesmo os primeiros indícios, de uma futura historiografia, sobretudo a nível político, pautada nos “grandes personagens históricos do Estado”, tendo-se em consideração que boa parte daqueles que integravam a instituição, e eram biografados, participaram da história política do Estado.

No que refere-se aos artigos/estudos propriamente ditos, entre 1903 e 1907 há um claro predomínio de textos que podem ser enquadrados a nível do conhecimento histórico.

Enquanto nas pesquisas/laudos relativas à “Questão de Grossos” - as quais não analisamos neste estudo por corresponderem, na maioria dos casos, à produções extra-Instituto -, observamos uma positiva e pouco peculiar fusão entre História, Geografia e Direito na construção do conhecimento, os textos produzidos propriamente pelos historiadores do Instituto, por sua vez, estão mais e especificamente ligados à História, ficando em segundo plano a Geologia e, a cargo desta, os estudos geográficos.

Os textos históricos que o Instituto publicou nos cinco primeiros volumes de sua Revista concentram-se em três temáticas básicas assim intituladas: “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte”, “Índios célebres do Rio Grande do Norte”, e “Holandeses no Rio Grande do Norte”.

Essas temáticas que definem a primeira etapa do esforço historiográfico do Instituto, embora concentrem-se num mesmo contexto histórico, do “desbravamento colonial”, não traduziam exatamente um projeto objetivo de construção da história do Estado a partir dos primórdios da colonização - como poderia ter proposto objetivamente o Instituto ao lançar-se à historiografia sobre o Estado.

Do que inferimos considerando as atas das sessões do Instituto, através das quais deixou registradas suas discussões internas, um projeto historiográfico objetivo nunca fez parte da pauta de debates desta instituição, pelo menos até 1907.

Num período em que mesmo a nível de Brasil pouco era discutido o exercício historiográfico, o Instituto também não convergeria esforços no sentido de discutir temas, períodos, metodologias, teorias e filosofias históricas com as quais fundamentaria sua historiografia.

No nosso entender, a historiografia inicial do IHG/RN foi construída, como em outras instituições congêneres, não por uma discussão conjunta, pensada a partir da congregação como um todo, mas especificamente por aqueles que, interessados na matéria histórica, “devotaram-se à causa historiográfica”.

Embora a instituição existisse, e que no conjunto possamos caracterizar “a historiografia do IHG/RN”, inicialmente o produto historiográfico do Instituto foi composto pela iniciativa individual, pela “solidão autodidata”, digamos assim, de seus “devotados historiadores”. Se de um modo geral conseguimos perceber uma unidade, um padrão de estilo historiográfico no quadro da historiografia do Instituto, esta uniformidade foi imprimida não pela discussão objetiva e planejada do exercício historiográfico propriamente dita, mas por mirarem-se os historiadores do Instituto nos mesmos modelos historiográficos, sobretudo nos trabalhos produzidos por outros Institutos Históricos já existentes.

Tendo sido já tratadas em trabalhos historiográficos a nível de História do Brasil, ou mesmo por estudos mais localizados desenvolvidos pelos institutos estaduais, as temáticas que o Instituto aborda não são originais. Temas relativos à administração colonial e às invasões holandesas, por exemplo, integravam comumente as revistas dos institutos, que em geral seguiam os mesmos caminhos temáticos traçados nas obras clássicas de História do Brasil.

A retomada dessas temáticas pelo Instituto, contudo, além de ter sido guiada pelas “sugestões” desses modelos historiográficos, foi proporcionada também pela escassez de documentos e mesmo bibliografias referentes a outros campos da história do Estado, bem como pela necessidade de ratificar certas “verdades”, como observaremos mais adiante.

Limitados, sobretudo, pela falta de documentação, os historiadores do Instituto “pinçavam” de outras obras, que de alguma forma tratavam do Rio Grande do Norte, os fatos que comporiam seus trabalhos. Com isto, a instituição não contribuiria inicialmente para um alargamento do conhecimento histórico sobre o Estado, permanecendo o mesmo ainda muito restrito e difuso. Na verdade, só a partir mesmo da década de 1920, através das clássicas obras de Rocha Pombo e Tavares de Lyra, é que a história do Rio Grande do Norte seria mais amplamente construída e periodizada.

No que refere-se às formas de abordagem e síntese com as quais eram desenvolvidas aquelas temáticas, são também muito pouco originais os primeiros estudos do Instituto. Na maioria das vezes estes estudos consistem basicamente na compilação de um conjunto de narrativas que integram outros trabalhos ou os documentos/memórias que eventualmente eram utilizados.

Limitando-se a dispor cronologicamente os fatos já anteriormente narrados, a historiografia do Instituto não era problematizada; como, aliás, caracterizaram-se os estudos históricos brasileiros do período. O fato não era exatamente um dado na construção do conhecimento histórico, mas uma espécie de unidade de um conjunto maior que seria a própria história.

De um modo geral, os historiadores do IHG/RN acabavam por repetir, assim, as narrativas de cronistas e memorialistas que tinham em mãos, variando, algumas vezes, quando tinha oportunidade e necessidade de confrontar divergentes narrativas sobre um mesmo fato. Mesmo aqui, contudo, a “aquilatação dos fatos” não concorria necessariamente para uma mudança de sua lógica explicativa ou, melhor dizendo, da sua coerência narrativa. Após “pesar” os fatos, os mesmos continuavam sendo distribuídos segundo uma ordem cronológica e a partir de uma relação de causa e efeito; ainda que fossem confrontados os fatos, a temática não era propriamente problematizada e interpretada, mas descrita.

Embora a “aquilatação dos fatos” não tenha alterado, no conjunto, a produção historiográfica do Instituto, vale, contudo, registrar aqui algumas defesas feitas à “crítica dos fatos”.

Nesse domínio, o crítico exemplar do Instituto foi Luiz Fernandes. Autor também dos textos referentes aos capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte, só precisamente em “Índios Célebres do Rio Grande do Norte” é que este historiador discutiria a importância da crítica aos fatos e, em certo sentido, o exercitaria.

Ao rebater os argumentos do historiador pernambucano Pereira Costa, que “toma” para Pernambuco a naturalidade do “herói das lutas contra os holandeses”, Felipe Camarão, assim expõe Luiz Fernandes:

(...) não é com simples conjecturas ou frases isoladas de um ou outro historiador, aliás já conhecidas e explicadas, que se destrói um edifício tão solidamente construído e cada dia mais defendido pelo estudo e confronto dos fatos à luz da crítica desapaixonada e justa.

Mais adiante continua:

*(...) indício vehemente de ter-se o auctor apaixonado demasiadamente pela causa que defende. (...) E preciso ler Calado (...) com preciso tento e critério. Não é muito exato na aquilatação dos factos e entre os conhecidos defeitos de seu livro o **Valoroso Lucideno** destaca-se o que diz respeito à falta de correção da linguagem.*

Nessas breves palavras, é possível percebermos, de um lado, que para Fernandes a verdade histórica está relacionada a uma crítica objetiva dos fatos, ou seja, aquela em que o historiador não se envolve com o seu objeto. Assim considerando-se, só seria possível destruir um dado conhecimento histórico se uma nova crítica, também desapaixonada, abalasse as estruturas da “verdade” até então estabelecida. Por outro lado, um historiador ou memorialista só mereceria crédito, ou representaria uma “autoridade incontestável”, se bem aquilatasse os fatos. Para Fernandes, Calado não mereceria crédito exatamente por não bem “pesar” seus fatos.

Embora a historiografia do Instituto tenha tido, geralmente, uma base bibliográfica, as fontes documentais sempre se mostraram importantes para a instituição. Na verdade, sempre que tinha em mãos os documentos, o historiador suprimia sua própria narrativa por uma transcrição praticamente integral dos documentos que porventura tivesse.

Isso é o que faz, por exemplo, Alfredo de Carvalho, quando descreve sobre os “Holandeses no Rio Grande do Norte”. Para este o documento era, ao que tudo indica, uma “autoridade”, sendo necessário apenas suprimir daqueles alguns possíveis excessos descritivos. Justificando as supressões que faz em seu trabalho, assim coloca-se Carvalho:

Em geral os homens desconheciam esta concisão sintáctica tão característica de nossos tempos actuais; escreviam com demora e difusão, procurando com frequência evitar, por meio de redundâncias, as continuas dificuldades de expressão que se lhes antalhavam; costumeiro entre a gente mais culta da época (...).

(...) outras vezes, porém, o dizer ingênuo da gente de então, possui tamanha dose de originalidade primitiva, reçumbra tão intenso poder descriptivo, que seria crime alterar-lhe a ingênita contextura grammatical, no que julgue a exigentes puristas contemporâneos.

Esta foi a norma que, há muito, adotamos em trabalhos similares e observamos no presente: ora transladamos, com possível equivalência em línguas de índole tão diversa, palavra por palavra, as circunstanciadas relações de testemunho presenciasse dos successos.

Como observamos, o que o autor discute não é exatamente a autenticidade das fontes que utiliza, mas seu exagero descritivo, sua “contextura gramatical”. Neste caso, a sua preocupação restringia-se a cortar os excessos descritivos comuns aos memorialistas.

Não fazia parte da concepção dos historiadores do Instituto, bem como dos historiadores do período como um todo, uma visão hoje já corrente de que o documento é também um monumento, como propõe Le Goff. O documento não era discutido enquanto tal, não passava por uma crítica mais profunda, através da qual fosse percebida sua intencionalidade, o que as sociedades do passado quiseram deixar sobre si próprias à posteridade. Sem perceber que o documento não é inócuo, os poucos estudos do Instituto que tiveram como base fontes documentais, transcrevendo-os simplesmente, contribuíram na verdade para uma “memorização dos monumentos”, das imagens que o passado quis perpetuar.

No máximo, o que os historiadores faziam, tendo em mãos os documentos, era desenvolver um trabalho de crítica interna, verificando a autenticidade dos mesmos. Isto, contudo, era muitas vezes “esquecido”, tendo-se em vista que ao Instituto não foi possível obter um grande número de documentos que lhe permitisse fazer opções, ao menos inicialmente.

Essas “autoridades documentais” a que o Instituto desde sua fundação empenhou-se em coletar, eram por sua vez restritamente textos escritos. Entre estes, priorizavam-se os de natureza oficial, ligados sobretudo às administrações colonial e provincial, e às memórias. Embora aquela instituição tenha atuado também enquanto museu, os objetos que compunham este não funcionariam exatamente como documento, tinham um caráter especificamente expositivo. Uma visão mais ampliada do documento, enquanto toda uma variedade de vestígios do passado, não

era ainda contemplada pelo Instituto; esta perspectiva, aliás, só seria considerada no país mais recentemente.

Assim, traçando o perfil da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, entendemos, portanto, que esta instituição integra, ao seu produto historiográfico, alguns preceitos sobre o pensar e o fazer história muito próprio dos estudos históricos desenvolvidos no final do século XIX e início do século XX. Circunscritos num dado espaço e contexto histórico, aquela instituição desenvolveria sua historiografia a partir de alguns clássicos historiográficos, e não exatamente a partir mesmo de uma discussão que poderia lhe ter proporcionado transpor em algum sentido os limites de seus modelos. Assim limitado em sua etapa inicial de trabalho, o Instituto manteria o conhecimento histórico sobre o Estado no mesmo nível em que até então havia sido tratado por cronistas que antecederam-se à instituição.

Parte da Monografia apresentada à disciplina “Pesquisa Histórica II”, sob a orientação do professor Wicliffe de Andrade Costa, para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História. - (A segunda parte continuará na próxima Revista).

INSTITUTO DA MEMÓRIA

Jair Maciel de Figueiredo
Sócio Efetivo

Na abençoada cidade do Natal encontra-se o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, orgulho dos nativos e patrimônio cultural do estado, reconhecido no Brasil e no exterior, denominado também, por renomados escritores, de Casa da Memória Potiguar. É, precisamente, o número 622 da Rua da Conceição no centro da Cidade do Sol e que tem por vizinhos a Igreja Matriz, o Museu Casa de Café Filho, o Palácio da Cultura, antigo Palácio do Governo, a Praça Padre João Maria, a Praça André de Albuquerque, marco da fundação da Cidade do Natal, o Memorial Câmara Cascudo e a Igreja do Galo, todos pontos turísticos da Cidade dos Reis Magos, inebriados pelos encantos do Crepúsculo do Rio Potengi, espelho líquido a refletir imagens nas mentes dos poetas, escritores e pintores daqui e d'alhures.

É no IHGRN onde os pesquisadores encontram as preciosidades capazes de, com as tintas da veracidade, jogar luzes nos nossos fatos históricos. Lá é possível encontrar bem conservado e esquecido pelo tempo, tanto um pequeno jornal alternativo, como os escritos do inolvidável Luís da Câmara Cascudo, o nome de maior relevância no campo das letras no estado. Nas manhãs e tardes, precisamente na sala de leitura, é comum encontrar escritores, poetas, jornalistas e estudantes rodeados por livros, jornais e revistas, buscando as verdades do passado para fazer um presente concreto que alicerce um futuro sólido e principalmente puro. No Salão Nobre os visitantes e sócios convivem com as imagens e lembranças de Padre Miguelinho, Carlos Gomes, Nísia Floresta, Rui Barbosa, Augusto Comte, Alberto Santos Dumont e D. Pedro I, entre tantos.

No dia 29 de março de 1902, o IHGRN foi fundado, o que significa lembrar que agora em março de 2002 está completando cem anos de existência, sempre resguardando as páginas que servem para criar os modernos escritos da literatura mundial. Desse modo, todos os seus membros estão radiantes e de parabéns pelo centenário do mais importante centro da memória estadual. A **Academia de Trovas do Rio Grande do Norte** também se rejubila com as comemorações. E não poderia agir de modo diferente, pois suas reuniões mensais acontecem no Salão Nobre da CASA, o que demonstra a admiração que o presidente do instituto tem pelo movimento trovadoresco.

Os antepassados presidentes Olímpio Manuel dos Santos Vital, Vicente Simões Pereira de Lemos, Pedro Soares de Araújo, Hemetério Fernandes Raposo de Melo, Nestor dos Santos Lima e Aldo Fernandes Raposo de Melo prestaram relevantes serviços ao IHGRN, honrando a instituição com firmeza e sabedoria. Em agosto de 1963, o Instituto passou a ser conduzido com a máxima dedicação do imortal da Academia de Letras do Rio Grande do Norte ENÉLIO LIMA PETROVICH, grande incentivador de movimentos culturais, um intelectual que, além de resguardar e republicar antigas obras, tem incentivado a criação de outras, o que vem transformando o instituto em um palco de grande efervescência literária.

Faz 38 anos que Enélio declarou amor eterno ao IHGRN, um caso de COMUNHÃO TOTAL DE AMOR.

DISCURSO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO - CENTENÁRIO DO IHG/RN -

Enélio Lima Petrovich
Presidente do IHG/RN

Este é um momento de emoção, de júbilo, de conagração. Evocativo e histórico. Uma tarde que realça a todos nós, parlamentares, sócios de nosso Instituto e convidados, a importância da Casa da Memória Norte-rio-grandense, no contexto cultural do Estado e do país.

Daí a nossa manifestação de apreço e de louvor a quantos integram a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pela iniciativa oportuna do Exmo. Sr. Deputado Antônio Jácome, promovendo, juntamente com os seus ilustres pares, esta magna solenidade, unindo o Poder Legislativo à Cultura, à voz do povo, aqui representado plenamente, numa prova cabal de que os fatos que envolvem a nossa História não se dissociam das finalidades maiores do civismo, do amor à pátria, do estímulo às promoções valorizadoras da inteligência e do humanismo.

Há cem anos, justamente em 29 de março de 1902, estava fundado o nosso IHG/RN. Celeiro de vivas tradições potiguares, graças a uma plêiade de intelectuais e historiadores, à frente Vicente Simões Pereira de Lemos, seu fundador.

Acrescentem-se, ainda, cinco governadores de Estado -- *Pedro Velho, Alberto Maranhão* - o mecenas da cultura potiguar, *Joaquim Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra* (a quem se deve a doação da sede própria), e *Antônio de Souza*. Todos, ao lado de mais 20 saudosos construtores daquele Templo secular.

Realizamos, ali, agora com o seu ANEXO, doado pela jornalista e sócia benemérita *Ana Angélica Timbó de Oliveira*, uma missão séria, nobre e gratificante, em prol do desenvolvimento cultural da boa terra, berço, entre tantos dignitários da sabedoria, de um *Amaro Cavalcanti, Tobias Monteiro, Augusto Severo, Nisia Floresta, Rodolfo Garcia, Nestor Lima, Auta de Souza, Henrique Castriciano, Seabra Fagundes, Manoel Rodrigues de Melo, José Augusto* e, **primus inter pares**, de um *Luis da Câmara Cascudo*, genial e humilde.

Nosso propósito, firme e permanente, tem sido preservar o patrimônio

histórico do Rio Grande do Norte, em dimensões universais. Promovemos, dia após dia, com obstinação e, até, coragem, uma série de eventos consagradores, à luz do idealismo dos pioneiros, fixando para o presente e o porvir os fundamentos básicos da História e da Geografia, no tempo e no espaço.

Repetimos sempre:

Ai daqueles que olvidam o nosso passado e somente buscam, pelo fascínio da vulgaridade e do trivial, extravasar as suas vaidades e seu egocentrismo, não alcançando, sequer, a memória contemporânea.

Portanto, naquele santuário de conhecimento, de tradição e do saber, em milhares de livros, periódicos, manuscritos, documentos raros, que remontam ao século XVII (desde 1647), está a própria história de nosso torrão norte-rio-grandense.

Sentimos, por isso, nesta magna solenidade, como que um misto do atual e do pretérito, na lembrança dos que, ainda em nossa convivência pacífica e jubilosa, constituem exemplo, imagem, lição de vida. Tudo, em nosso Instituto Histórico, é fruto da persistência, do devotamento às letras, da humildade e da honradez; sem quaisquer recompensas pecuniárias.

Um encontro assim, Poder Legislativo Estadual e IHG/Rio Grande do Norte, traduz e sintetiza a evidência emocional, histórica e telúrica, de que devemos valorizar mesmo a criatura humana, em seus diversos ângulos, segmentos e fins, numa perspectiva profunda e maior, no plano da inteligência.

Emerge o nosso posicionamento, com as vistas debruçadas para a posteridade, conscientes do dever cumprido, no agradecimento espontâneo e sincero aos dignos parlamentares que honram o Legislativo potiguar, com o discurso eloquente e erudito do Deputado Antônio Jácome; pelas moções de aplausos recebidas das Deputadas Márcia Maia e Fátima Bezerra e do Deputado Alexandre Cavalcanti.

Por tudo, afinal reafirmamos, neste instante solene e histórico, a expressão de nosso melhor reconhecimento.

E o que dizer no epílogo destas breves palavras, senão proclamar?:

Vale a pena viver, preservando o passado, na visão de um futuro venturoso e feliz, sob a égide da História, abençoados por Deus.

Proferido em 23 de abril de 2002, em Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Estado, comemorativa dos 100 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO - RN AOS 100 ANOS

David Silva
Sócio Efetivo

O nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte completa neste memorável e festivo **ano de 2002** os seus “100 anos” de fundação. Foi no dia 29 de março de 1902 que o des. Vicente Simões; o presidente do Tribunal de Justiça, Francisco Sales; o procurador da Fazenda Nacional, Tomás Landim; e mais oito intelectuais, com o apoio do então governador do Estado Alberto Maranhão, fundaram o sonhado **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, que logo recebeu as documentações dos órgãos públicos, e de início teve sua sede provisória no antigo Atheneu do Estado; depois em outras localidades; e sempre com novo presidente; sendo que Olímpio Manuel dos Santos foi aclamado o primeiro presidente; depois Vicente Simões; Pedro Soares de Araújo; Hemetério Fernandes Raposo de Melo, este na sua gestão, em que Rafael Fernandes era governador do Estado, reivindicou ao citado governador, uma sede própria para o Instituto Histórico, o que o chefe do Estado, sensibilizado, fez ao Instituto Histórico a doação de uma sede permanente, na rua da Conceição, nº 622, na Cidade Alta, Natal.

Antes, de início, o Instituto Histórico foi dividido em gabinete e sala da presidência, salão nobre, museu, 3 bibliotecas e galerias; o gabinete da presidência, tendo conjunto de 1 marquêsão, 2 cadeiras do século XIX, e uma pintura de J. Amaral.

No salão nobre, primeira galeria com grandes personagens históricos, por exemplo: Padre Miguelinho, Isabel Gondim, D. Pedro I, Dom Antônio, Felipe Camarão, Ruy Barbosa, Rafael Fernandes, Dom Joaquim Antônio de Almeida, e dezenas de tantos homens ilustres; além do crucifixo do museu cívico de Pisa. Forte dos Reis Magos, desenho e pintura de Neusa Brito; fotografia da cadeira, em brozeado, do saudoso Luís da Câmara Cascudo, e tantas outras relíquias históricas em exposição.

Na 2ª galeria, temos ricos acervos dos grandes personagens históricos, como, por exemplo: José Bonifácio de Andrada e Silva; D. Pedro II; Padre Diogo Antônio Feijó; Quintino de Souza Bocaiúva; Marquês de Olinda; Duque de Caxias; Visconde de Mauá; Marquês de Tamandaré; Benjamin Constant; brasão da família Wanderley; Luís da Câmara Cascudo;

Enélio Lima Petrovich; e dezenas e dezenas de tantos outros intelectuais ilustres.

Tendo as bibliotecas – Manuel Dantas, Israel Nazareno e um rico acervo de documentações públicas do Rio Grande do Norte.

Estantes contendo todas as divisões do conhecimento humano, através de mais de 40 mil livros e periódicos. Arquivos de documentos públicos e eclesiásticos; estante de antigos e novos jornais do nosso estado do Rio Grande do Norte.

No museu do Instituto são encontradas diversas peças históricas, como a estola que pertenceu ao padre Miguelinho; a pia que pertenceu à antiga matriz de Natal; o primeiro cofre da tesouraria da província, 1704, estando vazio, não contendo nenhum real, é claro, na época, esse dinheiro não existia; tendo também o primeiro telefone de Natal e diversas outras peças que o próprio tempo vem conservando o seu valor, através de vários presidentes que assumiram o Instituto Histórico; e que dedicaram zelo e cuidado a todas as peças que representam a memória na história do Rio Grande do Norte. Sim, refiro-me a todos aqueles que foram presidentes do Instituto Histórico, inclusive Antônio Pereira de Carvalho e Nestor dos Santos Lima; também o dr. Enélio Lima Petrovich, o mais recente presidente, que em 1963, assumiu a direção do nosso Instituto, e que o trabalho tem sido elogiado por todos os seus amigos e confrades, ou melhor, por todos que fazem o Instituto Histórico, isso pelas constantes programações de eventos que são apresentados. Daí, temos o dever de exaltar a presidência na pessoa do Dr. Enélio Lima Petrovich, que é digno de elogios e louvor pelas suas qualidades, disposição no mural, nobreza e aptidão. E um homem de ciência jurídica e social, escritor e historiador, advogado militante na área do Direito Previdenciário; é membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e sócio da Academia Catarinense de Letras, da Academia Brasileira de Previdência Social (São Paulo), membro efetivo da Academia Brasileira de Teatro de Natal e da Associação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

Merece destacar a outorga da medalha Vital Brasil, pelo governador de São Paulo, em reconhecimento aos serviços prestados à cultura brasileira, **no campo da literatura e história**. Distinguindo também com a comenda Dom Pedro, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico e do governo daquele Estado. Diploma de colaborador emérito do Exército Brasileiro, medalha Ana Néri, concedida pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração (São Paulo), atesta, de maneira idônea, as qualidades do meu estimado conterrâneo Enélio Lima Petrovich.

Julgo oportuno, como forma de demonstrar o verdadeiro manancial de inteligência e sabedoria que é o professor Enélio Lima Petrovich, citar alguns trabalhos por ele publicados: *Segmund Freud, sua ciência e a sociedade atual*, (1958); *Eu, os colegas e os mestres* (1959); *Complexos* (1959); *O diarista ou pessoal de obras; Forte dos Reis Magos. Um patrimônio Luso-Brasileiro* (1967); *A ordem saúda a justiça; Os arquitetos*

da história do Rio Grande do Norte; *Dinâmica do Direito Previdenciário* (1981); *Enélio Petrovich – um discípulo de Cascudo*.

Foi uma forma especial que tive para também homenagear a este ilustre amigo intelectual, o Romildo, que tem “ações germinadas no âmago do seu coração pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”.

Aqui transcrevo pequeno trecho – (19, J), do *Tempo de Agradecer...* (I), do próprio Enélio Petrovich:

... É tempo de agradecer, ainda, ao eminente colega e amigo Hélio Xavier de Vasconcelos, que, a convite do Lions Clube de Natal, proferiu erudita e emocional palestra sobre “O Direito do Menor” (9/8), durante o Conselho Distrital do L-25, dele participando centenas de companheiros e domadoras deste Estado, da Paraíba e de Pernambuco. Não, Hélio, não somos “loucos-gênios”, em luta constante a favor da História, tão mal compreendida pelos poderes públicos. E ajudada. O nosso trabalho, é fruto do amor da obstinação e, até da coragem, isento de paixões políticas e das influências maléficas das críticas insolentes e recalçadas. “Louco-gênio” fora, isto sim, o mestre. Câmara Cascudo, que soube, com humildade, inteligência e cultura, projetar, em dimensões universais, o Rio Grande do Norte e o Brasil. Um “louco-gênio”, sublimado e insubstituível. Este é o tempo de relembrar e agradecer. Ao confrade David, com um fraternal abraço de Romildo Azevedo. Natal, 30.07.88.

Saudação e bênção neste ano de 2002.

Graças ao nosso grande Deus e ao seu amado filho, Nosso Senhor Jesus ressuscitado, alcançamos o ano de 2002 o tempo esperado, que deixará marcado os 100 anos da fundação do nosso venerável Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a que pessoalmente, tenho gratidão de pertencer ao seu quadro de sócio efetivo, desde 1986; conferindo responsabilidade, que cabe-me honrar e enaltecê-lo na contribuição dos ideais e anseios do Instituto Histórico e Geográfico, que não pertence somente aos seus membros. Pois, de tanto cultivar história e memória, tornou-se patrimônio vivo da história geográfica, social e cultural do nosso Estado, por isso pertence ao povo.

O nosso Instituto Histórico vem sendo presidido pelo grande historiador Enélio Petrovich, que, com habilidade e excelente trabalho e grande dedicação às letras e amor à cultura, e sempre viajando para contato de ordem advocatícia e cultural, esqueceu-se, ou melhor, não teve tempo de ganhar dinheiro. Mas, valeu-lhe o resultado e o empenho da causa que abraçou, e hoje, com merecimento, consagrado um gênio sublimado, e que pedimos a Deus, o Todo-Poderoso, que o ilumine sempre, dando-lhe

discernimento e sabedoria na presidência do Instituto Histórico e Geográfico. Pedimos também que ajude a todos nós, em nossos trabalhos e pesquisas, e em cada um de nós derrame sua bênção de paz e felicidade. É tudo que pedimos neste ano de 2002, que é comemorado em Natal! Pelo aniversário do nosso Instituto Histórico e Geográfico; é um ano de alegria para todos os que participam e fazem a história do Rio Grande do Norte. Aqui, todos num pensamento altruísta, podemos refletir os acontecimentos mundiais passados recentemente, e podemos ver e analisar qual dos trabalhos que devemos desenvolver em benefício da cultura, da paz e do bem-estar de nossa gente; pois os acontecimentos recentes têm atemorizado diversos países, que temem conflitos e guerras entre irmãos. Porém, o que se deseja é paz para todos, nossa família e nossos filhos.

Confrades amigos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, cultivemos o espírito de paz e felicidade neste ano de 2002, nos fortalecendo para não nos faltar o ânimo e a coragem de vencer na vida, e procuremos dar a César o que é de César e a Deus o que Ele exigir de nós, assim não seremos devedores e poderemos alcançar a paz e a felicidade que tanto almejamos.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Marcus César Cavalcanti de Morais
Sócio Efetivo

No momento em que a Casa da Memória, como é chamado o nosso Instituto Histórico, está comemorando o seu centenário de existência, sendo a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, por dever de justiça, se faz necessário relatar um pouco da História desta Entidade que promove a cultura e o saber no nosso Estado, através do registro e da preservação da História, sem nenhum vínculo político ou governamental.

Há exatamente cem anos, no dia 29 de março de 1902, reuniu-se na grande sala da Biblioteca do Estado, uma plêiade de intelectuais e ilustres homens de projeção cultural com o fito de fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Na mesma ocasião foi escolhida a primeira diretoria do Instituto, que teve a seguinte composição: Dr. Olímpio Manoel (presidente), Dr. Alberto Maranhão (vice-presidente), Dr. Pinto de Abreu (primeiro secretário), Dr. Luiz Fernandes (segundo-secretário), desembargador Meira e Sá (orador) e Dr. Veríssimo de Toledo (tesoureiro). Uma grande demonstração do prestígio da Entidade ora criada é que, da sua primeira diretoria participava o então governador do Estado, Dr. Alberto Maranhão, na condição de vice-presidente; e na sua ata de fundação consta, ainda, nomes de grande projeção política e intelectual da História do Rio Grande do Norte, como: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Joaquim Ferreira Chaves Filho, à época ex-governadores; Augusto Tavares de Lyra e Antônio José de Melo e Souza, que vieram a governar o Estado posteriormente; e os senadores José Bernardo de Medeiros e Eloi de Souza.

O Instituto Histórico iniciou suas atividades no mesmo prédio onde fora fundado, ou seja, na Biblioteca do Estado, que funcionava no antigo prédio do Atheneu Norte-rio-grandense, local onde hoje funciona a Secretaria de Tributação de Natal. No dia 3 de maio de 1903, depois de um ano, a instituição mudou de endereço, passando a funcionar no prédio da então Intendência Municipal, hoje Palácio Felipe Camarão, sede da Prefeitura Municipal de Natal. A terceira sede da Instituição foi na rua 13 de Maio, hoje rua Princesa Isabel, 640. Posteriormente, passou a funcionar, em paralelo com o Tribunal de Justiça, no mesmo prédio onde hoje se encontra. Esse prédio foi construído pelo Governo do Estado, na gestão do governador

Augusto Tavares de Lyra, exatamente para o Instituto Histórico, mas, quando inaugurado, passou a servir de sede, também, para o Tribunal de Justiça. Somente em 22 de junho de 1938 é que o Instituto Histórico e Geográfico conseguiu a entrega definitiva do prédio, por gestão de seu então presidente, Dr. Nestor dos Santos Lima, junto ao Governo do Estado, argumentando as prementes necessidades da entidade.

O acervo bibliográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é o mais completo do Estado, contando com seis bibliotecas. Suas dependências contam com três salas de estudo, três galerias de fotografias de vultos da nossa História e quatro importantes museus.

Desde a sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte teve apenas oito presidentes: Dr. Olímpio Manoel, de 1902 a 1910; desembargador Vicente de Lemos, de 1910 a 1916; coronel Pedro Soares de Araújo, de 1916 a 1925; desembargador João Dionísio Filgueira, de 1925 a 1926; desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo, de 1926 a 1927; Dr. Nestor dos Santos Lima, de 1927 a 1959; Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, de 1959 a 1963; e Dr. Enélio Lima Petrovich, desde 1963 até a presente data.

CRISE DOS INSTITUTOS E AFIRMAÇÃO DO IHG/RN

José Octávio de Arruda Mello
Sócio correspondente

No estudo *A Crise dos Institutos Históricos*, João Alfredo de Sousa Montenegro levantou, com acuidade, a problemática das entidades que, no rastro do federalismo republicano, proliferaram pelos Estados, em resposta ao centralismo imperial corporificado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1838¹.

1.1. **Das velhas e novas distorções** – O tema é velho, mas a abordagem do historiador cearense é rigorosamente nova. Para o autor de *A Historiografia Liberal de Tristão de Alencar Araripe* (1998), os Institutos Históricos Estaduais comprometem-se pela subordinação ao Estado – superposta, no caso, à sociedade civil – que distilam.

Datam daí o **factualismo politicista**, voltado para a glorificação dos poderosos e acidentados de menor importância. Improvisação de culturas da História que neles encontram derivativo para afirmações que não conseguiram nas originárias funções de médicos, políticos, sindicalistas e militares. E infinita converseira das reuniões dos Institutos Históricos Estaduais que se põem a, frequentemente, debater estéreis questões de interesse pessoal, ao invés de fomentar a pesquisa e a discussão historiográfica².

É bem certo que não concordamos de todo com a apurada *schellar alencarine*. Um tanto refratária à extraordinária contribuição de seu conterrâneo Guilherme Auler Studart, de quem descenderam excessivo documentalismo e as vinculações ao tradicionalismo católico – questão aprofundada em outro estudo de qualidade³ -, João Alfredo também não compreendeu o pioneirismo de Sílvio Romero. No caso, a maciça *História da Literatura Brasileira* deste pode ser considerada precursora do moderno culturalismo da História das Mentalidades⁴.

Ainda assim, no essencial, nos identificamos com o professor Montenegro. Ele alcançou o que mais falta aos improvisados “historiadores” dos Institutos Históricos Estaduais. Ou seja, visão histórica globalizante, no caso, ausência de perspectiva de conjunto que os leva a minudências sem maior significado. Daí a quase absoluta carência de interpretação que

deflue de seus textos. A eles poderíamos estender a advertência de Marx aos que não alcançavam a essência das transformações sociais:

- O que falta a esses senhores é a dialética!

Em outras passagens, poderíamos acrescentar distorções ao quadro esboçado em *A Crise dos Institutos Históricos*.

Quando ele alude ao factualismo – contra o qual tanto se levantou o Grupo José Honório Rodrigues, sob a inspiração de Lenilde Corrêa, e no auge do consulado militar dos anos setenta – caberia acrescentar outras distorções dos Institutos Históricos Estaduais. Referimo-nos ao discursivismo, ou seja, a retórica balefa – mais que barroca – de seus carifeus. A propósito, o sempre preciso Humberto Mello nos chamava a atenção para **sete discursos** publicados em um mesmo número da revista por dirigente de Instituto Histórico e Geográfico do Nordeste. E, diga-se de passagem, cada um mais vazio e grandiloquente que o outro...

1.2. O caso do IHG/RN – As colocações acima servem de pano de fundo para os atuais cem anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fundado em 1902, e logo favorecido por sede própria assegurada pela clarividência do governador/historiador Augusto Tavares de Lyra.

Este, um dos maiores nomes da Historiografia nacional, e cuja majestosa *História do Rio Grande do Norte* teve terceira edição reeditada pelo IHG/RN, em 1998, alcançava a função criadora da entidade cuja fundação, nas palavras de Olavo de Medeiros Filho, se entrosou com a documentação de que carecia o Rio Grande, em conflito de limites com o Ceará. Figura maior, Tavares de Lyra compreendia que um Instituto Histórico Estadual associa-se às grandes questões da sociedade e não às miúdas vaidades dos eventuais detentores do poder.

Por, sobretudo, compreender essa diretiva é que, sob o comando de Enélio Petrovich, o IHG/RN é um dos que, presentemente, melhor se contrapõem às distorções argüidas por João Alfredo Montenegro.

Em primeiro lugar, pela identificação com a pesquisa.

Nesse particular, brasilianistas como Robert Levine, petropolitanos como Francisco Vasconcelos e norte-rio-grandenses como Marlene Mariz – autora de positivos estudos sobre o tenentismo e a História do Rio Grande do Norte – exploraram o tesouro contido na instituição da rua da Conceição. Trata-se de documentação que, primitivamente levantada pelo poeta/historiador Gonçalves Dias, e posteriormente ampliada pelo velho Nestor Lima, encontrou no desembargador Vicente de Lemos organizador dos mais precisos. No caso, Lemos passou a representar para a terra potiguar o que Vieira Fazenda constituiu para o Rio de Janeiro e Irineu Ferreira Pinto para a História da Paraíba⁵.

No tocante ao IHG/RN, tal não representa mero ornamento. Ela equivale a ferramental que encontra em Olavo de Medeiros Filho, roteirista prestativo e capaz. Assim que o pesquisador ingressa no edifício da rua da

Conceição, lá vem Olavo pronto a orientar, esclarecer e, mais que isso, conceder o que se procura.

A isso acrescente-se a feição pluralista do IHG/RN. Ao contrário de determinados congêneres, onde o peso cada vez maior das amizades tem implicado em sensível descréscimo da qualidade dos associados, o Histórico do Rio Grande do Norte estabelece comunhão cada vez mais ampla e feliz entre Ciências, Letras e Artes.

Data daí a presença, em seus quadros, de musicistas como Oriano de Almeida – seguramente a maior figura da cultura norte-rio-grandense de nossos dias –, pintor, Dorian Gray, tão bem retratado no volume 43 da *Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras* (2001), e ainda, folcloristas como Guttenberg Costa, diplomatas como Nestor dos Santos Lima, cientistas políticos como Itamar de Souza, historiógrafos como João Wilson Mendes Melo, internacionalistas como Clyde Smith Jr. E historiadores militares como o inigualável Fernando Hippólyto da Costa. Isto entre seus dezenas de associados.

E botá dezena nisso! Porque o IHG/RN não tem limite de associados. Quando, em 1999, Fernando Hippólyto organizou o Índice Geral contido no volume LXXXVI da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (1999), o número de sócios ascendia a 291, sendo 149 correspondentes, 121 efetivos, 17 honorários, 4 beneméritos e *um presidente perpétuo*⁶.

Ficaram então notórias as fornadas de sócios empossados por Enélio. Eu mesmo ingressei numa destas, ao lado de Valério Mesquita, Oriano de Almeida, Cleóbulo Cortês, David Silva, Merival Dantas e o conterrâneo Amaury Vasconcelos.

A emoção foi tamanha que produzi, na oportunidade, um de meus melhores estudos historiográficos – *Paraíba e Rio Grande do Norte: História e Historiografia num roteiro regional de liberdade*⁷. O mineiro Francisco Iglésias foi um dos que o louvaram.

1.3. Presidência perpétua e Revista – Ao lado do quadro de sócios ilimitados, o IHG/RN apresenta outra singularidade – a perpetuidade da presidência de Enélio Lima Petrovich.

Preliminarmente, não sou dos que simpatizam com isso. Entendo que as instituições da sociedade civil – quaisquer que sejam – possuem compromisso com a democracia que se deve irradiar por toda extensão do corpo social, como expressão da micro-física do poder referido por Michel Foucault.

Na casa de Enélio, todavia, magnificamente assessorada pela esposa Miriam e corpo de funcionários liderado pela secretária Antonieta, ninguém reclama disso. Tal porque sua liderança é **consensual** e não imposta, isto é, (não) manipulada por grupelho desejoso de sacar proveito disso. Havia precedente que lhe cabe amplificar: na década de quarenta, o jurista gaúcho

Adroaldo Mesquita da Costa, que se tornaria Ministro da Justiça da presidência Eurico Dutra, alçou-se a essa condição, no Rio Grande do Sul⁸.

O permanente exercício da presidência, na prática legitima o mandato de Enélio, **pela forma como o exerce**, sempre em proveito da comunidade e sem benefícios pessoais de qualquer espécie. Verdade que temos em Enélio, *um homem rico e bem sucedido*, como ousei sustentar perante dona Miriam, mas naquela condição – a da riqueza, mas de alma que de posses – o lado formal da questão.

No essencial, o que nele se constata é o **despojamento** de quem não ajustou o IHG/RN sequer a seu grande amigo Aluizio Alves. Este tem ali presença garantida, mas como intelectual responsável por magistral conferência sobre José Augusto Bezerra de Medeiros⁹, e não pelo que, pessoalmente, pudesse assegurar a Enélio. Que, aliás, saiu da administração aluizista como entrou, isto é, sem problemas de qualquer espécie, e apenas com a banca de advogado previdenciário mais bem sucedido do Nordeste.

Verdadeira obsessão de Enélio Petrovich, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* tem revelado feição sóbria e produtiva. Pode não chegar ao nível da *Revista da Academia de Letras da Bahia*, tão valorizada por Roberto Babert de Castro, ou à atual *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, modernizada pela dupla Arno Wheling-Miridán Knex Falci, mas sua feição é de melhor nível. As que possuo revelam pontos positivos como equilíbrio entre História e Historiografia, Rio Grande do Norte e região, a História e demais Ciências Sociais. Além de razoável distância do poder do Estado.

É louvável como em algumas delas o presidente perpétuo se retrai, a ponto de aparecer mais pela organização que pela produção. Nada, pois, de se prevalecer do cargo para colocações, seguramente melhor situadas nas mãos dos companheiros.

1.4. Democracia e cascudismo – a simbologia calendária – Liberal-democrata por temperamento e formação, Enélio tem revelado o quanto em suas mãos a produção historiográfica pertence a todos, e não a corrilhas bafejadas pelo oportunismo.

Senti isso quando do Encontro de Institutos Históricos do Nordeste que organizou em Natal. Não só assegurou-me a palavra, como me permitiu encaminhar o companheiro Romildo, como representante da **visão henoriana** do Instituto de Patos. A reunião de Natal primou pela abertura – quem quis falar, falou. À presidência, Enélio não dificultava a quem quer que fosse, mas sempre concedia espaços a quem o requeresse.

Dir-se-ia, porém, em certos momentos, como após o 31 de março de 1964, o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte deixou-se envolver por motivações alheias à primitiva finalidade. Daí decorreu a presença em seus salões do general A. Carlos Muricy, proferindo palestras de proletoismo sobre o golpe de abril de 1964¹⁰. Em defesa de Enélio, todavia, ressalve-se que Natal constitua cidade onde a Guarnição Militar se faz majoritária, o que explica sua incursão junto à entidades próximas à sociedade como o IHG/RN.

Neste, também não sei se é válido o cascudismo da presidência Enélio. Com efeito, tudo ali é Câmara Cascudo o que não é o caso do Instituto da Paraíba com José Américo, de Pernambuco com Gilberto Freyre, de Sergipe com João Ribeiro e o da Bahia com Antônio Balbino.

Duas, porém, são as razões que levam a dupla Enélio-Olavo a, assim, proceder. Em primeiro lugar, como registrado por Nilo Pereira, em artigo para *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Cascudo equivalia a verdadeira universidade, o que impôs reconhecimento pela própria Universidade do Rio Grande que surgiu depois¹¹.

De mais a mais, na visão enélio-olaviana da História do Rio Grande do Norte, Cascudo não se trata de referência física, a que se chegasse pela bajulação, mas linha de trabalho que flutua da Antropologia para a História e daí para a Sociologia, a Economia, a Política, a Geografia Espacial, assim como as Artes, Ciências e Letras que totalizam a Cultura.

No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a certa altura, intentamos isso com José Honório Rodrigues cuja amplitude de conceitos fermentou as bem sucedidas gestões de Antônio Freire, Humberto Melo e a primeira administração Joacil Pereira. Se no IHGP despontaram distorções, elas sobrevieram fora desse contexto.

No Rio Grande do Norte, a continuidade de Enélio evita anomalias de tipo. Essa a razão por que todo começo de ano recebemos, com efígie de Cascudo e o edifício da rua da Conceição, artístico calendário do IHG/RN. A oferta encerra válida simbologia: com a Fundação José Augusto, criada por Aluizio Alves, e a Vingt-Un Rosado, do touro cultural desse nome, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte regula o passar dos anos, ou seja, o tempo histórico de todos os calendários da cidade do Natal, da terra potiguar e região Nordeste em que se insere.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

(1) IGLESIAS, Francisco. *Reedição de Diogo Vasconcelos*, in *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1974, págs. 13/14, como fonte para MELLO, José Octávio de Arruda. “Maximiano Machado – Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na Primeira História da Paraíba”, in MACHADO, Maximiano. *História da Província da Paraíba*, 2ª ed., João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 1977, págs. 11/14.

(2) MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A Crise dos Institutos Históricos*, como separata sem indicações, págs. 185/186.

(3) Idem. *O Modelo Historiográfico do Barão de Studart*, como separata de *modelo historiográfico do Barão de Studart*, contido em *A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará*, in *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, págs. 67 e seguintes.

(4) Tendo em vista a maneira como Sílvio Romero deriva a literatura dos mitos indígenas e cultura negra, estávamos discutindo a questão no

interior do Grupo José Honório Rodrigues, quando *A União*, de João Pessoa, publicou, a 16 e 17 de fevereiro de 2002, dois magníficos cadernos subordinados à titulação geral *A paixão, o saber e o método em Sílvio Romero*, acerca do pensador sergipano, e condensando estudos de, entre outros, Luiz Antônio Barreto, José Mário da Silva, Andréa Ciacchi, Linaldo Guedes e Hildeberto Barbosa Filho.

(5) LEMOS, Vicente de. *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, 1912. Essa obra, objeto de frequentes abordagens do historiador potiguar Olavo de Medeiros Filho, foi bastante utilizada por ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*, 2º Vol., João Pessoa, Editora Universitária, 1977.

(6) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, contendo Índice Geral, organizado pelo sócio efetivo Fernando Hippolyto da Costa, vol. LXXXVI, Natal, 1999, pág. 192.

(7) MELLO, José Octávio de Arruda. *Paraíba e Rio Grande do Norte: História e Historiografia num roteiro regional de liberdade*, in RIHG/RN vols. LXXV e LXXVI. Natal, 1983/1984, págs. 91/97. Esse estudo foi anteriormente publicado em João Pessoa, no *Correio das Artes*, nº 224, de 10 de junho de 1984, págs. 4 e 5.

(8) AZAMBUJA, Ruy Rodrigues Brasileiro de. *Adroaldo Mesquita da Costa*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vols. LXXXVII e seguinte. Natal, 1985/1986, pág. 198.

(9) ALVES, Aluizio. *Evocação de José Augusto: uma Liderança sem Prepotência a serviço do povo*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vols. LXXV e LXXVI. Natal, 1983/1984, págs. 100/110.

(10) Dessa peroração, Enélio extraiu edição ilustrada e datada do mesmo ano de 1964.

(11) PEREIRA, Nilo. *Cascudo & Gilberto*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vols. LXXVII e seguinte. Natal, 1985/1986, pág. 163.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Janine Castro Lemmos
Rosângela de Morais Freire
Samantha de Mendonça e Cunha
Tatiana Mariz
Colaboradoras

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que é a mais antiga e a mais rica instituição cultural do Estado. Possui um acervo de 50.000 volumes, além de coleções de jornais, revistas, mapas e peças de muita valia. O Instituto é um repositório e defesa das tradições históricas do Rio Grande do Norte, sendo este o motivo que o torna tão importante.

Para execução deste trabalho, foi necessária a realização de visitas técnicas, entrevistas com o Presidente do Instituto, Dr. Enélio Lima Petrovich e pesquisas bibliográficas; sendo possível constatar a importância que o Instituto tem para o Estado.

O objetivo deste trabalho é mostrar à população a importância de se conservar uma instituição cultural, além de ter sido também um local por onde passaram figuras representativas para a história do Rio Grande do Norte, afinal como afirmou Cascudo (1987):

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não teve, em sua história, senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo. Foi a Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória.

Sem dúvida, pode-se afirmar que se trata de uma instituição de grande relevância para a história e a cultura local, principalmente quando Natal se consolida como destino turístico nacional e internacional, e quando se observa uma certa valorização do patrimônio histórico-cultural enquanto produto turístico.

2. HISTÓRICO

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (que já foi chamado de “Casa da Memória Norte-rio-grandense”), foi fundado em 29 de março de 1902, às doze horas em ponto (porque se dormia com as galinhas e acordava-se às primeiras cantadas do galo) pelo desembargador Vicente

Simões Pereira de Lemos, que teve como sua primeira sede uma sala no antigo Atheneu Norte-rio-grandense, na avenida Junqueira Aires.

O Instituto foi fundado a partir da Questão de Grossos, na qual os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará disputavam pela região de Grossos. A partir daí, os desembargadores e os historiadores começaram a reunir documentos que ajudariam na defesa do Rio Grande do Norte para que o Ceará não tomasse a região de Grossos. Feito isso, o governador Alberto Maranhão contratou o advogado Dr. Rui Barbosa, para resolver a questão. O caso foi até o Superior Tribunal de Justiça que deu a causa ganha para o Rio Grande do Norte. Sendo a questão vitoriosa, surgiu a idéia dos historiadores de reunir toda a documentação e fundar o Instituto Histórico e Geográfico, com o objetivo de *firmar com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida potiguar, em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse desideratum.* (lemos *apud* Oliveira, 2000, pág. 7).

A diretoria eleita era constituída pelos seguintes membros:

Dr. Olímpio Vital (Presidente);
Dr. Alberto Maranhão (Vice-presidente);
Dr. Pinto de Abreu (Primeiro-secretário);
Dr. Luiz Fernandes (Segundo-secretário);
Desembargador Meira e Sá (Orador);
Veríssimo de Toledo (Tesoureiro).

3. SEDES DO INSTITUTO

O Instituto, desde a sua fundação até os dias atuais, teve o desenvolvimento de suas atividades, em cinco sedes distintas, sendo elas:

- **Primeira sede:** numa sala do Atheneu Norte-rio-grandense, que é localizado na avenida Junqueira Aires, a antiga dependência da biblioteca do Estado (de 29 de março de 1902 a 3 de maio de 1903);
- **Segunda sede:** no prédio da Intendência Municipal. Atualmente, é a Prefeitura Municipal (de 3 de maio de 1903 a ...);
- **Terceira sede:** no antigo prédio da Justiça Federal, situado na rua 13 de Maio, hoje rua Princesa Isabel, 640;
- **Quarta sede:** na rua da Conceição, 622. Neste local funcionava o antigo Tribunal de Justiça do Estado;
- **Quinta sede:** na rua da Conceição, 577 (de 3 de maio de 1926 a 21 de outubro de 1938);
- **Sexta e definitiva sede:** retornou ao prédio da rua da Conceição, 622 (de 21 de outubro de 1938 até os dias atuais).

Em 1906, o governador Augusto Tavares de Lyra construiu um edifício para ser a sede do Instituto, mas como na época o Supremo Tribunal de Justiça não dispunha de uma sede, foi cedido ao mesmo uma parte do prédio, e assim as duas instituições conviveram juntas até 3 de maio de 1926. Este prédio só passou a ser definitivamente do Instituto a partir dos Decretos n.ºs. 503 e 543, datados de 7 de junho e 22 de agosto de 1938, que foram assinados pelos interventores Rafael Fernandes e Aldo Fernandes. O imóvel foi doado pelo Governo do Estado após o incansável trabalho do Dr. Nestor dos Santos Lima.

4. PRESIDENTES DO INSTITUTO

Relação dos presidentes do Instituto e seus respectivos tempos de mandato, por ordem cronológica de sucessão:

Primeiro: Dr. Olímpio Vital (1902 a 1910);
Segundo: Des. Vicente de Lemos (1910 a 1916);
Terceiro: Cel. Pedro Soares de Araújo (1916 a 1925);
Quarto: Des. João Dionísio Filgueira (1925 a 1926);
Quinto: Des. Hemetério F. R. de Melo (1926 a 1927);
Sexto: Dr. Nestor dos Santos Lima (1927 a 1959);
Sétimo: Dr. Aldo Fernandes R. de Melo (1959 a 1963);
Oitavo: Dr. Enélio L. Petrovich (1963 até a presente data).

5. ATUAL DIRETORIA

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich.
Primeiro vice-presidente: Fernando Hippolyto da Costa.
Segundo vice-presidente: Itamar de Souza.
Primeiro-secretário: Dr. Jurandy Navarro da Costa.
Segundo-secretário: Sr. Luiz Gonzaga Meira Bezerra.
Secretário-adjunto: Dr. Hélio Dantas.
Orador: Prof. Alvamar Furtado de Mendonça.
Vice-orador: Dr. Marcos Cavalcanti Maranhão.
Tesoureiro: Marcos César Cavalcanti de Moraes.
Tesoureiro-adjunto: Paulo Pereira dos Santos.
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivos: Olavo de Medeiros Filho.
Diretor-adjunto: Fátima Martins Lopes.

6. EDIFÍCIO

O edifício construído para abrigar o Instituto é uma das mais significativas edificações que a cidade do Natal preserva. Implantado no alinhamento da rua da Conceição, o prédio compartilhado de planta retangular, limita-se: ao Norte, com a travessa Vicente de Lemos (antiga Dr. Vital); ao Sul, com a travessa da Sé; ao Leste, com a rua da Conceição; e ao Oeste, com a praça André de Albuquerque.

As fachadas do prédio apresentam traços e características neoclássicas, com frontões curvos e triangulares e platibanda com balaustrada, arrematando o coroamento das paredes. Possui esquadrias em madeira e vidro, em vãos de vergas retas, com cercaduras de massa.

O edifício dispõe de uma característica marcante à época de sua construção: o acesso é pelas laterais, valorizado pelas escadarias que lhe dão imponência. Foi um prédio construído mais elevado que o nível da calçada, sobre um baldrame que sugere a existência de um porão.

7. ACERVO

O prédio abriga um dos mais importantes acervos culturais do nosso Estado, sendo o seu patrimônio de inestimável valor.

Logo na entrada do prédio encontram-se incrustados na parede dois Brasões: um do Brasil República e o outro do Brasil Império, este fundido em ferro e retirado, em 1896, da antiga cadeia pública da cidade. Nessa mesma entrada existe um velho Pelourinho (de 1732), em pedra de arenito, onde segundo a tradição, foi amarrado o Capitão-mor das Ordenanças de Vila Flor e Arês, André de Albuquerque Maranhão. Neste mesmo Pelourinho eram lidos os editais, os bandos e as proclamações oficiais, como também amarrados e açoitados os réus e os negros que fugiam. Foi retirado da Rua Grande (atualmente Praça André de Albuquerque) esse marco de realeza, por ser utilizado como banco para os soldados que prestavam “serviço” na cadeia antiga.

Nas suas dependências é possível encontrar cerca de 50.000 volumes, e muitas coleções de jornais, revistas e mapas.

SALA “A” (SALÃO NOBRE)

1 - Galeria

- 1.1 Padre Miguelinho (1768-1817);
- 1.2 Joaquim Fabrício Gomes de Souza (1855-1900);
- 1.3 Franklin D. Roosevelt (1882-1945);
- 1.4 Luiz Carlos Lins Wanderley (1831-1890);

- 1.5 Carlos Gomes (1836-1896);
- 1.6 Padre Francisco de Brito (1777-1845);
- 1.7 Padre João Manoel de Carvalho (1841-1899);
- 1.8 Cônego Estevão José Dantas (1850-1929);
- 1.9 Manoel Ferreira Nobre (1824-1897);
- 1.10 Isabel Gondim (1839-1933);
- 1.11 D. Pedro I (1798-1834);
- 1.12 José Moreira Brandão C. Branco (1828-1895);
- 1.13 Padre José de Calazans Pinheiro (1866-1946);
- 1.14 Rodolfo Garcia (1873-1949);
- 1.15 José Bernardo de Medeiros (1837-1907);
- 1.16 Dom Antônio Felipe Camarão (... a 1648);
- 1.17 Gal. Varela - Pintura de Moura Rabello;
- 1.18 Alexander von Humboldt (1769-1859);
- 1.19 Dom Joaquim Antônio de Almeida - primeiro Bispo de Natal (1868-1947);
- 1.20 Efigie de Nisia Floresta (1810-1885);
- 1.21 Ruy Barbosa (1849-1923);
- 1.22 Crucifixo - reprodução do desenho de Giunta Pisano, no Museu Cívico de Pisa (séc. XIII).
- 1.23 Forte dos Reis Magos, de um antigo desenho de Franz Post (pintura de Neuza de Brito Guerra);
- 1.24 Máscara mortuária de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902);
- 1.25 Augusto Comte (1798-1857);
- 1.26 Fotografia da cabeça, em bronze, de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986);
- 1.27 Amaro Bezerra (1825-1890);
- 1.28 Rafael Fernandes Gurjão (1891-1952);
- 1.29 Olímpio Manuel dos Santos Vital - primeiro presidente do IHG/RN (1830-1952);
- 1.30 Vicente Simões Pereira de Lemos - segundo presidente do IHG/RN (1850-1918);
- 1.31 Pedro Soares de Araújo - terceiro presidente do IHG/RN (1855-1927);
- 1.32 Hemetério Fernandes Raposo de Melo - quarto presidente do IHG/RN (1869-1932);
- 1.33 Nestor dos Santos Lima - quinto presidente do IHG/RN (1887-1959);
- 1.34 Aldo Fernandes Raposo de Melo - sexto presidente do IHG/RN (1898-1983);
- 1.35 Antônio Francisco Pereira de Carvalho - presidente da Província (... a 1915);
- 1.36 Antônio Florêncio Pereira do Lago - herói da Retirada da Laguna (1825-1892);

- 1.37 Alberto Santos Dumont (1873-1932);
- 1.38 Ernesto de Mello Baptista (1907-1973).

2. MUSEU

- 2.1 Estola do padre Miguelinho;
- 2.2 Título do Barão de Serra Branca (1888);
- 2.3 Busto de Amaro Cavalcanti (1849-1922);
- 2.4 Busto do Barão do Rio Branco (1845-1912);
- 2.5 Vitrine contendo relíquias do almirante Ernesto de Mello Baptista;
- 2.6 Relógio de parede, tipo oito (1818) - doação do Sr. Roque Araújo de Azevedo (1998).

SALA “B”

1. Biblioteca

- 1.1 Estante de obras raras;
- 1.2 Estante “Antônio de Souza” (1867-1955);
- 1.3 Estante doada pelo sócio benemérito Tobias do Rego Monteiro (1866-1952);
- 1.4 Estante doada pelo sócio benemérito Tobias do Rego Monteiro (1866-1952);
- 1.5 Biblioteca Juvenil;
- 1.6 Livros das Datas de Sesmarias.

2. Galeria

- 2.1 Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885);
- 2.2 “O Grito do Ipiranga”;
- 2.3 “Feira das Rocas”, de A. Barbosa;
- 2.4 Auta de Souza (1876-1901);
- 2.5 Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944);
- 2.6 “História da nossa Bandeira”;
- 2.7 Getúlio Vargas (1883-1954);
- 2.8 Augusto Tavares de Lyra (1872-1958).

3. Museu

- 3.1 Manuscrito original da primeira Constituição do Rio Grande do Norte - (21/06/1891).

SALA “C”

1. Biblioteca “Dr. Nestor Lima”.

1.1 a 1.7 Estantes e livros - doação, em testamento, do homenageado.

1.8 Livros e periódicos - doação do sócio efetivo Dr. Antônio Soares de Araújo Filho (1999).

SALA “D”

1. Biblioteca

1.1 a 1.3 Estantes de autores norte-rio-grandenses;

1.4 Biblioteca “Franklin Roosevelt”;

1.5 Dicionários e Enciclopédias;

1.6 Leis e Decretos do Rio Grande do Norte.

2. Galeria

2.1 Maurício Wanderley - Barão de Cotegipe (1815-1889);

2.2 Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877);

2.3 José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838);

2.4 Visconde de Mauá - Irineu Evangelista de Souza (1813-1889);

2.5 Visconde de Rio Branco - José Maria da Silva Paranhos (1816-1880);

2.6 Marquês de Herval - Manoel Luiz Ozório (1808-1879);

2.7 Barão do Amazonas - Francisco Barroso da Silva (1804-1882);

2.8 Marquês de Tamandaré - Joaquim Marques Lisboa (1807-1897);

2.9 Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850);

2.10 João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919);

2.11 João Pessoa (1878-1930);

2.12 Visconde de Ouro Preto - Afonso Celso de Assis de Figueiredo (1827-1912);

2.13 D. Pedro II (1825-1891);

2.14 Marquês de Paraná - Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856);

2.15 Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843);

2.16 Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (1784-1910);

2.17 Visconde de Itaboraí - Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872);

2.18 José Clemente Pereira (1787-1854);

2.19 Quintino de Souza Bocaiúva (1836-1912);

2.20 Marquês de Olinda - Pedro Araújo Lima (1793-1870);

- 2.21 Duque de Caxias - Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880);
- 2.22 José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915);
- 2.23 Primeira turma da Escola Normal de Natal (1910);
- 2.24 Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891);
- 2.25 Mahatma Gandhi (1869-1948);
- 2.26 Brasão da Família Wanderley;
- 2.27 Luís da Câmara Cascudo, Enélio Lima Petrovich e Manoel Rodrigues de Melo (29/03/1982);
- 2.28 Virgílio Galvão Bezerra da Trindade (1887-1969);
- 2.29 Silvino Bezerra Neto (1887-1969);
- 2.30 Antídio de Azevedo (1887-1975).

3. Museu

- 3.1 Primeira Pia batismal da Catedral;
- 3.2 Arte indígena;
- 3.3 Paramentos do primeiro Bispo de Natal;
- 3.4 Primeiro cofre da tesouraria da Província;
- 3.5 Escrivania de Pedro Velho (1856-1907);
- 3.6 Primeiro cofre da Intendência Municipal;
- 3.7 Primeiro telefone de Natal;
- 3.8 Paramentos do padre João Maria;
- 3.9 Primeira urna eleitoral (doação do Tribunal de Justiça do RN).

SALA “E”

1. Bibliografia

- 1.1 Biblioteca “Manoel Dantas”;
- 1.2 Biblioteca “Israel Nazareno” (1889-1982);
- 1.3 Documentos públicos do Rio Grande do Norte.

2. Museu

- 2.1 Busto de Manoel Dantas (1867-1924);
- 2.2 Condecoração de Grande Oficial da Coroa da Itália conferida ao Dr. Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956);
- 2.3 Impostas, em forma de brasão, que encimou o arco principal da desaparecida igreja de Extremoz (1755);
- 2.4 Acervo de fotografias;
- 2.5 Secção numismática (vitrine nº 1);
- 2.6 Relíquias, diplomas (vitrine nº 2).

SALA “F-1”

1. Biblioteca

1.1 a 1.3 Estantes de livros doados por Israel Nazareno.

SALA “G” – “Desembargador Vicente de Lemos”

1. Biblioteca

1.1 a 1.8 Estantes contendo todas as atividades do conhecimento humano, através de 30.000 livros e periódicos, aproximadamente;

1.9 Arquivo de documentos públicos e eclesiásticos;

1.10 Estante (biblioteca) com os livros doados pelo professor dr. Peregrino Júnior – sócio benemérito do IHG/RN (1898-1983);

1.11 Estantes de jornais do Rio Grande do Norte.

8. CONCLUSÃO

Chamada de Casa da Memória Norte-rio-grandense teve como objetivo inicial reunir documentos, que tratavam da disputa pela região de Grossos entre Rio Grande do Norte e Ceará, constituiu-se o primeiro passo para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Com acervo bastante rico e diversificado, versando sobre história, cultura, personagens ilustres, além de guardar peças e artefatos de inestimável valor para a evolução da sociedade local.

Enfim, um acervo que comprova e retrata a vida, os costumes e as características da localidade, focalizando e indicando caminhos para nossa evolução como povo potiguar.

9. BIBLIOGRAFIA

NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal Monumental*, Natal, Fundação José Augusto/APEC, 1994, 122 p.

LIMA, Nestor dos Santos. MELO, Manoel Rodrigues. *As cinco sedes do Instituto: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico*, Natal, Fundação José Augusto/UFRN, 1982.

OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, (s.n.), 2000.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO (Rio Grande do Norte), Natal, IHG, 1987, Folder.

ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DO IHG/RN

Antônio Jácome
Colaborador

No ano em que completa seu centenário, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG/RN) pode dar-se ao luxo de anunciar-se como uma instituição praticamente única a dispor do maior acervo historiográfico, e de objetos que retratam a história do nosso Estado. Em seu prédio, que acaba de ganhar um anexo, uma espaçosa casa de memória em estilo neoclássico, o IHG abriga um acervo de 50 mil volumes, entre revistas, periódicos e livros, onde destacam-se obras de valor inestimável, por serem raras, havendo casos de consistir em um único exemplar em toda a região Nordeste. A mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, o IHG foi fundado em 29 de março de 1902, constituindo-se num dos principais monumentos do Corredor Cultural da nossa capital.

Instituição animada por um alto espírito democrático, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte está aberto à curiosidade e às pesquisas do nosso povo, além de constituir-se num exemplo vivo da continuidade em favor da consolidação da nossa identidade cultural. Todo o acervo daquela casa de cultura atravessa os anos a cumprir uma missão específica: a de transmitir conhecimento adquirido por gerações passadas e presentes, e aquelas que ainda estão por vir.

É justo enfatizarmos neste momento, o gesto de amor da jornalista e sócia benemérita daquela casa, Ana Angélica Timbó de Oliveira, a quem se deve a doação de um imóvel localizado na rua da Conceição, nesta Capital, para abrigar a preservação da biblioteca, pinturas, fotos, fichários, enfim, todo o acervo da instituição, que inestimável benefício presta à comunidade, como centro de pesquisa para estudantes de todos os níveis.

Também vale destacar o nome de homens ilustres que formaram a primeira diretoria da instituição: Dr. Alberto Maranhão, Dr. Pinto de Abreu, Dr. Luiz Fernandes, Desembargador Meira e Sá e Dr. Veríssimo de Toledo. O grande prestígio daquela casa de cultura ainda abrigou o então governador do Estado, Alberto Maranhão, na condição de vice-presidente. Na ata de fundação do IHG, também destacam-se nomes de grande projeção na história política e intelectual do Estado, tais como os ex-governadores Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Chaves Filho, Augusto Tavares de Lyra, Antônio José de Melo e Souza e os senadores José Bernardo de Medeiros e Eloy de Souza.

Desde a sua fundação, o Instituto, que por mais de meio século é presidido de forma competente pelo ilustre advogado Enélio Lima Petrovich, que como ninguém trata com carinho e zelo a nossa história, teve outros sete presidentes: Dr. Olympio Manoel dos Santos Vital, Desembargador Vicente de Lemos, Coronel Pedro Soares de Araújo, Desembargador João Dionísio Filgueira, Desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo, Dr. Nestor dos Santos Lima, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo.

No último dia 19, uma vasta programação marcou o transcurso do seu centenário, contando com a presença de convidados de outros Estados, especialmente comandados pelo seu presidente, o advogado Enélio Lima Petrovich, à frente da instituição desde 1963, que com estes reuniu-se para prestar ao Instituto, as justas homenagens.

Após a abertura solene pelo presidente Enélio Lima Petrovich, a sessão magna comemorativa prosseguiu com uma exposição da trajetória do IHG, pelo sócio efetivo, historiador Marcus César Cavalcanti de Moraes, seguida de uma exaltação ao Instituto pelo poeta alagoano Zé Brejeiro, e saudação ao escritor Agaciel da Silva Maia, pelo sócio efetivo, sociólogo e escritor Washington Araújo.

O presidente da Academia de Trovas do RN, médico Jair Maciel de Figueiredo, homenageou o IHG, anunciando o lançamento de um concurso de trovas, seguido da outorga do Diploma *Mérito Amigo do IHG* à personalidades que contribuíram com a centenária instituição cultural, seguido do lançamento da obra *O Livro das Velhas Figuras*, do mestre Luís da Câmara Cascudo, um dos sócios ilustres da entidade, e do segundo número da Revista *Agora Memória*, que traz rica pauta sobre o IHG

Nesta data em que a casa de cultura do Rio Grande do Norte comemora seu centenário, também nos honra destacar que esta foi a única instituição cultural a receber, em 2001, a comenda MÉRITO EM EDUCAÇÃO WADSON JOSÉ BASTOS PINHEIRO, da Prefeitura Municipal do Natal.

Discurso proferido pelo deputado estadual Antônio Jácome, na Sessão Solene da Assembléia Legislativa do Estado, em 23 de abril de 2002.

O PRÉDIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Jeanne Fonseca Leite Nesi
Sócia efetiva

O prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, localiza-se na rua da Conceição, nº 622, em Natal. Foi ele tombado a nível estadual, em 30 de novembro de 1984 e restaurado pela Fundação José Augusto, em 1987.

Em 29 de março de 1902, no salão da Biblioteca Estadual, que funcionava no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense, o governador Alberto Maranhão presidiu a sessão que criou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição destinada a pesquisar e divulgar a história do Estado.

Ao ato inaugural compareceram, além de Alberto Maranhão, vinte e seis destacadas personalidades, que se tornaram sócios-fundadores do Instituto, dentre os quais o des. Vicente Simões Pereira de Lemos, fundador da entidade, e o dr. Olympio Vital, que foi eleito para ocupar a presidência.

No pequeno salão da biblioteca, o Instituto funcionou durante um ano e dois meses. Em 3 de maio de 1903, tomou posse a segunda diretoria eleita do Instituto, ocasião em que a instituição passou a funcionar na Intendência Municipal, cuja sede ficava localizada na esquina da Ulisses Caldas com a Junqueira Aires, no local hoje ocupado pela Prefeitura Municipal.

Na Intendência Municipal, o Instituto permaneceu durante alguns anos, transferindo-se para o imóvel nº 640 da rua 13 de Maio (hoje, Princesa Isabel), local onde funcionava a Justiça Federal.

Em 1906, o governador Augusto Tavares de Lyra construiu um edifício para servir de sede ao Instituto (rua da Conceição, nº 622). Como, à época, o Supremo Tribunal de Justiça não dispunha de uma sede condigna, foi cedido ao mesmo uma parte do prédio destinado ao Instituto Histórico e Geográfico. E, assim, as duas instituições conviveram juntas, desde a inauguração do prédio, em princípios de 1908, até 3 de maio de 1926.

Com o avultamento das atividades desenvolvidas pelas duas instituições, o prédio já não comportava a presença simultânea das mesmas, o que levou o Instituto a ceder provisoriamente as suas instalações,

em troca da casa nº 577 da mesma rua da Conceição, local que ocupou até 1938.

Depois de ter ocupado durante 12 anos aquele local, pequeno e inadequado, o presidente do Instituto, dr. Nestor dos Santos Lima, obteve do Interventor Federal Rafael Fernandes o retorno do Instituto à sua antiga sede. A entrega definitiva do edifício ocorreu através dos decretos nºs. 503 e 543, de 7 de junho e de 22 de agosto de 1938.

O edifício construído para abrigar o Instituto é uma das mais significativas edificações que a Cidade do Natal preserva. Implantado no alinhamento da rua da Conceição, o prédio, com partido de planta retangular, limita-se: ao Norte, com a travessa Vicente de Lemos (antiga Dr. Vital); ao Sul, com a travessa da Sé; ao Leste, com a rua da Conceição; e, ao Oeste, com a praça André de Albuquerque.

As fachadas do prédio apresentam traços e características neoclássicas, com frontões curvos e triangulares e platibanda com balaustrada, arrematando o coroamento das paredes. Possui esquadrias em madeira e vidro, em vãos de vergas retas, com cercaduras de massa.

O edifício dispõe de uma característica marcante, à época da sua construção: o acesso se dá pelas laterais, valorizado pelas escadarias que lhe dão imponência. Foi o prédio construído mais elevado que o nível da calçada, sobre um baldrame que sugere a existência de um porão.

O prédio abriga em seu interior um dos mais importantes acervos culturais do nosso Estado. O patrimônio do Instituto é de inestimável valor: ali se encontram, dentre outras peças, a primitiva pia de batismo da matriz de Natal; a estola do padre Miguelinho, mártir e herói da Revolução de 1817; os paramentos do padre João Maria, a quem o povo potiguar consagrou como santo; o primeiro telefone instalado em Natal, outrora pertencente à residência da viúva Sinhá Galvão; a mesa em que o governador Pedro Velho trabalhava; o cofre da Provedoria Real da Capitania do Rio Grande, do início do século XVIII. O Instituto também guarda o mais valioso acervo documental do Rio Grande do Norte, com manuscritos contemporâneos da restauração portuguesa, ocorrida logo após a expulsão dos holandeses.

Incrustados na parede externa, à entrada do prédio existem dois brasões: um do Brasil República e o outro do Brasil Império, este fundido em ferro e retirado, em 1896, da antiga Cadeia Pública da Cidade. Na mesma entrada do prédio, ainda existe um velho Pelourinho (de 1732), construído em pedra de arenito, onde, segundo a tradição, foi amarrado o capitão-mor das Ordenanças de Vila Flor e Arês, André de Albuquerque Maranhão (primo e cunhado de André de Albuquerque Maranhão, o mártir da Revolução de 1817). Junto ao Pelourinho eram lidos, outrora, os editais, os bandos e as proclamações oficiais. Também no pelourinho eram amarrados e açoitados os réus e negros fugidos...

O nosso Instituto Histórico e Geográfico é a mais antiga instituição cultural do Estado, sendo, ademais, o repositório e defensor das nossas

tradições históricas. A sua biblioteca forma uma preciosa coletânea de estudos sobre o Brasil e, particularmente, sobre o Rio Grande do Norte, possuindo cerca de 25.000 volumes. O Instituto também possui uma coleção de jornais, revistas e fotografias.

Preside o Instituto Histórico e Geográfico o renomado advogado e escritor, Enélio Lima Petrovich, que tem sido, durante um período de mais de trinta anos, o grande coordenador e catalizador de energias, ações e iniciativas em prol da tradicional Casa da Memória do nosso Estado.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE NAS REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN¹

Marta Maria de Araújo

Marlene da Silva Mariz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Colaboradoras

Os Institutos Históricos e Geográficos são instituições responsáveis por acervos documentais que guardam grande parte das fontes da história brasileira. Sua importância em levantar, metodizar e sistematizar um conhecimento histórico é tamanha, a ponto do historiador José Honório Rodrigues (1978) afirmar que a pesquisa histórica nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro. O IHGB, que se espelhou em agremiações congêneres européias, logo incentivou a fundação de institutos locais em cada Província ou em cada Estado da federação. Os Institutos Históricos e Geográficos criados procuraram pois:

[...] se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre os seus membros; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional (CALLARI, 2000, p.60).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) é a entidade cultural mais antiga do Estado, fundado em Natal, em 29 de março de 1902, durante o Governo Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, sob a inspiração do IHGB, num momento bem enfático de debate sobre o nacionalismo e a formação de arquivos para a preservação do patrimônio histórico-documental, que possibilitaria a escrita da história de acordo com os parâmetros recentes da ciência positivista.

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado no CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBHE/ PUCPR, 2004 1. CD-ROM.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE NAS REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN¹

Marta Maria de Araújo

Marlene da Silva Mariz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Colaboradoras

Os Institutos Históricos e Geográficos são instituições responsáveis por acervos documentais que guardam grande parte das fontes da história brasileira. Sua importância em levantar, metodizar e sistematizar um conhecimento histórico é tamanha, a ponto do historiador José Honório Rodrigues (1978) afirmar que a pesquisa histórica nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro. O IHGB, que se espelhou em agremiações congêneres europeias, logo incentivou a fundação de institutos locais em cada Província ou em cada Estado da federação. Os Institutos Históricos e Geográficos criados procuraram pois:

[...] se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre os seus membros; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional (CALLARI, 2000, p.60).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) é a entidade cultural mais antiga do Estado, fundado em Natal, em 29 de março de 1902, durante o Governo Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, sob a inspiração do IHGB, num momento bem enfático de debate sobre o nacionalismo e a formação de arquivos para a preservação do patrimônio histórico-documental, que possibilitaria a escrita da história de acordo com os parâmetros recentes da ciência positivista.

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado no CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. Anais... Curitiba: SBHE/ PUCPR, 2004 1. CD-ROM.

Sem sede própria, o IHGRN foi inicialmente instalado no salão do Ateneu Norte-rio-grandense, local em que funcionava a Biblioteca Estadual. Após ser instalado em vários locais provisórios, o IHGRN somente ganhou sede própria em 1938, resultado de uma doação do Estado pelo então Governador Rafael Fernandes Gurjão, posteriormente, Presidente do IHGRN.

A primeira Diretoria do IHGRN foi composta por Olympio Manuel dos Santos Vital (Presidente), Governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (Vice-presidente), Francisco Pinto de Abreu (1º Secretário), Luiz Fernandes (2º Secretário), Francisco de Salles de Meira e Sá (Orador), Veríssimo de Toledo (Tesoureiro). Fruto da iniciativa de historiadores, intelectuais e políticos, como Vicente Simões Pereira de Lemos, Augusto Tavares de Lyra, Antônio de Mello e Souza, Manuel Dantas, Henrique Castriciano de Souza, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Chaves, Eloy de Souza, dentre outros, preocupados com a preservação da história e da memória social do Estado. E ainda, entusiasmados com a grande quantidade de documentos históricos reunidos no decorrer da “Questão de Grossos”, que tratou dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.

Atualmente, o IHGRN, é portador de um notável acervo bibliográfico composto de obras raras de história, geografia, literatura, obras de autores norte-rio-grandenses e brasileiros, jornais, além da própria Revista do IHGRN, que publica trabalhos de sócios efetivos e correspondentes, motivação para esta pesquisa ora em desenvolvimento.

Uma das finalidades do IHGRN, semelhante à de outros Institutos Históricos, é a de “[...] coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil.” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 09).

No entanto, cabia ao IHGRN editar duas vezes por ano uma Revista – a qual publicava “[...] memórias e documentos relativos à história do Rio Grande do Norte e a sua geografia, os trabalhos dos sócios e as notícias ou os extratos de nossa história publicados em outra parte, no País e no Estrangeiro.” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 09).

O objetivo deste trabalho volta-se primordialmente para o mapeamento de artigos sobre a história da educação e da escola no Rio Grande do Norte e no Brasil, publicados nas Revistas do IHGRN, obedecendo a critérios cronológicos e temáticos. Intelectuais, políticos, professores, enfim, historiadores, eram os membros do IHGRN no período estudado.

A Revista do IHGRN foi criada conjuntamente com a fundação da entidade (1902) e o seu primeiro número data de 1903 e o último, de 1996, sendo essa edição comemorativa do Quarto Centenário do Rio Grande do Norte. No decorrer deste período de 1902 a 2001, os artigos distribuem-se

em 87 volumes, que geralmente se reportam à história da colonização e da cartografia do Rio Grande do Norte, das secas nordestinas, do surgimento dos municípios, dos movimentos revolucionários, de personalidades políticas locais, incluindo chefes indígenas, da presença dos holandeses na colonização local, das festas religiosas, da história da educação e da escola e outros assuntos específicos da Entidade.

Nesse período de 1903 a 2001, a Revista do IHGRN, apesar da ausência de regularidades, publicou 562 artigos, destes, 13 (2,3%) eram referentes à história da educação e da escola no Rio Grande do Norte e no Brasil, sendo dos anos de 1938 a 1940 (1), 1954 (1), 1959 (1), 1960 (1), 1961, (4), 1963 (1), 1964 a 1966 (1), 1966 (1) e 1980 (2).

No entanto, é rara a Revista do IHGRN que não faça registros historiográficos educacionais sobre Leis e Decretos provinciais e estaduais acerca da criação de cadeiras de instrução primária e secundária nos municípios potiguares. Ao todo, encontramos 9 registros dessa natureza.

Da historiografia dos primeiros membros do IHGB e do IHGRN há, pois, continuidades, mas também alteridades, trazidas de alguma forma, pelos novos sócios dessa entidade político cultural de nível local. De toda maneira, nos meados do século XX, os associados do IHGRN não deixavam de ter uma participação ativa na sociedade como políticos, clérigos, jornalistas, professores, enfim, intelectuais e historiadores. Porta-vozes e, por vezes, ligados ao poder político republicano local e nacional, a historiografia produzida pelos filiados dessa agremiação, pretendia ser memória social e, por vezes, memória pessoal.

O papel cultural da escola pública ou particular, veículo de formação intelectual dos filhos das elites e iniciação profissional dos filhos das classes trabalhadoras e, por conseguinte, de difusão e inculcação de valores e idéias dominantes pela sociedade, foi sempre uma preocupação histórica dos membros dessa agremiação político-cultural.

A história da história de um campo disciplinar de conhecimento exige, pois, que se investigue criteriosamente os diferentes meios ou veículos de divulgação referentes à produção e socialização deste conhecimento específico, editores responsáveis, fontes documentais e bibliográficas utilizadas para o ensino e a pesquisa do campo do mesmo.

A Cadeira de Gramática Latina da Villa do Príncipe, da autoria de José Augusto, é o primeiro artigo sobre a história da educação e da escola no Rio Grande do Norte, nas páginas da Revista do IHGRN. Com o artigo, quis chamar atenção o autor, para o motivo dos fatores ponderáveis no desenvolvimento intelectual da sociedade seridoense haver sido a criação da cadeira de Gramática Latina, pelo Padre Francisco Brito Guerra, no início do século XIX em Caicó (Na época, Vila do Príncipe). Em 1836, foi tornada uma escola pública por meio de um projeto de lei da autoria do próprio Padre Guerra, quando Deputado Imperial pelo Rio Grande do Norte (1831-1833).

Partindo das suas memórias escritas é que Adauto da Câmara, ex-aluno, e posteriormente professor de História do Brasil do Ateneu Norte-

Riograndense, dá continuidade à iniciativa de José Augusto, escrevendo: *Ateneu Norte-Riograndense: reminiscências – 1909 a 1916*. Adauto da Câmara reúne artigos por ele escritos para o Diário de Natal, no ano de 1947, quando morava no Rio de Janeiro. Nessa compilação de artigos, o ex-aluno do Ateneu Norte-Riograndense rememora a sua época de estudante de 1909 a 1916, nesta escola secundarista, cuja entrada se deu por meio de exame de admissão ao Curso de Madureza (como era chamado à época), nomes de seus colegas de turma que assim como ele tinham em média 10 anos de idade, o corpo de professores e funcionários, as festas cívicas e cerimônias de entrega de prêmios aos melhores alunos, as festas de colação de grau e edifício.

O edifício do Ateneu Norte-Riograndense construído em 1848, de conformidade com requisitos pedagógicos da época, em 1909, possuía um padrão arquitetônico condizente com a Reforma Benjamin Constant de 1890. Segundo o autor, tinha o Ateneu “[...] seis amplas salas de aula, e uma menor ocupada pela administração. Há anos, foi feito um puxado, em que se alojavam os gabinetes de Física e História Natural e Laboratório de Química.” (CÂMARA, 1954, p.13).

Relembra Adauto Câmara que de 1909 a 1916, o regime disciplinar compreendia advertências, castigo com retenção na escola copiando o regulamento e lições até cansar os dedos, suspensão e expulsão. A didática dos professores, tanto era tradicional, quanto moderna. Em Geografia, valia uma memorização excessiva tão do agrado do professor e padre José Calazans Pinheiro. Em História, por exemplo, os professores José Augusto e Moisés Soares estimulavam o debate e a reflexão histórica. Por sua vez, as formas associativas dos estudantes davam-se em torno do Centro Acadêmico do Ateneu Norte-Riograndense e de sua Revista *O Estudante*, de finalidades culturais e políticas.

Sob o ponto de vista da legislação que reformou o ensino secundário e superior no Brasil, Adauto da Câmara destaca o Decreto nº 8.659, de abril de 1911 (Reforma Rivadávia Correia) e o Decreto nº 11.530 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano). Concluindo o artigo sobre suas memórias estudantis de um aluno secundarista do Ateneu Norte-Riograndense, entre 1909 a 1916, Adauto da Câmara (1954, p. 42) dirige uma saudação aos seus antigos professores “[...] que incutiram em mim o amor ao estudo, a noção de responsabilidade, o culto das virtudes edificantes, que transformam o adolescente em um cidadão útil à Pátria e à sociedade.”

Em síntese, Adauto da Câmara desejava transmitir para as novas gerações suas lembranças da escola em que estudou e foi professor, em termos pedagógicos, didáticos, culturais, arquitetônicos. A memória escrita transforma-se em memória histórica.

Passados cinco anos da publicação do artigo de Adauto Câmara, em 1959, José Augusto Bezerra de Medeiros, ex-aluno, ex-professor de História e também ex-professor de Adauto da Câmara, no Ateneu Norte-Riograndense, dando continuidade à produção de uma historiografia sobre

a educação escolar no Rio Grande do Norte e no Brasil escreve o artigo: *Tavares de Lira e a Reforma do Ensino Público*.

Na linha da tradição dos Institutos Históricos e Geográficos, o artigo tinha o objetivo de homenagear Augusto Tavares de Lira, aquele que foi o político, o intelectual, o historiador, o professor de História do Brasil do Ateneu Norte-Riograndense, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores (e Educação Pública) do Governo Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909), bem como um dos sócios fundadores do IHGRN. O motivo do artigo devia-se ao seu falecimento em 21 de dezembro de 1958.

Em *Tavares de Lira e a Reforma do Ensino Público*, José Augusto transcreve a exposição de motivos endereçada, em 1907, ao Congresso Nacional pelo Governo Afonso Penna, e seu Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lira, que encaminhava o ante-projeto de reforma do ensino público primário, secundário e universitário. Levada ao plenário da Câmara Federal, o ante-projeto largamente discutido por educadores, intelectuais e políticos de projeção como Manoel Bonfim, que na sua oração, segundo José Augusto:

[...] punha em relevo que pela primeira vez a idéia da intervenção direta e imediata da União no ensino primário surgia, sob o amparo oficial, idéia por ele de há muito defendida em artigos de jornais, em revistas e até livros, que então publicara e no qual chegara a conclusão de que para os males afetando a vida social do Brasil, só haveria um remédio eficaz, o da educação, que devia antes de tudo a instrução popular, ao ensino elementar, do qual a União até então se afastara. (AUGUSTO, 1959, p. 46).

No entanto, mostra José Augusto que, aprovado na Câmara Federal, o ante-projeto do governo Afonso Penna elaborado por seu Ministro Tavares de Lira, não teve andamento sob o argumento de que não era possível delegar ao Governo Federal atribuições que não são suas, como o financiamento da educação primária e secundária. A par dessa justificativa, “[...] morreu no Congresso Nacional, o projeto de reforma da educação de iniciativa do Ministro Tavares de Lira, reforma que, incontestavelmente, continha idéias novas e salutares.” (AUGUSTO, 1959, p. 47).

Na Revista do IHGRN do ano seguinte de 1960, o professor e diretor do Colégio Sete de Setembro de Natal, Antonio Fagundes, escreve o artigo intitulado *O Ensino no Rio Grande do Norte: subsídios para a sua história*. Neste artigo, o professor Antonio Fagundes deteve-se no arrolamento de leis provinciais que subsidiariam uma história do ensino no Rio Grande do Norte no Império, a exemplo da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 (criou a escola primária no Brasil), a Resolução nº 5, de 27 de fevereiro de 1835 (autorizou a Congregação de lentes do Atheneu a organizar os

Estatutos para as aulas de latim e primeiras letras da Província) e algumas leis que criaram escolas de primeiras letras no plano local. O seu esforço historiográfico não tinha outro “[...] intuito que não o de prestar pequeno auxílio aos que propuseram a realização de um trabalho sistematizado, aqui deixo o que tenho podido colher a respeito.” (FAGUNDES, 1960, p. 47).

Em artigo intitulado *A Música e a Escola Natalense* (1961), o professor de francês, Ateneu Norte-Riograndense e do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Américo de Oliveira Costa, discute a música como ciência (por ter fórmulas, aprendizagens, regras e técnicas), como arte (por sua força de expressão, de aglutinação e progressos da sociedade) e como disciplina escolar (imprescindível na formação da humanidade).

A escola como lugar de aprendizagens intelectuais e artísticas estava a dever da criação de uma mentalidade musical ampliada na sociedade, reclamava esse professor do Ateneu e da UFRN. Em face dessa lacuna, os tempos modernos já requeriam a introdução da disciplina de música em todas as escolas primárias e secundárias do Rio Grande do Norte, indistintamente, cujo currículo devia conter:

[...] história da música e a vida e a obra de grandes compositores, o conhecimento dos instrumentos de banda e orquestra, dos diferentes gêneros musicais, das tonalidades maiores e menores, do caráter dos movimentos de uma partitura, das escolas e estilos musicais, através de tempos. (COSTA, 1961, p. 112).

No parecer desse educador, a obrigatoriedade da disciplina música clássica e canto orfeônico, proporcionaria não somente educar crianças e jovens norte-riograndenses pela música, mas também proporcionaria desenvolver uma mentalidade musical ampliada.

No ano de 1961, o ex-aluno do Ateneu Norte-Riograndense, prof. Ulisses Celestino de Góis, escreveu sobre o ensino da instituição que ajudou a fundar em 1919, com o título *O Ensino Comercial em Natal (Contribuição ao I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal)*, posteriormente designada Escola Técnica de Comércio de Natal.

Neste artigo, o professor Ulisses de Góis, que também foi um dos fundadores, em 1957, da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuárias de Natal, e mais tarde incorporada à UFRN, discorre sobre os cursos comerciais no Rio Grande do Norte desde as primeiras Escolas de Comércio de Natal e Escola Feminina de Comércio (iniciativa da Igreja Católica em 1918 e 1919), depois reconhecidas de utilidade pública (Lei Estadual nº 489, de 30 de novembro de 1920).

Mostra o autor, que o Rio Grande do Norte, no período entre 1918 e 1954, possuiu 41 Escolas de Comércio, sendo 07 na capital Natal e 34 em cidades do interior do Estado. Para o prof. Ulisses de Góis (1961, p. 86), os fatores que concorrem para a evolução do Ensino Comercial no Rio Grande do Norte foram, entre outros, a regulamentação da profissão de contador, a feição técnica da legislação tributária, a organização da contabilidade nas repartições públicas, as conquistas das leis trabalhistas, as campanhas de expansão do ensino comercial e o “[...] conteúdo moral e educativo próprio do ensino comercial.”

Nesse ano de 1961, o prof. Américo de Oliveira Costa homenageia os cinquenta anos da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, com um artigo de nome *Cinquenta Anos da Liga de Ensino*. Fundada a 23 de julho de 1911, a Liga de Ensino foi a responsável pela criação da Escola Doméstica de Natal, em 1º de setembro de 1914. Sob a égide da Liga de Ensino, a Escola Doméstica de Natal cresceu “[...] segundo as tradições de nossa psicologia coletiva.” (COSTA, 1961, p. 157).

Ainda nesse ano de 1961, o prof. Antonio Fagundes volta a publicar, detendo-se, desta vez, nas suas recordações do tempo de aluno no Marista de Natal, de 1904 e 1907, com o título *O Colégio Santo Antônio (Reminiscências)*. As suas reminiscências evocavam os colegas de turma, os professores, o diretor (Cônego João Irineo Joffily), os fundadores (Padres Moysés Coelho e Alfredo Pegado), a ordem disciplinar e castigos, as festas escolares e a convivência social. A cargo dos padres seculares, mas como professores “[...] desconheciam os princípios da ciência-arte de educar, mas nem por isso deixavam de proporcionar a indispensável assistência aos alunos. Nisto consistia o maior mérito, talvez, desses preceptores improvisados.” (FAGUNDES, 1961, p. 21).

Um exemplo de história da educação escolar local está contido no artigo do sócio efetivo do IHGRN e professor M. Jácome de Lima, sob a denominação de *Instrução Pública em Martins* (1963). Com a intenção de deixar registros historiográficos para uma história da educação escolar de Martins (RN), o professor Jácome de Lima enumera as escolas de primeiras letras criadas e os professores contratados em 1831, mediante aprovação da Lei Imperial de 1827. Em 1847, era destinada à Povoação de Martins uma Escola de Latim (Lei nº 50, de 24 de outubro de 1840). Por sinal, foi a única Povoação da Província a possuir uma Escola de Latim, pois as localidades que possuíam Cadeiras de Latim como Natal, Caicó, Assu, São José de Mipibu e Goianinha ou eram cidades, ou vilas provinciais.

No período imperial, Martins teve 05 escolas públicas, duas do sexo feminino e três do sexo masculino. Com o regime republicano, foi instalado na cidade de Martins o “Grupo Escolar Almino Afonso” (Decreto nº 196, de 21 de abril de 1909), durante o governo de Alberto Frederico Albuquerque Maranhão. Conforme Lima (1963), jardins de infância, escolas primárias, secundárias e bibliotecas escolares contribuíram,

indiscutivelmente, para que as crianças e jovens da sociedade local de Martins tivessem o hábito e o gosto pela boa leitura.

Sempre empenhado na ampliação de um patrimônio historiográfico em que realçassem aspectos geopolíticos, antropológicos e culturais norte-rio-grandenses, o professor de História do Colégio Sete de Setembro e da UFRN, Tarcisio Medeiros (neto do Desembargador Vicente Simões Pereira Lemos Duarte, um dos fundadores do IHGRN e um dos primeiros historiadores do Estado), não mediu esforços para sistematizar o artigo (em separata) *Síntese Histórica da Educação no Rio Grande do Norte* (1964 a 1966).

Do alvorecer da Capitania do Rio Grande (1598) até os anos de 1970, o professor Tarcisio Medeiros arrolou muitas das iniciativas da propagação da escolarização no Rio Grande do Norte, começando pelos jesuítas nos aldeamentos indígenas, passando pelas organizações escolares no século XIX e, enfim, chegando a propagação da escola pública primária, secundária e superior no século XX.

Segundo Medeiros (1964 a 1966, p. 193) era pela ampliação da escolarização para todos, que se poderia “[...] avançar o desenvolvimento social, como processo de reforma integral da nação, como força para elevá-la à condição de grande potência.”

Com a sua síntese histórica da escolarização no Rio Grande do Norte, almejava o professor e historiador Tarcisio Medeiros produzir uma historiografia do passado e do presente. Ao realizar essa síntese, convidava o leitor a inteirar-se dos processos técnicos, pedagógicos e culturais que norteiam, em cada época, a organização escolar:

[...] têm, por império suas necessidades de adaptar, de refletir e de espalhar com a filosofia predominante que alicerça uma sociedade que vem a cada época abrindo novas perspectivas ao pensamento pedagógico, [...] em um constante movimento onde a Escola se sobressai como instituição social, onde se despertam, se refletem e se manifestam as mais variadas necessidades dos grupos sociais. (MEDEIROS, 1980, p. 64)

Após inúmeras experiências como professor de Ciências Naturais e Biologia da Escola Normal de Mossoró e do Ateneu Norte-Riograndense, Diretor do Departamento de Educação da Secretaria do Estado, Educação e Cultura (SEC-RN) e Deputado Estadual, Carlos Borges de Medeiros dedicou-se ao ofício de escrever livros e artigos para revistas e jornais.

No 78º (septuagésimo oitavo ano) do IHGRN e de sua Revista, o professor Carlos Borges publicou o artigo *Aspectos da Educação no Brasil*

(1980). Neste, arvorou-se a escrever uma história sintética da organização escolar brasileira na Colônia (com ênfase na Ratio *Studiorum* e reformas pombalinas), Império (Lei Geral de 1827 e Método Mútuo de Ensino) e na República (Movimento Escolanovista no Brasil, criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e “Leis Orgânicas”).

Para tanto, recorreu constantemente a pensadores brasileiros como Everardo Backeuser, Antonio Carneiro Leão, Anísio Teixeira, Roberto Moreira, Fernando de Azevedo, Gustavo Capanema, Lourenço Filho, John Dewey, Maria Luiza Santos Ribeiro, Maria José Garcia Werebe, Valnir Chagas, Cláudio de Moura Castro, dentre outros.

Enfim, nesse mesmo ano de 1980, 78º (septuagésimo oitavo ano) da criação do IHGRN e de sua Revista, o professor e historiador Tarcisio Medeiros discorre a respeito: *Há 50 anos, com os Maristas em Natal*. A sua intenção com o artigo era “[...] recordar para fazer presente às gerações de hoje, o que foi o passado, tocando em fatos para reconstituir a história do início da Congregação Marista em Natal, há 50 anos.” (MEDEIROS, 1979 e 1980, p. 116). Articulando a história do cotidiano do Colégio Santo Antônio – Marista de Natal com as suas lembranças de aluno da segunda turma desse colégio religioso, rememora em primeiro lugar, a noite das festividades do cinquentenário dos Maristas em Natal, no dia 23 de novembro de 1935, comemorada conjuntamente com colação de grau da sua turma do Marista (segunda turma) no Teatro Alberto Maranhão (na época Carlos Gomes), quando nessa data irrompeu a revolução comunista.

Em seguida, o prof. Tarcisio detém-se na história do cotidiano do Marista de 1930 a 1935, muito mais na época em que foi aluno (1932 a 1935). Rememora as disciplinas escolares, as práticas esportivas (basquete, voleibol, futebol), as aulas de catecismo no sábado, a obrigatoriedade da missa no domingo, devidamente fardado na Igreja de Santo Antônio, e as festas em geral. Quanto ao ensino propriamente dito:

[...] era pesado pelo método ensinado, porque além de nos exigirem muitas disciplinas em longa carga horária, nos atropelavam, todos dias, com muitos deveres escritos para serem preparados em casa, ou para estudar com as bancas dos vigiados, sem consideração do nosso sossego noturno. (MEDEIROS, 1979 e 1980, p.118).

Os textos aqui mapeados acerca da história da educação no Rio Grande do Norte e no Brasil, publicados nas Revistas do IHGRN, no período entre 1902 e 1980, abordam a história da escola e do ensino, da música como disciplina escolar, da evolução do ensino comercial no Rio Grande do Norte,

da educação escolar no plano local da cidade de Martins, da organização escolar brasileira e da história do cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José. A cadeira de gramática latina da Vila do Príncipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 35 a 37, p. 37-44, 1938 a 1940.

_____. Tavares de Lyra e a reforma do ensino público. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 52, p. 30-47, 1959.

CALLARI, Claudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CÂMARA, Adauto da. Ateneu Norte-Riograndense: reminiscências – 1909 – 1916. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 51, p. 5-44, 1954.

COSTA, Américo de Oliveira. A música e a escola natalense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 54 p. 104-118, 1961.

_____. Cinquenta anos da Liga de Ensino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 54, p. 152-157, 1961.

ESTATUTO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 1, n.1, p. 3- 23, 1903.

FAGUNDES, Antonio. O ensino no Rio Grande do Norte: subsídios para a sua história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 53, p. 47-53, 1960.

_____. O colégio Santo Antônio (reminiscências). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 54, p. 20-36, 1961.

GOIS, Ulisses de. O ensino comercial em Natal: contribuição ao I Seminário de Estudos de Problemas de Educação e Cultura no município do Natal. **Revista do Instituto Historio e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 54, p. 78-86, 1961.

LIMA, M. Jácome de. Instrução pública em Martins. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 55, p. 59-66, 1963.

MEDEIROS, Carlos Borges de. Aspectos da educação no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 70, p. 33-67, 1980.

MEDEIROS, Tarcisio. Síntese histórica da educação no Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 66 e 67, p. 173-193, 1964 a 1966.

_____. Há 50 anos, com os Maristas em Natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 51 e 52, p. 115-120, 1979 e 1980.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

PRESERVANDO A MEMÓRIA DO RN

Rosinaldo Vieira
Colaborador

Com 100 anos de fundado, isto é, em 29 de março de 2002, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHG/RN, tornou-se uma das mais importantes instituições culturais do RN. Possui um acervo de mais de 50 mil obras entre jornais, revistas, periódicos e relíquias históricas, que mostram quais são as nossas raízes e de onde surgimos, servindo, inclusive, de arcabouço para prepararmos melhor o nosso futuro.

Dentre as figuras mais proeminentes da história do RN que já figuraram como diretores do IHG/RN, podemos citar o historiador Luís da Câmara Cascudo, Alberto Maranhão, entre outros.

O atual presidente do IHG/RN, Enélio Lima Petrovich, está à frente da instituição desde 1963, portanto, há 40 anos. Ao longo de todo esse tempo, só vem repetindo o árduo e difícil trabalho dos seus antecessores, que é o de ser o guardião da memória do Rio Grande do Norte.

Entrevistado desta semana do *Podium Arquitetura & Construção*, Enélio nasceu em Natal em 1934. É membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura e formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRN, primeira turma de Direito (1959).

Fonte de inestimável valor para pesquisadores, Enélio destaca que o IHG/RN também pode ser bastante útil para os arquitetos que estejam trabalhando na reforma de algum prédio ou monumento histórico do Estado, e que precisam de dados para compor o seu trabalho. Acompanhe a seguir, os principais trechos da entrevista:

O IHG/RN foi fundado no dia 29 de março de 1902, em sessão presidida pelo desembargador Vicente de Lemos, que foi o segundo presidente da instituição de 1910 a 1916. O primeiro foi o doutor Olympio Vital, de 1902 a 1910. A sessão de fundação aconteceu no salão da Biblioteca Estadual, que funcionava no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense.

ORIGENS

O IHG/RN foi originário de uma disputa por um pedaço de terra entre o CE e o RN, a chamada Questão de Grossos, onde estes dois Estados reivindicavam a posse desta terra. Pelo lado dos potiguares foram convocados historiadores,

que procuraram provar com documentos históricos, que aquela região pertencia ao RN, o que acabou acontecendo, causa que contou ainda com o trabalho do advogado Rui Barbosa. A partir deste fato, muitas pessoas envolvidas no caso, tiveram a seguinte idéia: já que através deste trabalho conseguimos reunir vários documentos históricos acerca do nosso Estado, por que não fundar uma instituição que tenha como papel documentar toda a história do RN? A partir daí surgiu algum tempo depois o IHG/RN.

SEDES

O IHG/RN já funcionou em várias sedes. A primeira delas foi de 1902 a 1903 numa sala do Atheneu Norte-rio-grandense, localizado na antiga avenida Junqueira Aires - hoje Câmara Cascudo -, onde também funcionava a dependência da Biblioteca do Estado. Até 1938 funcionou em vários locais sem sede própria, até que em 1938 passou a se estabelecer no seu endereço atual da rua da Conceição na Cidade Alta, prédio que foi doado pelo Governo do Estado do RN, através de decretos assinados pelos interventores Rafael Fernandes e Aldo Fernandes. Essa conquista se deu muito em função do trabalho incansável do então presidente do IHG/RN, doutor Nestor dos Santos Lima.

OBJETIVOS

O IHG/RN foi criado com o objetivo de guardar e resgatar a memória e a história do Rio Grande do Norte. Através do trabalho de homens abnegados, que ao longo destes 100 anos não mediram esforços, foi possível reunir um acervo de vital importância para o Estado, no que diz respeito à sua memória e raízes.

A ATUAL SEDE DO IHG/RN - CONSIDERAÇÕES ARQUITETÔNICAS

A atual sede do IHG/RN possui um estilo neoclássico, com linhas muito sóbrias e foi construído no começo deste século, quando na ocasião era governador do RN, Tavares de Lyra, que o construiu para compor o acervo do Instituto, que só veio a acontecer definitivamente em 1938. É bom lembrar que o prédio do Instituto está localizado na área mais importante para a história de Natal, pois foi no seu entorno que originou-se a capital do RN.

ACERVO

Ao longo dos seus 100 anos de história, o IHG/RN tornou-se a mais importante instituição cultural do Rio Grande do Norte. Durante todo esse tempo, foi reunido um acervo que conta hoje com cerca de 50 mil volumes, entre mapas, livros, revistas, documentos, além de um acervo de objetos raros como o primeiro telefone da cidade, a primeira urna eleitoral do Estado e o pelourinho de Natal, que representa a autonomia do município e onde eram colocados presos para serem punidos. Em meio a esse universo de informações, são encontradas obras dos mais expressivos historiadores e autores potiguares e coleções dos principais jornais e revistas do RN, com destaque para os jornais A República, Diário de Natal e Tribuna, num acervo documental que abrange desde o século XVII, a partir de 1659, passando pelo período colonial, imperial, republicano, até chegar aos nossos dias. No entanto, já estamos com pouco espaço para guardar tanto as informações que já possuímos, como as que nos chegam constantemente.

REFERÊNCIA PARA PESQUISADORES

O IHG/RN tornou-se um ponto de referência para aqueles que procuram encontrar algum dado histórico sobre o estado do Rio Grande do Norte. É um local ideal, por exemplo, para os arquitetos que têm uma preocupação com o patrimônio arquitetônico do RN. Se algum deles for fazer uma reforma de algum prédio e quiser conhecer mais dados históricos sobre a construção, até para que possam ser mantidas suas características arquitetônicas da época em que foi edificado, com certeza poderá encontrar dados relevantes para o seu trabalho no IHG/RN.

DESTAQUE DO ACERVO QUE PODEM SERVIR PARA OS ARQUITETOS

Do acervo do IHG/RN que poderia ser úteis para o trabalho de um arquiteto, preocupado em manter as características arquitetônicas de um prédio antigo que esteja reformando, podemos citar o livro do arquiteto João Maurício Fernandes de Miranda, intitulado 380 anos de história fotográfica da Cidade do Natal - 1599-1979, que mostra através de um rico acervo fotográfico, a própria evolução urbana da cidade. Outro livro importante é o Natal Monumental, da

arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, hoje diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em Natal, que mostra a história e a arquitetura de vários prédios e monumentos históricos da cidade.

“ALMAS VIVAS” NO RN

Eu destacaria ainda no acervo do Instituto, um mapa do Rio Grande do Norte de 1868, publicado num livro que mostrava os mapas dos outros Estados do Brasil na época do Império. Neste mesmo mapa consta a informação de que no RN havia 240 mil almas - numa referência ao número de habitantes no Estado, que contava com seis comarcas: Natal, São José, Assú, Seridó, Mossoró e Maioridade. A cidade do Natal contava com 5 mil almas.

Do livro Natal Monumental, da arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi sobre o prédio do IHG/RN:

Em 1906, o governador Augusto Tavares de Lyra construiu um edifício para servir de sede ao Instituto (rua da Conceição, nº 622). Como, à época, o Supremo Tribunal de Justiça não dispunha de uma sede condigna, foi cedido ao mesmo uma parte do prédio destinado ao IHG/RN. E, assim, as duas instituições conviveram juntas, desde a inauguração do prédio, em princípios de 1908, até 3 de maio de 1926.

As fachadas do prédio apresentam traços e características neoclássicas, com frontões curvos e triangulares e platimbanda com balaustrada, arrematando o coroamento das paredes. Possui esquadrias em madeira e vidro, em vãos de vergas retas, com cercaduras de massa.

O edifício dispõe de uma característica marcante, à época da sua construção: o acesso se dá pelas laterais, valorizado pelas escadarias que lhe dão imponência. Foi o prédio construído mais elevado que o nível da calçada, sobre baldrame que sugere a existência de um porão.

CENTRO DE IRRADIAÇÃO CULTURAL - I

Joacil de Britto Pereira
Sócio correspondente

Os norte-rio-grandenses têm justificado orgulho dessa instituição tradicional, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHG/RN. É a mais antiga “Casa de Cultura” do nosso Estado. Fundado no dia 29 de março de 1902, numa reunião que se realizou no salão da Biblioteca Estadual, pelas 12:00 horas daquele dia, presidida pelo des. Vicente de Lemos, a ata assinalou a presença de doze ilustres figuras, sócios fundadores da entidade, a saber:

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Tomás Landim, Cel. Pedro Soares de Araújo, Cel. Joaquim Manuel Teixeira de Moura e Veríssimo de Toledo.

Foram, também, considerados fundadores, catorze personalidades, as quais não compareceram, mas se fizeram representar, tal como consta da ata de fundação respectiva.

Eram eles:

Pedro Velho, Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Eloi de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antônio de Souza, Manuel Hemetério Raposo de Melo, Sérgio Paes Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino.

Tudo está registrado na plaquete de autoria de Caio Flávio Fernandes de Oliveira, pp. 6/7, editada pela própria entidade, no ano de 2000, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Natal.

A “Casa da Memória” do nosso Estado vem prestando, durante os 100 anos de existência, que agora se comemora, os mais relevantes serviços

à cultura. E é impossível conhecê-la sem amar tão notável instituição, nascida do idealismo dos seus fundadores e mantida rediviva graças aos esforços dos seus dirigentes, através dessa centena de anos de profícua e patriótica atividade.

A efeméride do centenário de fundação suscita-nos, sem dúvida alguma, as alegrias mais puras do nosso civismo. Daí porque é justo rememorar não apenas os instituidores eméritos, mas, também, os dirigentes dedicados. Eles, através dos tempos, asseguraram a continuidade e o progresso desse “centro de irradiação cultural” do Estado potiguar.

No discurso de posse, como sócio correspondente desta Casa, em 29 de março de 1988, eu recordava, pela ordem de sucessão, todos os presidentes que por aqui passaram:

Olimpio Vital, de 1902 a 1910; Vicente de Lemos, de 1910 a 1916; Pedro Soares de Araújo, de 1916 a 1925; João Dionísio Filgueira, de 1925 a 1926; Hemetério Raposo de Melo, de 1926 a 1927; Nestor dos Santos Lima, de 1927 a 1959; Aldo Fernandes Raposo de Melo, de 1959 a 1963.

De 1963 até os nossos dias – dizia eu – dirige esta Casa o atual presidente Enélio Lima Petrovich, eleito e reeleito para continuar o trabalho dos seus antecessores.

Falta acrescentar que ele, agora, é presidente perpétuo. Repetiu o feito do seu tio-avô e padrinho por duas vezes (batismo e casamento), Nestor dos Santos Lima, como assinalou, com orgulho, no seu discurso de posse, na categoria de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O primeiro, de 1927 a 1959, elegeu-se e reelegeu-se até chegar a presidente perpétuo, pelos seus méritos, à frente desta importante instituição cultural do Rio Grande do Norte. O segundo, seguiu-lhe o exemplo de dignidade, trabalho e majestade, elevado à categoria de perpetuidade na presidência, porque vem sendo, por quase quarenta anos, o principal sustentáculo desta entidade centenária.

Não tive a honra de conhecer Nestor dos Santos Lima, que faleceu em 26 de fevereiro de 1959, nesta famosa capital, chamada por Câmara Cascudo de a “Noiva do Sol”, mas tive a ventura de conhecer o seu herdeiro preceptor cultural, e sobrinho-neto, Enélio. Perdoem-me se transcrevo, mais uma vez aqui, trecho do meu discurso de posse:

Desde o momento que o conheci, ao primeiro toque, nossas almas se entenderam. Selamos uma amizade que, embora recente, parece antiga e definitivamente consolidada. Unimo-nos pela comunhão de pensamento e pelas inclinações espirituais. Kant diria: ... pelas afinidades eletivas.

Hoje, já temos, no nosso relacionamento fraternal, uma espécie de usucapião afetivo, sem necessidade alguma de justo título e de boa-fé. Basta tão só o decurso de um longo tempo.

Na homenagem que Enélio Petrovich prestou ao seu parente pela ancestralidade, Nestor Lima, na passagem de seu centenário de nascimento, o perfilou, brilhantemente, com amor quase filial. Destacou, então, aspectos da vida e da obra do grande mestre: historiador, ensaísta, advogado, poeta, escritor e jornalista. Bem se vê que, no seu escrito, deixou traços fiéis do antecessor ilustre, como se fizesse a clonagem espiritual e moral do modelo. Enélio, preside, hoje, com a mesma abnegação do seu tio-avô, o nosso “Centenário Centro de Estudos Históricos e Geográficos” – por que não dizer? – de “irradiação cultural”, de Artes e de Letras.

Aqui se evolue e se respira sacralidade. Esta Casa é quase um templo. É como se fosse uma catedral do nosso civismo, que é a religião da Pátria. Neste recinto está perenemente exposto o busto de Amaro Cavalcanti, o Rui Barbosa do Rio Grande do Norte. Em suas dependências augustas há um acervo precioso. Na galeria do Salão Nobre, o padre Miguelinho nos contempla e aponta o caminho da honra e da heroicidade. Dom Antônio Felipe Camarão dá-nos lições de bravura e nutre o nosso sentimento de nacionalidade; a cabeça em bronze de Luís da Câmara Cascudo avulta entre as relíquias da terra, com a apologia dos seus ensinamentos, distinguindo-se entre os mais sábios preletores.

Multiplicam-se as galerias com ricas pinacotecas; variadas bibliotecas; a hemeroteca é rica, o arquivo contém milhares de títulos. Tudo bem guardado, muito bem cuidado. Tantas relíquias e tesouros conservados, para o culto da posteridade. Esta Casa da Memória é a guardiã maior da nossa história.

A sua sede definitiva está aqui, depois de perambular por cinco localizações, até que encontrou o seu recanto, neste majestoso casarão da Rua da Conceição, nº 622. O que devemos fazer é conseguir recursos para construir um Anexo. Lanço a idéia e espero que o nosso presidente Enélio toque o clarim e nos convoque à luta com a sua conhecida determinação. Vamos construir um Pavilhão de Eventos em local bem próximo para desafogar o Instituto.

CENTROS DE IRRADIAÇÃO CULTURAL - II

Joacil de Britto Pereira
Sócio correspondente

Duas das mais notáveis instituições culturais do Nordeste, a Academia Pernambucana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, completaram o seu primeiro centenário de fundação, nesses últimos dois anos.

A primeira nasceu em 26 de janeiro de 1901, com vinte sócios considerados fundadores, um deles tido, na verdade, como o *pai-fundador*, na expressão de Lucilo Varejão Filho. Foi ele, Carneiro Vilela, cujo nome ilustre terminou sendo dado à própria Casa de Letras que criara, certo de que *uma nação vive porque pensa*.

A luta dos primeiros acadêmicos para que a nobre entidade pudesse crescer, prosperar e sobreviver está contada nos dois volumes que acabei de ler, agora, no período da convalescença de uma enfermidade de mais de 20 dias, acometido da virose do *dengue*.

Datada de 4 de abril deste ano, recebi a *Revista do Centenário da Academia Pernambucana de Letras*, em dois belos tomos que têm o título *Os de Ontem, os de Hoje, os de Sempre*. O régio presente, editado pela Companhia Editora de Pernambuco, vinha dedicado à Biblioteca Álvaro de Carvalho da APL, que tenho a honra de presidir, com expressiva dedicatória do meu ilustre e prezado amigo Fernando de Mello Freyre, presidente da Fundação Joaquim Nabuco.

Só agora agradeço ao remetente, comunicando-lhe que já mandei incorporar ao acervo da nossa Academia as preciosas publicações remetidas, que estão à disposição dos nossos confrades.

Fiquei feliz de verificar como a Casa de Carneiro Vilela cresceu e se firmou no Nordeste e é, hoje, no país, uma instituição vitoriosa, com quarenta cadeiras, cujos patronos e sucessivos ocupantes honram as tradições culturais dos pernambucanos.

Parabenizo a centenária instituição do vizinho estado de Pernambuco e o faço com a efusão e o orgulho de quem sempre admirou o *Leão do Norte*, a sua história de bravura e de lutas, o seu irredentismo, os seus sonhos literários e a sua liderança incontestada nas letras e nas artes desta fecunda região nordestina.

Na Casa do Pensamento e da Cultura Pernambucana tenho excelentes amigos: Antônio Correia de Oliveira e Ariano Suassuna foram meus queridos

colegas de turma na Faculdade de Direito do Recife. O último destes, o meu confrade na Academia Paraibana de Letras. Dirceu Rabelo, o poeta que cantou “a alongada fidelidade, José Rafael de Menezes, igualmente meu consócio na Casa de Coriolano de Medeiros. Jarbas Maranhão, ensaísta e publicista do Direito, Magalhães Melo que teve de deixar a Presidência por motivo de saúde. Marcos Vinícios Vilaça, com quem sempre me correspondo. Mário Márcio, Milton Lins, Nelson Saldanha, aos quais admiro pela inteligência peregrina. Pinto Ferreira, meu professor de Direito Constitucional e mestre de sempre. Waldemar Lopes de Andrade, o maior sonetista do Brasil e anfitrião de grande fidalguia gaulesa. Vamireh Chacon, historiador e sociólogo. Waldemar Soares Miranda, paraibano cedido a Pernambuco, onde fez toda a sua vida profissional e chegou à Presidência do vetusto silogeu, dirigindo-o por dez anos.

A todos eles saúdo com euforia pela passagem desses “cem anos” de anseios, de lutas e de glórias. Destaco num abraço afetuosos Fernando Alfredo Guedes Pereira de Mello Freyre, pela sua cordialidade.

Outro importante centro de irradiação cultural da nossa região, que acaba de completar cem anos de existência, é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. É uma das mais antigas Casas da Memória do Nordeste. Fundada no dia 29 de março de 1902, numa reunião realizada na Biblioteca Estadual, em Natal, sobre a presidência do desembargador Vicente de Lemos, a ata de fundação registra a presença de doze figuras ilustres, a saber: Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Olímpio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Tomás Landim, coronel Pedro Soares de Araújo, coronel Joaquim Manuel Teixeira de Moura e Verissimo de Toledo.

Catorze personalidades mais se fizeram representar e, assim, também foram considerados fundadores: Pedro Velho, Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Eloy de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemetério Raposo de Melo, Sérgio Paes Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Catriciano de Souza e Pedro Avelino.

Durante esses cem anos de vida, a “Casa da Memória” norte-riograndense prestou relevantes serviços ao Estado, pelo idealismo dos seus fundadores. Vem se mantendo rediviva e atuante, graças aos esforços dos seus dirigentes.

A efeméride do centenário de fundação suscita-nos, sem dúvida alguma, as alegrias mais puras do nosso civismo. Daí porque é justo rememorar não apenas os instituidores eméritos, mas, também, os dirigentes dedicados. Eles, através dos tempos, asseguraram a continuidade e o progresso desse centro de irradiação cultural dos potiguares.

Tenho a satisfação de pertencer ao quadro do IHG/RN, como sócio correspondente, desde 29 de março de 1988. No meu discurso de posse, recordei os ex-presidentes, com destaque para Nestor dos Santos Lima e para o seu parente pela ancestralidade, Enélio Lima Petrovich. Ambos foram sempre eleitos e reeleitos até conquistarem o título de “presidente perpétuo”. Perpetuaram-se na direção daquela Casa, pelos seus méritos, pela dedicação, pelo trabalho incansável e desinteressado em prol das artes, das letras e da história do Rio Grande do Norte.

Parabenizo, na pessoa de Enélio Lima Petrovich, todos os membros daquele instituto, onde se cultuam os vultos quase sagrados de Dom Antônio Felipe Camarão, do Padre Miguelinho, de Amaro Cavalcar.te e de Luís da Câmara Cascudo.

colegas de turma na Faculdade de Direito do Recife. O último destes, o meu confrade na Academia Paraibana de Letras. Dirceu Rabelo, o poeta que cantou “a alongada fidelidade, José Rafael de Menezes, igualmente meu consócio na Casa de Coriolano de Medeiros. Jarbas Maranhão, ensaísta e publicista do Direito, Magalhães Melo que teve de deixar a Presidência por motivo de saúde. Marcos Vinícios Vilaça, com quem sempre me correspondo. Mário Márcio, Milton Lins, Nelson Saldanha, aos quais admiro pela inteligência peregrina. Pinto Ferreira, meu professor de Direito Constitucional e mestre de sempre. Waldemar Lopes de Andrade, o maior sonetista do Brasil e anfitrião de grande fidalguia gaulesa. Vamireh Chacon, historiador e sociólogo. Waldemar Soares Miranda, paraibano cedido a Pernambuco, onde fez toda a sua vida profissional e chegou à Presidência do vetusto silogeu, dirigindo-o por dez anos.

A todos eles saúdo com euforia pela passagem desses “cem anos” de anseios, de lutas e de glórias. Destaco num abraço afetuoso Fernando Alfredo Guedes Pereira de Mello Freyre, pela sua cordialidade.

Outro importante centro de irradiação cultural da nossa região, que acaba de completar cem anos de existência, é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. É uma das mais antigas Casas da Memória do Nordeste. Fundada no dia 29 de março de 1902, numa reunião realizada na Biblioteca Estadual, em Natal, sobre a presidência do desembargador Vicente de Lemos, a ata de fundação registra a presença de doze figuras ilustres, a saber: Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Olímpio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Tomás Landim, coronel Pedro Soares de Araújo, coronel Joaquim Manuel Teixeira de Moura e Veríssimo de Toledo.

Catorze personalidades mais se fizeram representar e, assim, também foram considerados fundadores: Pedro Velho, Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Eloy de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemetério Raposo de Melo, Sérgio Paes Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Catriciano de Souza e Pedro Avelino.

Durante esses cem anos de vida, a “Casa da Memória” norte-riograndense prestou relevantes serviços ao Estado, pelo idealismo dos seus fundadores. Vem se mantendo rediviva e atuante, graças aos esforços dos seus dirigentes.

A efeméride do centenário de fundação suscita-nos, sem dúvida alguma, as alegrias mais puras do nosso civismo. Daí porque é justo rememorar não apenas os instituidores eméritos, mas, também, os dirigentes dedicados. Eles, através dos tempos, asseguraram a continuidade e o progresso desse centro de irradiação cultural dos potiguares.

Tenho a satisfação de pertencer ao quadro do IHG/RN, como sócio correspondente, desde 29 de março de 1988. No meu discurso de posse, recordei os ex-presidentes, com destaque para Nestor dos Santos Lima e para o seu parente pela ancestralidade, Enélio Lima Petrovich. Ambos foram sempre eleitos e reeleitos até conquistarem o título de “presidente perpétuo”. Perpetuaram-se na direção daquela Casa, pelos seus méritos, pela dedicação, pelo trabalho incansável e desinteressado em prol das artes, das letras e da história do Rio Grande do Norte.

Parabenizo, na pessoa de Enélio Lima Petrovich, todos os membros daquele instituto, onde se cultuam os vultos quase sagrados de Dom Antônio Felipe Camarão, do Padre Miguelinho, de Amaro Cavalcar.te e de Luís da Câmara Cascudo.

NATAL—AVENTURA DA AVIAÇÃO, LATÉCOÈRE E MERMOZ

Lamartine de Andrade Lima
Colaborador

É motivo de reflexão na história da cultura humana, um ponto existente em praticamente todas as civilizações, que é a curiosidade desenvolvendo o interesse pelo exótico, através da qual, ao invés de repelir-se o que é considerado diferente, acontece uma aproximação, com interatividade e, tantas vezes, aculturação, principalmente quando existe vantagem econômica. A atração européia pelo Oriente Próximo e o Norte da África, depois pelas Costas dos Ventos, da Pimenta, do Marfim, do Ouro, dos Escravos, e dos Esqueletos, e pela Ásia, e logo depois as Américas, é fato histórico e um dos determinantes das grandes navegações marítimas, como depois foi das grandes linhas aéreas intercontinentais. O século XIX foi aquele das grandes expedições exploradoras, que se tornaram colonizadoras, principalmente depois que Otto von Bismarck, ministro alemão e marechal vitorioso da Guerra Franco-Prussiana, redesenhou o mapa político da África, na Conferência de Berlim. A França, todavia, não perdera o seu primado de colonizadora cultural e de refinamento civilizatório, que continuou a fascinar o mundo durante boa parte do século XX. Assim, a 23 de outubro de 1906, nosso patriota Alberto Santos Dumont, que, ali já fora premiado pela apresentação de seus balões e dirigíveis, fez a pioneira demonstração de vôo com avião impulsionado por motor à explosão de combustível de petróleo, o “14 – Bis”, no campo de Bagatelle, em Paris. E justamente foi aquela nação a primeira a acreditar na aeronáutica. E, ao mesmo tempo em que se iniciavam as travessias terrestres nos primitivos automóveis, que deram origem aos tão famosos quanto exóticos “Croix Noir” e “Croix Jaune”, desenvolvia-se o interesse pela aviação. Depois do primeiro vôo realizado pelo brasileiro, o norte-americano Wilbur Wright, em 1908, no aeródromo de Auvours, em Les Mans, fez também a sua apresentação em aparelho mais pesado que o ar, que produzira com o seu irmão Orville. Já em 1909, o francês Louis Blériot havia construído um monoplano, com ele realizou, em meia hora, a primeira travessia aérea do Canal da Mancha, e escreveu o primeiro manual de pilotagem. Um ano depois, em 1910, o famoso ciclista francês Louis Moutier, comprou por 10.000 francos uma réplica do aeroplano de Blériot e, em Ambérieu, onde havia o Hotel Lion d’Or em que passariam mais tarde a hospedar os futuros alunos e aviadores, encontrando um lugar que achou adequado, embora entre cercados e plantações de

legumes, criou uma escola de pilotagem, ao lado da qual apareceria o Café de l'Aviation, ponto de reunião dos que seriam mais tarde extraordinários azes dos azes. Junto dela surgiria um hangar para fabricação de aviões pelos irmãos franceses de origem polonesa, Edouard, Gabriel e Pierre Wroblewski, que usavam no sobrenome o pseudônimo Salvez. Os primeiros testes experimentais de vôo foram feitos pelos pioneiros na planície Bellièvre, em Ambérieu-em-Bugey, próximo do povoado de Château-Gaillard, a três quilômetros do castelo de Saint-Maurice-de-Rèmens, de onde sairia o famoso piloto e romancista Antoine de Saint-Exupery, cujo primeiro livro, manuscrito, recopiado e corrigido por trinta vezes, foi publicado em 1929, com o título de **Correio Sul**, e precisamente dez anos depois, em 1939, ganharia o prêmio da Academia Francesa com o livro **Terra dos Homens**. Era a época da fascinação nacional francesa para com a aviação, que era festejada em toda parte, inclusive nos famosos teatros, como o Grand-Guignol, de Lyon, que montou, com enorme sucesso, a peça **O Grande Pássaro**. O encantamento transmitiu-se a toda a Europa. Aquele aeródromo tornou-se muito conhecido e, na Páscoa de 1912, foi organizada uma festa de três dias para a inauguração da escola de aviação civil e militar de Ambérieu, quando o Aeroclube da França já havia emitido 1.000 licenças de vôo, enquanto ainda eram 200 nos Estados Unidos. Nos anos que se seguiram a 1914, com a Primeira Guerra Mundial, os protótipos Salvez foram copiados pelos holandeses para a fabricação dos Fokker, aviões que deram a inicial supremacia à aviação militar alemã. Logo passada a Grande Guerra, um ambicioso empresário que fizera fortuna com o comércio de armas até 1917, interessou-se pelo ramo de aviões; era Pierre-Georges Latécoère, filho de rica família com negócios de madeira no interior da França, que havia feito seus estudos na famosa École Centrale, na qual também fora impregnado do pensamento político expansionista e colonialista francês. Em 1919, ele fundou uma companhia aérea com seu nome e contratou os veteranos pilotos de guerra, que se hospedavam no Hotel du Grand Balcon, em Toulouse, França, onde ficava o núcleo central da aviação pioneira e quartel-general da empresa Latécoère, que comprara biplanos Bréguet, oriundos também da Guerra Mundial. O seu diretor-geral era Beppo de Massimi, um militar italiano voluntário na aeronáutica francesa, que servira na guerra como oficial de observação. Mas a alma da companhia era um homenzinho de absoluta aparência militar, idealista, exigente e intransigente, da mais alta consciência e responsabilidade profissional, que sempre acreditou na superação dos limites humanos nos campos de batalha e no comando de uma aeronave, a quem seus melhores pilotos não o chamavam pelo prenome; era Didier Daurat, que saíra da escola de relojoaria e mecânica de Paris e ingressara no exército francês, seguindo para o campo de batalha, onde fora ferido em Verdun, hospitalizado e, de alta médica, solicitara entrar na aeronáutica como piloto de reconhecimento de linhas inimigas, então, observou e transmitiu a posição do enorme canhão Gross Bertha, que, de longa distância, bombardeava a capital da França; tomara-se famoso líder dos pilotos, com

ele servira Massimi, e entrou com o colega na recém fundada companhia Latécoère, para a qual, pessoalmente, abria a rota da Europa para a África, e se tornaria diretor-executivo. Essa empresa mais tarde transformar-se-ia na Aeropostale, a primeira firma a utilizar o avião para serviço de correio. E depois seria a Air France. Foi a Latécoère, com escritório nos Champs Elisées, em Paris, a primeira companhia de aviação a estabelecer uma linha aérea com implantação de bases operacionais, e inaugurar, com o mesmo Didier Daurat, a 1º de setembro de 1919, o pioneiro serviço aéreo, decolando do enlameado campo de aviação de Toulouse-Montaudran indo pousar em Rabat, ligando a França ao Marrocos, e, assim, a Europa com a África. Expandiu suas linhas aéreas sobre os Pirineus, cruzando a Espanha, o mar Mediterrâneo, os montes Atlas, o deserto do Sahara, o território francês africano da Mauritânia, o protetorado francês do Marrocos, e de lá para Saint Louis e, logo, até Dacar, no Senegal, na África Ocidental Francesa. E, em pouco mais de dez anos, com Jean Mermoz, o mais célebre de seus pilotos, foi realizada a histórica travessia do atlântico Sul, amerissando no Brasil, na cidade de Natal, em 1930, dali voando ao Rio de Janeiro, depois prosseguindo até a capital da Argentina e, com Saint-Exupéry e Henri Guillaumet, partindo de Buenos Aires para a Patagônia e Terra do Fogo e, sobrevoando a Cordilheira dos Andes, indo aterissar em Santiago do Chile. Deve-se lembrar que houve muitos sacrifícios, pois mais de 120 pilotos morreram nas linhas da Europa para a África do Norte e Oriental, e para a América do Sul. Embora a tradição diga que em Salvador pousaram Jean Mermoz e Saint-Exupéry, não são ainda conhecidos documentos sobre as suas escalas na Bahia. Se no ano de 1925, o engenheiro francês Paul Vachet construiu um campo de aviação relvado no distrito de Santo Amaro de Ipitanga, a cidade do Salvador só receberia aeronaves intercontinentais depois de 1932, no hidroporto construído por engenheiros norte-americanos na enseada do Porto dos Tainheiros, na Ribeira, em Itapagipe. A partir de 1937, a cidade brasileira de Natal acolheria, além dos hidroplanos nas águas do rio Potengi, os aviões internacionais que pousavam em seu campo de aviação de Parnamirim. Pouco depois, em 1943, através de tratado com os Estados Unidos, eram estabelecidas as bases aéreas militares aliadas nos aeroportos de Natal, Recife e Salvador. Na capital do Rio Grande do Norte, a importante base aérea militar de Parnamirim seria o ponto de chegada do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, para a sua conferência com o presidente brasileiro Getúlio Vargas, constituindo-se ali o “Trampolim da Vitória” na Segunda Guerra Mundial.

Este ano de 2002, quando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – a mais antiga entidade cultural potiguar – comemora o seu centenário, também são lembrados os cem anos do nascimento de Jean Mermoz, que foi apelidado de “Arcanjo”, amigo. Companheiro e colega do escritor e aviador Antoine de Saint-Exupéry. Foi o piloto francês da aviação comercial, que se firmava como transporte regular e correio aéreo, pioneiro na travessia do Oceano Atlântico e no primeiro vôo noturno sobre a

Cordilheira dos Andes, e esteve muitas vezes no Brasil. Ele também escreveu poemas, publicou um livro sobre a sua primeira travessia aérea oceânica e morreu moço, aos 34 anos de idade. No dia 13 de maio do ano de 1930, pilotando o hidroavião “Comte de la Vaulx”, partiu de Saint Louis, no Senegal, África Ocidental Francesa, percorreu pelo ar 3.100 quilômetros, amerissou no rio Potengi, em Natal, Rio Grande do Norte, o ponto mais estratégico no saliente nordestino do Brasil, próximo do Cabo Branco, o mais extremo ponto oriental da América do Sul, e assim realizou a primeira travessia aérea comercial do Atlântico no Hemisfério Sul. A cidade de Natal, então, estava envolvida por uma aura romântica, relacionada com a conquista dos ares, e guardava carinhosamente a lembrança de seu pioneiro da aeronáutica, Augusto Severo, irmão do patriarca republicano Pedro Velho, que, saindo da capital norte-rio-grandense, no ano de 1902, fora exibir o seu dirigível “Pax” na então capital intelectual do mundo, onde ele explodiu e os inditosos restos mortais do aeronauta caíram na rua Vaugirard, quase às portas do Senado e próximo do Panteão da França. Na verdade, a cidade potiguar já festejara algumas travessias aéreas do Atlântico. No ano de 1922, ocorrera a sua primeira transposição, pelo Hemisfério Sul, no “raid” Lisboa-Rio de Janeiro, com escalas de apoio, inicialmente no então português Arquipélago de Cabo Verde, realizada em hidroavião militar, o “Lusitânia”, pilotado pelos oficiais da Marinha de Portugal, comandantes Carlos Viegas Gago Coutinho e Artur Sacadura Cabral, que, depois de percorrerem 1.890 milhas do espaço, sentindo dificuldades técnicas com a aeronave, amararam na ilha de Fernando de Noronha, no Brasil, de onde decolaram, passaram por Natal e chegaram ao Recife, pousando sobre as águas do Capibaribe, para dali, mais tarde, levantarem vôo para o Rio de Janeiro. No mesmo ano, o brasileiro Euclides Pinto Martins, juntamente com o norte-americano Walter Hinton, pilotando o avião “Sampaio Correia – II”, realizaram o “raid” New York-Rio de Janeiro, com escalas, e também descendo sobre as águas do Potengi. Já a primeira travessia do Atlântico Norte, só se deu no ano de 1927, entre a América do Norte e a Europa, em vôo direto, sem escalas e sem rádio, de New York até Paris, realizado pelo aviador estadunidense Charles Lindberg, no avião “Spirit of Saint Louis”. Quando Jean Mermoz chegou a Natal, era notável entre outros pilotos aventureiros e desbravadores do espaço, e, simpático, com seu tipo atlético, foi recebido pelo governador Juvenal Lamartine de Faria, homem culto, que falava corretamente o francês, como boa parte da elite social norte-rio-grandense, a qual o aviador passou a frequentar em suas estadas para recuperação das travessias, desenvolvendo um bom convívio social, jogando tênis com amigos na sociedade local, gostando de banhos de sol e mar na isolada praia de Areia Preta, e, sobretudo, encantando as moças potiguares. Depois do seu feito, a companhia Latécoère, para a qual ele trabalhava, alugou, durante a década de trinta, uma casa na esquina da rua Trairi com a Campos Sales, no bairro de Petrópolis, em Natal, para os seus pilotos e mecânicos de avião, que era a sua transitória residência. Porém, no dia 7 de dezembro de 1936, durante a

sua 147ª travessia do Atlântico, partindo de Dacar, o avião desapareceu, com toda a tripulação, no mar. Com seu nome existe, na capital do Rio Grande do Norte, uma rua, uma escola pública e uma casa de caldo-de-cana, e acontece, para comemorar o seu centenário, uma exposição sobre a sua vida. Encontrei, no centro da capital do Senegal, uma bela praça, onde está o seu busto em bronze e a placa com a denominação: Place Jean Mermoz.

Lamartine de Andrade Lima é médico, oficial superior da Marinha e ensaísta, pertence a Academia de Letras e Artes de Salvador, foi secretário-geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, preside o Instituto Bahiano de História da Medicina e é colaborador do Caderno Cultural do jornal A Tarde, de Salvador, Bahia.

ISRAEL NUNES – O PATRIARCA

José Dantas*

Sócio correspondente

O marco centenário, assinalador da respeitabilidade dos fatos e coisas de certo significado histórico, mais ainda se impõe erigível quando diga da vida das pessoas, por suas obras meritórias. E que tal registro alimenta o exemplo aos vindouros, marcando uma decendência com os liames que valem perpetrados pelo respeito à memória do biografado.

Com o patronímico de os *Nunes* tornaram-se conhecidos no estado do Rio Grande do Norte os descendentes do casal Sátiro Ferreira Nunes-Cláudia Cavalcanti Ferreira - radicado, por anos, no sítio Poço da Pedra, então território do Município de Pau dos Ferros, no vale do Riacho de Santana, afluente do Rio Mossoró, que ali corre entre as serras de Luiz Gomes e São Miguel. Dentre aqueles rebentos destacou-se em liderança sociopolítica o primogênito **Israel Ferreira Nunes** (15/09/1902), para tanto vocacionado desde mesmo os atributos de solidariedade e afeição no trato dos assuntos familiares, dali crescendo para as relações profissionais do bacharel em Direito (de *Olinda e Recife* – Turma do Centenário – 1927), afinal absorvidas por uma intensa atividade política, concentrada em quatro legislaturas estaduais, seguidas de uma 5ª como primeiro suplente de Deputado Estadual.

Daqueles inícios profissionais vale acentuar o fato histórico do deferimento da inscrição da primeira eleitora brasileira. Fê-lo como Juiz Municipal de Areia Branca, em substituição ao Juiz de Direito de Mossoró, conforme pesquisa do Professor João Batista Cascudo Rodrigues, à qual me referi ao tomar posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, nestes termos:

Aqui, abro parêntese para o registro de que o meu Estado, arrebatado pela prégação sufragista do senador Juvenal Lamartine, antecipou-se à lei federal, incorporando as mulheres ao seu eleitorado. Fê-lo por lei de 1927, de Regulamento do Serviço Eleitoral do Estado, e nesta letra:

No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei – art. 77, Disposições Gerais da Lei 660, de 25/10/1927.

O episódio, sem precedentes na América Latina, repercutiu amplamente no seio do feminismo internacional, com farta divulgação pela imprensa européia. É o que relata o Prof. J. B. Cascudo Rodrigues, na sua festejada obra "A Mulher Brasileira – Direitos Políticos e Civis", na qual também demonstra que, por despacho do Juiz Israel Nunes (meu saudoso amigo e parente), formalizou-se na Comarca de Mossoró a inscrição da primeira eleitora brasileira: a Professora Celina Guimarães Viana (Coleção Mossoroense – vol. XI) " (STJ – Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos, nº 27 – pág. 87).

Finalmente, do profissional do Direito, restaria consignar que, com ligeira passagem pela Promotoria de Pau dos Ferros e pela Delegacia da Ordem Social e Investigações de Natal – e mais tarde pela Procuradoria do IAPC -, tornou-se advogado, ganhando fama nos afazeres do Júri, mas sem maior rendimento remuneratório, em face mesmo das carências econômicas das populações daquela zona da atuação política a cujos interesses se dedicou preferencialmente.

De trato pessoal sobremodo agradável, com qualidades e defeitos que se compensavam, a personalidade de **Israel** sobrepunha-se em atrativo de verdadeiros amigos. Daí que, apesar da mingua dos registros levantados, a sua biografia se adapta em assinalar aquela liderança vocacional com o bom humor dos episódios marcantes, a exemplo das notas que se seguem, por mim assinaladas sem maior pretensão curricular.

Início por explicar o título de *O Patriarca*. – *A honraria* se deveu ao acentuado espírito crítico do saudoso Djalma Nunes, sobrinho dos mais próximos da amizade de **Israel**, mas que, por isso mesmo, era o mais autorizado a com ele entrar em discordância, numa ou noutra deliberação daquela liderança. E de tanto usado entre nós, os sobrinhos, estendeu-se aquele apelido ao uso por grande parte dos parentes, inclusive a irmandade, findando aceito com o maior bom humor pelo próprio *agraciado*, quando lhe comuniquei o profuso trato do título pelos familiares e até por amigos mais chegados à família.

Assim outorgada por simples brincadeira, bem que aquela *comenda* se justificaria oficializar em sua destinação, premiando a quem, como o *agraciado*, teve tanto empenho na educação da família, mormente a de uma rédua de sobrinhos, órfãos na sua maioria, filhos de suas irmãs viúvas.

É certo que tal preocupação não era exclusiva do *Patriarca*, mas exercida em triunvirato integrado pelos dois outros irmãos, Lycurgo e Raimundo, como se infere das repetidas referências feitas àquela aspiração educacional pela prodigiosa memorialística desse último, *o escritor da família. Verbi gratia:*

A instalação do município de Luiz Gomes se verificou em 6.8.1890, sendo o presidente da intendência João Felipe de Andrade Nunes, tenente da guarda nacional, meu tio-avô. Também a primeira professora pública foi minha avó materna, Mariana de Almeida Cavalcante, em cuja homenagem o atual Prefeito da cidade, padre Oswaldo Rocha, edificou um Colégio Secundário que leva seu nome.

A propósito da referida preceptora, o ministro José Dantas, seu bisneto encontrou um documento equivalente ao título de aposentadoria em que ela deixou registrado do próprio punho esta frase, exemplo de idealismo: Mesmo depois de aposentada ainda vou lecionar gratuitamente mais 30 dias de aula, em homenagem aos meus alunos. Pertencia a uma geração de educadores, sendo 4 irmãos todos professores primários, fato inusitado naquela época. Costuma-se atribuir ao seu incentivo e visão mais ampla dos fatos a motivação para os estudos do nosso bloco familiar. Partido do estímulo junto ao meu pai e seu genro, ela conseguiria inocular a flama do entusiasmo, quando quase tudo era insuperável, desde a carência de recursos até a distância dos centros educacionais, depois do impulso inicial os horizontes aos poucos se foram dilatando e daquele reduzido núcleo de idéias embrionárias, a família Nunes conta hoje com meia centena de portadores de diplomas universitários disseminados em 8 estados da Federação. (A Passagem da Coluna Prestes por Luiz Gomes – Apud Vingt-Un Rosado, Luiz Carlos Prestes e Mossoró, pág. 37).

Aliás, como unidade familiar **intelectualmente** integrada, é curioso observar que, na maioria das vezes, ao referirem-se a um ou outro de seus integrantes, as pessoas o relacionem com aqueles troncos; e salvante a generosidade que me toca:

“Raimundo é o intelectual dos Nunes, raça valorosa de Riacho de Santana, que deu ao Brasil destes dias o Presidente do Tribunal Federal de Recursos.”

Mossoró orgulha-se de que o auxiliar do Cartório de Filástrio Lopes, o moço pobre que cursou a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral seja, na hierarquia do Poder Judiciário, o segundo nome do País. – (Vingt-Un Rosado, Apresentação do livro Tércio Rosado, autoria de Raimundo Nunes – pág.9).

“Israel Ferreira Nunes, outro constituinte de 1947, continuou elegendo-se por muitas legislaturas. Exercia liderança política na zona oeste, nos municípios de Pau dos Ferros e Luís Gomes. Pertencia a uma família numerosa naquela região. Seu irmão Lycurgo foi promotor de Pau dos Ferros e Mossoró.

Como membro do Ministério Público foi promovido a desembargador no quinto constitucional. Presidiu as duas Cortes de Justiça.

Israel era tio do ministro José Fernandes Dantas, aposentado do STJ e uma das figuras brilhantes da minha geração, um dos juristas do Rio Grande do Norte com projeção nacional.” (Anotações do Meu Caderno, Ticiano Duarte – p.174)

Logo, em regozijo por aquele *triumvirato*, indaga-se, se datada de 09/80, nestes vinte anos a mais, a quantas não andarás aquela honrosa *estatística* dos Nunes *diplomados*, distribuídos pelos seus *subgrupos tribais* (*os Israéis, os Pinheiros, os Dantas, os Quixabas, os Janús, os Licurgos, os Eugênios e os Raimundos*). Por isso que, em respeitosa homenagem à memória do *Patriarca*, vem ao caso refutar a *pilhéria* aludida pelo saudoso cronista Rômulo Wanderley, ao traçar-lhe o currículo em sua excelente Arca de Noé:

“E’ assíduo às sessões da Assembléia e também ao Palácio do Governo. Está sempre vigilante, pleiteando melhoramentos para o seu município e para os seus protegidos. Pau dos Ferros está longe, mas, o deputado Israel Nunes não o esquece. Se mais não se consegue é porque mais não lhe dão...

Quando é amigo, é amigo mesmo, afirma sempre. Diz que é desconfiado com os desleais e os traidores. E, numa carta recente a um colega, declarou que a sua maior aspiração é fazer com que, dentro em breve, a família Nunes seja uma das mais consolidadas intelectualmente.

Ao que, um seu companheiro de bancada acrescentou, como se estivesse apresentando uma emenda, na Assembléia:

Onde se lê intelectualmente, leia-se burocraticamente...” (pág.86)

Voltando à memorialística de Raimundo Nunes, ainda em torno daquela preocupante consolidação intelectual da família, revejam-se estes episódios da assiduidade assistencial do **Patriarca**:

- Curso Primário

“Tinha recebido noções de primeiras letras, debaixo de uma latada, em nossa fazendola, por intermédio

de meus irmãos, com curto intervalo de uma Escola Pública, durante apenas um mês, na cidade paraibana de Antenor Navarro.

Cheguei ao nosso Grupo de Areia Branca, assustado, inibido, em fevereiro de 29, devidamente recomendado por meu saudoso irmão e bem-feitor, **Israel Nunes.**” – (“Esparsos e Avulsos” – p.107)

- Curso Ginásial – Mossoró

“Subi as escadas, pela mão de **Israel Nunes**, meu irmão mais velho, conhecendo o único ritual – beijar a mão do Diretor, que nos recebeu na diretoria, com uma boa ponta de conversa, finalizando no conselho, em colorido de sentença:

“Precisa estudar muito e muito, para cumprir os deveres escolares e aspirar alguma coisa na vida! Ainda hoje, o pouco que sei, é queimando as pestanas...” (“Recordando uma Geração”- p. 15)

- Curso Pré-Médico

“Cheguei a capital pernambucana no dia 1º de janeiro de 1936 em torno do meio-dia, acompanhado do meu irmão **Israel Nunes.** ... O primeiro contato, na Rua Nova foi com Antônio Rosado. ... Aquele encontro casual foi uma espécie de chave-mestra para o início de minhas novas atividades no Recife. Indicou a pensão de Joaquina de Conceição, à rua Martins de Barros nº 495, nos seus dois andares e uma “água-furtada”, onde residia quase toda população estudantil de Mossoró e Zona Oeste. Fui até a pensão com **Israel**, que tinha sido hóspede da mesma, em 1927, quando concluíra o curso de Direito na turma do centenário da velha Faculdade”. (“Tércio Rosado” – p. 17/18)

- Curso Médico

“Um ano depois, 1939, no dia 10 de agosto, perdi meu pai, Sátiro Ferreira Nunes, deixando-me além do enorme vazio afetivo do orientador e amigo, enorme lacuna no custeio de meus estudos, que se completava com a colaboração dos meus saudosos irmãos, **Israel e Licurgo Nunes.** Foi a fase mais difícil do rosário de dificuldades defrontadas e, felizmente superadas, no decorrer do curso médico. Sem ouvir lamúrias, sem solicitação, sem pleito e sem consulta, Vingt-Un tomou a iniciativa de me repassar todos os meses, 50 mil réis da sua mensalidade de estudante, que não era farta, isto até fim daquele ano, quando as coisas clarearam, libertando-me um pouco mais da perplexidade, inclusive conseguindo o lugar de interno

do Serviço de Saúde da Casa de Detenção do Recife, que me propiciaria substancial ajuda, configurada em moradia e refeições, até a conclusão do curso. Talvez até ele nem lembre mais aquele fato tão significativo, definitivamente incorporado ao meu patrimônio emocional”. (Sociologia do Grande Ponto – p.151)

Por fim, lembre-se que o avoengo desvelo de **Israel** pela educação se estendia a uma programação *política especial*, a tipo do patrocínio espontâneo a toda e qualquer planificação da criação de escolas públicas e de melhoria do magistério, sem falar na colaboração privada com a escolarização dos jovens carentes, parentes ou não, a ponto de financiar-lhes os estudos ou de hospedá-los, anos seguidos, na sua própria residência (com a santa tolerância de Dona Dolores, sua esposa).

A par desse testemunho, tenho lembrança de dois emocionantes momentos nos quais presenciei-lhe a sensibilidade, vendo-o em lágrimas: o ensejo do seu apadrinhamento à minha formatura na Faculdade de Direito de Alagoas, de cujas solenidades participei também como Orador da Aula da Saudade; e, sob minha presidência, a formatura da primeira Turma da Escola Normal Rural de Pau dos Ferros, da qual ele foi Paraninfo – *escolinha* aquela por cuja instalação quebrara lanças junto ao Governo do Estado, com a certeza visionária de que a mesma serviria de parâmetro ao desenvolvimento do ensino de segundo grau, o que deveras aconteceu, ao ponto até de, em tempo razoável, fomentar a conquista do núcleo de ensino superior hoje em pleno funcionamento naquela cidade.

Noutro plano destas lembranças, do político **Israel Nunes** cabe dizer-se partidário leal ao extremo, quer no trato atencioso dos correligionários, quer na ojeriza às inimizades ferrenhas, isso pela pregação da máxima de que o adversário de hoje pode ser o correligionário de amanhã.

Dessa notável qualificação do chefe político que ele foi, o melhor depoimento foi dado pelo Dr. José Fernandes de Melo, seu secular adversário naquele reduto eleitoral do Alto-Oeste do Estado (hoje chamado Tromba do Elefante), então constituído pelos Municípios de São Miguel, Luiz Gomes e Pau dos Ferros (**meus municípios**, como gostava de referi-los); ei-lo, como registrado pela crônica autobiográfica daquele eminente chefe político:

“A indicação do meu nome para aquela função pública partira do **Dr. Israel Nunes**, figura de largo prestígio político do PDS local e que a partir de 1945 seria meu companheiro em 4 legislaturas na Assembléia Estadual, sempre nos posicionando em correntes políticas antagônicas.

Em setembro de 1985, fiz inaugurar uma praça pública com o seu nome, em Pau dos Ferros, numa homenagem póstuma ao ilustre deputado e político da boa terra. Mesmo como meu adversário partidário em várias campanhas municipais e estaduais, sempre mantivemos em comum e, acima de qualquer condicionamento político, os objetivos e reivindicações que visavam o bem-estar comunitário e o desenvolvimento sócio-econômico da terra e do povo paufferense”. (Nem todos calçam 40 – p.108)

- “José Fernandes...”

“Fez uma verdadeira penetração no “far-west”, indo fixar residência em Pau dos Ferros, onde o receberia de braços abertos o seu futuro colega de Assembléia o Dr. Israel Nunes”. (Transcrição de “Arca de Noé” - Rômulo Wanderley – Obra citada, p.148)

Pacato, apesar de impulsivamente destemido, **Israel** costumava marcar posição bem definida, com ardor desassombrado, nas campanhas eleitorais mais acesas; impunha-se à confiança da direção do seu partido de sempre, o Partido Social Democrático, de cujo Chefe da época, Georgino Avelino, guardei na memória este elogio retoricamente lapidar, como era da vibrante oratória do velho Senador: A solidariedade de **Israel** à nossa campanha ecoa como prenúncio **bíblico** da nossa vitória (comício em Pau dos Ferros, há mais de 50 anos).

Até mesmo na única vez que dissentiu daquele partido, do qual foi fundador, fê-lo com disposição, a exemplo da sua posição de apoio à candidatura de Jânio Quadros a Presidente da República, candidato por quem não guardava a menor simpatia (Janguista que era), mas que, por solidariedade à candidatura de Djalma Marinho a Governador do estado, acolitou-lhe a recepção no aeroporto de Natal, como então foi noticiado:

“Vassouras agitadas pra cima, símbolo da campanha de Jânio contra a corrupção ‘para varrer a bandalheira’, como dizia a marchinha popular do candidato, ocupavam todo o saguão do aeroporto.

O Governador Dinarte Mariz e sua mulher Diva, secretários de Estado, a dissidência do PSD – José Arnaud, Mota Neto, Manoel Avelino, **Israel Nunes**, João Aureliano, Romildo Gurgel e outros – os candidatos ao Governo, Djalma Marinho e Vingt-Un Rosado, o candidato a Prefeitura de Natal, Luiz de Barros, a bancada da UDN na Assembléia, prefeitos e chefes

políticos ligados ao governo. Era uma festa situacionista”. – (“1960 – Explosão de Paixão e Ódio”, pág.235 – João Batista Machado).

Do escorso psicológico que se devesse fazer de **Israel Nunes**, certamente que, nas amenidades, o traço-mor consistiria da bonomia de seu relacionamento com as pessoas, a ponto das *estórias* espalhadas a título de divertidas tiradas do seu modo de ser, como veremos.

— Mulherengo que era, conta-se de certa *amiguinha* moradora nas proximidades da Assembléia Legislativa, e a quem se apresentara como Aviador; pelo que, no curso de uma determinada defesa que fazia de atos do Governo, da tribuna legislativa, recebera aparte de seu colega Djalma Marinho, com a ironia que lhe era sobejamente pródiga: veja lá V. Exa. Em que campo vai aterrissar! Arguto como era, isso bastou para o orador perder o tom da sua entusiástica oração.

— Doutra feita, estava de passagem por Luiz Gomes, quando teria recebido recado de uma sua eleitora (meio fuxiqueira), que precisava muito vê-lo, mas estava acamada, com catapora; pelo que solicitava que fosse até sua casa. Fingindo-se apavorado, respondera o Deputado ao portador: ... que pena, meu filho, mas diga a sua mãe que não posso ir até lá, pois nunca tive catapora e tenho pavor a pegar tal doença.

1— Estas outras foram registradas por Raimundo Nunes:

“Já referi em tópicos anteriores, que uma das principais modificações, na habitualidade pacífica do Natal, foi a proliferação de bordéis. Para onde a gente se inclinava, observava a instalação de cabaré ‘de bolso’, quase tipo família que, no progresso dos dias atuais, evoluiu para a sociologia dos motéis. Vizinho àquele amigo do Pe. Mota, funcionava um daqueles bordéis, infemizando sua vivência familiar. O homem reclamava de forma comovente, não suportando mais o tipo de licenciosidade, em pleno bairro familiar. Interfere Pe. Mota. – “Homem, por que você não procura as autoridades policiais, pedindo providências?” – “Ah! Pe. Mota, já recorri a tudo quanto é autoridade, conseguindo levar ao local, até o Chefe de Polícia e o Delegado da Capital... – E eles não resolveram o assunto?”

- Não senhor. Nada resolveram e parece que até gostaram do cabaré... Pelo jeito como passaram a freqüentá-lo, quase diariamente!” então pergunta Pe. Mota, fingindo ignorar as autoridades mencionadas. – “Quem são estas autoridades?”

Responde o queixoso. – “O Chefe de Polícia é Dr. José Emerenciano e o Delegado, Dr. Israel Nunes”. – “Ah! meu caboclo... com estes dois aí, você tem que esperar o fim da guerra, para fechar o cabarezinho! ...” (Sociologia do Grande Ponto – p. 164)

“Encontro-me ocasionalmente em Natal, no dia 29 de outubro de 1945, data da deposição de Getúlio. Maior coincidência, na própria Vila

Cincinato ou Potiguar, em visita ao ilustre amigo Dioclécio Duarte, empossado naquela tarde, como Interventor Federal. ...

Juntamente comigo, se encontravam meus irmãos, Israel e Licurgo. Exercendo o primeiro as funções de Delegado da Capital, com aquela impulsividade humana à flor da pele, cismou que sua condição funcional e política exigiam sua permanência, ao lado do Interventor, durante aquela noite de trauma nacional. Sua decisão implica na solidariedade de Licurgo e, conseqüentemente, na minha.

Eis-nos improvisados de guarda-costas oficiais, sem armas, sem condições de defesa e sem meios de aferir ao menos, as dimensões da aventura. Ressalte-se a tranqüilidade do Dioclécio, comandando o que se poderia chamar de operações pacíficas, na investidura paradoxal de um poder desarmado. Superior demonstração de coragem pessoal, tão necessárias aos postos de condutores de homens, isolado no casarão, sem comunicação direta com a Metrópole e não contando sequer com um dispositivo de cobertura da simbólica Casa Militar.” (Circuito de afinidades – p. 11/12b).

— Esta segunda estória do delegado teve anotação biográfica de Rômulo Wanderley:

“ Em 1943, já pensando na política da Zona Oeste, veio ser Oficial de Gabinete do Interventor Fernandes Dantas. Em 1944, era nomeado Delegado da Ordem Social e Investigações. Estávamos em plena guerra. O seu trabalho foi intenso, principalmente nos bares e cafés improvisados pelo espírito especulativo de poucos brasileiros e de muitos estrangeiros. Custou-lhe muito manter a ordem nesses lugares de diversões. Se, no entanto, surgia uma escaramuça entre brasileiros e americanos, ele aparecia, alto, quase calvo, com roupa amarfanhada, enérgico e ao mesmo tempo conciliador. Contam que, certa vez, ao dirigir-se a um marinheiro de Tio Sam, que se achava meio alcoolizado, este, que nada entendera da sua conversa, declarou-lhe:

- I cannot speak Portuguese.

Ao que o delegado, à queima-roupa, gritou:

- Então, esteja preso! (“Arca de Noé” – p.85).

Com este esboço aproximado da fiel imagem do personagem centenário que, sem falha da procedência de uma ou outra discordância, em vida nos mereceu tanto aplauso, quero acreditar que estou cumprindo mais do que um dever de amizade; mais do que o evangelho da saudade; mais do que a nota do agradecimento; pois acredito estar cumprindo a crença na eternidade, via da oração mais simples de falar dos mortos como lhes falara enquanto vivos.

Donde me pôr de pé, no término deste singelo enredo, e rogar aos parentes e amigos que o conheceram em vida o juramento do mais respeitável louvor à memória de **ISRAEL NUNES**; e aos que lhe sobrevieram, na continuidade da linhagem genética Sátiro-Cláudia (de cuja nascente sobrevive apenas a filha mais velha, nonagenária (99) – a venerável **Tia Francina**), rogo a jura da perpetuação da crença naqueles valores da meritória obra humana que *O Patriarca* realizou em benefício da família Nunes; e os consangüíneos ou afins que, como ele já se foram (alguns até que inscritos por antecipada fatalidade no penoso obituário familiar), recomendamos às nossas ardentes preces pela sua felicidade eterna, tudo à luz da confortante homenagem das nossas saudades: + - I – ISRAEL – Cláudia, Andréia e Ana Leisia; II – ERONDINA; III – MARIETA – Chico Nunes, Djalma, Zélia Valéria; IV – JANU – Alã; V – LYCURGO; VI – DONDON; VII – RAIMUNDO – Yone. ++ — I – DOLORES, Clóvis, Annha; II – NECO; III – DEDÊ, Leão; IV – João Fernandes, Zé Euclides, Marialvo; V – AFONSO, SANDOVAL, Paulo, Eudes; VI – CRISTINA; VII – ZÉ EUGÊNIO; VII – SOCORRO.

SAUDAÇÃO

III ENCONTRO REGIONAL DE INSTITUTOS HISTÓRICOS

Enélio Lima Petrovich
Sócio efetivo

No esplendor desta noite tropical e solene, de luz e de som, reúnem-se os dignitários da cultura norte-rio-grandense e brasileira, neste III Encontro Regional de Institutos Históricos.

São, na verdade, instantes raros de inteligência, de sabedoria, de intenções e compromissos.

Decerto, na atual conjuntura, nada nos impede de prosseguir a grande jornada em busca do patrimônio histórico dos estados e da nação.

Daí, jamais deveremos ficar apáticos, indiferentes, alheios às iniciativas que alicerçam as nossas metas, no campo da pesquisa e das elucubrações múltiplas, sempre confiando no estímulo dos ilustrados consócios e no apoio das autoridades constituídas, cada um assumindo deveres e obrigações em prol do desenvolvimento cultural e econômico.

Bem se sabe, os Institutos Históricos e Geográficos têm a missão alta e nobre de investigar e comunicar o passado, no plano divino do Entendimento, da união fraterna (Câmara Cascudo).

Sem dúvida, esta magna solenidade, congregando insignes representantes dos Institutos Históricos e Geográficos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas e do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enaltece e ratifica, sem quaisquer finslouvaminheiros, o primado da sabedoria, através de nossa trajetória vivencial, e, por ela, aponta novos rumos e perspectivas nos segmentos da história, a *mestra da vida*, no dizer de Cícero.

Encontros como este, em sua abrangência e valia, nos ensinam mesmo a crer na supremacia do conhecimento e do humanismo.

Felizes estamos nós com a realização deste evento. Sonhando, lutando, idealizando, planejando e promovendo, obstinadamente, sem recompensas pecuniárias, somos, isto sim, uma sentinela viva e permanente em defesa da própria soberania nacional. Do que é nosso, democraticamente.

Também, na magnitude desta romaria do saber, sentimos uma flagrante simbiose: o *pretérito*, o *presente* e o *porvir*, juntos. Paire a certeza de que, em convivência pacífica, sobrelevam o amor às letras, o civismo e a cidadania.

E aí daqueles que olvidam o nosso passado e somente procuram extravasar as suas vaidades desmedidas, não alcançando, sequer, a memória dos contemporâneos, em plenitude temporal.

Por isso, este III Encontro de Institutos Históricos configura e significa o devotamento a esses sagrados pressupostos.

Já proclamava, alhures, Câmara Cascudo, genial e humilde, benemérito, e nós repetimos sempre:

Amanhã - permiti a imagem humanística - desapareceremos todos, mas o nosso sangue e de nossos descendentes permanecerão na memória. Ouvirão o nosso grito, a história de nossa geração, de nossos triunfos e, até mesmo, de nossas mágoas, angústias e frustrações.

Com efeito, nesta hora noturna e emocional, impregnada de tanto calor humano e inexcedível responsabilidade, estas breves palavras sintetizam uma euforia contagiante, como voluntária e singela saudação aos eminentes partícipes.

Sejam bem-vindos, assim, queridos representantes dos Institutos Históricos e Geográficos e demais convidados.

E sendo esta a nossa missão, estamos convictos de que, amanhã e depois, serão proveitosas as exposições e as propostas, em debates e diálogos, que irão consolidar os pleitos neste encontro suscitados, a quem de direito, em diretrizes cabíveis e convincentes, para o melhor e maior posicionamento das entidades congêneres.

Por conseguinte, abraçando todos, emerge nosso louvor aos mensageiros do dever e da amizade.

É o Rio Grande do Norte que os recebe e acolhe, contente e feliz, transmitindo-lhes os votos de boas-vindas, de saúde e paz, justamente quando, neste ano de 2001, comemora-se o seu V Centenário, conforme a Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000, do Exmo. Sr. Governador do Estado, que nos honra também, com a sua presença.

Aliás, Exmo. Sr. Governador Garibaldi Alves Filho, por oportuno, manifestamos, desde logo, a expressão do agradecimento, pelo apoio a esta quase secular instituição.

E disso fique certo: se Vossa Excelência já é benemérito, de fato, desta Casa da Memória - a mais antiga entidade cultural do Rio Grande do Norte - no próximo ano, comemorativo do centenário de sua fundação, haveremos de conferir-lhe o merecido e honroso título de sócio benemérito, de direito, em uma sessão solene, digna de homenagem à altura de seus méritos de cidadão e de homem público, cuja probidade pessoal é incontestável.

E vamos mais além, com este saldar efusivo.

Então, exaltemos neste encontro a participação do Instituto do Ceará, representado pelas historiadoras Zélia Sá Viana Camurça e Valdelise Carneiro Girão e pelo geólogo Caio Lóssio Botelho.

Ceará, que fora capitania em 1535, ao leste deste Estado, com 93% de seu território no polígono das secas, cuja colonização iniciou-se no século XVI. Daqui, em 1612, partindo da fortaleza dos Reis Magos, Manuel Soares Moreno descobriu as terras de Iracema, ficando o marco de sua fundação. A bravura do cearense é presença de luta na Confederação do Equador em 1824.

Banhado pelo rio Jaguaribe, desponta a figura do romancista José de Alencar. Coube ao Ceará a primazia de haver abolido a escravatura em março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.

E, aqui, emerge a evocação à memória do grande abolicionista Almino Álvares Affonso, avô do nosso Almino de hoje, sócio honorário e cidadão norte-rio-grandense, a quem transmitimos, de igual modo, o maior amplexo, de coração para coração.

Hodiernamente, Ceará projeta-se no perfil intelectual de um Raimundo Girão, Padre Cícero, José de Alencar, Djacir Menezes e, entre os vivos, Raquel de Queiroz.

Ainda, com idêntico júbilo, queremos trazer os nossos aplausos aos confrades do vizinho Estado da Paraíba, no gesto espontâneo de carinho telúrico e solidariedade humana.

Ora, graças ao elo de união e coragem, nestas plagas natalenses, em 1597, aportaram, Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, e Feliciano Coelho de Carvalho, da Paraíba, com suas caravelas, a fim de expulsar os franceses, construir um forte e fundar uma cidade.

Saudemos, então, os colonizadores da antiga Filipéia, no testemunho de Vidal de Negreiros, que, em 1654, afugentou os holandeses, como aconteceu com Felipe Camarão nas glebas potiguares.

Historiador Luiz Hugo Guimarães, sinta-se também à vontade, ao lado dos demais consócios paraibanos, cujas fisionomias vislumbramos neste Salão Nobre, pequeno, mas sobremaneira aconchegante.

E no ensejo, merece registro especial o mestre, confrade honorário, reitor da UNIPÊ e amigo da cultura, monsenhor Marcus Augusto Trindade. Grande figura humana!

Ah! Quanta história nos oferece a Paraíba, berço de um Epitácio Pessoa, José Lins do Rego, Augusto dos Anjos, João Pessoa, José Américo de Almeida, Assis Chateaubriand, Mário Moacir Porto, Maurílio Almeida, Humberto Nóbrega e tantos outros luminares.

Agora, pernambucanos do bem-querer e das seculares tradições, sob a liderança de José Luiz da Motta Menezes, presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Convenhamos.

Natal, trampolim da vitória, nascida às margens do Potengi, em 1599, cidade dos Santos Reis, os recebe, pelas glórias dos Guararapes e com o visual dos casarões de Olinda e Recife.

Pernambuco! Da célebre questão religiosa, onde sobressai um Dom Vital. É a ressonância evocativa de Joaquim Nabuco, Frei Caneca, Dantas

Barreto, Vicente de Lemos (fundador deste Instituto Histórico, em 29 de março de 1902), de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna.

A seguir, desponta Alagoas, sob o comando de Jayme Lustosa Altavila. Com ele, Jarbas Elias Oiticica e uma plêiade de historiadores respeitáveis.

Mas, como é belo e imponente o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, de 1869, que, também, alia-se a esta cruzada, neste encontro, pugnando pela preservação do seu valioso acervo documental.

Ora, muito bem conhecemos o esforço de sua presidência. Lá ocorreu o II Encontro, em abril findo.

Em razão disso, ressalte-se, com voz uníssona, a importância do Estado de Alagoas. Para muitos, *terra da liberdade*, em cujos limites territoriais integram-se a União dos Palmares, das lutas entre portugueses e negros do Quilombo, e o município de Marechal Deodoro, a primeira capital, em homenagem ao bravo filho alagoano, proclamador da República, onde se contempla um belo cenário arquitetônico em igrejas centenárias, sendo a maior ilha lacustre da nação.

Maceió, sua capital desde 1839, é ornada de praias bucólicas, refrigério dos turistas.

Vale destacar, igualmente, que a Jerônimo de Albuquerque, também capitão da Fortaleza dos Reis Magos neste Rio Grande, em 1603, coube a tarefa de expulsar os silvícolas por ordem da coroa lusitana, já mancomunados com os franceses no roubo do pau-brasil. Triste fora o episódio com o primeiro Bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, devorado pelos Caetés.

E ainda pelos eflúvios benfazejos - dignas autoridades, consócios e convidados especiais, trazemos a nossa mensagem ao historiador José Ibarê Costa Dantas, representante da presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

É o Potengi amado, dos versos de Othoniel Menezes, que beija o Sergipe de águas plácidas. O rio Real, em cujas fronteiras pisou, em 1645, o índio potiguar Felipe Camarão durante a batalha contra os flamengos.

São os sentimentos de amor ao próximo e de cristandade, que, à luz da História, identificam e confundem, norte-rio-grandenses e sergipanos, auferindo do passado de glórias uma lição de vida e a saudade de Dom José Tomás Gomes da Silva, o primeiro Bispo de Aracaju (1911-1919), filho de Martins, um pedaço dadivoso do nosso Estado.

Afinal, o Rio Grande do Norte contemporâneo abraça Sergipe de Sívio Romero, Tobias Barreto, João Ribeiro, Epifânio Dória, Garcia Moreno, Jackson de Figueiredo e de outros vultos da inteligência e da erudição.

Ah! Bahia de todos os santos!

Terra molhada pelo velho Chico, ancoradouro de expedições portuguesas, onde se ergue o Monte Pascoal, e se chega à baía de Porto Seguro, local da primeira missa, em 1500, pelo Frei Henrique de Coimbra.

E a participação da acolhedora Bahia, neste encontro, nos faz reportar a Salvador, capital do Brasil até 1763, descoberta pelo navegador florentino Américo Vespúcio, fundada em 1549, por Tomé de Souza.

Berço de personagens de nossa História, a exemplo, entre tantos, de Ruy Barbosa, Castro Alves, Pedro Calmon, Jorge Amado e Dorival Caymim.

Saudamos, pois, os valorosos representantes da velha e hospitaleira Bahia, dirigindo-nos à historiadora Consuelo Pondé de Sena, presidente do Instituto Geográfico e Histórico do valoroso Estado, e aos demais integrantes da vetusta instituição.

E o que dizer sobre o Amazonas, mirando o insigne representante do seu Instituto Geográfico e Histórico, escritor José Geraldo Xavier dos Anjos?

Decerto, galardões exaltam-se pelo grandioso torrão, fonte de incomensuráveis riquezas, carro-chefe do progresso do país, tão cobiçado pelas potências estrangeiras.

Receba, também, os votos de boas-vindas a este Templo da Cultura, como partícipe do III Encontro memorável.

Quem não se recorda de Pizon e Olerana, este que localizou o rio até alcançar a colonização portuguesa, em 1637, com o navegador Pedro Teixeira?

O Amazonas, do ciclo da borracha, das florestas verdes. O pulmão respiratório do mundo.

Relembremos, ainda, as forças portuguesas e indígenas, em 1616, comandadas por Francisco Caldeira Castelo Branco, vencendo os ingleses e holandeses, e construindo no passado o país do amanhã.

E sob o influxo da emoção incontida, afluem à mente a imagem e a lembrança imperecíveis do grande Arthur César Ferreira Reis, o verdadeiro historiador da região.

Enfim, percorrendo os caminhos do incentivo e do entusiasmo, assoma, neste instante, na alegria do reencontro, entre nós, *the last but not the least*, Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, força viva dos feitos nacionais, na seara da pesquisa e da historiografia.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Ministro da Cultura, demais autoridades que compõem a mesa, caros confrades, minhas senhoras e meus senhores.

Eis a nossa saudação protocolar aos participantes do III Encontro Regional de Institutos Históricos, que têm o privilégio e a honra de contar com o prestígio do Exmo. Sr. Ministro da Cultura, prof. Francisco Correa Weffort, a quem se deve um trabalho constante e profícuo em benefício da cultura pátria. Referimo-nos, igualmente, à confreira ilustre Esther Caldas Bertoletti, responsável pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, do Ministério da Cultura.

Na apoteose, assim, desta noite solene, o Rio Grande do Norte de 500 anos se entrelaça, se harmoniza, perenizando-se neste encontro, pelos testemunhos de uma existência fecunda e consagrada, que nos doaram, além de outros, os norte-rio-grandenses, Rodolfo Garcia, Tavares de Lyra, Tobias Monteiro, Câmara Cascudo, Peregrino Júnior, Seabra Fagundes,

Carvalho Santos, Amaro Cavalcante, Augusto Severo, Nísia Floresta, Nestor Lima, através do nosso amplexo telúrico e emocional.

E em remate, com o coração genuflexo e a mente voltada para o alto, na euforia deste conagraçamento jubiloso e histórico, acreditamos na eternidade cristã e cultural da nação brasileira.

Sejam, todos, bem-vindos, abençoados por Deus.

Discurso de saudação, proferido na abertura da sessão solene do Encontro Regional dos Institutos Históricos, no Salão Nobre do IHGRN, EM 10/08/2001.

ALGUMAS FIGURAS EXPRESSIVAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Odilon Nogueira de Matos
Sócio Correspondente

Sempre tive um grande interesse por mapas históricos ou geográficos. Nos meus tempos de menino de escola, ainda no primário, comprazia-me em abri-los na mesa de nossa sala de jantar a fim de neles procurar os acidentes geográficos, de qualquer natureza, que via mencionados nos livros em que estudava. Mapas de toda natureza, desde os que abrangiam o mundo inteiro, até mapas locais e mesmo especializados, como o mapa ferroviário publicado pelo saudoso *Guia Levi, vade mecum* indispensável a quem viajasse. E mesmo com as plantas urbanas. Quando me ocorria ir a uma cidade desconhecida ainda, procurava obter dela uma planta e, com isso, ao percorrê-la pela primeira vez tinha a impressão de já a conhecer há muito.

Pois foi uma dessas experiências cartográficas da minha infância que me levou ao primeiro contato com o Rio Grande do Norte, numa lembrança que me ficou do dia em que me foi mostrado um mapa do Brasil para que nele eu localizasse os Estados de nosso país. Com os Estados maiores não houve problema, pois seus nomes eram claramente inscritos no mapa. Problema houve com os Estados pequeninos, como Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, os quais - tão reduzido era o mapa - que seus nomes nem davam para nele serem inscritos. Foi quando a pessoa que me mostrara o mapa deu-me esta explicação simplíssima: procure o local onde o território brasileiro muda de direção. Realmente, não poderia haver explicação mais simples, nem mais correta: ficava o pequeno Estado no “cotovelo” apresentado pelo continente brasileiro, um grande ângulo obtuso, do qual o Rio Grande do Norte é precisamente o vértice. E foi sempre como uma espécie de vértice do Brasil que continuei vendo o pequeno Estado sobre o qual hoje deverei falar. Não precisamente ou propriamente sobre o território, que mal conheço, pois nele estive apenas uma vez, em áreas do interior, não conhecendo sequer a Capital, situação, como se vê, pouco favorável a que me abalance a discorrer sobre a terra potiguar.

Assim, conhecendo mal a terra, prefiro falar da gente, tomando, para isso, algumas expressivas figuras da cultura norte-rio-grandense, das quais traçarei rápidos perfis. Escolhi quatro figuras, daquelas que Emerson chamaria de “homens representativos”. Alguém poderá perguntar: mas só quatro? Não terá o Rio Grande do Norte dado mais gente ao Brasil? É claro que deu.

Mas, devo atender ao problema do tempo e, por outro lado, acredito que os quatro *representative men* dão bem uma amostra da contribuição do Estado à cultura brasileira.

Um sacerdote, jornalista e político, o padre João Manuel de Carvalho; um historiador, dos maiores que temos tido, Rodolfo Garcia; um polígrafo, certamente mais que todos, representativo da sua terra e da sua cultura, como foi Luís da Câmara Cascudo; e - por estranho que pareça - uma mulher, indubitavelmente a primeira líder feminista brasileira, que foi Nísia Floresta.

Lembrarei, antes, que o Rio Grande do Norte foi também a terra de Frei Miguelinho, um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817; do aeronauta Augusto Severo, o primeiro mártir da aviação, que, em 1902, viu esfaqueado num dos campos de Paris seu balão *Pax*, que custou a vida do grande brasileiro; de Amaro Cavalcanti, um dos grandes prefeitos do Rio de Janeiro no início da República, autor consagrado de diversos estudos, indispensáveis para o conhecimento de nossa história; de João Café Filho, político expressivo da chamada "Segunda República", companheiro de Getúlio Vargas como vice-presidente, e que acabou exercendo a presidência, após a morte do presidente. Todos esses nomes - e mais alguns - formariam um punhado de outros perfis. Ficarão para outra ocasião.

Vamos aos escolhidos, e deles - *ladies first* - comecemos pelo que Oliveira Lima considerou a mais notável mulher de letras no Brasil do século passado: **Nísia Floresta Brasileira Augusta**, nome literário de Dionísia Gonçalves Pinto Lisboa, nascida em 1809, numa pequena vila, hoje cidade que tem o seu nome, nas imediações de Natal, e falecida em Rouen, França, em 1885. Seu curioso pseudônimo tem sido explicado da seguinte maneira: **Nísia** é o final de seu nome; **Floresta**, nome do sítio onde nasceu; **Brasileira**, uma afirmação nacionalista; e **Augusta**, uma referência a Augusto de Faria Rocha, seu segundo marido. Segundo alguns, este **Augusta** poderia ser uma referência a Augusto Comte, que a escritora conheceu em Paris e de quem se tornou discípula dedicada. Não me parece correta a suposição, pois ao partir para a França, ela já usava o curioso pseudônimo, que foi sempre empregado da maneira mais diversificada. Quase sempre apenas Nísia Floresta, mas também, às vezes, Nísia Augusta e Floresta Augusta. Não raro, apenas as iniciais: NF, NA, FA, criando problemas para os pesquisadores de sua história literária.

Inegavelmente foi Nísia Floresta - chamemo-la assim, pois foi o pseudônimo que mais usou - a pioneira dos movimentos feministas no Brasil, pois já em 1832, vivendo no Recife, traduziu e publicou famoso opúsculo inglês intitulado *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, bastante revolucionário para a época. Ao fundar, no Rio de Janeiro, um estabelecimento de ensino para moças - o Colégio Augusto - procurou nele desenvolver programa igualmente revolucionário em matéria de educação feminina. Aliás, esta - a educação feminina - foi a grande bandeira de sua vida, nos colégios que fundou - no Rio de Janeiro e, pouco depois, outro em Porto Alegre, onde viveu alguns anos - e sobretudo nos artigos que a todo

instante publicava, especialmente em jornais do Rio, audaciosos, diríamos mesmo desafiantes para uma sociedade conservadora e preconceituosa como a nossa naquela época, e com relação à mulher. É importante registrar que muitos dos seus escritos foram divulgados na Europa, em traduções para o francês e o italiano.

Depois de diversas viagens à Europa, fixou-se definitivamente na França - a princípio em Paris e depois em Rouen - e aí teve oportunidade de relacionar-se com expressivas figuras das letras francesas, como, entre outras, Lamartine, George Sand, Victor Hugo e, ainda, os italianos Manzoni e Massimo d'Azeglio, que viviam na capital francesa. Foi em Paris que teve a oportunidade de relacionar-se com Augusto Comte, acompanhando, inclusive, diversos cursos do fundador do Positivismo.

Suas tendências liberais levaram-na, ainda no Brasil, a lutar pela Abolição e pela República, e a escrever em defesa dos "praieiros" de 1848, em Pernambuco. Da mesma forma, interessou-se pelo ideal da unificação italiana, correspondendo-se com Mazzini e Garibaldi. Deixou muitos livros, sobre problemas educacionais, políticos, sociais e também de viagens (pois viajou muito) e até ficção, muitos deles publicados em francês e em italiano. Encontra-se igualmente publicada sua correspondência com Augusto Comte.

Um estudo bem elaborado sobre a filosofia de Nísia Floresta poderá ser encontrado no prefácio à reedição de seu livro mais importante, *Opúsculo Humanitário*, publicado em 1853 e que só depois de 136 anos mereceu uma nova edição, estando hoje novamente ao nosso alcance. Figura realmente excepcional nos quadros da cultura brasileira do século passado, é o que foi a ilustre escritora norte-rio-grandense.

A exemplo de muitas cidades do Brasil, Campinas teve a feliz idéia de homenageá-la dando seu nome a uma via pública. Só que, ao contrário de outras cidades, onde as ruas em sua homenagem chamam-se simplesmente "Rua Nísia Floresta", a Prefeitura de Campinas, seguindo péssimo hábito, entendeu de dar à rua o seu nome completo, isto é, "Rua Nísia Floresta Brasileira Augusta". Para quê? A Resposta só pode ser uma: vontade de complicar...

E por falar em nomes de ruas, os que conhecem a cidade de São Paulo sabem da existência, ali, de uma importante rua em cujas placas se inscreve o nome do **Padre João Manuel**. Apenas assim, sem o sobrenome, que é como ele se tornou conhecido. Inicia-se na Avenida Paulista e numa extensão de mais de um quilômetro alcança o Jardim América. Se perguntarmos aos milhares de transeuntes que diariamente percorrem a importante artéria acerca de seu patrono, não sei quantos saberiam responder. Com efeito, anda esquecido o padre João Manuel. Teve uma certa notoriedade, como o prova a escolha de seu nome para uma das ruas do novo bairro paulistano que se formou no início deste século.

Natural do Rio Grande do Norte, teve atuação destacada, menos como sacerdote do que como político e jornalista nos últimos anos do Império. Militou no Partido Conservador, representando sua província na Câmara Imperial. Desiludido com a monarquia, tornou-se republicano de uma maneira espetacular e até acintosa, dando um brado de “Viva a República” em pleno parlamento, num dos momentos mais solenes da vida imperial, precisamente quando tomava posse o Gabinete Ouro Preto, o último da monarquia, a 11 de junho de 1889. Gabinete que durou apenas cinco meses, pois sua queda em 15 de novembro daquele ano implicou na queda da própria monarquia, com a proclamação da República.

Mas, assim como se desiluiu com a Monarquia, desencantou-se também com a República. Abandonando a política, decidiu retornar às funções sacerdotais, sendo-lhe dada a paróquia de Amparo. Ao fixar-se na vizinha cidade, levava já uma excelente experiência jornalística, pois dirigira dois importantes jornais no Rio de Janeiro. Em Amparo, passou a dirigir o *Correio Amparense* a partir de 1890, e em suas páginas pôs-se a publicar suas *Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República*, cerca de 60 crônicas que posteriormente reuniu em livro com esse mesmo título, editado em Amparo, em 1894.

As “Reminiscências” do famoso sacerdote jamais foram reeditadas; constituem hoje livro bastante raro, e extremamente importante para se conhecer o “clima” dos últimos anos do Império e primeiros da República. Não duvidaria mesmo em considerá-las das mais importantes peças de nossa bibliografia política. Bem mereceria o curioso livro - às vezes sarcástico, outras vezes sério e não raro violento, de um político desiludido com os homens e o sistema que passou a imperar no Brasil - uma reedição, agora que algumas editoras estão empenhadas em reeditar páginas de nossa literatura política. A celebração do centenário da República, há quase dez anos, teria sido uma feliz oportunidade.

Após alguns anos de residência em Amparo, o padre João Manuel retornou ao Rio de Janeiro, onde faleceu em 1899, com menos de 60 anos, pois nascera em 1841. Afirmo, de início, que o ilustre sacerdote, político e jornalista anda esquecido. Prova-o o fato de nenhum dos mais credenciados catálogos bibliográficos publicados ultimamente menciona o seu nome: nem o *Dicionário de Literatura Brasileira*, de Raimundo de Menezes nem a recente *Enciclopédia da Literatura Brasileira*, publicada por Afrânio Coutinho. A única obra de referência que o cita é a *Enciclopédia Delta - Larousse*.

Com suas “Reminiscências” teve o padre João Manuel seu nome eclipsado como sacerdote e como político, para, em lugar deles, salientar-se o jornalista e o cronista, que acabou trazendo assinalada contribuição à historiografia do período em questão.

E é precisamente no campo da historiografia que se situa o terceiro perfil de nosso elenco: Rodolfo Garcia (1873-1949). Com efeito, muito deve a historiografia brasileira a este ilustre norte-rio-grandense. Seria quase

desnecessário lembrá-lo, tanto o seu nome tornou-se familiar a quem quer que tenha dedicado alguns momentos ao estudo de nosso passado. Possuidor de sólida erudição, alicerçada na beneditina paciência com que se entregou a pesquisas arquivais e bibliográficas, tudo quanto saía de sua pena trazia a marca da garantia e sobretudo da probidade, ligando o seu nome de maneira indissolúvel a algumas realizações de grande vulto nos domínios da cultura nacional. Bastaria citar, como exemplo, as sábias anotações ao texto do Visconde de Porto Seguro, cuja obra, a monumental *História Geral do Brasil*, tornou-se engrandecida e extremamente valorizada com os apensos que, a princípio em colaboração com Capistrano de Abreu e sozinho a partir do segundo volume, após-lhe mestre Rodolfo Garcia.

Não foi apenas na obra de Vernhagen que demonstrou sua erudição. Outras edições críticas do mais alto valor lhe são devidas: o livro de Claude d'Abbeville, no qual se interessou particularmente pela parte lingüística (uma de suas grandes predileções), o *Gandavo*, na edição da Academia Brasileira, os *Tratados*, de Fernão Cardim, os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, a *Arte*, de Anchieta, o *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, a obra do padre Gay sobre os jesuítas do Paraguai, o relato da viagem do naturalista inglês Bunbury a Minas Gerais, e tantos outros. Em seu acervo devem ser creditados, ainda, os vinte volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, cuja edição promoveu ao tempo em que dirigiu a grande instituição criada por D. João VI. E que repositório magnífico de informações constituem esses "Anais", indispensáveis a qualquer pesquisa sobre assunto ligado ao nosso passado e nos quais a divulgação de documentos valiosos alterna-se com a reedição de textos raríssimos.

Ao recebê-lo na Academia Brasileira de Letras, Afonso de Taunay traçou-lhe o perfil, salientando precisamente, e de maneira objetiva, esse aspecto da personalidade do historiador norte-rio-grandense: a segurança e prudência com que emitia opiniões e o carinho que dedicava, paciente e exaustivamente, às mais sérias pesquisas, tornando seus conceitos praticamente a última palavra acerca de tantos e tão importantes pontos controvertidos de nossa história.

As preocupações com a cultura popular, que encontramos em alguns escritos de Rodolfo Garcia vão aparecer de maneira mais acentuada naquele que, mais que todos os outros, pode ser considerado o homem-símbolo da cultura norte-rio-grandense, o último dos perfis desta evocação. *The last but not the least...*

Meu primeiro contato com Luis da Câmara Cascudo, não pessoal, pois este privilégio não cheguei a ter, mas pelos seus escritos, foi através de uma pequena biografia do Conde d'Eu, publicada em 1933, como um dos primeiros volumes da preciosa coleção "Brasiliana", então no seu início. Livro modesto, muito longe de fazer pressupor a extraordinária capacidade que seu autor viria demonstrar no decorrer de sua longa vida e de sua vastíssima produção que atingiu a prodigiosa soma de quase 150 títulos!

Dir-se-ia quase um livro de principiante, mas já era o sétimo publicado pelo autor. Poucos anos depois, surgia ele com *O Marquês de Olinda e seu tempo*, também na coleção “Brasília” e que já se pode considerar um grande livro, talvez o melhor que até hoje se tenha publicado sobre o sucessor de Feijó na regência do Império. E não parou mais de produzir, dividindo sua bibliografia entre a história, a etnografia, o folclore, a lingüística, a literatura, e sociologia e até com algumas incursões nos domínios da ficção.

Alguns de seus livros certamente ficarão como marcos imperecíveis da cultura brasileira: *Geografia dos Mitos Brasileiros*, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, *Geografia do Brasil Holandês*, *Superstições e Costumes*, *Mouros, Franceses e Judeus*, *História da Alimentação no Brasil*, *Vaqueiros e Cantadores*, *Coisas que o Povo Diz*, *Civilização e Cultura e História do Rio Grande do Norte*, e a já citada biografia do Marquês de Olinda, e tantos outros, que iria longe se a todos enumerasse. E ainda reeditou, anotou e prefaciou obras de Sílvio Romero e de Melo Moraes, e traduziu, também, com notas, o grande livro de Koster sobre o Nordeste.

Lembro-me de um amigo que, há alguns anos, viajou pelo Nordeste. Perguntado pelos monumentos históricos que havia visitado em sua excursão, respondeu que, no seu entender, o maior “monumento do Nordeste” era... Luís da Câmara Cascudo, a quem teve a oportunidade e o privilégio de visitar em sua casa da Avenida Junqueira Aires, em Natal. Para o seu país, que era o Nordeste, viveu toda a sua longa existência, até o seu falecimento ocorrido a 30 de julho de 1986, aos 88 anos de idade. Por tudo o que dele sei (embora, como disse, sem o privilégio de o ter conhecido pessoalmente), não tenho dúvida em afirmá-lo como homem-símbolo de sua pátria. Desses muitos homens-símbolos que até há pouco era (e alguns ainda são) encontrados pelo Brasil: Gilberto Freyre, no Recife; José Américo de Almeida, na Paraíba; Érico Veríssimo, no Rio Grande do Sul; Jorge Amado, na Bahia; Cora Coralina, em Goiás. Figuras que podiam ser incluídas no roteiro turístico de suas cidades. Entre eles, Luís da Câmara Cascudo, que evoco nesta noite com muita emoção, entre outras coisas, por considerar que este ano transcorre o seu centenário.

Eis os perfis que tentei esboçar dos quatro norte-rio-grandenses, a fim de preencher a parte cultural desta sessão, dedicada ao pequeno Estado e na ausência de quem melhor o poderia fazer, que é o seu representante em nossa agremiação, infelizmente ausente nesta noite.

A CULTURA ACADEMIAS LITERÁRIAS E INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS Evocação a Augusto Severo

Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro
Sócio Correspondente

O inventor norte-rio-grandense Augusto Severo recebeu homenagens, durante a Semana da Asa, pelos seus feitos considerados heróicos, em fins do século passado e início do atual. E o advogado Enélio Petrovich fez uma evocação ao inventor do *Balão Pax*, numa solenidade na **Praça Augusto Severo**, para lembrar os feitos do Herói. “Na verdade, não podem ser olvidados, no presente, os feitos de nossos maiores, em prol da terra comum, à luz da liberdade, esta, que para Victor Hugo tem *suas raízes no coração do povo, como as tem a árvore no coração da terra*. Augusto Severo foi um dos talentos mais genéricos de seu tempo. **Gilberto Freyre** o cognominava *o grande romântico, figura esplêndida da aristocracia do Norte*. **Paulo Maranhão**: *românticos e audazes, os pioneiros da aviação encantavam o mundo com suas loucuras e perigosas aventuras*. Despencado o dirigível PAX, a 12 de maio de 1902, o Governo francês mandou cunhar medalha coma esfinge de Augusto Severo, com os seguintes dizeres: *Aqui foram mortos, vítimas da ciência, Severo, aeronauta brasileiro, e seu mecânico SACHÊ – Queda do dirigível PAX, a 12 de maio de 1902*. A fixação da placa inaugurada a 10 de outubro de 1913, indicativa do local do acidente, a qual pode ser vista no prédio 79 da Avenida Maine, em Paris. – Sr. Presidente. A Academia de Letras de Brasília, aqui presente, presta, também, a homenagem póstuma na conformidade do que já disseram tantos e inúmeros brasileiros. Demonstra a admiração que todos dedicamos à memória de Augusto Severo, cuja personalidade – glorioso inventor e mártir do PAX – como sacrificado ao ideal que acalentou.

Sr. Presidente.

Venho acompanhado, para esta solenidade, de minha esposa Astréa, advogada, arquivista, artista plástica, autora do livro *O Arquivo no Brasil e na Europa*, da filha Danuza de Moraes Castro Gasparian que é co-autora do livro *Arquivística – Técnica; Arquivologia – Ciência*, escrito em parceria

com Astréa e Andresa de Moraes e Castro. Presente o genro, Carlos Gasparian.

Sr. Presidente.

É honroso integrar o Quadro deste Instituto. Entendo que os Institutos são, também, Academias. Eles congregam nomes e personalidades de um universo cultural de primeira grandeza. Atuam no meio cultural numa convivência sadia, influenciam com sobriedade e desvelo. Possuem acervos históricos, geográficos imprescindíveis ao pleno desenvolvimento da cultura. Cuidam da memória social. Do patrimônio histórico, artístico. Em recente pronunciamento desta Tribuna, Agaciel Maia, em 19 de abril, ao ser também empossado como membro deste Instituto, em seu discurso, ofereceu exemplos de ação do Senado na promoção da cultura potiguar, destacando nomes e obras. Agaciel ocupou a Diretoria Executiva da Gráfica do Senado, por nove anos. Estimulou e autorizou publicações e dentre outras, a Revista Arcádia, publicação de circulação nacional e internacional, da Academia de Letras de Brasília. Quero parabenizar o Instituto por ter realizado uma parceria cultural entre o Parlamento e uma cultura regional. Louvo, ainda, a figura do saudoso senador Dinarte Mariz, quatro vezes senador da República e por nove anos integrante da Mesa Diretora do Senado Federal. - Governador do Estado. Conheci o senador Dinarte na sua trajetória parlamentar: dedicado e fulgurante. Autorizou a publicação do meu livro *Estudos de Problemas Brasileiros*, pela Gráfica do Senado Federal. Publicação didática, que na ocasião despertou curiosidade nos meios culturais do país, pela atualidade dos temas. Não visava interesse comercial, apenas distribuição gratuita às Universidades do Brasil, para universitários que cursavam a disciplina da qual eu era professor titular. Contribuição valiosa do Senador Dinarte Mariz que não era individualista e formalista, mas um atuante senador do Rio Grande do Norte. Testemunhei o seu espírito socializante, afetuoso e inteligente à recepção das conquistas patriotas apoiando benefícios para a comunidade.

Sr. Presidente.

Estudo um projeto ambicioso. Visa o crescimento para as Academias de Letras: expressão social na História das Instituições; reorganização administrativa. Ambicioso projeto de ampliação de prestígio. Cabe-me dar testemunho, como professor universitário de Direito. Devemos exaltar a atuação social, política, institucional, correspondendo para bem mais perto os valores ético-jurídicos dos nossos dias. Temos que ter substancial desprendimento dos confortos fúteis e adquirirmos disposição de trabalho para entregar-se à comunidade. Diante da extensão territorial, discrepâncias sociais que nos rodeiam. Agir de forma objetiva, mostrando o imenso e importante trabalho de nossos confrades. Com postura produtiva, assegurar a manutenção sadia e a evolução do exercício literário; ação em defesa dos escritores; inauguração de novas entidades. Incluir nas metas, a modalidade do trabalho intelectual para atender ao processo de crescimento social, com

a intensidade crescente. É como se fosse um Plano de Saúde para contribuir, permanentemente, contemplando objetivos que a experiência do dia-a-dia, diretiva e jurídicas adquiridas influenciariam no aprimoramento. O projeto entre outras inovações, estudaria abertura de novas Academias com intercâmbio cultural através dos Institutos Históricos, texto definitivo sobre caráter restritivo e não somente opinativo. Este futuro projeto abriria novos rumos, mais liberdade de atuação para este setor cultural, porque se mostram mais dinâmicos e competentes, num leque de atividades, com parceiros oficiais e particulares, em benefício geral da comunidade, das Entidades Acadêmicas e dos Institutos Históricos e Geográficos. A Academia de Letras de Brasília deseja, assim que tivermos terminado o estudo completo, do mencionado Projeto Cultural, solicitar o parecer de todas as instituições interessadas e, no caso, do nosso querido Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente.

Na edição especial comemorativa dos 100 anos do Instituto (1902-2002), na listagem dos sócios constam fundadores, deputados, senadores, desembargadores, ex-governadores. Depoimentos como de Luís da Câmara Cascudo: *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem em sua História, os elementos mais altos da dignidade cultural. Foi a Casa da Justiça, hoje é a Casa da Memória*. Nas participações dos Institutos, no decorrer dos anos: Encontro das Academias de Letras do Nordeste; Encontro Regional de Institutos Históricos, em Natal e Recife e tantos outros. Sr. Presidente, o presente e o passado aqui se irmanam e se reencontram, na imagem dos que pelas suas obras, constituem exemplo imperecível de honradez, obstinação e civismo. “Relicário do Passado, arca das tradições...” Os Norte-rio-grandenses têm justificado orgulho dessa Instituição Tradicional. É a mais antiga - Casa de Cultura - do Estado. O prédio abriga em seu interior um dos mais importantes acervos culturais do Estado. O Instituto tem por fim coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, pertencentes à História, Geografia, Arqueologia e Etnografia. E Enélio tem o mérito, como Presidente, porque dirige a Entidade com dedicação e espírito público – o mais valioso acervo de manuscritos históricos do Estado. Determinado, tem amor pela cultura, que precisamos preservá-la, por ser a principal fonte de progresso de uma nação. Eis o que diz a *Tribuna do Norte* (16/03/2002): *O Instituto é uma entidade cultural deste Estado, que alcançou projeção nacional graças ao trabalho contínuo, efetivo, afetivo, dedicado e valioso do presidente Enélio e seus colaboradores*.

Sr. Presidente.

Fui saudado há pouco pela palavra brilhante, lúcida, sincera do José Carlos Gentili, meu colega confrade. Muitas coincidências no nosso relacionamento: somos advogados, escritores, companheiros na direção da Academia de Letras de Brasília. Há 12 anos convivemos numa diretoria de novas e novas reeleições. Gentili, como eu, pertence, nestas coincidências

da vida, também à gloriosa cavalaria do exército brasileiro, como oficial da reserva do C. P. O. R.. Admiro a sua disposição de trabalho, de utilidade, de esforço contínuo, de servir, e gentil, Gentili, gentilíssimo, passa pela vida como vencedor em todos os campeonatos de sua eferverscente existência. Empresário bem sucedido, espírito aberto aos empreendimentos honestos e duradouros, também tem raízes aqui em Natal, como em Recife, Brasília, Estados Unidos da América, etc. e etc.

Sr. Presidente.

Patrimônio da Capela é mais uma obra desta turbina de boing 737 que é Gentili. Está lançando, hoje, uma publicação de alta categoria, inegável valor literário e histórico: *Estórias da Fazenda de Antinha, reminiscências de Santo Antônio dos Montes Claros*, cujo primeiro exemplar recebi com uma dedicatória simples e sugestiva: *Ao amigo e cavalariano Mauro Castro, homem de decisão, com a nossa permanente admiração.*

Sr. Presidente.

Conforme as suas palavras na orelha do livro, *Gentili subiu ao podium das realizações literárias, percorrendo um séquito de feitos intelectuais. Agora, com Patrimônio da Capela, alcança uma posição consagradora e com as próprias palavras do autor: o livro vem rasgando as entranhas da criação.* E do prefaciador: o livro é a história da Casa da Antinha, ameaçada de ruína – e sua remontagem, engaste a engaste, prego a prego, em local apropriado, por obra e mérito do Autor. São 160 páginas ricas de trabalho, do pesquisador, literato, filósofo, líder cultural a quem devemos numerosos livros de mérito. Na página nº 9 do livro tem um pensamento de Saint Hilaire que diz: *...tempo virá em que as cidades florescentes tomarão lugar das miseráveis choupanas nas quais eu mal podia encontrar abrigo, e então os habitantes gozarão de uma vantagem que raramente se tem na Europa; saberão com certeza, pelos escritos de alguns viajantes, quais foram os primórdios não só de suas cidades, como também de suas menores povoações.*

Sr. Presidente.

Em entrevista para *DF Letras*, revista oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu disse que a literatura não é um balcão de negócios e que, no Brasil, sempre tivemos talentos literários. Na realidade, a literatura brasileira é um repositório, em várias épocas. Não terminou a safra e nem vai terminar. Talento é um dom natural. É aptidão revelada na prática. É a disposição revelada na prática. Vocação para as letras. Disposição natural do espírito. Portanto, não termina o trabalho, a produção, a colheita. Vivemos num mundo de transformações, invenções e descobertas. O Brasil, de uma forma ou de outra, recebe os impactos das transformações políticas, sociais, religiosas que não pedem licença para entrar. Bem, ou mal, existem repercussões em todos os setores de atividades, incluindo, óbvio, a literatura. Alguns escritores são tímidos. Outros, espalhafatosos. Existem os humildes e os “espertos”. Os mercantilistas negociam os livros como pastas de dentes

e sabonetes. Temos os pretensiosos. Os gananciosos. Existiam, existem e vão sempre existir escritores que estão perfeitamente enquadrados nesta classificação. E só pesquisar! A juventude, hoje, recebe os reflexos deste planeta conturbado, de exemplos nocivos, e irreverentes. Meios de comunicação estão estimulando, aplaudindo, publicando bobagens e iludindo a boa-fé de grande parte dos jovens. Evidente que não são todos influenciados. Claro. É como em toda a regra, existem exceções. Há perspectiva, sim, de melhora, se o Poder Público, o Estado, tiverem capacidade, inteligência e vontade política para reverter o quadro malvado, aproveitando e auxiliando a juventude sadia. Ou consertando e dando soluções ao problema. Amparando as verdadeiras vocações literárias, os jovens poderão suceder aos bons literatos. Os dignos e honestos. O academicismo tornou-se anacrônico? Perguntam. O academicismo pode ser entendido como mentalidade própria de quem faz parte de academias ou rigorismo dos estudos ou princípios acadêmicos. E anacronismo é erro de atribuir a uma época, idéias, sentimentos e costumes de outras. Entendo que não existe um academicismo. E, se não existe, ele não pode ser anacrônico! No Brasil possuímos Academias e “academias”. Estão elas, algumas, lutando com problemas financeiros. No intercâmbio cultural que mantenho com essas instituições, encontro um quadro expressivo de titulares que efetivamente honram, trabalham e produzem na medida de suas possibilidades. Cumprem, com espírito acadêmico, as suas tarefas. Desenvolvem realizações culturais. Estou na presidência da Academia de Letras de Brasília desde 1990/1992 (primeiro mandato). Fui reeleito pela sexta vez consecutiva. São 12 anos! É um sodalício permanentemente renovado, com uma elite de escritores (alguns premiados) que honram qualquer academia em qualquer parte do mundo, sem exagero. Então, ela já é revigorada, naturalmente, pelo nosso trabalho intelectual, dedicação, esforço coletivo. É necessário o espírito de luta, de fé. E o futuro dessas Instituições é prosperar e contribuir para o aprimoramento da cultura. Caso contrário, ficarão inertes, inoperantes, nada significam. Não produzem. Indagam, quase sempre, sobre o investimento do Poder Público no Setor Cultural. O Estado, o Poder Público, os Poderes em geral não investem devidamente para dar melhores condições e capacidade ao que denominamos Cultura. A Constituição vigente, artigos 215 e 216, tem um texto bem claro. Não precisa ter QI elevado, nem intérprete para entender o que a Carta Maior ordena: *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura mundial... Apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais... Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial... As formas de expressão... Os modos de criar, fazer e viver... E, mais ainda, A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.* O que o Poder Público faz? É nada ou quase nada! A nossa decisão é francamente a favor do fiel cumprimento do mandamento constitucional. Pouco se lê no Brasil. O

da vida, também à gloriosa cavalaria do exército brasileiro, como oficial da reserva do C. P. O. R.. Admiro a sua disposição de trabalho, de utilidade, de esforço contínuo, de servir, e gentil, Gentili, gentilíssimo, passa pela vida como vencedor em todos os campeonatos de sua eferverscente existência. Empresário bem sucedido, espírito aberto aos empreendimentos honestos e duradouros, também tem raízes aqui em Natal, como em Recife, Brasília, Estados Unidos da América, etc. e etc.

Sr. Presidente.

Patrimônio da Capela é mais uma obra desta turbina de boing 737 que é Gentili. Está lançando, hoje, uma publicação de alta categoria, inegável valor literário e histórico: Estórias da Fazenda de Antinha, reminiscências de Santo Antônio dos Montes Claros, cujo primeiro exemplar recebi com uma dedicatória simples e sugestiva: *Ao amigo e cavalariano Mauro Castro, homem de decisão, com a nossa permanente admiração.*

Sr. Presidente.

Conforme as suas palavras na orelha do livro, *Gentili subiu ao podium das realizações literárias, percorrendo um séquito de feitos intelectuais. Agora, com Patrimônio da Capela, alcança uma posição consagradora e com as próprias palavras do autor: o livro vem rasgando as entranhas da criação.* E do prefaciador: o livro é a história da Casa da Antinha, ameaçada de ruína – e sua remontagem, engaste a engaste, prego a prego, em local apropriado, por obra e mérito do Autor. São 160 páginas ricas de trabalho, do pesquisador, literato, filósofo, líder cultural a quem devemos numerosos livros de mérito. Na página nº 9 do livro tem um pensamento de Saint Hilaire que diz: *...tempo virá em que as cidades florescentes tomarão lugar das miseráveis choupanas nas quais eu mal podia encontrar abrigo, e então os habitantes gozarão de uma vantagem que raramente se tem na Europa; saberão com certeza, pelos escritos de alguns viajantes, quais foram os primórdios não só de suas cidades, como também de suas menores povoações.*

Sr. Presidente.

Em entrevista para *DF Letras*, revista oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu disse que a literatura não é um balcão de negócios e que, no Brasil, sempre tivemos talentos literários. Na realidade, a literatura brasileira é um repositório, em várias épocas. Não terminou a safra e nem vai terminar. Talento é um dom natural. É aptidão revelada na prática. É a disposição revelada na prática. Vocação para as letras. Disposição natural do espírito. Portanto, não termina o trabalho, a produção, a colheita. Vivemos num mundo de transformações, invenções e descobertas. O Brasil, de uma forma ou de outra, recebe os impactos das transformações políticas, sociais, religiosas que não pedem licença para entrar. Bem, ou mal, existem repercussões em todos os setores de atividades, incluindo, óbvio, a literatura. Alguns escritores são tímidos. Outros, espalhafatosos. Existem os humildes e os “espertos”. Os mercantilistas negociam os livros como pastas de dentes

e sabonetes. Temos os pretensiosos. Os gananciosos. Existiam, existem e vão sempre existir escritores que estão perfeitamente enquadrados nesta classificação. É só pesquisar! A juventude, hoje, recebe os reflexos deste planeta conturbado, de exemplos nocivos, e irreverentes. Meios de comunicação estão estimulando, aplaudindo, publicando bobagens e iludindo a boa-fé de grande parte dos jovens. Evidente que não são todos influenciados. Claro. É como em toda a regra, existem exceções. Há perspectiva, sim, de melhora, se o Poder Público, o Estado, tiverem capacidade, inteligência e vontade política para reverter o quadro malvado, aproveitando e auxiliando a juventude sadia. Ou consertando e dando soluções ao problema. Amparando as verdadeiras vocações literárias, os jovens poderão suceder aos bons literatos. Os dignos e honestos. O academicismo tornou-se anacrônico? Perguntam. O academicismo pode ser entendido como mentalidade própria de quem faz parte de academias ou rigorismo dos estudos ou princípios acadêmicos. E anacronismo é erro de atribuir a uma época, idéias, sentimentos e costumes de outras. Entendo que não existe um academicismo. E, se não existe, ele não pode ser anacrônico! No Brasil possuímos Academias e “academias”. Estão elas, algumas, lutando com problemas financeiros. No intercâmbio cultural que mantenho com essas instituições, encontro um quadro expressivo de titulares que efetivamente honram, trabalham e produzem na medida de suas possibilidades. Cumprem, com espírito acadêmico, as suas tarefas. Desenvolvem realizações culturais. Estou na presidência da Academia de Letras de Brasília desde 1990/1992 (primeiro mandato). Fui reeleito pela sexta vez consecutiva. São 12 anos! É um sodalício permanentemente renovado, com uma elite de escritores (alguns premiados) que honram qualquer academia em qualquer parte do mundo, sem exagero. Então, ela já é revigorada, naturalmente, pelo nosso trabalho intelectual, dedicação, esforço coletivo. É necessário o espírito de luta, de fé. E o futuro dessas Instituições é prosperar e contribuir para o aprimoramento da cultura. Caso contrário, ficarão inertes, inoperantes, nada significam. Não produzem. Indagam, quase sempre, sobre o investimento do Poder Público no Setor Cultural. O Estado, o Poder Público, os Poderes em geral não investem devidamente para dar melhores condições e capacidade ao que denominamos Cultura. A Constituição vigente, artigos 215 e 216, tem um texto bem claro. Não precisa ter QI elevado, nem intérprete para entender o que a Carta Maior ordena: *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura mundial... Apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais... Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial... As formas de expressão... Os modos de criar, fazer e viver... E, mais ainda, A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.* O que o Poder Público faz? É nada ou quase nada! A nossa decisão é francamente a favor do fiel cumprimento do mandamento constitucional. Pouco se lê no Brasil. O

problema é grave na área da Educação. A estatística vem demonstrando que o contingente de analfabetos é assustador. Além disso, a população brasileira vive atormentada com problemas do desemprego, alimentação, habitação, saúde,... Então, como pode o povo brasileiro ser leitor? Por outro lado, com o advento do rádio, televisão e das tecnologias modernas, as pessoas procuram outros meios, outras formas de comunicação. Para que a leitura? O que importa um grande livro, um grande clássico da literatura para este contingente da população que luta no dia-a-dia para a subsistência? Medidas deveriam ser tomadas pelo Poder Público, pelos governos estaduais, municipais, pelo Poder Legislativo, empresários, academias, universidades, editoras. A cultura todos deveriam ajudar, auxiliar, participes de uma união que deve ser duradoura e estável. Importante, não ser sonhadora e romântica. É luta constante, em todos os bastidores. Em todas as fronteiras. É forma, também, de acionar Entidades e instituições. Sei que é tarefa que envolve criatividade, desprendimento, trabalho. E nosso ambicioso projeto haverá de agasalhar uma engenhosa engenharia de capacidade realizadora. E todos darão um tempo necessário, de levar para a frente projeto de tamanha possibilidade. O escritor em si, isolado, conhece muito bem o seu valor, sua nobre missão na sociedade organizada, porém necessita de amparo. Os problemas ocorrem com os pretensos e vaidosos... Não é fauna nem flora. É o dia-a-dia na luta pela existência. Urge amparar o trabalhador intelectual. Promover patrocínio beneficiando, estimulando a formação universitária brasileira. O cultor das letras não pode ficar constrangido. A formação social brasileira não pode ficar excluída. Amparar a intelectualidade. O livro e o leitor. *SEM VIDA INTELECTUAL NÃO HÁ FUTURO PARA UMPAÍS*. Foi o que disse o escritor Naipaul, em entrevista recente como vencedor do PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA.

A ESSÊNCIA... ESTRATÉGIA... MAGIA... E... AO VÔO DAS PALAVRAS

Bem, mas não é apenas isso e nem com essa simplicidade... O renovamento, recompor, dar novas forças, nova energia, novo vigor; restaurar o privilégio das palavras. Rejuvenescer ao tomar novas forças ou vigor.

A JUSTIÇA. A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência. Entretanto, é impossível culpar as roseiras que invadiram a jurisdição do vizinho.

E o FUTURO? Conforme os princípios do Direito, porque somos todos jurisdicionados. A jurisprudência é farta nas soluções, porém existem os que não temem o futuro.

Às vezes, o PRESENTE nos confere um mandato em causa própria.

E o PASSADO? O passado já foi presente. Às vezes rico em lantejoulas.

Legitimada a LEGISLAÇÃO. O homem procurou escapar através das fendas. É que ele desejava o sol nos dias de chuva.

A LEI era quase perfeita. O artigo lúcido. Entretanto o paragrafo anulou a lei.

Eu sou legítimo HERDEIRO. Respiro o ar. Guardo no meu corpo as heranças do mundo; é a razão do meu vasto sobrenome.

A perplexidade. A ESPERANÇA. Confiança em conseguir o que se deseja. Os fiéis esperavam um milagre. Tudo como é, não como quiséramos.

O fato de EXISTIR. De viver. *Ex jure. Ex lege.* Uma liberdade vigiada.

A LIBERDADE. Dentro dos limites impostos por normas definidas. Aquele pássaro tem imunidades, franquias e direitos. Eis a razão do seu cantar.

Mais vale a onisciência divina. A verdade dos SALMOS: porque observais todos os meus passos. Vós me ensinai o caminho da vida.

Discurso de posse, na categoria de sócio correspondente, na sessão solene realizada no dia 29 de maio de 2002 – Salão Nobre do IHGRN.

CENTENÁRIO DE UM ESTADISTA

Otto de Brito Guerra
Sócio Efetivo

Guardo viva recordação do dr. Joaquim Inácio de Carvalho Filho: alto, esbelto, trajando com certa elegância, bem penteado, bigode espesso e aparado, voz forte, cheia, abaritonada, grandes olhos negros, meio sorridente, caminhando sem pressa.

Conheci-o por volta de 1928, nos meus tempos de aluno do Ateneu Norte-Rio-Grandense. Ele visitava algumas vezes o meu pai, com quem se correspondia. Eu gostava de escutar aquela conversa de dois apaixonados pelo nosso Estado e pelo Nordeste, versando seus problemas, cujas dimensões e importância ainda não estava capaz de avaliar.

Mais tarde, acadêmico de Direito e mesmo depois de formado, vi repetirem-se algumas visitas, li artigos seus em jornais de Natal e guardei seus discursos no Senado Federal, um relativo à chamada Lei das Secas, reguladora do art. 177 das Disposições Gerais da Constituição Federal de 16 de julho de 1934, o outro dedicado aos vales úmidos do Rio Grande do Norte.

Passados muitos anos, em fins de 1941, aceitei honroso convite do dr. Aldo Fernandes, secretário-geral do Estado, para exercer o cargo de Assistente Jurídico do recém-criado Departamento das Municipalidades, do qual era diretor o dr. Joaquim Inácio.

Pude então comprovar melhormente o seu amor à coisa pública, seu constante interesse pelos nossos problemas, sua capacidade organizadora, coadjuvado pela dedicação do contador Solon Aranha, buscando sistematizar a vida administrativa dos nossos municípios, dar-lhes nova feição. Chegou a sugerir, sem êxito, que se formassem grupos ou consórcios de municípios, unindo, como permitia a Constituição, dotações orçamentárias, mediante convênio, para a contratação comum de agrônomos, engenheiros, médicos, outros profissionais, a fim de prestarem serviços técnicos. Tentativa baldada, possivelmente, por força de pruridos autonomistas e falta de reflexão maior.

Só mais tarde tive ocasião de ler com vagar seus trabalhos básicos, dedicados ao Baixo Açu e ao Vale do Upanema e rever, com melhor conhecimento de causa, seus proveitosos estudos referentes ao Seridó, ao litoral úmido do Estado, aos brejos paraibanos, ao algodão, etc.

Então, foi possível concluir, sem sombra de dúvida, que Joaquim Inácio de Carvalho figura entre os mais notáveis homens públicos do Rio Grande do Norte, seja pelo constante interesse por sua terra, seja,

principalmente, pela soma enorme de sólidos conhecimentos acumulados, relativamente ao nosso passado e aos nossos problemas básicos, na ordem sociopolítica, econômica e até mesmo administrativa, com assinalados serviços prestados à nossa terra.

Lera ele bastante e refletira maduramente sobre o que de melhor se publicara quanto ao Nordeste e ao Rio Grande do Norte, mencionando dentre os seus mestres: Felipe Guerra, Eloi de Souza e Manoel Dantas. Manuseara os notáveis trabalhos de esclarecidos técnicos estrangeiros contratados pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, ao tempo de Miguel Arrojado Lisboa e que haviam percorrido pessoalmente, ao passo moroso de cavalo, nossos adustos sertões, nos idos de 1910. Eles não podem ser esquecidos: Roderic Crandall, Ralph Sopper, Horacio Small, Geraldo Waring, para citar alguns, reeditados ultimamente pela inestimável “Coleção Mossoroense”.

Nele, é também palpável a influência marcante de Euclides da Cunha. Basta ler os seus trabalhos, sobretudo quando analisa, com precisão técnica e certo lirismo, aspectos da morfologia e da climatologia nordestina, ou se volta para a nossa gente e o seu secular sofrimento: *Trezentos anos de isolamento e de abandono*, escreve em 1915, *separavam-me da civilização que tumultuava lá fora e já dera o automóvel, o aeroplano, o rádio*.

Joaquim Inácio afirmava com segurança: ao alvitrar soluções para os nossos problemas, não fora atrás de exotismos. Pelo contrário, nunca se apartava *da contemplação direta do nosso caso, já esclarecido por uma multidão de fatos, cada qual o mais abonador*. Ele tudo procurava observar pessoalmente, em longas e penosas caminhadas a cavalo, em contato direto com o povo, inclusive as animadas feiras sertanejas, manancial incomparável de lições de toda ordem. Aonde ia, deparava com o proprietário, o criador, o agricultor a repetirem as mesmas práticas rotineiras do colonizador e do índio. E com a maior desolação, encontrava também *a massa imensa do operariado rural, ignorante, mal vestido e mal comido, ganhando uma ninharia, que só economizava até a noite do sábado próximo, em que se pagava de todas as canseiras de uma vida miserável, bebendo, dançando....*

Esse estudioso da nossa realidade tinha na massa do sangue a terra sertaneja, a constante preocupação com secas e invernos, um verdadeiro tropismo para o inesquecível cheiro da terra e dos currais, a beleza dos pastos e dos roçados ondulantes, os açudes cheios, as vazantes salvadoras.

Nascido no município do Martins, a 6 de fevereiro de 1888, filho de fazendeiros - Joaquim Inácio de Carvalho e Maria Gomes de Oliveira Carvalho, feitos seus estudos de 1º e 2º graus, ei-lo bacharel em Direito aos 20 anos de idade, integrante da turma de 1908 da Faculdade do Recife. Dela fazia parte, entre outros, José Américo de Almeida, o futuro notável escritor e político paraibano.

É interessante observar-se que, ainda tão jovem, o novo bacharel já demonstrava acurado espírito de observação, ligado aos problemas do seu

Estado. Assim é que, aboletado nos trens poeirentos da Great Western, num itinerário repetido por todos nós norte-rio-grandenses que estudávamos no Recife, ele atravessava as terras de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, sentia e comparava o contraste entre a rica zona canavieira pernambucana, as produtivas terras paraibanas e os vastos tabuleiros do nosso Estado, com raros vales de estreitas faixas de canaviais. Confessa, no manuscrito que deixou, o vago sentimento de tristeza que então se apossou do incipiente observador, ainda desconhecendo o muito que se poderia esperar daqueles vales úmidos do nosso Estado, sobre os quais, por sinal, falaria mais tarde, com tanta competência, na imprensa e na tribuna do Senado Federal.

O bacharel de 1908 começaria sua vida pública logo em 1909, dirigindo o Grupo Escolar Almino Affonso, da sua cidade do Martins. No final do ano, passaria a exercer a promotoria pública da comarca do Açu, até o final de 1913.

Sem descurar da função judicial - depõe nas suas memórias, entregava-se às leituras mais variadas. Lia em especial tudo quanto se relacionasse com o problema das secas. E utilizava longos momentos de folga em viagens a cavalo, percorrendo todo o rico vale do Açu e as regiões circundantes, desde São Miguel do Jucurutu até a pancada do mar, observando a terra e o homem.

Daí resultou sua excelente monografia sobre *O Baixo Açu*, datada de novembro de 1915, inicialmente publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Vol. XVI, nºs. 1 e 2, pág. 125) e reeditada pela Fundação José Augusto. Um estudo refeito de valiosos dados estatísticos, por sinal. Ele antevê que à agricultura irrigada cabe a missão maior a que o grande vale está destinado, sendo possíveis duas colheitas anuais. E exclama: *Quantas vezes o meu olhar pervagante na planura daquela gleba virgem se extasiou na contemplação das grandes possibilidades agrícolas da zona!*

Mas Joaquim Inácio passaria a residir noutra zona do Estado, sendo nomeado Juiz Distrital de Jardim do Seridó, em janeiro de 1914, e aí permanecendo até 1918. Ocasão aproveitada não apenas para bem organizar os serviços judiciais do Distrito, trabalhando diariamente, sem retardar despachos e sentenças (num exemplo digno de imitação por tantos magistrados que retardam o seu dever indefinidamente, causando graves prejuízos às partes) mas também, fiel à sua vocação de estudioso, voltar-se-ia para os problemas da importante e típica região do Seridó, realizando acuradas análises.

E quando, em 1916, foi a Mossoró, apresentando à Sociedade Defesa do Nordeste, fundada por Felipe Guerra, o estudo sobre o *Vale do Upanema - Sua Irrigação*, seu futuro, causas do atraso existente, não hesitou em ligar esses motivos não apenas ao fenômeno das secas, mas também à situação das propriedades, ao regime do latifúndio, pregando a necessidade duma subdivisão das terras, meio mais seguro

da sua utilização pela constituição de lotes de terras a serem desapropriadas. Invocava o exemplo do Seridó, onde a terra cultivável estava quase toda lavrada, por se terem constituído pequenas propriedades.

Interromperia Joaquim Inácio o exercício da judicatura para tornar-se deputado estadual. Apresentaria ao Congresso Legislativo um bem elaborado projeto de lei, com Exposição de Motivos, sobre o sistema de transportes no Estado, construção e classificação das estradas de rodagem, em percuciente análise, prevendo, até, a cobrança de pedágio para a manutenção delas e a possibilidade de concessão a particulares para a construção e exploração de estradas, fiscalizadas pelo Poder Público.

Mas voltaria ao Seridó, de 1918 a 1923, como Juiz de Direito do Caicó, onde robusteceria seus conhecimentos sobre aquela região e seus habitantes. É antológico o paralelo traçado entre os Brejos paraibanos e o sertão de pedras seridoenses onde, segundo afirma, o homem tudo fez: fez a terra e fez a água. Eis o quadro fixado: *No brejo, a natureza protegeu e acaricia o homem. No Seridó, não. Aqui, o homem, de quem o panasco filamentos, hirto, resistindo impávido, de pé, às longas estadias de vinte meses sem chuvas, é bem o emblema verdadeiro, o homem no Seridó, repito, vai, ao contrário, afeiçoando a delícia de uma vida agrícola sedentária, mais estável, às brutas asperezas de uma natureza madrastra.*

Durante esse tempo de sua judicatura em Caicó teve ocasião de prestar, em julho de 1921, serviço inestimável, assessorando a Missão Algodoeira Internacional, chefiada pelo dr. Arno Pearse, especialista de renome e Secretário-Geral da Associação de Fiandeiros e Tecelões de Manchester, Inglaterra. Pearse já fora duas vezes à Índia, uma ao Sudão, conhecendo a situação algodoeira norte-americana. Estava acompanhado, nessa Missão ao Nordeste, de técnicos suíços, representantes de firmas Alemães e de técnicos brasileiros. No Seridó, durante sete dias, caminharam 76 léguas, das quais 21 no lombo de animais, visitando 70 propriedades. No livro de Pearse, na parte relativa a suas observações no Seridó, o técnico inglês refere-se elogiosamente às informações prestadas por Joaquim Inácio, e por ele endossadas.

Senhoras e senhores:

Seria muito longa esta análise, fossemos acompanhar toda a vida pública de Joaquim Inácio.

Foi ele, ainda, juiz de Direito de Canguaretama, em 1924, tempo aproveitado para melhor conhecimento dos brejos paraibanos e dos nossos vales úmidos. Fez oportunas comparações entre essas áreas, a do Seridó e a zona serrana do oeste potiguar, Martins, Luís Gomes, São Miguel, Port' Alegre.

É de todo indispensável uma palavra sobre sua contribuição marcante no melhor ordenamento dos serviços administrativos do nosso Estado, do qual chegou a ser Vice-presidente, ocupando, por vezes, a própria governança, nas ausências do presidente Juvenal Lamartine.

Falemos de suas atividades como Diretor dos Departamentos de Agricultura e Obras Públicas e da Fazenda, equivalente às atuais Secretarias de Estado. Foi ele o primeiro titular do Departamento de Agricultura, que instalou, estruturando e sistematizando-lhe a organização, cuidando da programação de suas atividades.

Pragmático e realista, sabia que ao nosso Estado faltava tudo, a começar de pessoal habilitado e recursos financeiros. Pôs de lado o sonho de projetos grandiosos, mas irrealizáveis. Assentou um plano gradualmente viável, por sinal não realizado, nem por ele, nem pelos sucessores imediatos.

Pensara na instalação de “fazendas-modelo”, localizadas uma no agreste úmido, duas outras nas várzeas do Açu e do Apodi, finalmente outra no Seridó. Capazes, por sua organização adequada, de se tornarem autossuficientes, prescindindo, com o tempo, dos recursos do governo. Compreenderiam uma área para plantio de algodão, milho, feijão, cultivados segundo técnicas modernas, servindo de exemplo para os agricultores de fora e uma área maior, a ser explorada segundo o regime da parceria, meia ou terça. Cuidar-se-ia da formação de aradores, plantar-se-iam viveiros de fruteiras e vegetais destinados ao reflorestamento, estimular-se-ia a apicultura, a criação do bicho-da-seda, praticar-se-ia uma pecuária moderna, com reprodutores selecionados. Eram, na verdade, verdadeiros núcleos educativos.

Foi intensa a sua campanha em prol da construção de silos destinados à conservação de milho e feijão. Pensou na assistência à pequena açudagem, evitando freqüentes arrombamentos nos invernos mais rigorosos, na disseminação de poços tubulares no interior, no aproveitamento das terras devolutas do Estado.

Não devo concluir esta análise sem acentuar o seu marcante desempenho quando enfrentou a grave situação financeira do Estado no governo José Augusto Bezerra de Medeiros. Este Chefe do Executivo se viu a braços com uma crise talvez sem precedentes e o Governo Federal não acudiu em seu auxílio.

Como causas maiores, a par da ausência de adequadas normas reguladoras da própria vida administrativa, eram aleatórias as previsões da receita pública, a falta dum sistema arrecadador realista. Havia ocorrido as destruidoras inundações de 1924, arrastando as cheias todo o estoque das salinas. Caíra bastante o preço do algodão, influenciando no montante da arrecadação de impostos. Houvera, da parte do governo estadual, uma certa imprevidência, ao promover o aumento dos salários do funcionalismo sem previsão da cobertura dessa nova despesa e novo serviço público ia ser implantado, já feita onerosa aquisição de material no estrangeiro, para

o saneamento de Natal. Tudo isso criou para o erário estadual situação terrivelmente deficitária, praticamente de insolvabilidade.

A organização fazendária do Rio Grande do Norte era obsoleta. Basta dizer que o regulamento do Tesouro do Estado datava da monarquia, quando era presidente da Província José Moreira Alves da Silva, nosso governante de 22 de outubro de 1885 a 30 de outubro de 1886. Uma legislação caótica, contraditória, confusa, foi se superpondo, no correr dos anos.

Com a colaboração de Cícero Aranha, Aldo Fernandes e Cleto Câmara, o dr. Joaquim Inácio, que assumira a direção do Departamento da Fazenda, tratou de elaborar nova legislação fiscal, ponto de partida para a restauração financeira. E para situar-se melhor, promoveu o levantamento da situação real, um quadro da arrecadação dos últimos seis anos e a apuração do montante das efetivas responsabilidades do Estado. Estas dívidas, no dia 30 de setembro de 1925, elevavam-se a um total de 2.038:008\$821, sendo a receita anual orçada para aquele ano em seis mil contos de réis, que de certo não seria alcançada.

Encontrava-se o funcionalismo do Estado naquele dia (30/09/1925) com cinco meses de atraso, de maio a setembro, e só isto representava um débito de 1.080:027\$574.

Acontece que naquele dia 30, o Tesouro do Estado só tinha em cofre a irrisória quantia de 52:712\$429 e mais 95:727\$280 depositados no Banco do Brasil. Ou seja, uma disponibilidade total de 148:439\$409. E nos compromissos a atender, não estavam computados os juros das apólices do Estado relativos ao 1º semestre de 1925 nem os débitos da repartição dos Serviços Urbanos (água e luz), que eram pagos pelo Estado.

Tendo em vista situação assim impressionante, Joaquim Inácio tratou de elaborar a proposta orçamentária para 1926, sugerindo medidas drásticas, cortes de despesas, arrecadação mais cuidadosa, dispensa de pessoal, vencendo o pendor amiguelo e os interesses tão conhecidos de grupos que nunca deixam de cercar o governo.

O certo é que, segundo informa Joaquim Inácio, o governador José Augusto aceitou quanto fora proposto, embora contrariando amargamente os impulsos do seu magnânimo coração. Depois de muito somar, diminuir, multiplicar e dividir, ele e o governador, na residência deste último, por dias seguidos, em novembro de 1926, chegaram à ultimização da proposta orçamentária para 1926. Fora uma profunda transformação orçamentária e administrativa.

Devemos, igualmente a Joaquim Inácio, os que fazemos o Instituto Histórico, o seu cuidado em preservar os antigos documentos das Cartas de Data ou Sesmarias da nossa Capitania. Ele as fez transcrever e constituem vários e importantes volumes, em formato grande, objeto de valiosas consultas.

Verifica-se, pois, que esta figura singular, muito bem analisada pelo professor Alvamar Furtado de Mendonça no prefácio ao livro *Homem do Bem Comum*, se tornou credora de homenagens muito maiores do que esta de agora.

Nele era notável, como acentuou com felicidade o professor Alvamar Furtado, *uma constante preocupação com o social, em meio a uma sociedade primária, indiferente e residualmente patriarcal, sem criatividade e pachorrenta em seus hábitos, comportamentos e vivências.*

Na verdade, uma vida discreta, sem alardes, mas tão útil, que terminaria a 9 de junho de 1948, no mesmo lugar onde nascera, Martins.

Conferência proferida na sessão solene do IHGRN, em 7 de outubro de 1988, pelo centenário de nascimento de Joaquim Inácio de Carvalho Filho.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, ANDREZINHO DO CUNHAÚ

Olavo de Medeiros Filho
Sócio Efetivo

Jerônimo de Albuquerque assumiu o governo da capitania do Rio Grande no dia 7 de julho de 1603. No ano seguinte, concedeu ele aos filhos infantes, Antônio e Matias de Albuquerque, cinco mil braças de terra em quadra, na várzea do Cunhaú. Logo surgiu o primeiro engenho da capitania, o tradicional Engenho Cunhaú, cenário de tantas páginas da nossa história norte-rio-grandense.

Depois de ter participado da Jornada do Maranhão, em 1614, como capitão-mor da reconquista da região aos franceses, Jerônimo de Albuquerque, que acrescentara ao seu nome o agnome Maranhão, governou aquele território maranhense. Faleceu ele no seu Engenho Cunhaú, a 11 de fevereiro de 1618, sepultando-se na capela por ele edificada naquela sua propriedade rural. A sua lousa tumular ainda existe naquele templo religioso.

Cunhaú tornou-se o principal núcleo econômico da capitania do Rio Grande. Em 1630, o Engenho Cunhaú produzia de 6 a 7.000 arrobas (88 a 103 toneladas) de açúcar, ali morando 60 ou 70 homens com suas famílias. Durante o período do domínio holandês, Cunhaú foi confiscado, passando às mãos de diversos proprietários. Após a expulsão dos flamengos, o engenho reverteu ao domínio da família Albuquerque Maranhão, que ali permaneceu até a terceira década deste século.

A capelinha edificada pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, quando da fundação do engenho em 1604, foi retratada pelo artista flamengo Frans Post, constando do famoso livro de Barleus, que trata do período em que o conde João Maurício de Nassau governou o Brasil Holandês.

O episódio mais marcante havido na capela de Cunhaú foi o massacre ali ocorrido na manhã de 16 de julho de 1645, em pleno período em que os holandeses senhoreavam a capitania do Rio Grande. Nele pereceram moradores do engenho e de suas redondezas.

Tapuia, janduis e potiguares, chefiados pelo alemão Jacob Rabbi, em número de 500 indivíduos, perpetraram uma chacina na capelinha, por ocasião de uma missa cujo celebrante era o padre André de Soveral, ancião

de 73 anos de idade. O número de vítimas do massacre varia conforme os diversos cronistas que o descreveram: entre 35 a 80 pessoas.

As vítimas foram, em seguida, devoradas pelos ferozes tapuias, inclusive o próprio padre Soveral. O massacre do engenho marcou o início da insurreição pernambucana contra a presença holandesa, somente encerrada em janeiro de 1654.

O mais ilustre filho de Cunhaú foi André de Albuquerque Maranhão, o segundo do nome, nascido naquele engenho no ano de 1773. Foram seus pais, o cel. André de Albuquerque Maranhão - 5º senhor hereditário de Cunhaú - e Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro.

Nos anos de 1800 e 1801, Andrezinho morou na vila do Recife, tendo participado de uma conspiração republicana, conhecida na nossa história como a Conspiração dos Suassuna, liderada pelos irmãos Francisco de Paula, José Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Em 1810, o Engenho Cunhaú foi visitado pelo inglês Henry Koster, que dedicou várias páginas do seu livro *Travels in Brazil* ao Engenho Cunhaú e ao seu proprietário, André de Albuquerque Maranhão.

Andrezinho do Cunhaú, como era conhecido aquele André (2º), foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por patente de 22 de agosto de 1811, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Com o falecimento do seu genitor, ocorrido a 26 de setembro de 1806, Andrezinho assumira a patente do coronel da Cavalaria Miliciana da Divisão do Sul, da Capitania do Rio Grande do Norte.

Andrezinho do Cunhaú liderou a Revolução Republicana de 1817, na então capitania do Rio Grande do Norte, como chefe de uma Junta Governativa que assumiu o poder em Natal, no dia 28 de março de 1817. Na manhã de 25 de abril, partidários da monarquia promoveram a deposição do malogrado governo republicano, cujo chefe foi ferido a golpe de espada na região inguinal.

Conduzido ao calabouço da velha Fortaleza dos Reis Magos, ali veio a falecer o mais rico homem da capitania, na madrugada do dia seguinte, sem ter contado com a mínima assistência médica. Conduzido pelas ruas da cidade, inquirido a uma grossa vara, o cadáver de Andrezinho do Cunhaú foi sepultado na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, envolto em uma esteira. Antes do sepultamento, o cadáver foi vilmente esporeado por um realista exaltado, J. Alvares de Quental, por sinal um dos conspiradores de 1801...

Com a morte de Andrezinho, sobreveio uma intensa perseguição à família Albuquerque Maranhão, ocorrendo confisco de bens e prisões. Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe do herói da Revolução de 1817, faleceu tão logo recebeu a notícia do trucidamento do seu único filho varão.

Com o perdão concedido pela Coroa aos participantes da Revolução de 1817, ocorreu o inventário de Dona Antônia Josefa, no ano de 1823. Os bens que haviam pertencido a Andrezinho foram inventariados na ocasião e distribuídos entre seus familiares.

Através do exame procedido no processo de inventário, constata-se a grande riqueza em terras, escravos e engenhos, propriedades de André de Albuquerque Maranhão e de sua mãe. Cunhaú achava-se incorporado a três outras sesmarias - Jacuratama, Mucuri e Guaju, cada uma possuindo três léguas de terra. Os engenhos Tamatanduba e Graça completavam o mundo canavieiro do Senhor do Cunhaú. No sertão (Rio Grande do Norte e Paraíba), dezoito imensas fazendas de pecuária criavam quase 4.700 bovinos, mais de 640 cavaleiros, além de caprinos e ovinos. Cento e cinquenta e quatro escravos mourejavam nas terras de André de Albuquerque...

Cunhaú representa uma das maiores relíquias do Rio Grande do Norte. Ali ainda perdura a Capela de Nossa Senhora das Candeias, testemunha de quase quatro séculos da nossa História!

* * *

Na manhã do dia 23 de janeiro de 1995, compareci às escavações desenvolvidas pelo arqueólogo Paulo Thadeu de Souza Albuquerque, chefe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cuja finalidade era a de localizar os restos mortais do Coronel de Milícias André de Albuquerque Maranhão. Os referidos trabalhos de busca ocorriam no corredor direito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação desta Capital, em local vizinho ao altar do Santíssimo Sacramento.

Encontrando-se em obras de restauração a igreja, seria a ocasião muito propícia à realização daquela busca arqueológica, providência que poderia trazer à luz os despojos de Andrezinho do Cunhaú, como era popularmente conhecido aquele herói da Revolução Republicana de 1817, no Rio Grande do Norte.

A escolha do corredor primitivo do templo, como local indicado para aquela busca, deveu-se ao fato de o jornal *A República* ter publicado, em sua edição de 18 de maio de 1898, uns versos populares de autoria de um "realista" anônimo, testemunha ocular dos acontecimentos relacionados com a Revolução Republicana de 1817. Uma das quadras referidas, informava sobre o local do sepultamento:

*E no corredor
Da mesma Matriz
Está sepultado
O triste infeliz...*

A escritora norte-rio-grandense Isabel Gondim, em seu livro *Sedição de 1817 da Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte*, publicado em 1892, confirmava a informação contida nos versos anônimos, acima transcritos:

*Quando foi posto em terra o cadáver, no primitivo
corredor da igreja matriz, onde teve sepultura (etc.).*

Ao chegar ao local do referido corredor, encontrei a presença de um esqueleto, que aflorara do seio da terra, objeto de uma cuidadosa atenção por parte de Paulo Thadeu de Souza Albuquerque, que se fazia acompanhar de auxiliares da sua equipe de trabalho, Míriam Cazzetta, Silvana Moura, André Luís Bernardes e Ivanildo. Encontrei também, no local das escavações, a arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, representante da Fundação José Augusto, Walner B. Spencer, pessoa ligada ao Laboratório de Arqueologia da UFRN, além de outros indivíduos envolvidos nos trabalhos de restauração daquela matriz.

À medida que o arqueólogo Paulo Thadeu processava os trabalhos de remoção da terra em que se achava encerrado o esqueleto encontrado, foi ele enumerando certos detalhes peculiares. Assim, constata-se que o cadáver foi sepultado com o rosto voltado para o lado esquerdo do corpo. A mão destra acha-se inflectida para o lado direito, provavelmente devido ao fato de os ossos do pulso correspondente acharem-se fraturados. A mão esquerda está posicionada por debaixo do tronco. As coxas ligeiramente flexionadas, o que coincidiria com a posição que assume um indivíduo que tenha recebido um golpe de espada na região inguinal, como aconteceu com o cel. André de Albuquerque Maranhão. Ademais, verificou-se também uma fratura da tíbia direita do esqueleto.

O historiador, padre Joaquim Dias Martins, autor do livro *Os Mártires Pernambucanos*, de 1853 (fruto de 40 anos de pesquisas), nos fornece a versão de que o cel. André de Albuquerque Maranhão, depois de ter sido ferido a golpe de espada, na manhã do dia 25 de abril de 1817, *moribundo e palpitante foi arrojado pela janela, e recebido na rua pela multidão amotinada, já sedenta de beber-lhe o sangue e despedaçar-lhe o cadáver*. É possível que as fraturas constatadas, tenham sido provocadas pela queda, daquela janela do então palácio presidencial, localizado na atual Praça André de Albuquerque, quase vis-à-vis com o prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Um detalhe muito importante, que nos é fornecido pelo mesmo historiador, padre Joaquim Dias Martins, revela que *multidão execrandamente cruel, requereu e conseguiu, que fosse enterrado (André de Albuquerque Maranhão) com os seus mesmos grilhões!*

Coincidentemente, à medida em que a arqueóloga Míriam Cazzetta retirava a terra que envolvia os ossos dos tornozelos e pés do esqueleto

examinado, foram encontrados fragmentos do que parecem ser elos de grilhão. Examinados tais fragmentos, pelo geólogo Júlio Rezende Nesi, constatou ele tratar-se de peças confeccionadas de ferro fundido.

De tudo o que acima foi descrito, ficou constatado que o esqueleto encontrado no corredor primitivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, pertenceu a um indivíduo que sofrera maus-tratos corporais, ao ponto de serem-lhe quebrados alguns ossos do esqueleto, e que entrara em estado de rigidez cadavérica sem que tivesse recebido a mínima atenção por parte de alguém, que poderia ter-lhe recomposto o cadáver. O indivíduo foi sepultado envolto em uma esteira de palha, conforme informam os diversos autores que cuidaram do assunto. E, por ocasião do sepultamento, o cadáver levou consigo o grilhão que lhe prendia os pés.

Todos esses pormenores se coadunam com as informações disponíveis, relacionadas com o cadáver do inditoso Senhor do Engenho Cunháú, o que me leva a crer que o esqueleto encontrado no corredor direito da Matriz, seja mesmo o daquele chefe da Junta Governativa de 1817, no Rio Grande do Norte.

A NOSSA CASA DA MEMÓRIA – 100 ANOS

Elder Heronildes da Silva
Sócio Correspondente

Nenhum povo pode viver sem sua história. Sem sua memória. Sem ter meio ou instrumentais suficientes para que os seus costumes, as suas tradições, os fatos que envolveram a sua sociedade cheguem aos pósteros. Um povo sem história, dizem os experts, os renomados especialistas, é um povo fadado ao desaparecimento, pois falta-lhes aquela substância própria e inerente às suas nascentes, às suas origens, fazendo perecer as civilizações. Não se dá seguimento, curso e nem se prolonga aquilo que não existe, que pereceu por falta de quem a preservasse, de uma maneira ou de outra, que não foi memoriada.

Os fatos mais simples, às vezes, têm no futuro um grande significado, podendo definir contornos de uma época, caracterizar determinado costume em situações vividas numa comunidade, numa sociedade, e, com maior abrangência, numa civilização. Juntando-se fatos, estabelecendo-se uma correlação de acontecimentos, justapondo-se até mesmo idéias em ebulição, comparando-se comportamentos, pode-se-à ter uma noção, exata e precisa, de pensamentos e tradições predominantes anteriormente.

Daí a importância das chamadas “casas da memória”. São os órgãos, as instituições e até mesmo sociedades sem muitas veleidades, ou pretensões, mas que têm e exercem um papel de inegável relevo na preservação da história, em todos os seus contornos, de modo a não deixar se perder no tempo, mesmo produzido em simples informações, o que foi feito, o que existiu, o pensamento dominante, as tradições e os costumes predominantes em épocas passadas, com envolvimento de nomes, personalidades ilustres, homens simples e até mesmo os seus tipos mais caracterizantes e populares.

Sem se preservar tudo isso, no máximo, ter-se-à uma história capenga, limitada, quando muito restrita e vinculada a tipos de elites, grupos ou castas, e não um todo social formador da própria sociedade sempre em evolução, sempre em crescimento e, às vezes, por circunstâncias e fatos supervenientes, em processo evolutivo, que deve ser destacado e preservado para conhecimento da posteridade.

Essas considerações superficiais surgiram, de repente, pela lembrança que também me chega do Instituto Histórico e Geográfico do Rio

Grande do Norte, a nossa mais antiga casa da memória, a vetusta instituição, que poderia afirmar, sem exagero, ser no gênero, pelo que tem feito e pelo que fará em matéria de preservação de tudo que temos, a mais importante do nosso Estado.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte completa este ano 100 anos. Foi seu fundador Nestor Lima. Através dos anos, e por que não dizer dos tempos, tem sido uma espécie de sentinela indormida na preservação das nossas mais caras e legítimas tradições como o soldado cheio de patriotismo defende com a sua própria vida as suas cidadelas.

Que seria da nossa história, dos nossos costumes, das tradições que nos são mais caras, sem o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que hoje dá vida a um passado distante, que hoje traduz para todos nós, daqui e de fora, o que se fazia na Colônia, no Império, na República, qual a nossa formação no passado, como se penetrava, qual bandeirantes, fixando-se nas beiras dos rios e nas chapadas, erguendo pequenas povoações que se transformavam depois em cidades, a exemplo de Souza Machado com Mossoró.

Quem daria conta do verde das planícies, das elevações, dos rios de águas serenas e suaves sedentando índios e colonizadores, quem nos traria a vida dos tapuias, dos potiguares e quem contaria a luta que eles travaram, as suas derrotas e as suas vitórias; quem nos traria à nossa memória de hoje, os feitos do passado, a rotina então existente, em casos pitorescos que a crônica leve não deixa escorregar, não fora o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Quando tudo isso está vindo à baila, quando se fala, se diz, se comemora, se enaltece, se canta em prosa e em versos a importância, a significação histórica do IHGRN, estranha-se que a nossa mais tradicional e necessária “Casa da Memória” viva sob permanente e constante ameaça de desaparecer os seus arquivos, todo aquele instrumental, constante de seu acervo inigualável e incedível, que tem dado vida no presente ao nosso passado.

Veza por outra lê-se na imprensa os apelos, as exortações lamuriantes, carregadas de tristezas e pesar, visando salvar a nossa casa da memória, que sem ajuda, sem colaboração, sem apoio financeiro decisivo, e decidido, cederá lugar às traças, ao cupim, aos roedores de todos os tipos e espécies. E não é possível, não é crível, nem muito menos concebível e admissível que um acervo cultural, histórico, sociológico, antropológico e bibliográfico; acervo que representa vidas, costumes, tradições, fatos, ocorrências, registros, os mais diversos e em vários séculos, venha a desaparecer.

E no momento que se comemora, e com sobradas razões, cem anos de existência do nosso Instituto Histórico e Geográfico, é bom que se diga, em alto e bom som, além dos econômicos, das louvações, os elogios; além de se fazer conferências sobre os vultos que engrandeceram no passado, e o engrandecem no presente, da necessidade premente de um maior apoio e de uma presença mais marcante, não só dos poderes públicos, mas da própria

sociedade, e principalmente dos homens de letras, ao lado do presidente da instituição, escritor Enélio Lima Petrovich.

Disse anteriormente que o Instituto Histórico e Geográfico do nosso Estado parece como um sentinela, na defesa e preservação da nossa história, como o soldado patriota defende heroicamente a sua cidade. E Enélio Lima Petrovich é, indubitavelmente, o sentinela indormido, incansável, intimerata, corajoso, arrojado e, até audacioso, na defesa intransigente, persistente e paciente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Costumo dizer sempre, se não disse, pelo menos digo agora, que as grandes obras, os grandes empreendimentos, têm sempre por trás da sua grandeza, quer material quer espiritual, um grande e obstinado homem, com acentuada vocação pública, com acendrado amor ao serviço desinteressado, colocando muito de si, do seu valor pessoal, da sua força de vontade, da sua vocação, do seu espírito empreendedor para que eles se tornem perenes, eternos e possam imortalizar a muitos.

É sem dúvida, e dizendo isso não tenho medo de cometer deslize, o caso de Enélio Lima Petrovich e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. E quem poderia imaginar a vetusta casa da memória do nosso Estado, sem a presença do Enélio, que parece lhe dá vida e inspiração para sobreviver através dos anos, mesmo desassistida. E que seria, ousado afirmar, de Enélio Lima Petrovich, sem o Instituto, que é, e certamente continuará sendo, o seu eterno inspirador? Os dois na verdade parecem se alimentar mutuamente.

Não há nada mais parecido do que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e Enélio Lima Petrovich, e vice-versa. Um, por uma natural correlação de idéia e de sentimento, lembra o outro.

Mossoró-RN, março de 2002.

O PERNAMBUCANISTA MÁRIO SOUTO MAIOR

Severino Vicente
Sócio Efetivo

Final de tarde de domingo, como sempre marcada por lembranças de amigos. Bons amigos. Leio e releio cartas, convites, autógrafos. Resolvo sair com Zeneide. Na volta, encontro meu filho na escada do apartamento: *Painho, Gutenberg Costa ligou com uma notícia muito triste. Paro, reflito, o garoto solta a informação: Morreu Mário Souto Maior. Não contive as lágrimas, uma a uma caindo no piso frio das escadas do apartamento 303. Apesar do pouco tempo gozando da amizade e intimidade de Souto Maior, ele já me considerava um dos seus, trocávamos correspondências, reclamava da minha demora para responder suas cartas. Aliás, defeito que tento corrigir, pois a reclamação parte de muitos amigos por este país afora. Não respondo à última correspondência da saudosa Lauta de la Mônica, que pena, que saúde.*

Mas, voltemos a Mário Souto Maior, maior mesmo, um dos últimos, dos maiores pesquisadores, emérito da Fundação Joaquim Nabuco, membro e sócio correspondente das mais importantes instituições culturais do Brasil e das Américas. Aqui no Rio Grande do Norte, era nosso confrade, sócio do Instituto Histórico e Geográfico.

Conhecido no Brasil pelo seu gigantesco trabalho no universo das tradições populares, podia morar em qualquer parte do país, entretanto, escolheu Olinda como refúgio, a Meca sagrada. Há anos não fazia outro roteiro, Olinda/Fundação Joaquim Nabuco. Avenida Getúlio Vargas, de número 963, Bairro Novo, era sua residência. Enfurnado em sua garagem-biblioteca, viveu os últimos instantes de vida rodeado de revistas, cartas e livros, expostos em prateleiras, por cima de bancos, mesas, misturando-se com os mais variados trabalhos de artistas populares do Nordeste e garrafas de cachaça de várias marcas.

Morreu o homem, ficou sua obra, indispensável conhecimento dos que queiram penetrar na alma nordestina, no comportamento e na vida diária, o que pensamos e como o vivemos na terra de Virgulino Ferreira da Silva, Antônio Silvino, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Mestre Vitalino, Chico Santeiro, Pinto do Monteiro, Luís Antônio Barreto, Ariano Suassuna, Ivanildo Vilanova, Ático Vilas Boas, Roberto Benjamim, Hildegard Viana, Gutenberg Costa, Celso da Silveira, Deífilo Gurgel, Cid Augusto, Getúlio Araújo, Paulo Gastão, Kydelmir Dantas e tantos outros.

O garoto que recebeu as primeiras lições da professora Josefa Coleta de Albuquerque nasceu na cidade de Bom Jardim, interior pernambucano. Por força das circunstâncias, quis o destino transformá-lo num cidadão olindense, mas nunca esqueceu as suas origens, base de todo o seu trabalho intelectual.

A literatura de Souto Maior tem gosto de mel, cheiro de povo, rumores de folhagens, cheiro de brisas, vibração de mulatas dengosas no cio, sedentas de macho, folhagens de coqueiro, de cana pendoando, barulho de carros de bois, abrindo picadas e veredas, com o grito do carreiro nas noites escuras ou enluaradas. Mistura de candomblés com maracatus, caboclinhos e frevos, repicadas de viola, rezas e novenas, pregações místicas do padre Cícero do Juazeiro e frei Damião de Bozano, batismo de nomes bem ao gosto do povo, cuspida de bêbados ao pé do balcão, tabus, alimentação, mitos e superstições, tudo isso e muito mais, na sua extensa bibliografia, que vai dos *Mistérios do Faz Mal*, *Como Nasce um Cabra da Peste*, *Dicionário Folclórico da Cachaça*, *Antônio Silvino*, *Capitão de Trabuço* e tantas outras, com destaque para *Folclore e Alimentação*, que foi Prêmio Sílvio Romero, em 1979, e Grã-Prêmio Ibero-Americano Augusto Cortazar, instituído pelo Fundo Nacional de Las Artes, do Ministério de Educación y Justiça da Argentina.

Natal, 19 de dezembro de 2001.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO E A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA (1801)

Olavo de Medeiros Filho
Sócio Efetivo

Pretendo, nesta breve exposição, comentar alguns episódios de um acontecimento político ocorrido em Pernambuco, conhecido como a CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA, precursora da Revolução Republicana de 1817.

Compulsando o Volume CX dos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, editados pelo Ministério da Educação e Cultura, o pesquisador deparar-se-á com importantes revelações sobre uma devassa ocorrida em Pernambuco, em 1801, instaurada para apuração de responsabilidades na chamada Conspiração dos Suassuna, ou Inconfidência de 1801.

Conforme pude constatar, três personagens participantes da Conspiração dos Suassuna reapareceriam em 1817, no Rio Grande do Norte, como protagonistas da Revolução Republicana.

Em 1799, surgia na localidade de Itambé, lindes da Paraíba e Pernambuco, o Aerópago de Itambé, fundado pelo naturalista paraibano Manuel de Arruda Câmara. O Aerópago foi um centro irradiador da ideologia da Revolução Francesa. Originárias do Aerópago de Itambé, surgiram então em Pernambuco diversas outras sociedades secretas, sob a capa de Academias, a saber: Academia do Paraíso, Academia do Cabo, Academia Suassuna e Academia Pernambucana, compreendendo esta a Pernambuco do Oriente e Pernambuco do Ocidente.

Segundo foi divulgado à época, tais sociedades secretas chegaram a cogitar da implantação de uma República sob a proteção do imperador francês Napoleão Bonaparte.

A Academia Suassuna foi fundada por Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, no seu Engenho Suassuna, em Santo Amaro de Jaboatão. Francisco de Paula, conhecido como coronel Suassuna, possuía dois irmãos, também envolvidos na Conspiração de 1801: José Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Os irmãos Suassuna eram filhos do cel. Francisco Xavier Caetano de Magalhães e de Dona Filipa Cavalcanti de Albuquerque.

Em 1801, os irmãos Suassuna ocupavam cargos de destaque na capitania de Pernambuco. Assim, Francisco de Paula comandava as Ordenanças do Cabo. Era ele natural de Itabaiana, casado, morador no seu engenho Pantorra, da freguesia do Cabo. Em 1801, contava Francisco 32 anos de idade. José Francisco era capitão do Corpo de Artilharia da Praça do Recife, encontrando-se em Lisboa à época em que ocorreu a devassa. Luís Francisco, o terceiro irmão Suassuna, era natural de Santo Amaro do Jaboaão, solteiro, capitão, com 29 anos de idade, morando no seu engenho Suassuna.

Na casa de sobrado dos irmãos Suassuna, em Recife, ocorriam umas reuniões suspeitas, muito concorridas, o que ensejou uma delação feita por José da Fonseca Silva e Sampaio, que revelou o fato de que naquelas reuniões, *se tratavam idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo*. Estaria em marcha uma conspiração que tinha por objetivo, como já mencionei anteriormente, implantar em Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. A conspiração, na realidade, não ultrapassou o plano das idéias, não chegando a concretizar-se em atos de rebeldia. A delação abortou o movimento ideológico, ocorrendo então a prisão dos principais acusados.

Por ocasião da devassa de 1801 em Pernambuco, foram inquiridas oitenta testemunhas, inclusive André de Albuquerque Maranhão, apontado por três depoentes como sendo uma das pessoas que entrava com mais freqüência na casa dos Suassuna, gozando ademais de muita familiaridade e particularidade com José Francisco de Paula e seus irmãos.

Figuraram também como testemunhas na devassa, José Inácio Borges, *branco, casado, porta-bandeira do Regimento de Linha de Olinda, de 25 anos de idade* e João Alves de Quental *branco, solteiro, morador nesta Vila (Recife), caixeiro de Francisco de Paula Cavalcanti, de 26 anos*.

André de Albuquerque Maranhão, José Inácio Borges e João Alves de Quental participariam, dezesseis anos depois, de fatos relacionados com a Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte.

Através do depoimento prestado por André de Albuquerque Maranhão, fica definitivamente esclarecida a dúvida existente, relacionada com o ano do nascimento do Senhor de Cunhaú. Ao depor perante as autoridades encarregadas da devassa, no dia 27 de maio de 1801, André de Albuquerque Maranhão declarou-se *branco, solteiro, capitão-mor da Vila Flor e da Vila de Arez da Capitania do Rio Grande do Norte, fidalgo cavaleiro, que vive de agricultura, de 28 anos de idade*. Portanto, teria ele nascido no ano de 1773. Ao falecer, em 1817, contava 44 anos, e não 40 como indicado no seu termo de óbito, registrado em um dos livros pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande.

No seu depoimento, André de Albuquerque Maranhão também esclarece ter residido na Vila do Recife, nos anos de 1800 e 1801, ali levado pelo trato dos seus negócios. Informava André, que saía do Recife *logo de manhã a tratar deles e muitas vezes nem ao jantar se recolhia*.

Um outro norte-rio-grandense, também depoente na devassa de 1801, foi o padre Inácio Pinto de Almeida Castro, irmão de Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido na historiografia potiguar sob a denominação de frei, depois padre Miguelinho. Em depoimento prestado aos 27 de maio de 1801, o padre Inácio, que nascera em Natal a 30 de agosto de 1766, declarava-se *sacerdote do hábito de São Pedro, vigário na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, onde é morador, natural da cidade do Rio Grande do Norte, comarca da Paraíba, de idade de trinta e quatro anos*. Em 1817, Inácio Pinto de Almeida Castro, que pertenceu notoriamente à Maçonaria, participaria da Revolução Pernambucana.

Em conseqüência da conspiração, Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque generam no cárcere quatro anos. José Francisco esteve preso de junho de 1801 a maio de 1802, apesar de nada ter ficado comprovado, no curso da devassa, que pudesse incriminar as pessoas daqueles irmãos Suassuna, no tocante ao trato de *idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo*. Corre a versão popular de que houve a preponderância do poder social e econômico da família, que teria comprado a peso de ouro a absolvição dos acusados, livrando-os do cárcere, do desterro ou mesmo do patíbulo.

André de Albuquerque Maranhão retornou ao seu Engenho Cunhaú, onde recebeu em 1810 a visita do britânico Henry Koster, renomado autor de *Travels in Brazil*.

Um dos irmãos Suassuna, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois de reconciliado com o governo português, governou a capitania do Rio Grande do Norte, no período de 1806 a 1811. Henry Koster nos fornece uma impressão muito favorável do governador José Francisco de Paula, a quem conhecera quando de sua passagem por Natal, no final de 1810. O antigo conspirador de 1801 exerceu um proveitoso governo na nossa capitania, segundo a unânime opinião dos nossos historiadores.

A Rebelião Republicana de 1817, no Rio Grande do Norte, foi liderada pelo coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, Senhor do Engenho Cunhaú, aquele mesmo freqüentador da casa dos Suassuna nos anos de 1800-1801.

No dia 25 de março, no Engenho Belém, localizado no atual município de São José de Mipibu, André de Albuquerque prendeu o governador da capitania. Incidentalmente, o governador deposto era aquele mesmo José Inácio Borges, que fora chamado a depor na devassa de 1801. Em 1817, José Inácio furtou-se aos compromissos assumidos com os chefes revolucionários de Pernambuco. Segundo o historiador Câmara Cascudo, Borges foi *desde os primeiros momentos, um adversário da revolução de 1817, que ele chamou, com justiça, árvore sem raízes*.

No curto período de 29 de março a 25 de abril de 1817, André de Albuquerque Maranhão chefiou o governo republicano instaurado no Rio Grande do Norte.

Um outro participante daquela conspiração de 1801, que se encontrava residindo em Natal naquele ano de 1817, foi João Alves de Quental, o antigo caixeiro de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Quental achava-se convertido em prestigioso proprietário em Natal, onde exercia um destacado emprego público e explorava uma olaria no bairro da Ribeira, à margem do Potengi.

Como sabemos, André de Albuquerque Maranhão foi ferido a golpe de espada, na manhã do dia 25 de abril, fato que coincidiu com a sua deposição pelas tropas realistas, que encerraram assim o seu curto período governamental iniciado no dia 29 de março. André veio a expirar na madrugada do dia 26 de abril, no cárcere da Fortaleza dos Reis Magos.

João Alves de Quental foi protagonista de um triste episódio descrito por Isabel Gondim, ocorrência que envolveu o cadáver do inditoso André de Cunhaú:

Quando foi posto em terra o cadáver, no primitivo corredor da igreja matriz, onde teve sepultura, um cavalheiro monarquista, J. A. de Quental, para melhor assinalar-se, por certo ao seu partido, tomando as esporas, subiu ao corpo da ilustre vítima que pisou com a sola dos seus sapatos e esporeou-o, como fazia à própria cavalgadura, ato de canibalismo com que o desumano monarquista queria persuadir que cortaria à esporas as entranhas dos patriotas, a quem davam também a alcunha de cavalos. De procedimento tão digno alardeava depois, provocando o ressentimento da família do inditoso Albuquerque, a qual pretendeu vingar essa afronta depois, quando houvesse modificação na fase política.

Dentre todos os conspiradores de 1801, envolvidos na Revolução Republicana de 1817 no Rio Grande do Norte, somente André de Albuquerque Maranhão manteve-se integralmente fiel aos ideais republicanos defendidos nas academias secretas de Pernambuco.

O prematuro desaparecimento de André foi providencial para os participantes da Rebelião de 1817, pois, sobre um único protagonista desabaram as incriminações feitas pelos demais envolvidos no crime de lesa-majestade. André de Albuquerque levou para o túmulo segredos que poderiam acarretar a desgraça de certos monarquistas exaltados, que pupularam depois de 25 de abril... O assassinio de Andrezinho livrou muita gente envolvida na rebelião de cair nas mãos da implacável justiça real...

O cadáver daquele herói revolucionário jaz no primitivo corredor da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, na Praça André de Albuquerque em Natal. O referido corredor corresponde ao do lado direito dos dias atuais.

Requiescat in pace!

VIDA E MORTE DE ULISSES DE GÓES

Aluizio Alves
Sócio Benemérito

Embora a idade avançada nos preparasse para a notícia de sua morte, a qualquer hora, confesso que, por alguns minutos, fiquei atônito, como se tivesse sido colhido por uma grande, inesperada, e devastadora surpresa. Dele, eu só me lembrava vivendo, atuando, sonhando, construindo. E a morte acabava com toda uma longa vida assim.

Conheci-o há mais de meio século. Dirigindo, com inexecedível competência, a Caixa Rural de Natal. Organizando e dirigindo *A Ordem*, jornal, que, mesmo restrito aos padrões católicos da época, representou inegável avanço na função e na técnica jornalística. Dirigindo, com desvelo exemplar, a Escola Técnica de Comércio, depois, Faculdade de Ciências Econômicas. E pondo a sua fé inquebrantável a serviço da Congregação Mariana de Moços, matriz e inspiração de todos os empreendimentos. Ao longo do tempo, acompanhei a sua liderança. Colaborei no jornal. Ensinei na Escola. Na hora da transformação em Faculdade, insistiu para que eu, já deputado federal, participasse do quadro docente. Fui seu discípulo na associação religiosa, participando de todos os seus movimentos.

Representante do Estado na Constituinte de 46 e em legislaturas subseqüentes, tinha, com freqüência, sugestões para projetos e discursos. Candidato a governador, ele, que não participava de atividades políticas, não escondeu seu apoio e entusiasmo. Nem no Governo negou-me seu conselho em momentos difíceis.

Na luta de deputado para levar a energia de Paulo Afonso ao Rio Grande do Norte, o radicalismo político punha pedras no meu caminho. O jornalismo provinciano procurava desacreditar o esforço quase solidário, considerando-o *um sonho de mil e uma noites*. Ele reagiu. Mandou-me o recorte, com uma convocação: venha a Natal, traga dados econômicos e técnicos para fazer uma conferência, e vamos levantar a opinião pública do Estado em torno do projeto. E, uma noite, num dos salões da Escola, na Av. Junqueira Aires, falei e despertei a consciência do povo, mostrando que lutava por uma coisa possível, e sem a qual, o Rio Grande do Norte renunciaria ao seu futuro, emparedado entre a Paraíba e o Ceará; servidos pelas linhas de Paula Afonso. Já Governador, em novembro de 1963, fui pessoalmente

convidá-lo para a cerimônia da inauguração, com a presença do presidente da República.

- Faça a sua festa com as autoridades. Na hora em que os transmissores forem ligados. - E levantou-se indo até a parede da sala. - Eu ligarei este interruptor e inaugurarei a energia aqui em casa. E deu-me um abraço comovido.

Os anos passaram. Vi, depois, caindo de suas mãos, uma a uma, as realizações que lhe haviam custado sonhos, aflições, competência, resistência, capacidade, a devoção da vida inteira. A Caixa, que a Legislação Federal transformou em cooperativa, para, depois, estrangulá-la. O jornal, vencido pelas dificuldades financeiras. A Faculdade, pelas mesmas razões, absorvida no mutirão anonimizador da estrutura universitária. A Congregação religiosa superada pelas novas organizações da ação católica. Uma a uma, esvaindo-se de sua liderança. E, ele, lutando como podia, aceitando afinal, com mágoas que escondia, vendo que o seu tempo passara, e outros deviam substituí-lo.

Veza por outra, trocávamos palavras pelo telefone, por cartas, pessoalmente. Reclamava, de bom humor, certas liberdades jornalísticas da *Tribuna*, nos raros abusos de fotografias ou de notícias policiais. Mas, sempre com delicadeza inesquecível:

- Você, aí no Rio, não pode evitar. Mas, diga aos meninos que a *Tribuna* não deve entrar por esses caminhos.

Quando eu recebia a *Tribuna*, ia direto à página social ou policial! Ele sempre tinha razão.

Poucos acreditaram - entre eles, eu - que conhecia a sua indomável força espiritual. Aos 90 anos, criou um novo jornal para difundir os ideais cristãos. Pediu a minha colaboração. Quando, ao circular o primeiro número, escrevi uma nota a respeito, sem assinatura, ele telefonou-me:

- Agradeço a nota, que sei que foi sua. Mas quero artigos seus para o nosso jornal. E, rindo, acrescentava: quem sabe se, com eles, não vamos vender tanto quanto a *Tribuna*...

Pensando, ontem, na sua morte, refleti tristemente: todos nós, ao morrer, deixaremos testemunhos físicos de nossa presença em obras que se perpetuam através do tempo.

Ele, não. Desapareceram as marcas de suas mãos realizadoras: a Caixa Rural, depois Cooperativa, o jornal, a escola, depois Faculdade. Por que?

Depois, aceitei os desígnios de Deus. Nele, mais importante do que obras, foi o exemplo. E este não se marca nem em inaugurações nem em placas, mas, nas almas, nos corações dos que ficam.

Marca-se com a própria vida. Que, ao apagar-se, ressurgir, imprecível, nas mãos de Deus.

Foram assim a vida e a morte de Ulisses Celestino de Góes.

SAUDAÇÃO AO SÓCIO MAURO CUNHA CAMPOS DE MORAES E CASTRO

José Carlos Gentili
Sócio Correspondente

Sob a égide do brilho fulgurante da memória do inolvidável gênio Luís da Câmara Cascudo - luminar da cultura potiguar -, escudado na força e pertinácia de Enélio Lima Petrovich - que vem demonstrando em suas gestões ao longo do tempo, todo o empenho na projeção desta casa -, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao empossar, nesta noite memorável, o sócio correspondente Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, dá mais um passo rumo ao cumprimento de suas finalidades.

Esta Casa de Cultura, como parte integrante dos festejos da comemoração centenária da entidade, acolhe em seus quadros figura exponencial da vida pública brasileira e do mundo literário da capital da esperança, a quem me coube o privilégio e honraria de saudar, exclusivamente pelo mérito da amizade.

Atento ao tempo de que disponho, procurarei trazer-lhes uma retrospectiva sucinta da vida do homenageado num verdadeiro *vold'oiseaux*, em consideração às demais manifestações culturais desta magna festa.

Vivenciamos o mês das flores, permitindo-me invocar a proteção de duas musas da inteligência potiguar em homenagem ao vate Mauro Castro.

Início, evocando a primeira: a poetisa macaibense Auta de Souza, que em 1895 nos brindava esta quadra:

*Findava o mês de maio envolto em preces,
O doce mês das orações formosas...
Iam com ele as encantadas messes
Dos perfumes, dos sonhos e das rosas.*

Relembro a segunda, registrando que no dia 29 de maio de 1885, o *Jornal do Comércio*, em Recife, noticiava o passamento para o oriente

eterno de uma das mais ilustres educadoras do país, líder feminista, escritora em português, francês e italiano, admirada na Europa, onde vivia.

Eu vos falo da menina nascida na pequenina Papary - Nísia Floresta Brasileira Augusta, responsável maior pela primazia das mulheres norte-riograndenses terem sido as primeiras brasileiras a adotar o sufrágio feminino.

Ao rogar a proteção dessas luzes benfazejas, permita o Grande Arquiteto do Universo - Senhor dos Mundos, possa Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro ser acolhido como um viandante que chega rasgando o tempo e semeando a semente da esperança.

Mineiro, nascido em Uberaba, advogado por profissão e professor universitário por destinação cultural, recebeu as suas primeiras letras no Ginásio Diocesano Uberabense e Colégio dos Beneditinos em São Paulo, finalizando seus estudos superiores em Direito, Comunicação e Jornalismo com pós-graduação no Brasil e exterior.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (cadeira patroneada por Gilberto Freyre) e de inúmeras academias lietrárias do país e do exterior, preside há 12 anos a Academia de Letras de Brasília com raro brilhantismo.

Foi secretário-geral do Clube dos Pioneiros de Brasília. Fez parte do grupo de trabalho que implantou o Senado Federal na nova capital. Ocupou cargos importantes na capital da República, entre eles o de Vice-diretor geral do Senado Federal, de Secretário de Estado do Governo do Amapá, de Procurador Jurídico da SEMA e do IBAMA, de Presidente e depois Vice-governador do Lions Internacional.

Professor emérito de Direito, leciona por mais de vinte anos nas Faculdades de Direito da UPIS, UDF e CEUB, constituindo-se um patrimônio do corpo docente universitário da capital da esperança.

O elenco de funções públicas desenvolvidas é extensíssimo e diversificado, indo de Tabelião Cartório a Delegado de polícia (por concurso do DASP), de Vereador a Defensor público, ousando não enunciá-las, a fim de não ser fastidioso.

Como Jurisconsulto, Poeta, Ensaísta, Romancista, publicou: *O Funcionário e o Mandato Eletivo Gratuito*, *Como Transformar em Realidade a Declaração Universal dos Direitos Humanos*, *Sanhana* (ensaio prefaciado por Pedro Calmon, da Academia Brasileira de Letras), *Páginas da Vida* (poesia), *Versos no Azulejo* (poesia), *Três Viajantes* (prefaciado pelo ministro Pereira Lira), *Reforma Bancária* (editado pelo Senado Federal em dois volumes), *A Cabra no Júri* (romance), além de incontáveis artigos veiculados na imprensa no decorrer de sua vida jornalística.

Quase uma centena de medalhas, comendas, diplomas, distinções como paraninfo e patrono de turmas, certificados de inúmeros cursos, compõem um currículo invejável, permitindo-me destacar o título de Comendador do Mérito de Brasília, de Honra ao Mérito Pioneiro e de Cidadão Honorário de Brasília, este último outorgado pela Assembléia Legislativa do Distrito Federal.

De forma singela, eis aqui meus senhores, o personagem que ultrapassa o umbral desta Casa de Cultura, a quem acolhemos com o manto protetor da Fraternidade Universal.

Sede bem-vindo Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, trazendo o brilho de vossa inteligência e recebendo, esotericamente, de seus pares uma salva de palmas como demonstração de boas-vindas.

A casa é vossa.

Discurso proferido na sessão solene de 29 de maio de 2002, por ocasião da posse de Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro.

ALTO MECENATO

Paulo Augusto
Colaborador

A surpresa foi tão grande, o fato tão raro, a situação tão nonsense, que o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Enélio Petrovich, um advogado habituado à “alma de pedra” da província, não teve alternativa: foi literalmente às lágrimas.

Só mesmo Angélica Timbó para conseguir produzir um quadro digno dos filmes de Wim Wenders. Ou no melhor estilo do inspirado Pier Paolo Pasolini. Pois ela estava ali, diante de um Enélio petrificado - agora do susto provocado pela boa notícia - dizendo-lhe, em alto e bom som que, sim, fazia-lhe a doação da casa de nº 623 da rua da Conceição, esquina com a praça Padre João Maria, um belo casarão em estilo neoclássico, para funcionar como anexo do vetusto IHG/RN.

A notícia não podia vazar, contudo, antes que o gesto fosse firmado em cartório, já que, na província, sabe-se que a máxima que caracteriza a ideologia dominante é a de se pagar 200 para que o vizinho não ganhe 20, conforme cunhou o jornalista Cassiano Arruda Câmara.

Não, nunca tinha havido um gesto tão espontâneo, tão magnânimo, que partisse de alguém, com essa finalidade. O IHG/RN tem essa sua sede, que foi construída no governo Tavares de Lyra. Tavares de Lyra era governador, construiu essa sede e doou à entidade. Doou, e ela foi fundada a 29 de março de 1902, sob a presidência do governador Simões Pereira de Lemos. 99 anos depois, em 2001, surge essa pessoa, que, de maneira cordial, de maneira fraterna, de maneira espontânea, totalmente desinteressada pelas coisas materiais, mas vendo sobretudo a cultura norte-rio-grandense, a valorização da nossa cultura histórica e geográfica, vendo o nosso esforço aqui, as reclamações, o espaço pequeno para as pesquisas - quantos e quantos pesquisam aqui, quer de nível secundário, quer de nível superior - gratuitamente, ela achou por bem, graças à sua alta sensibilidade, também de escritora, de poetisa, de uma pessoa voltada para as artes e para a cultura, fazer essa surpresa, contou Enélio na última terça-feira, 30 de janeiro, depois de retornar do cartório do tabelião Armando Fagundes, onde fizera o registro da doação.

Agora, sim, o fato podia ser trombeteado aos quatro ventos, e o foi, produzindo estupefação em todo o Rio Grande do Norte.

Enélio informa que o prédio antigo do IHG/RN não pode ter sua estrutura modificada, por ser um patrimônio tombado. *Eu não posso*

ultrapassar a altura do antigo Palácio do Governo, que hoje é uma pinacoteca. Mas para a casa que foi doada eu estou pretendendo adotar um critério e fazer um processo para que ela seja tombada. Agora, um detalhe importante: naquela casa, morou, por muito tempo, Celestino Pimentel, professor de gerações. E quem foi Celestino Pimentel? Foi o esposo da grande poetisa Ana Lima. A antiga proprietária, Carmem Pimentel, filha de Pimentel, o viúvo foi esposo de Ana Lima. Essa casa, até nesse aspecto, se harmoniza com o instituto, como sendo uma continuidade. E vamos fazer o possível para que, com esse gesto de Ana Angélica, possamos no dia 29 de março deste ano, quando o instituto completa 99 anos de fundação, fazer a inauguração daquela casa, com toda a pomposidade, com todo brilho que merece esse gesto da grande doadora.

Depois das adaptações, Enélio pretende utilizar até mesmo a Lei Câmara Cascudo para transformar a nova casa num anexo dos mais visitados do IHG/RN. *Nós temos um acervo aqui de mais de 50 mil volumes, compreendendo periódicos, revistas e reliquias, a parte de museu, e várias bibliotecas doadas por sócios e por pessoas que admiravam essa casa. Iremos colocar alguns objetos naquela casa. Como a primeira pia batismal da catedral, colocar a primeira urna eleitoral, uma insígnia com a qual foi agraciado o ex-governador, estadista Juvenal Lamartine, colocar os paramentos do padre João Maria, e as bibliotecas. Nós temos aqui algumas bibliotecas mal arrumadas, mal colocadas e queremos transferir para lá, como a Biblioteca de Raul Fernandes, a Biblioteca Antônio Soares Filho, a Biblioteca Israel Nazareno, a Biblioteca Paraibana.*

DOIS CENTENÁRIOS: IHG/RN - KUBITSCHK

Affonso Heliodoro dos Santos
Presidente do IHG/DF

Neste ano de 2002, comemora-se, também, o centenário do grande e inesquecível presidente Juscelino Kubitschek. Coincidência ou não, é para mim honrosa e oportuna sua solicitação para participar dessa efeméride do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com um pequeno texto de minha lavra.

Como são dois centenários que, certamente, marcarão a História do Brasil e a História do Rio Grande do Norte, espero ter inspiração bastante e capacidade suficiente para, em poucas laudas transmitir tudo de grandioso que se contém nas festividades comemorativas no Brasil, em louvor ao grande presidente e do Rio Grande do Norte, essa esquina gloriosa de nossa pátria. As honrarias que esse IHG/RN, sob sua inteligente e culta direção, há de propiciar aos que sabem valorizar os trabalhos daqueles que morejam nas lides da história e da geografia, bem como àqueles, como o caro e ilustre presidente dessa Casa de Cultura Potiguar, que dedicam seu trabalho e sua inteligência ao labor de ensinar e preservar os feitos históricos de nosso Brasil. Particularmente, no seu caso, também do glorioso estado do Rio Grande do Norte.

Comemoramos, neste ano, o Centenário de Juscelino Kubitschek. Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em sua homenagem, temos feito eventos culturais e outras atividades numa programação voltada para a defesa de nossa soberania, enfocando problemas como a Amazônia, o Atlântico Sul, a cidadania e a importância de manter-se o Brasil independente, na prática consciente e constante da mais rigorosa Democracia.

Este, um dos legados que nos deixou o homenageado e que buscamos ressaltar por ocasião do centenário de seu nascimento.

O Brasil assistirá, até setembro, por toda parte, a festas que serão realizadas em honra daquele que foi um marco na história republicana do Brasil. Seus feitos, seu porte de estadista, sua preocupação com o desenvolvimento econômico e com o bem-estar social do povo, seu espírito democrático, sua fé em Deus, o fizeram destacar-se como o grande presidente do Brasil.

Nos seus cinco anos de governo, arrancou o país de um subdesenvolvimento vergonhoso e humilhante e colocou-nos entre as

nações que se rebelaram contra a pobreza e, decididamente, contra a humilhação.

Deu-nos mais do que prometera como candidato: *50 anos de progresso em cinco anos de governo.*

Tivemos o maior salário-mínimo da história de nossa economia, cujo poder aquisitivo até hoje não foi igualado.

Chegamos a ter um crescimento industrial maior do que o do Japão, da Rússia, do México, da França e da Alemanha Ocidental, países considerados ricos ou em desenvolvimento. *Tomando como base o número 100, na administração JK, o Brasil conquistou o impressionante índice de 197, enquanto aqueles países tiveram, respectivamente, 179, 149, 134, 133 e 126.*

Rompeu com o FMI e levou o país, a despeito desse ato de coragem, a crer-se capaz de realizar-se como nação independente.

Fez seu povo sentir-se feliz.

Ao alcançar suas metas, e mesmo superar algumas, deixou para nossa gente a certeza de que somos um povo viril, sem a vaidade de sermos melhores do que outros povos. Apenas capazes de realizar nosso desenvolvimento econômico com democracia e paz social, desde que bem orientados e sob uma liderança patriótica e competente. Mostrou que somos um povo alegre e que sabe unir-se na realização de seu futuro. Na construção de uma pátria melhor. O esforço e a integração governo/povo daqueles inesquecíveis cinco anos é exemplo a ser seguido pelos que pretendem dirigir os destinos de nossa pátria.

Que o Centenário de Juscelino faça acordar nos corações dos brasileiros aquela mesma alegria dos *anos dourados de JK*. Aquela mesma alegria de quem via o Brasil crescer, enriquecer-se e sentir-se potencialmente tão grande como as maiores e mais ricas do mundo.

Ao ensejo, quero, em meu próprio nome e no dos demais confrades daqui, enviar-lhe e aos confrades daí, nosso abraço, nossos votos de prosperidade e de um feliz ano novo.

ANTÔNIO BENTO DE ARAÚJO LIMA **(Por ocasião do centenário de seu** **nascimento)**

Humberto Fonsêca de Lucena
Membro do IHG/PB

Muito me honra o convite formulado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dr. Enélio Lima Petrovich, para escrever matéria a ser inserida na revista comemorativa do centenário daquela conceituada casa de cultura.

O transcurso de efemérides como esta é uma oportunidade propícia para o estudo ou reflexão da vida e da obra de vultos ilustres ou para a reavaliação de episódios históricos, através de variadas manifestações culturais: crônicas, palestras, simpósios, reedição de obras, como as que estão programadas por aquele sodalício.

O convite, portanto, ao mesmo tempo grato e honroso, se constitui uma oportunidade afortunada para prestar justa homenagem ao renomado norte-rio-grandense, nascido na Paraíba, Antônio Bento de Araújo Lima, cujo centenário de nascimento também se festeja neste ano de 2002.

Uma das figuras mais representativas, como crítico de arte do Brasil, sua vida e sua obra estão a exigir, cronologicamente, ordenação e destaque. Neste momento, o importante é que não lhe sejam negadas por parte da intelectualidade, por seus órgãos representativos, as merecidas homenagens. Evocar Antônio Bento na passagem de seu centenário é antes uma obrigação que um dever.

Feitas estas considerações, cabe-me registrar aqui, algumas anotações biográficas que nos parecem mais significativas e capazes de individualizar a figura marcante do jornalista, crítico de arte, poeta, cronista musical e contista Antônio Bento de Araújo Lima.

Nascido na mesma querência minha, Araruna, Antônio Bento pouco viveu em sua terra natal. O fato de não ter nascido no Rio Grande do Norte em nada diminuiu o seu amor à terra potiguar, onde viveu grande parte de sua vida, um sentimento que está expresso no interesse que sempre demonstrou pelas coisas daquele Estado e do qual se tornou um dos seus maiores cultores.

A família de Antônio Bento de Araújo Lima, pelo lado paterno, é toda do Rio Grande do Norte, mas seu avô materno, Bento José de Oliveira Lima, o major Bentinho de Canguaretama, possuía terras em Araruna, na Paraíba, onde se casou com Maria Tereza Bezerra Cavalcanti, de cujo consórcio nasceram os filhos Maria Amélia, Joaquim, Antônio, Maria, Alfredo e Manuel.

A primogênita, Maria Amélia, conhecida por Maroca, casou-se com o proprietário do Engenho Bom Jardim, Manuel Othoni de Araújo Lima, conceituado homem de negócios e político em Goianinha, no Rio Grande do Norte. Desse casamento nasceu Antônio Bento de Araújo Lima, o primeiro de uma numerosa prole, a 5 de outubro de 1902, em Araruna, para onde sua mãe tinha ido assistir ao casamento de um irmão.

Antônio Bento costumava trazer à memória o fato de que no mesmo dia de seu nascimento, morrera, em Paris, um dos pioneiros da aviação, o norte-rio-grandense Augusto Severo.

Pelo lado paterno, era neto do coronel da Guarda Nacional Antônio Bento de Araújo Lima, antigo membro do Partido Liberal, no Império, de quem herdou o nome.

Filho, neto e bisneto de fazendeiros, ele passou sua infância no Engenho Bom Jardim, em Goianinha, litoral do Rio Grande do Norte, um ambiente sempre presente nos seus contos e que marcou para sempre a sensibilidade de Antônio Bento.

Estudante secundarista do Colégio Santo Antônio, em Natal, Antônio Bento começou a estudar Direito, em Recife, em 1920. Foi nessa época que conviveu com José Lins do Rego e com Raul Bopp numa república de estudantes em Olinda. Em 1923, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Catete, no Rio de Janeiro, onde se graduou em 1925. Foi nessa fase de sua vida que conheceu Portinari, Ismael Nery e Di Cavalcanti, tendo participado com eles de inúmeros eventos culturais importantes.

A partir de 1926, quando fazia em São Paulo, ao lado de Mário Pedrosa, uma coluna de crítica musical no *Diário da Noite*, tornou-se amigo de Mário de Andrade a quem ajudou nas pesquisas sobre folclore, trazendo do Nordeste uma grande contribuição nessa área como, por exemplo, as melodias cantadas no *bumba-meu-boi*. Ao lado de Câmara Cascudo, Antônio Bento foi um dos responsáveis pela vinda de Mário de Andrade ao Rio Grande do Norte, em 1928, levando-o ao Engenho Bom Jardim, ocasião em que o autor de *Paulicéia Desvairada* se encantou com o talento do embolador de coco Chico Antônio.

Por conta dessa amizade, Antônio Bento viu-se homenageado por Mário de Andrade ao se tornar personagem do livro *Macunaíma*, ao lado de Manuel Bandeira, Raul Bopp, Jaime Ovalle, Ascenso Ferreira, Blaise Cendrars, em cena na qual o *herói sem nenhum caráter* assiste a um ritual de candomblé, no Rio de Janeiro, ao lado desses “macumbeiros”.

Em 1927, vamos encontrar Antônio Bento na política, elegendo-se deputado estadual pelo Rio Grande do Norte. Durante seu mandato,

participou de um grupo que, mediante emenda à Constituição Estadual, deu às mulheres o direito do voto, antes que a Revolução de 30 estendesse a toda a nação.

Após o movimento revolucionário, participou da fundação do *Diário de Notícias*, onde trabalhou até 1932, quando foi nomeado para cargo no Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano casou-se com dona Lucy, com quem teve vários filhos.

Em 1940, foi nomeado procurador da Justiça Regional do Trabalho e mais tarde procurador da 1ª categoria do Ministério Público da União.

Nunca abandonou sua atividade de jornalista. De 1934 a 1965, trabalhou no *Diário Carioca* onde foi editor de política e comentarista dos eventos da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945, a convite de Carlos Lacerda, passou a escrever, além da crítica musical, uma coluna sobre artes visuais, o que o credenciou a participar, em 1948, na Europa, sob os auspícios da UNESCO, de um congresso preparatório para criação da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), entidade fundada um ano depois, na França, e da qual foi um dos fundadores brasileiros ao lado de Mário Pedrosa e Sérgio Milliet.

Desde muito cedo, Antônio Bento demonstrou simpatia pela arte e acompanhou durante toda sua existência as mais variadas modificações nas propostas artísticas e em seus resultados. De 1966 a 1970, escreveu para o jornal *Última Hora* sobre música e artes visuais.

Além de presidente da seção brasileira da AICA, foi diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e membro fundador do Museu de Arte Moderna daquela cidade.

Como crítico de arte, participou de três bienais de Paris como comissário e delegado, foi membro de júris de Bienais Internacionais de São Paulo e Veneza, de júris do Salão Nacional de Arte Moderna e fez parte da Comissão Nacional de Artes Plásticas, patrocinada pela FUNARTE, de 1978 a 1980.

Autor de vários livros de crítica, deixou, entre outras obras: *Abstração na Arte dos Índios Brasileiros*, *Manet no Brasil*, *Milton da Costa*, *Sérgio Telles*, além de *Ismael Nery e Portinari*, livros que o consagraram como um dos grandes críticos de arte do país. Este último, *Portinari*, considerado uma obra de arte, do qual possui um exemplar gentilmente oferecido pelo autor, foi publicado no Rio de Janeiro, em 1982, por Léo Christiano Editorial Ltda., sob o patrocínio do Banco Crefisul, em edição comemorativa dos 80 anos de Antônio Bento.

Nessa época, travei conversações, por telefone, com Antônio Bento. Foram alguns telefonemas falando sobre Araruna, sobre o poeta Pereira da Silva, que ele conheceu no Rio de Janeiro, e de minhas preocupações com a preservação da memória de nossa terra. Foi quando ele me perguntou por que eu não criava um museu da cidade e, para incentivar, enviou-me o livro *Portinari* com a delicada e sugestiva dedicatória: *Ao museu de Araruna, a bela terra das araras azuis, com as saudades e o apreço de Antônio Bento*. Ao lhe agradecer, prometi divulgar o seu nome sempre que tivesse oportunidade.

Quanto ao museu, até hoje estou me devendo, a mim e a ele. Mas vou criá-lo, não sei quando.

Em outubro de 1987, o Banco Crefisul, desejando prestar homenagem àquele que foi um dos maiores divulgadores da arte moderna no Brasil, patrocinou a publicação, pela José Olympio Editora, do livro intitulado *Contos Hiper-Realistas*, de autoria de Antônio Bento que, aos 85 anos, incursionava pelo campo literário.

O livro traz contos que, segundo o próprio autor, nasceram todos eles de fatos reais. Mas, freqüentemente, se afastaram da realidade, ficando entre esta e o sonho. Todos os contos mostram um Antônio Bento evocativo, falando de sua infância no Engenho Bom Jardim, de seus primeiros banhos de mar na praia do Tibau, nos velhos carnavais na Rua da Palha, em Natal, e, ainda, do Nordeste, de Padre Cícero e de cangaceiros.

Em 1988, aos oitenta e seis anos, faleceu no Rio de Janeiro, deixando um legado de muitas obras. Em 1993, foi publicado postumamente o livro *Antônio Bento – Poesias, Ponteios, Toadas, Cordel*, sob o patrocínio do Banco HKB.

Guardo entre velhas anotações uma toada e um ponteio, ambos de autoria de Antônio Bento, que, transcritos abaixo, servem para homenagear um nome que honra a galeria de nossos homens ilustres.

Ponteio sobre a Poesia

*Será a poesia
Realizada com magia?
Ou com paciência
E muita sapiência?*

*Somente feita
E após refeita,
Com palavras,
Gemas de lavras
Muito obscuras
De tão impuras?
Assim o disse Mallarmé,
Pelo que se lê,
Ao pintor Degas.
Bruxo ou Santanas?*

*Use substantivos,
Poucos Adjetivos
E muitos verbos
Doces ou acerbos.*

*Música ou poesia
Não é filosofia.*

*Prescinde de conceito
E de qualquer preceito.*

Toada para Araruna

*Minha terra tem araras
Mais bonitas que as do Sul
São grandes e barulhentas
Todas pintadas de azul.*

*Minha terra tem araras
Bem mais lindas que do Norte
Além de muito gregárias
Dão felicidade e sorte.*

*Araruna tem neblinas
Nos lugares montanhosos
E patativas que entoam
Trinados maravilhosos.*

*Minha terra tem araras
As mais belas do Brasil.
Ora seu azul é negro
Ora brilha como o anil.*

*Não permita Deus que a morte
Me envolva num denso véu.
Que minha alma imite a arara
E voe no rumo do céu.*

A INVENÇÃO DO POVO BRASILEIRO: O PAPEL DO SERTÃO NAS INTERPRETAÇÕES DE CAPISTRANO DE ABREU E SÍLVIO ROMERO

Arno Wehling

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Maria José Wehling

Professora Titular de Teoria e Metodologia da História

Nosso objetivo é identificar, na crise ideológica pela qual passou o Brasil nas décadas de 1860 a 1870, o processo de criação de uma nova categoria intelectual e política, o “povo brasileiro”, e, nela, o papel do “sertão”. Das várias fontes e abordagens passíveis de utilização, escolhemos as obras de Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, analisadas sob o ângulo da história das idéias. A opção fez-se por serem, fontes e abordagem, objeto de pesquisa historiográfica mais ampla que desenvolvemos sob vários ângulos, dois dos quais são aqui privilegiados: a “invenção do povo” e o “sertão”.

1. A invenção do povo: uma crise ideológica

As transformações pelas quais passou o Brasil de fins da década de 1860 e na década seguinte deram margem a várias discussões na historiografia, destacando-se *aspectos políticos*, como a questão do federalismo, da organização judiciária e das relações entre estado e igreja; *aspectos econômicos*, como os investimentos estrangeiros, a política ferroviária, o protecionismo alfandegário e o trabalho livre; e *aspectos culturais*, como os da transição do romantismo para o realismo em literatura, do ecletismo para o positivismo e o evolucionismo, em filosofia.

Há, portanto, uma rica problemática já tematizada por especialistas de diversos campos do conhecimento a propósito do período. Dela pretendemos nos beneficiar para elucidar um aspecto ainda mal conhecido desta época: o problema da interpretação do Brasil.

Em outras palavras: como a crise de transição de fins dos anos 60 e dos anos 70 relacionou-se com as mudanças ocorridas na interpretação do Brasil?

O que poderíamos denominar “tese tradicional” na interpretação do Brasil, aos olhos dos jovens intelectuais contemporâneos do final da guerra do Paraguai, correspondia à visão de românticos, ecléticos e políticos “moderados” vindos da Regência¹. Sua preocupação básica era com a construção do estado imperial, sob as formas unitária – para combater as tendências desagregadoras das províncias – e monárquica-constitucional – como garantia de se manter o sufrágio censitário e o monopólio político dos proprietários rurais. Exorcizavam-se assim vários fantasmas: o da fragmentação do país, o radicalismo jacobino e o fim da escravidão. Estudos recentes sobre a reação conservadora do período 1837-1841 mostram como estavam entrelaçadas para a consecução destes objetivos ações como a fundação do Instituto Histórico, a Lei Interpretativa do Ato Adicional e a reforma do Código de Processo Criminal².

Essa fórmula, que no plano da historiografia produziu a proposta de Martius sobre *Como se deve escrever a História do Brasil*, em 1843, e a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, de 1854-1856, teve seu correspondente literário no romantismo, particularmente no indianismo. A ligá-los estava o liame comum do historicismo, com a criação, muitas vezes artificiosa, de uma tradição cultural cujo intuito era estilizar suas manifestações, “civilizando-as”, “moderando-as”, tornando-as “pacíficas”³.

Contra tal interpretação, que privilegiava a construção do estado, os intelectuais da geração seguinte contrapuseram a invenção do povo. Vale ressaltar que utilizamos o conceito de “invenção” em sentido jurídico, de achamento de algo que pré-existe na realidade positiva, não na de criação original.

Influenciados pelo positivismo e pelo evolucionismo, estes intelectuais, a partir de 1868, tornaram-se, segundo um deles, Sílvio Romero, os arautos do “bando de idéias novas” que vinham da Europa para substituir o que lhes pareciam as teses cerebrinas e desligadas da realidade dos românticos e ecléticos⁴.

À preocupação central com o estado opuseram estes novos intérpretes a preocupação com a sociedade:

... devo desde já declará-lo: a crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais; a esperança de descobrir estas leis – eis o que me anima e guia. (Capistrano de Abreu, 1875)⁵.

A sociedade que constituía o povo brasileiro estava, pois, subjacente, incógnita, aguardando sua “descoberta” pela metodologia indutivista do positivismo ou do evolucionismo. Longe de ser apenas uma manifestação “transoceânica” (a expressão é de Capistrano de Abreu) de idéias européias, esta atitude intelectual sublinhava o esgotamento do modelo político-institucional do Império, particularmente do sistema unitário e de seu arcabouço social, a manutenção da escravidão⁶.

Descobre-se, agora, com a temática sociológica da sociedade, o *povo étnico*, raças, cruzamentos, mestiçagem. E este *povo étnico*, mais do que no litoral e centros urbanos, estava no interior, especialmente no “sertão”⁷.

Desde fins do século XVI documentos vicentinos, baianos e pernambucanos referem-se ao “sertão”, conceito também empregado em Portugal e na África. No século seguinte, igualmente na Amazônia, seria usada a expressão. Não cabe aqui uma análise etimológica, mas apenas o registro de que a palavra tinha acepção muito mais ampla do que aquela à qual referiam-se os autores do ciclo nordestino iniciado na década de 1920.

Para Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, como também para Euclides da Cunha e outros pensadores, o “sertão”, antes de tudo, *não era* o que os românticos definiram.

Da mesma forma que a tarefa de construção do estado levou à reconstrução da história, *sob o ponto de vista da monarquia constitucional* (Martius, 1843)⁸, o sertão também foi estilizado, revelando-se freqüentemente mero pano de fundo, na literatura romântica, para a ação dos personagens.

Foi este o sentido que tomou, por exemplo, em *O Sertanejo*, de Alencar, publicado aliás num momento (1876) em que as novas idéias já difundiam críticas acres a este tipo de estética⁹. É de recordar que Alencar, excetuado Capistrano de Abreu, que tinha com ele fortes vínculos pessoais, seria normalmente apontado como um dos responsáveis por esta versão alienante do sertão e da realidade brasileira em geral.

A nova versão, imbuída por sua vez das valorações cientificistas do positivismo e do evolucionismo, quer de seus *maitres à penser*, quer de seus seguidores como Buckle e Haeckel, buscava um sertão “real”, que existia a pequena distância, no interior. Ele não deveria ser descrito de um gabinete na cidade: precisava ser pesquisado com os métodos da etnografia e interpretado pela antropologia e pela sociologia¹⁰.

Assim, o programa dos novos implicava a “ida ao sertão”, aspecto da maior “ida às fontes” até então inexploradas pela abordagem tradicional: os falares regionais, os costumes sertanejos, a poesia popular. Onde antes prevalecera, quando muito, a descrição pelo exótico, dever-se-ia constituir um território para a investigação, base empírica das generalizações que explicariam a formação do povo brasileiro.

2. *O sertão em Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: identidade nacional ou atraso?*

Conforme demonstramos em outro estudo, Capistrano de Abreu e Sílvio Romero partiram dos mesmos supostos epistemológicos e metodológicos – o cientificismo, o determinismo e o indutivismo – e de idêntico clima ideológico para contestar, em graus e estilos diversos, o *establishment* intelectual e político vigente¹¹.

A diferença entre ambos tornou-se mais acentuada apenas a partir da década de 1880, quando o historiador enveredou cada vez mais pelo

caminho da investigação das fontes, enquanto o crítico e historiador literário permaneceria fiel às grandes teses globalizadoras do evolucionismo. Sílvio Romero chegaria a reprovar em Capistrano exatamente o escrúpulo minudente da pesquisa, acusando-o de não possuir “idéias gerais” de caráter sociológico¹². Reparo que, por ironia, o próprio Capistrano, ainda em sua fase cientificista, fizera a Varnhagem, em 1878¹³.

Talvez residam aqui as diferenças de atitude ante o sertão, desenvolvidas pelos dois autores. Para Capistrano de Abreu, cada vez mais mergulhado nos arquivos brasileiros, configurava-se uma realidade histórica local que destoava das interpretações excessivamente político-administrativas e militares de seus antecessores. Neste sentido, chegou a afirmar uma frase muito difundida por Afonso Taunay e José Honório Rodrigues:

*A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo*¹⁴.

Para Sílvio Romero, ao contrário, menos afeito à documentação colonial, o sertão era um dos segmentos da tipologia que construía para interpretar a vida social brasileira, reduzindo seus elementos empíricos quase apenas aos exemplos da poesia popular¹⁵.

Ambos os autores, entretanto, partiram da mesma constatação sobre o tema: o sertão foi o elemento fundamental para a formação do povo brasileiro, miscigenado e autêntico, definindo a identidade e conseqüentemente a nacionalidade brasileira.

Tal constatação, em ambos, não envolvia necessariamente um juízo positivo. Preocupava-os a análise científica destas populações, com suas características e especificidades, o que poderia implicar a constatação de “barbaridades” e “incongruências”. Refutavam eles explicitamente a concepção romântica da infalibilidade instintiva do povo, particularmente nas parcelas que se encontravam mais em contato com a natureza, como era o caso da população sertaneja:

A inerrância do povo e a sua soberania são alguma coisa de análogo ao direito divino dos reis e à infalibilidade do papa. (...) Investindo o povo de atributos singulares e extra-naturais, elevando-o à altura de um mito informe e flutuante, falseou (o romantismo) a crítica de suas concepções”. (Sílvio Romero, 1880)¹⁶.

A partir desta premissa, entretanto, divergem os autores. Para Capistrano de Abreu, a nova realidade cultural representada pelos sertões e

pelo sertanismo, foi a raiz da identidade nacional e do espírito de autonomia¹⁷. Consolidado ao longo do século XVIII, esse sentimento coletivo teria superado a “emoção de inferioridade” colonial em relação à metrópole, criando as condições para a delimitação de interesses próprios e, finalmente, a independência. Um de seus exemplos evidentes, segundo ele, foi o bandeirismo e o desprezo crescente pelos “emboabas” ou “marinheiros”¹⁸.

Para Sílvio Romero, o sertanejo propriamente dito era o vaqueiro, “um tipo brutal”. O restante da população rural também não recebia juízo positivo, antecipando em décadas o juízo originalmente negativo de Monteiro Lobato sobre o “Jeca Tatu”:

Vê-se que falamos dos campônios do interior, que constituem a maioria da população brasileira. É uma triste figura a do nosso proletário – abatido, anêmico, desgredado, roto, subjugado como um felá do Egito e que passa os dias nas vendas bebendo a cana e discreateando sobre o político. (Sílvio Romero, 1880)¹⁹.

Assim, em Capistrano de Abreu o sertão é o cadinho onde se constrói o verdadeiro Brasil, entendido como um produto cultural das novas condições históricas e não mais mero apêndice colonial da metrópole.

Em Sílvio Romero, ao contrário, apesar de sua importância, o sertão representava um entrave a ser superado. Spenceriano convicto, adepto de uma modernização reprodutora do modelo euro-norte-americano, encarava o sertão como a fase mais rude e primitiva de um processo que culminaria com o “progresso” do país²⁰.

* * *

A “invenção do povo” – não a do “povo-estado” dos românticos, mas a do “povo étnico” dos cientificistas – deve aos estudos sobre o sertão boa parte de seu perfil, uma vez que nele se realizaram processos culturais reputados fundamentais para a constituição da etnia, como a miscigenação, a adaptação ao novo meio, a organização do poder e as novas formas do imaginário popular.

A questão, no que respeita a Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, comporta, a nosso ver, dois planos.

No plano teórico metodológico, encontramos o conflito entre a concepção relativista da segunda fase de Capistrano de Abreu, identificando as criações culturais “novas” do sertão, e afastando-se de uma valoração negativa e a concepção determinista de Sílvio Romero, considerando-o etapa “atrasada” de um processo evolutivo. Sem negar-lhe traços de autenticidade, o crítico sergipano lastimava, porém, a sua permanência, como elemento retardador do progresso social.

No plano sociopolítico, Capistrano de Abreu e Sílvio Romero estavam acordes em reconhecer a autenticidade e a originalidade da cultura sertaneja, distinta daquela meramente reprodutora dos padrões europeus típica do

litoral. A dissensão repetiu-se, entretanto, motivada pelo mesmo conflito epistemológico e de “Weltanschauung”: o historiador cearense admitia um padrão cultural autóctone e sua viabilidade institucional; o crítico sergipano submetia-se à “necessidade” da observância das etapas históricas ditadas pelo evolucionismo spenceriano²¹.

O dissídio não se resolveu nem à época dos protagonistas nem nas gerações posteriores. Foi, porém, importante fator para a afirmação de duas questões fundamentais na interpretação da história e da cultura brasileira: a descoberta do “povo étnico”, com a construção conseqüente de um sem número de representações teóricas que procuraram configurá-lo à luz das mais variadas correntes interpretativas, dos positivistas e evolucionistas da virada do século até marxistas, weberianos e culturalistas no curso do século XX; e a importância assumida pelo “sertão” na sua constituição, como o elemento diferenciador por excelência da cultura brasileira, posição que seria retomada por modernistas como Mário de Andrade e, no plano acadêmico, pelos estudiosos do sertanismo e do bandeirismo, como Alcântara Machado, Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda.

NOTAS

1. Arno Wehling, Capistrano de Abreu, a fase cientificista, Rep. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, abr./jun. 1977. Idem, Historicismo e Concepção da História nas Origens do IHGB, in Arno Wehling (coord.), *Origens do IHGB*, Rio de Janeiro, IHGB, 1989, p. 43/58. Republicados, revistos, em *A invenção da história*, Rio de Janeiro, UFF-UGF, 2001, 2ª ed.
2. Arno Wehling, Os projetos constitucionais republicanos anteriores a 1873, in *Anais do Congresso Nacional de História da República*, Rio de Janeiro, CNPq-IHGB, 1991; Richard Graham, *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1973; Antonio Paim, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1979. Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*, Rio de Janeiro, Saga, 1965.
3. Arno Wehling, A concepção histórica de Martius, *Staten Jahrbuch*, vol. 42, 1994, p. 119 ss; *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 90 ss.
4. Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*, in *Obra Filosófica*, ed. L. W. Vita, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969, p. 112. Para o estudo do tema sob o ângulo das idéias filosóficas, cf as conclusões de João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 97 e segs. Antonio

- Paim, po. Cit., p. 142. A. L. Machado Neto, *História das idéias jurídicas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1969, p. 71 e segs. Arno Wehling, *Sílvio Romero e a consciência modernizadora no Brasil*, São Paulo, USP, 1979, p. 194 e segs. (tese de livre docência).
5. J. Capistrano de Abreu, *A literatura brasileira contemporânea*, in *Ensaio e estudos, 1ª série*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 35 e segs.
 6. Arno Wehling, *Capistrano de Abreu...*, p. 82 e segs.
 7. Esta “descoberta” não se restringe à historiografia. O trabalho de Couto de Magalhães sobre *O Selvagem* (1876), baseado em pesquisa etnográfica, mas com o objetivo político de utilizar o indígena como colonizador, em lugar do europeu; o romance *O Cacualista*, de Inglês de Souza (1876), introduzindo a sociedade amazônica na literatura; os *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1880) de Sílvio Romero, entre outros exemplos, refletem a nova tendência.
 8. Karl F. W. von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, op. Cit., p. 122.
 9. Antonio Cândido de Melo e Sousa, *A formação da literatura brasileira*, São Paulo, Martins, 1971, vol. II, p. 331. Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, São Paulo, Edusp, 1977, vol. III, p. 508.
 10. Arno Wehling, *Sílvio Romero...*, p. 198.
 11. Idem, Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo científico, in *Historiografia Brasileira*, Rio de Janeiro, IHGB, 1991, p. 55.
 12. Sílvio Romero, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1945, vol. V, p. 351.
 13. J. Capistrano de Abreu, *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, in F. A. Varnhagen, *História geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 3ª ed., (1926), vol. I, p. 502/508.
 14. J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954, p. 231.
 15. Sílvio Romero, *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, Petrópolis. Vozes, 1977, p. 40 e segs.

16. Idem, p. 20.
17. J. Capistrano de Abreu, *A literatura...*, p. 52.
18. Idem, *Capítulos...*, p. 249.
19. Sílvio Romero, *Estudos...*, op. Cit., p. 41.
20. Idem, p. 42. O autor voltaria à tipologia, com algumas modificações, na obra *O Brasil na primeira década do século XX*, Porto, 1912, p. 10 e segs.
21. Arno Wehling, *Sílvio Romero...*, p. 222.

A NOSSA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO

Tarcísio Medeiros
Sócio Efetivo

Certamente, é a Constituição outorgada em 1824, apresentada, geralmente, como a primeira que tivemos e na qual os princípios dos três poderes, acrescidos do quarto ou moderador, mais tarde, imprimiriam à nova Nação o cunho democrático que seguiria na sua vida política.

Se atentarmos ter sido aquela Constituição vigente no Brasil livre da tutela Portuguesa, então ela foi a primeira. Mas, se a tomarmos em outra indagação, senão e simplesmente a de sua execução no território da Nação brasileira, não resta dúvida que ela foi a Segunda. Cronologicamente, houve outra que não foi brasileira nem portuguesa, porém espanhola, chamada “CONSTITUIÇÃO DE CADIZ ou CADIX”.

Cesare Cantu, o tão decantado historiador italiano, assim registra o fato em sua História Universal: *Com anúncio destes acontecimentos, o Brasil punha-se por sua vez em movimento era proclamada na Bahia a Constituição (10 de fevereiro de 1821). D. Pedro persuadiu seu pai de aceitar; e o rei, com sua bonomia exclamou: Por que não me haviam de prevenir antes? Rendeu-se, pois, aos seus conselhos, e os negros levaram-no em triunfo.*

Pela linguagem empregada, é evidente que o mestre se preocupou mais em ridicularizar os Braganças e seus súditos do Brasil do que com a verdade histórica, aliás, esta, sua contemporânea, pois fixou as ocorrências na Bahia e no dia 10 de fevereiro, quando elas se deram no Rio de Janeiro e no mês de abril, como veremos.

Em fins de 1820, brasileiros e portugueses residentes na Bahia e no Pará, haviam adotado as novas idéias liberais da revolução do Porto, e suas Juntas Governativas, naquelas Províncias, desejavam que D. João VI se tornasse também em monarca constitucionalizado aos moldes do século XIX, conforme era moda na Europa, sendo ele na América ainda o único absolutista.

No Rio de Janeiro, na Corte, representando essas correntes antagônicas, Palmela e Tomaz Antonio cercavam o Rei; e este, tímido e indeciso como sempre, não sabia qual dos dois contentar, enquanto, corajosamente, o povo já começava a opinar na praça pública. Juntem-se a isso, para aumentar a confusão no real senhor, as intimações das Cortes de Lisboa, como prova a democratização de Portugal, ordenando seguisse o Príncipe seu filho para Europa e a convocação dos representantes das

idades e vilas brasileiras, com urgência, fosse feita para as sugestões que deveriam ser apresentadas aos constituintes de Portugal.

Ora, D. Pedro, mancebo adulado, acostumado aqui às suas aventuras amorosas, não queria Portugal nem o Rei seu pai estava disposto a jurar uma Lei que o deixasse nas condições de ser chamado “rei de baralho”, como dissera ele próprio de seu primo Fernando VII, ao sujeitar-se a tal na Espanha. Por outro lado, os brasileiros queriam D. Pedro e refugavam D. João VI, vez que este se indo e aquele ficando, era óbvio, o caminho estava aberto à independência. Resultado: o povo confraternizou com a tropa. Daí, os acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, apaziguados pela promessa real de ser jurada uma Constituição e de sua volta à pátria, ficando aqui D. Pedro como regente.

Era grande a agitação nacional para se cumprirem instruções necessárias ao exercício da Regência e as sugestões pedidas pelas Cortes de Lisboa para a feitura da Constituição em gestação lá em Portugal. Diz D'Escragnolle Taunay: *Os representantes do povo brasileiro, então como agora, escolhidos dentre os apadrinhados dos chefetes da política interiorana, sem cultura e sem práticas de reuniões deliberativas, exarcebados pela paixão partidária, exorbitaram ao formular exigências inaceitáveis, tais como o direito de escolher ministros, adoção temporária da Constituição espanhola e a verificação da bagagem do rei que se retirava para a Europa*’.

Como se nota, em choque ficaram o Poder Monárquico e a Assembléia popular, para aquela finalidade convocada. Enquanto o primeiro, diplomaticamente, aguarda com um plano sutil resolver oportunamente os absurdos impostos pelos pseudoparlamentares, a Segunda, cheia de zelos – justificados, mas impraticáveis na época, reunida em sessão permanente, heroicamente se dispõe a reagir, caso pretendam dissolvê-la.

Contudo, maneiramente e de última hora, cedendo como sempre, o Rei com urbanidade, na Quinta da Boa Vista, aonde se tinha ido refugiar, acolheu a deputação que, de surpresa, acompanhada de grande aclamação popular, àqueles favores tão simples de contentar... Então, diz o nosso honesto e meticuloso Rocha Pombo, pela voz de D. Pedro, foi anunciado *que o monarca aceitaria a Constituição de Cadix (sic), porém que os ministros seriam escolhidos quando a lista contendo os seus nomes fosse apresentada. Lavrou-se então o Decreto mandando observar-se estrita e literalmente no Reino do Brasil a Constituição espanhola.*

Por esta forma, o Brasil, antes daquela de 1824, obteve uma Constituição cujos termos e sentido, muitos brasileiros desconhecera completamente, como ainda hoje muitos a ignoram.

Calcados nos ideais da Revolução Francesa de 1789, ela foi apresentada ao rei Fernando VII pelo descortínio e boa-fé de 35 deputados da alta sociedade espanhola, entre eles Flórida-Bianca e Melchior Javellanos, ambos homens de reputação intelectual naquele país, no ano de 1812, quando a Espanha se reorganizava politicamente, passado que era o domínio Napoleônico. Entretanto, aquele Monarca repudiou-a pelo Editó de Valença,

em 14 de maio de 1814, dois anos depois de ser posto no trono de seus antepassados. O povo que tinha combatido pela religião, pela independência e por seu jovem e gentil rei, não perdoou a ofensa. Ruminou a traição e a 1^o de julho de 1820, a revolução explodiu em Cadiz sob o comando de Riego e Quiroga, os quais, vitoriosos, novamente puseram em execução a Carta de 1812.

Embora seguindo os princípios do liberalismo da época, os postulados da representação popular, e estabelecimento dos três Poderes, nota-se, todavia, a par dos excessos de controle rígido aos atos do Poder Executivo, o inconveniente entrelaçamento do Estado com a Igreja, máxime esta sendo até dirigida pelo Poder Monárquico. Assim, transcrevem velhos cronistas e vários historiadores, dizia a Constituição que usamos por empréstimo: *A soberania reside no povo; a religião católica é declarada a única verdadeira, com exclusão de outra qualquer, proclama o governo monárquico, separando os três poderes, a inviolabilidade do rei, a quem arranca a sanção absoluta; não institui senão uma câmara. As cortes são a reunião de todos os deputados eleitos pelas assembléias de distritos e estes eleitores nomeados por assembléias de paróquias. Nestas, todos os cidadãos têm direito de sufrágio. Para ser eleitor é preciso Ter, no mínimo, 25 anos; um rendimento suficiente e além disso exigido dos deputados às Cortes. Os deputados são nomeados por dois anos, na razão de um deputado por setenta mil almas. As cortes se reúnem pelo menos de três meses cada ano, votam os impostos, propõem as leis, que o rei sanciona e faz executar, mas no caso de recusa da sua parte durante dois anos, é obrigado a isso no terceiro. O Monarca faz a guerra e a paz; nomeia para as magistraturas, para os bispados, para os benefícios, para os comandos de terra e mar, porém não pode impedir, suspender ou dissolver as cortes, nem sair do reino, nem abdicar, nem fazer alianças ou tratados com as potências estrangeiras, nem lançar impostos, sem o consentimento das cortes, a quem pertence a nomeação para as funções públicas. Os soldados têm o direito de examinar a sua própria organização e a jurisdição militar. A Constituição não pode ser revista com o concurso de três legislaturas sucessivas, e por um decreto que não é submetida à sanção real.*

Foram estas as bases em que se sustentou a Constituição de Cadiz. Além e notório despotismo do Legislativo em detrimento do Poder Real, sem embargos dos princípios liberais, nota-se a influência da legislação inglesa, quando se impunha ao rei reinar e não governar, o que por certo não seria a aspiração do nosso Bragança.

E não o foi. O recuo fora aparentemente estratégico, para ganhar força. Na manhã do dia seguinte, 22 de abril do mesmo ano, os nossos congressistas, entusiasmados com aquele primeiro êxito fácil, tinham aumentado a lista das pretensões absurdas a serem apresentadas outra vez ao soberano. Mas estes, com o auxílio do famigerado Conde dos Arcos, useiro e veseiro na repressão violenta a conjurações, como se dera em 1817, em Pernambuco, liquida o assunto. Uma companhia de fuzileiros, com

descargas sucessivas nas salas de reuniões dos Congressistas, mata alguns e põe em fuga o restante dos representantes do povo, acabando com os anseios constitucionalistas dos brasileiros. Registra fielmente Rocha Pombo, *no dia 22, com acentuar vem o significado daquele golpe de força, assina El-Rei um novo decreto, declarando sem efeito o da véspera, pelo qual se mandava vigorar a Constituição Espanhola...*

Pelo visto, foi assim que, embora por 24 horas, o Brasil teve uma Carta Magna para ser estrita e literalmente cumprida em seu território de Nação unida aos Reinos de Portugal e Algarves, naqueles idos de 1821.

Vale, contudo, o sacrifício de tantas vidas, pois os princípios de soberania democráticas seriam mais tarde repetidos e melhorados, a feição da época nas outras Constituições que teríamos. Apenas e infelizmente, o exemplo dado por D. João VI frutificou, repetindo-se, parece incrível, mais das vezes, no regime Republicano, por aqueles que, à força das armas ou pela mentira do voto, chegaram ao poder rasgando Constituições ou ilaquiando a boa-fé pública, para governar despoticamente ou com minorias afeiçoadas, exclusivamente para gozo e privilégio de cargo, nada fazendo pela pátria e pela coletividade.

RÉQUIEM PARA UM SANTO

Francisco de Assis Medeiros
Sócio Efetivo

Este texto contém a apresentação de José Altino Pereira, escrita por seu filho Pedro Simeão Pereira, e a descrição do sepultamento do padre João Maria, redigida pelo apresentador em 1905, dois excertos do livro *Casa Vencedora* que pretendo publicar no próximo ano.

Trata-se, evidentemente, de narrativas históricas de cunho meramente ficcional, lendas de mistura com alguns fatos reais da história do povo seridoense, mais ao molde da produção literária de escritores como Giovanni Papini do que da produção científica de historiadores como Arnord Toynbee.

Apresentação de José Altino Pereira

Filho de Manoel Altino Pereira e Idalina de Medeiros Pereira, José Altino Pereira nasceu na Fazenda Vivina, localizada no município de Caicó, aos 15 de novembro de 1860, casou-se com Maria Josefa Bolcont em 1885, tendo enviuvado em 1915 e casado em segundas núpcias com Ana Carolina de Araújo, a quem sobreviveu.

Suas qualidades principais, além das de homem honrado, religioso, trabalhador e exemplar pai de família (11 filhos), eram as seguintes, pouco comuns na maioria dos sertanejos, seus contemporâneos.

Ledor compulsivo, devorava tudo que lhe chegava às mãos, na maioria das vezes, por empréstimo ou por doação dos amigos, que eram muitos, alguns deles letrados, religiosos, professores e políticos. Jornais, revistas, folhetos de cordel, almanaques, livros religiosos e profanos – tudo que recebia lia com muita atenção e prazer. Era viciado em leitura. Talvez por isso não jogava, não bebia nem fumava. Trabalhador rural e depois comerciante com os filhos, nunca faltou um dia sequer ao trabalho, tinha saúde de ferro. Não perdia tempo, quando nada de novo tinha para ler, relia a Bíblia. Leu e releu a *Divina Comédia* de Dante Alighieri, na tradução de José Pedro Xavier Pinheiro, obra que fora doada à antiga biblioteca de Caicó por Amaro Cavalcanti. Nunca chegou a possuir um exemplar sequer de o *Inferno*, como sempre desejou, mas ao que tudo indica gostaria muito de seguir o poeta máximo da língua italiana, colocando também alguns de seus personagens no inferno, outros no purgatório e alguns no céu.

Assim é de se concluir, pois à margem de dois nomes que cita em suas anotações, transcreveu versos de Dante (*"Inferno"*, III, 7-9): *Perante*

mim, não há coisa criada / Sem ser eterna, e eu eterno duro: / Deixai toda esperança, vós que entráis.

Não tolerava desenterrar ossos para armar árvores genealógicas, as quais, quase sempre, dizia, servem apenas para espicaçar a vaidade de algumas pessoas que se julgam mais importantes do que as outras, posto que nada possuam de individual que justifique os avoengos ilustres de que se ufanam.

Sustentava ser a pesquisa genealógica o trabalho mais sem futuro do mundo, porque, exemplificava, até a de Jesus Cristo é duvidosa, pois as apresentadas por Mateus e Lucas só coincidem no período entre Abraão e Davi. Nas antigas comunidades cristãs, acrescentava, foram elaboradas tantas árvores genealógicas de Jesus que São Paulo, ao escrever a Timóteo (1 Timóteo, 1,4), rogou para que *admoestasse alguns que não ensinassem de outra maneira nem se ocupassem em fábulas e genealogias intermináveis: as quais antes ocasionavam questões, que edificação de Deus, que se funda na fé.* Mesmo assim, nessas inumeráveis genealogias de Jesus, todos os seus antepassados são importantes, dignos de respeito e famosos, mas nenhum deles é mais ilustre e puro do que Ele. Muito ao contrário das árvores das gerações da vaidade humana, onde não raro, as únicas menções dignas de atenção são longínquos antepassados, cujo sangue, de tão misturado na sucessão das gerações, já não corre azul nas veias do atual fidalgo de meia tigela, presunçoso e boçal.

Ao invés de desenterrar o passado genealógico, José Altino Pereira gostava mesmo era de fazer a etiologia dos acontecimentos atuais, para disso concluir se as gerações futuras irão se orgulhar ou não dos personagens que estavam construindo o presente. Os atuais genealogistas sertanejos procuram para enriquecer seus trabalhos de pesquisa os coronéis do passado, os fazendeiros mais ricos e valentes, os grandes latifundiários da região, fundadores de vilas e povoados, ou os políticos mais famosos. A partir do presente, que poderão indicar os genealogistas do futuro para enriquecer a biografia das atuais gerações de modo a justificar a linhagem familiar dos ilustres genearcas do porvir?

Toda árvore genealógica, se não é mentirosa, é fantasiosa ou injusta. A que Mateus fez de Jesus, abrangendo 42 gerações, menciona, além da Santíssima Virgem Maria, apenas quatro mulheres, a maioria das quais, por serem consideradas de má fama, não seriam sequer mencionadas, como Betsabé, na genealogia de muitos pedantes de hoje.

A História está cheia de embustes e hipocrisias fundadas na falsidade das genealogias encomendadas no propósito de tentar engrandecer pessoas.

Uma árvore genealógica não demonstrava a deslavada mentira que Henrique de Guise, o inominável articulador do massacre da Noite de São Bartolomeu (24/08/1572), era descendente de Carlos Magno? Outra de igual jaez, a de Ivan IV, o Terrível, não o dava como descendente do imperador Augusto? Com o deliberado objetivo de justificar perante os incautos o

título de “czar” (César) que passou a usar oficialmente: *Czar e Grão-príncipe, Autocrata da Grande Rússia*.

Por tudo isso, o velho cultor da história oral do sertão, de seu observatório em Vivina e depois no balcão da Casa Vencedora, preferiu estudar fatos e atos, acompanhar pessoas, membros dessas enormes famílias seridoenses, que alguns de peito cheio de orgulho dizem que provêm todas das sete irmãs da “Cacimba da Velha”. Objetivava repor a verdade e comprovar que nem sempre o heroísmo, a coragem e a bravura, enfim, a alma dos mais nobres sentimentos e do verdadeiro destino de um povo, está na história dos vitoriosos, dos potentados, dos genearcas e dos favorecidos da sorte, mas, muitas vezes, na vida dos mais simples, dos pobres, dos infelizes e dos despercebidos pela história.

Poder-se-ia afirmar que este é o reverso da história do que até hoje se contou sobre o sertão do Seridó, a parte oculta dos seus sentimentos e paixões afloradas no século XX, mas com raízes profundas nos tempos mais antigos e que, certamente, repercutirão por todo o futuro, seja como lenda, seja como ficção ou mesmo como história.

O mais curioso de tudo, entretanto, é que as anotações do velho observador, para não dizer sábio da Vivina, estão entremeadas de citações bíblicas e literárias de exaltação aos pobres, esquecidos, excluídos, despercebidos e aos homens e mulheres mais simples da sociedade. Aos sem biografia nem dinheiro. Aos que sofrem sem nunca encontrarem a fé ou pelo menos o lenitivo que os redima da dor e aos que morrem no opróbrio sem nunca terem tido o direito de viver com dignidade.

Tal era o seu apego ao que considerava grandes verdades da humanidade, que chegou a escrever um rosário próprio, onde após cada oração pedia pela humanidade toda a vitória na terra de uma daquelas suas verdades verdadeiras.

Era um pacifista juramentado. Um católico fervoroso. Um republicano incondicional e um democrata apaixonado.

Morreu, tão obscuro quanto viveu, na manhã chuvosa de 13 de março de 1948, imediatamente após repetir Jesus Cristo: *Senhor, em tuas mãos entrego a minha alma*. Trovejava.

Réquiem para um santo

Logo que soube do falecimento do padre João Maria imediatamente me dirigi a Natal para o sepultamento.

No caminho recordei passagens memoráveis da vida desse seridoense de fé, verdadeiro apóstolo da caridade em favor dos pobres, doentes, retirantes, órfãos, desvalidos e indigentes que encontrava na miséria, subjugados pela adversidade, nas sarjetas da sociedade em Natal.

Nunca me saiu da memória a sua primeira missa, celebrada em Caicó, aos 10 de dezembro de 1871, à qual estive presente, com apenas 11 anos de

idade, levado por meus pais. Fiz a minha primeira comunhão, apesar de não ter alcançado ainda a idade mínima exigida pela igreja para receber o sacramento eucarístico.

Depois, a partir de sua posse como vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, em 1881, começou a correr mundo o halo de santidade de seu profundo amor ao próximo, de seu inesgotável espírito de caridade, de seu incansável trabalho de assistência aos pobres, principalmente nas últimas epidemias de varíola, cólera e tuberculose.

A fidelidade do padre João Maria ao seu lema – *Ser tudo para todos* – o transformou no mais estimado e reconhecido protetor dos milhares de flagelados das secas que acampavam em Natal, morrendo de fome e de todo tipo de doenças. Verdadeiro guardião e pastor dessas contínuas e multiplicadas levas de indigentes, a todos socorria material e espiritualmente, a toda hora do dia e da noite, ultrapassando os mais dilatados limites de suas forças, sempre à beira do esgotamento.

Tudo quanto angariava de quem podia contribuir, ato contínuo distribuía com os pobres. Nada possuía.

Chegou a doar a roupa do próprio corpo para mendigo que encontrou quase desnudo. Consta que certa feita, diante de idêntica situação, doou a única batina nova que possuía.

Fez-se pobre com os pobres para melhor compreender o sofrimento da pobreza.

Fez-se médico homeopata e enfermeiro para melhor socorrer os doentes e indigentes.

Defendeu os escravos e a igualdade de direitos entre todos os homens e mulheres do mundo.

Transformou a caridade em ação e a ação em devoção.

Cuidou das crianças e dos idosos com a mesma dedicação cristã com que exercia a caridade e o amor ao próximo.

De humildade franciscana, paciente e caridoso, padre João Maria, trabalhador incansável e homem de fê inabalável, conquistou para sempre o coração do seu povo. E, com justo espírito de reconhecimento, esse mesmo povo o elevou à glória de maior guia espiritual que Natal já teve em todos os tempos.

Nunca vi tanta gente num enterro como tinha no desse santo. Nunca tinha visto um clamor público tão intenso e tão sincero. Como se aquela multidão toda tivesse perdido o próprio pai.

Enquanto acompanhava o cortejo fúnebre na direção do Cemitério do Alecrim, ia comparando o padre João Maria com as pessoas boas e decentes que conheci e conheço, inclusive padres, bispos e missionários.

Ninguém encontrei tão caridoso como ele e tão fiel àquela recomendação bíblica, segundo a qual ninguém, nem mesmo a mão esquerda, deve tomar conhecimento da esmola que a mão direita dá. Caridade autêntica, cristã, sem publicidade nem desejo de recompensa. Caridade por amor.

Caridade pura, sem nenhuma vaidade ou exibicionismo. Caridade praticada não apenas com o que lhe sobrava; dava aos pobres tudo que lhe vinha às mãos, inclusive o indispensável para a sua própria subsistência. Dava aos pobres toda a sua vida, minuto a minuto, de dia e de noite, com o mínimo de descanso físico, o suficiente para evitar a exaustão.

Nunca vi em mais ninguém no mundo uma virtude tão sublime como foi o amor-caridade que dominou todos os atos da vida do padre João Maria.

Com mortificações e penitências, entusiasmo e abnegação, dedicou toda a sua existência ao próximo. Aos famintos, aos maltrapilhos, aos doentes, aos órfãos e demais desvalidos do mundo.

Não esperava ser solicitado, saía à procura do infortúnio para ajudar os sofredores a carregarem a cruz.

Dividia seu prato de comida ou dele se abstinha completamente para matar a fome de um flagelado da seca, de uma criança, de um velhinho ou de quem quer que fosse encontrado morrendo nos abismos da miséria.

Para melhor acudir os doentes virou médico homeopata, enfermeiro e manipulador de mezinhas e remédios caseiros. Passou a viver a maior parte do seu tempo entre os infestados pelas doenças contagiosas epidêmicas que assolavam Natal. Nunca lhe causaram nojo ou repugnância as feridas dos doentes; nunca a falta de asseio ou o mau cheiro do moribundo causou-lhe repulsão ou asco; nunca desprezou ou abandonou ninguém por qualquer motivo. Quanto maior a miséria em que se encontrava o doente, maior a sua presença e dedicação.

Representava para os enfermos que atendia aquele beijo de São Francisco de Assis nas úlceras nauseabundas do leproso ou aquele outro na face do homem de Espoleto, carcomida pelo câncer, que levaram São Boaventura a proclamar não saber o que devia admirar mais, se aqueles beijos ou aquelas curas.

Não, nunca vi tão profundo e tão sincero amor ao próximo como o do padre João Maria no exercício da sua caridade ilimitada.

Essa minha admiração por ele tornou-se enorme e crescente à medida que fui conhecendo outras pessoas com votos de pobreza e juramento de fidelidade às três virtudes teológicas. A fé do padre João Maria transbordava do seu coração e contaminava a quantos dele se aproximavam. Vivia exatamente o que pregava. O Evangelho era a sua bússola. Não se afastava um milímetro sequer da orientação traçada por Jesus Cristo.

Foi um justo, cheio de bondade. Foi, acima de tudo, forte exemplo de fé, esperança e caridade para os cristãos que o conheceram. Sentia-se nele a chama do amor. A vontade férrea de servir. A firmeza da fé que remove montanhas. A sublime simplicidade dos pobres e dos humildes. A completa ausência de qualquer vaidade. A pureza absoluta de sentimentos.

Sua vida tornou-se um Evangelho aberto a serviço das virtudes e da prática do bem.

Pobre e humilde, morreu tão casto como nasceu. Tão feliz, puro e bom como viveu. E deve ter chegado ao céu tão reverenciado e aplaudido como deixou a terra e expressa esse soluçar coletivo de admiração, amor e saudade deste cortejo fúnebre, o maior de que se tem notícia em Natal.

Por tudo isso, proclamo cheio de alegria e felicidade: Eu conheci um santo.

Não posso calcular quantos terão essa felicidade no futuro, mas, se outro não aparecer, bastará a memória do padre João Maria para operar o milagre de sustentar a igreja em nosso meio com o mesmo fervor como em vida; ele a expandiu e consolidou.

O Padre João Maria, sem dúvida, merece ser apontado como o mais autêntico e exemplar cristão já nascido no Rio Grande do Norte. A luminosa aura de santidade de sua vida vai brilhar sempre, como agora, por todos os séculos dos séculos. A fé não morre.

O padre João Maria Cavalcanti de Brito nasceu na Fazenda Logradouro, município de Caicó, em 23 de junho de 1848. Sua certidão de nascimento encontra-se lançada no Livro de Batizados nº 12, folha 160, da Paróquia de Sant'Ana de Caicó.

A ordenação ocorreu na Capela do Seminário da Prainha, em Fortaleza, no dia 30 de novembro de 1871.

Celebrou sua primeira missa no domingo, 10 de dezembro de 1871, na Catedral de Sant'Ana em Caicó.

Faleceu em Natal, aos 57 anos de idade, no dia 16 de outubro de 1905, e foi sepultado no Cemitério do Alecrim, em Natal, no dia 21 seguinte.

O padre José Calazans, depois de ministrar-lhe a extrema-unção, declarou: *Vamos perder um grande padre e o céu vai ganhar um grande santo.*

E, no exato momento em que o povo sepultava o corpo do seu santo, cuja vida, com as forças da fé e os bálsamos da caridade, sustentara permanente combate contra as epidemias que dizimavam os pobres, eis que no meio da multidão, conduzido pela mão invisível de Deus, divisa-se a figura do renomado médico sanitarista Oswaldo Cruz, que chegava a Natal para iniciar novo combate contra as epidemias, agora com as luzes das ciências e os recursos do governo.

Deus seja louvado!

CLÁUDIO GURGEL DO AMARAL

José Guará
Sócio Efetivo

Nasceu no Rio de Janeiro entre 1660 e 1665. Era filho de Ângela Daran e de João Batista Jordão. Sua mãe era a última de Toussaint Gurgel (1567-1651), nascido no Havre, filho do barão von Gurgel, do Reino da Baviera e de mãe francesa da Alsácia¹.

Toussaint Gurgel chegou ao Brasil, em 1595, chefiando uma expedição para socorrer os compatriotas franceses que haviam sido expulsos do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá (1542-1567). Toca em Cabo Frio, que encontra em pé de guerra. Não foi feliz o alsaciano na sua empreitada. Embora houvesse combatido com decisão e bravura, foi derrotado e feito prisioneiro pelas tropas portuguesas. Veio para o Rio de Janeiro, sob guarda de seu vencedor, o capitão João Pereira de Souza Botafogo. Em pouco tempo, porém, o francês foi conquistando a simpatia da sociedade local, concorrendo para isso sua refinada educação e dotes pessoais. Era fidalgo no trato e no espírito. Em 1598, casou com Domingas de Arão Amaral, nascida no Rio de Janeiro, em 1572 e filha de pais portugueses. O casal, que teve sete filhos, é o fundador da família GURGEL no Brasil.

De Cláudio Gurgel do Amaral sabe-se muito pouco de sua infância e as notícias que dele se conhece constam de documentos históricos do século XVII, que o apontam como figura de relevo na sociedade carioca de seu tempo, com vasto círculo de amizade, admirado pelos seus dotes morais, tino administrativo e brilho de sua inteligência. Na mocidade, assentou praça no Exército Colonial, nele servindo por alguns anos. Em 25 de março de 1684, casou com Ana Barbosa da Silva, filha de Thomé da Silva e de Antônia de Oliveira.

Referindo-se a Cláudio Gurgel do Amaral, anotou Audysio Gurgel do Amaral:

No decorrer de sua vida, exerceu cargos de relevo na administração pública do Rio de Janeiro. Foi procurador da Fazenda Real e da Coroa; escrivão e vereador da Câmara; Mordomo dos Presos e Provedor da Santa Casa de Misericórdia; Ministro da Ordem Terceira da Penitência. Era formado em Leis e Letras. Como militar, distinguiu-se honrosamente nos batalhões que comandou, demonstrando coragem e competência nas missões desempenhadas².

Cláudio Gurgel do Amaral foi proprietário de extensas glebas de terra no Rio de Janeiro. Sua enorme riqueza compreendia as terras do Morro do Desterro (denominado depois Morro do Castelo, arrasado em 1921), Morro de Santa Tereza, Outeiro da Glória, Irajá e Campo Grande, além de inúmeras chácaras, casas residenciais e de negócios e ainda fazendas com numerosos escravos e índios mansos que cuidavam da agricultura e da criação.

Por todos esses atributos, Cláudio Gurgel gozava de real prestígio junto ao governador Sebastião Caldas, nos idos de 1695, tanto que lhe eram confiadas perigosas missões de defesa da cidade, vez ou outra alvo das ameaças e incursões de corsários franceses. Culto, rico, inteligente, bonito e forte, era também rixento e dado a desordens, tomando parte em numerosos motins e lutas nas quais mostrou sua valentia e truculência. *Manejando muitíssimo bem a espada, tomou parte ativa em muitas dessas lutas, sangrentas quase todas, e que foram provocadas pelas rivalidades de famílias, então muito frequentes. Nessas rixas, era sempre acompanhado dos filhos e primos tão valentes e destemorosos quanto ele*³.

Embora respeitado na sua destreza e valentia, acostumado na defesa da honra e dignidade pessoal e sempre pronto para garantir a ordem e o primado da lei, mesmo com o emprego da força – Cláudio Gurgel do Amaral era homem dotado de sensibilidade e de reconhecido espírito religioso. E a maior prova dessa religiosidade foi tornar-se padre após a morte da extremosa esposa.

No dia 20 de junho de 1699, fez doação de sua chácara localizada no Outeiro da Glória, antigo “Morro do Lerype”, no Rio de Janeiro, para que nele fosse edificada uma Igreja, onde ele e seus descendentes tivessem sepultamento permanente. Realmente, do lado esquerdo da referida igreja, hoje chamada Real Capela de Nossa Senhora da Glória, encontra-se o túmulo daquele insigne benfeitor⁴.

A Igreja, segundo frei Agostinho de Santa Maria, citado por Benjamim de A. Carvalho, no livro *Igrejas Barrocas do Rio de Janeiro*, teve sua construção iniciada em 1714. Ainda sobre a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, o jornal *O Globo*, em sua edição de 14 de agosto de 1965, comenta a entrevista publicada na edição dominical de *A Notícia*, do Rio de Janeiro, de 1910, de autoria de Vieira Fazenda, louvando-se nos depoimentos do referido frei Agostinho de Santa Maria, afirmando que ao tempo da doação de Cláudio Gurgel do Amaral, em 1699, no Morro de Lerype (hoje Outeiro da Glória), lá já existia uma ermida em ruínas, construída em 1671, pelo ermitão Antônio Caminha, o qual, em 1714 ainda vivia nas terras de sua propriedade na Ajuda (hoje Passeio Público), no Rio de Janeiro. Segundo ainda a referida edição de *O Globo*, a Igreja sofreu três grandes reformas. A primeira, nos começos do século XVIII, trouxe profundas modificações à ermida lá existente. Nova reforma foi executada entre 1939 e 1944, na administração municipal de Thiers Fleming. Finalmente, em 1965, no IV Centenário do Rio de Janeiro, houve a última reforma, efetuada com vistas a restituir o aspecto barroco da Igreja, em suas linhas gerais. Para

isso, algumas casas foram demolidas, sendo construídas cinco escadas e seis rampas em zigue-zague, ligando a praça da igreja ao Largo da Glória.

Do casamento de Cláudio Gurgel do Amaral com Anna Barbosa da Silva, nasceram quatro filhos:

- 1 – Manoel Gurgel do Amaral
- 2 – José Gurgel do Amaral
- 3 – Tereza Gurgel do Amaral
- 4 – Maria Gurgel do Amaral

Dos filhos de Cláudio Gurgel, o alferes José Gurgel do Amaral (1688-1722), pela sua maneira atabalhoada de agir, influenciaria decisivamente nos destinos da família Gurgel, deixando para a história a triste marca de seu temperamento impulsivo, violento e audacioso.

Desde algum tempo, vinha existindo indisfarçável animosidade entre o governador Francisco Xavier de Távora e os membros da família Gurgel, tudo motivado por inveja diante do reconhecido valor pessoal de Cláudio Gurgel e de seu indiscutível prestígio no seio da sociedade carioca. E por uma dessas fatalidades, o estopim da crise deflagraria nas mãos do infeliz José Gurgel do Amaral.

Em dias de abril de 1716, o alferes Gurgel sofrera graves ofensas de João Manoel de Melo, pessoa intimamente ligada ao governador Francisco Xavier de Távora, de quem era prestimoso correligionário. Era evidente que o ofendido se prepararia para a desforra e esta não se fez esperar, ocorrendo apenas em ocasião e em local por demais inoportuno. Tudo aconteceu dentro de uma igreja, estando o celebrante no altar. E de um momento para outro, cenas de violência e de banditismo tingiram de sangue aquela bela manhã do Rio antigo.

Heitor Luiz do Amaral Gurgel, baseando-se em Vieira Fazenda, autor de *Antiquilhas*, recorda os tristes acontecimentos que abalaram a sociedade do Rio de Janeiro, do primeiro quartel do século XVIII e levaram a respeitável figura de Cláudio Gurgel do Amaral às mais trágicas conseqüências. Diz o consagrado historiador:

No Domingo de Ramos, em abril de 1716, acompanhado de 20 ou 30 capangas brancos e negros, José Gurgel do Amaral invadiu a Igreja de Campo Grande, onde se achava João Manoel de Melo, homem principal do lugar, que também estava cercado de seus satélites e que dias antes tivera violenta discussão com o alferes Gurgel. Com a entrada deste na igreja, trava-se a luta e nela caiu João Manoel de Melo banhado em sangue. O celebrante deixa o altar e vem confessar o moribundo, ocasião em que é também atacado e morto a bala. A viúva de João Manoel de Melo vem à cidade, trazendo o cadáver da vítima a fim de reclamar justiça⁵.

O governador declarou réus de morte o alferes José Gurgel do Amaral e seu lugar tenente e prometeu grandes recompensas a quem os trouxessem vivos ou mortos. Não satisfeito, Francisco Xavier de Távora *mandou arrasar a casa do padre Cláudio Gurgel, onde julgava estar protegidos os mandatários do horroroso e sacrilego atentado.*

A essa época, o padre Cláudio Gurgel do Amaral, tendo regressado das Minas Gerais, é descoberto quando saía de uma de suas casas à noite, em companhia de seu parente padre Inácio Correia. Foram atacados a tiros de emboscada por um grupo de pistoleiros, sem dúvida a mando de seus inimigos. Recolhido, gravemente ferido, o padre Cláudio Gurgel do Amaral veio a falecer três dias depois, no dia 9 de abril de 1716, na Santa Casa de Misericórdia, da qual havia sido provedor⁶.

O alferes José Gurgel do Amaral, após os tristes acontecimentos do Rio de Janeiro, fugiu para as Minas Gerais, ficando sob a proteção de Francisco Gurgel do Amaral (1665-1721), famoso e riquíssimo homem de negócio, primo e amigo de seu pai, com quem mantinha estreito relacionamento. Sob intensa perseguição policial, José Gurgel foi preso em 1718, numa igreja de Ouro Preto, onde se encontrava assistindo a um batizado. Remetido para o Rio de Janeiro, por ordem do dr. Pedro Miguel de Almeida e Vasconcelos, o poderoso e homem forte do Reino, o conde de Assumar (1663-1733) – foi enviado à Bahia, *por requisição do Santo Ofício*. Julgado sumariamente, foi condenado. Morreu decapitado em 1722.

Quanto à Maria Gurgel do Amaral, a filha mais nova de Cláudio Gurgel do Amaral e de Anna Barbosa da Silva, fugiu para o Nordeste, em companhia do marido Davi Lopes de Barros e do filho João Lopes de Alencastro, nomes disfarçados para evitar a cruel perseguição e as constantes represálias impostas à família Gurgel, desde os fatídicos acontecimentos de 1716. Os três passaram a viver nas localidades alagoanas de São Miguel dos Campos e a Ilha do Ouro, nas proximidades do rio São Francisco. As trágicas lembranças do Rio de Janeiro, com suas terríveis conseqüências ainda repercutiam profundamente em todos os remanescentes da família Gurgel. Aí viveram por longos anos, temendo toda sorte de perseguições, que os assediaram nas várias localidades, por onde haviam transitado.

João Lopes de Alencastro casou com Isabel de Jesus Bezerra, filha de Miguel de Pontes e de Adviana de Jesus Bezerra. Mudou-se para o Ceará, levando sua mulher e os quatro filhos, todos nascidos em Penedo (AL):

- 1- Inácia do Amaral
- 2- Maria Inácia Bezerra
- 3- Antonia do Amaral
- 4- José Gurgel do Amaral

Chegou ao Ceará, trazendo recursos suficientes para estabelecer-se com a família, o que se deu na Ribeira do Jaguaribe, na região do Aracati,

onde já tinham sido concedidas inúmeras e produtivas sesmarias. Com seu único filho varão, João Lopes de Alencastro tratou de comprar terras e gado, aplicando seu capital em negócios lucrativos.

José Gurgel do Amaral, o segundo desse nome, trabalhador incansável, fez prosperar os bens e os negócios deixados pelo pai, tornando-se um dos grandes proprietários da região do Aracati. Casou com Cosma Nunes Nogueira, no dia 3 de fevereiro de 1762. Ela era filha do alferes Teodósio da Costa Nogueira, do Rio Grande do Norte, e de Cosma Nunes Nogueira, natural do Cabo (PE).

José Gurgel do Amaral, bisneto de Cláudio Gurgel do Amaral (1660-1716), é o fundador da família Gurgel do Amaral, no Nordeste, com ramificações principalmente nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

NOTAS

1 – Em declarações publicadas no jornal *O Globo*, de 26 de julho de 1965, o engenheiro Carlos Rheingentz, então presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, dizia que *TOUSSAINT GURGEL havia falecido no Rio de Janeiro, por volta de 1625 e que sua esposa faleceu muitos anos depois, com mais de 70 anos*. Este depoimento não coincide com a opinião do dr. Luiz Heitor do Amaral Gurgel externada no seu livro *Uma Família Carioca do Século XVI*, Rio de Janeiro, 1964, quando afirma que *Toussaint Gurgel faleceu em 1651, já viúvo há alguns anos*. Analisando os dois depoimentos, julgamos mais corretos os dados fornecidos pelo escritor Heitor Gurgel.

2 – AMARAL, Audysio Gurgel do. *Na Trilha do Passado*, Fortaleza/CE.

3 – GURGEL, Heitor do Amaral. *Uma Família Carioca do Século XVI*, Rio de Janeiro, 1964.

4 – AMARAL, Audysio Gurgel do. Ob. Cit.

5 – GURGEL, Heitor Luiz do Amaral. Ob. Cit.

6 – AMARAL, Audysio Gurgel do. Ob. Cit.

EVOCANDO A MEMÓRIA DE ANTÍDIO DE AZEVEDO

Grácio Barbalho
Sócio Efetivo

Escolhido pelo nosso Instituto Histórico e Geográfico para participar desta noite evocativa, aqui estou com a força e o domínio do meu contingente emocional tentando reviver, em palavras que dignifiquem a sua memória, a presença, tantas vezes lembrada, do poeta Antônio Antídio de Azevedo, neste centenário do seu nascimento.

E por que defini-lo apenas como poeta? É certo que poderia partir desta Casa a análise específica de um dos ângulos do seu comportamento literário: pesquisador da História, o biógrafo. O interesse na pesquisa histórica levou-o a recolher subsídios para situar a criação e o desenvolvimento do município em que nasceu. E foi, sem dúvida, o apego aos estudos históricos a razão fundamental do seu encontro e, por alguns anos, da permanente vivência com o Instituto do qual agora recebe esta relevante homenagem.

Antídio de Azevedo escreveu sua própria biografia onde, além de ressaltar a condição de autodidata, raiz essencial dos conhecimentos adquiridos na juventude, deixa entrever sua atração e permanente convívio com as motivações do seu mundo espiritual.

Em sessão solene realizada nesta Casa expôs, em dados biográficos, a figura do saudoso mestre, prof. Severino Bezerra. E em seu discurso de posse na Academia Potiguar de Letras, analisa a multiforme atividade do seu patrono, o jornalista, orador e poeta Vivaldo Pereira, como ele, um vitorioso autodidata.

A biografia de Olavo Bilac, que considera *o maior dos parnasianos*, foi escrita por ocasião do centenário de nascimento do poeta e o conteúdo emocional, que vibra em cada página, bem reflete a gratidão do nosso poeta àquele que inspirou, nos primeiros arroubos, o modelo espiritual de seus versos.

Seria ainda enaltecida a destacada presença do jornalista, aquele que, levado por singular obstinação e verdadeiro culto às tarefas do espírito, fundou ao lado de amigos e dirigiu seguidamente em sua cidade natal o semanário *O Município* e o *Jornal da Festa*, este dedicado à padroeira de sua terra. Sem contar o semanário humorístico *O Parafuso* que nasceu e viveu sob seu próprio comando.

Com uma referência às crônicas, artigos, que publicou em jornais, procurarei agora transferir o prosador para poder situá-lo ante a definição

apresentada no decurso das minhas primeiras palavras. Assim, daqui por diante, não importa que em singela conceituação, estará presente o poeta Antídio de Azevedo. Devo anunciar de início que, para expor o estilo poético do nosso homenageado, o poder de inspiração que existe em seus sonetos e trovas, nada mais teria a dizer além do que foi retratado na apreciação de seus livros e na voz daqueles que, em vários encontros solenes, o saudaram.

Se agora procuro trazer a minha palavra para reavivar o que mercedamente recebeu é talvez porque me vem à lembrança a filosofia do antigo mundo helênico ao rever o conceito de Heráclito: *Em um mesmo rio corrente não se pode repetir o banho porque a água já não é a mesma.*

Quando, há poucos anos, a Academia Norte-rio-grandense de Letras permitiu-me evocar, em resumido esboço, a obra literária de Nisia Floresta e Henrique Castriciano ocorreu-me lembrar que, na longínqua adolescência, a sedução que me oferecia o soneto parnasiano fez da coletânea *Poetas do Rio Grande do Norte*, de Ezequiel Wanderley, o meu breviário. Não imaginaria que algum dia pudesse reviver o mesmo tema, sentir a mesma emoção quando, nesta noite, volto a mergulhar no passado e, ao longo da distância, reencontrar, nas figuras daquele livro, o poeta Antídio de Azevedo.

Tenho a recordação visual de sua presença nessa analogia que, editada em 1922, transcrevia um dos belos sonetos feitos na juventude: a exaltação do amor materno onde se refugia e do qual ficou-me na lembrança apenas o primeiro verso:

Mãe, imagem do bem, cofre azul da ternura.

Hoje, para conceituar a inspiração poética que perdurou em toda a sua existência, procuro ainda uma vez retroceder no tempo até onde seja permitido entrever detalhes de sua biografia. Assim, nos anos da mocidade aquele rapaz que, na infância e na adolescência, vivendo em uma fazenda, aprendera as primeiras letras com o próprio pai, passou, já na cidade, a receber aulas de português aprimorando seus conhecimentos.

Foi então que despontou o interesse do jovem pela poesia conforme está em suas próprias palavras que aqui reproduzo: *Possuindo uma certa tendência para as letras, dediquei-me à leitura da poesia dos grandes poetas da época.*

Nos últimos decênios do século passado e no alvorecer deste século os artífices da nossa sensibilidade poética cultuavam, ao lado do simbolismo que, nascido na França, era vivido entre nós por poetas como Cruz e Souza e Alphonsus de Guimarães, o parnasianismo, movimento que sucedeu ao lirismo romântico e que se caracterizava sobretudo pelo esmero da forma. A métrica e a rima seriam então condições essenciais para a beleza do verso. Percorreram com brilhantismo esse novo caminho, poetas consagrados, entre eles, Raimundo Correia, Guimarães Passos, Emílio de Menezes, Vicente de Carvalho e Olavo Bilac. Este era certamente o parnasiano mais convicto como demonstra a *Profissão de Fé* no pórtico de suas *Poesias Completas*,

fortalecida pela definição de Victor Hugo: *O poeta é cinzelador. O cinzelador é poeta.*

O fascínio dessa estrutura poética modelou na juventude de Antídio a inspiração contida em suas primeiras produções. Os traços biográficos desse período de sua vida mostra que, na busca incessante de aperfeiçoar, além da leitura dos poetas preferidos, brasileiros e portugueses, recebia de revistas como *O Malho*, as anotações poéticas necessárias ao seu estudo e deleite.

Quando adquiriu o *Tratado de Versificação*, de Olavo Bilac e Guimarães Passos e com ele procurou rever a construção de seus primeiros sonetos, já podia antecipar o que disse em nota explicativa quando foi editado o seu primeiro livro de versos, *Zelações: Sou convencido de que a beleza do verso reside muito especialmente na métrica e na sonoridade cantante da rima*. O que reafirma em uma das sextilhas do seu livro *Cartas ao Malaquias*, onde se pode ler:

*Só gosto da arte simétrica
Versos sem rima e sem métrica
São pratos faltando o sal (...)*

Foi assim que, com as normas da metrificação ao seu alcance, decidiu enviar uma produção poética à seção *Caixa d' O Malho*, mantida nessa revista por Emílio de Menezes e que se caracterizava pela rigidez na escolha das publicações. Conforme revela, foi para ele um grande dia aquele em que recebeu *O Malho*, trazendo na página especializada o seu soneto *Juazeiro*.

Seguiu-se então intensa colaboração em revistas, jornais e almanaques, incluindo jornais de Portugal, revistas brasileiras do sul do país e publicações de cidades do Rio Grande do Norte e de alguns Estados vizinhos.

Seu primeiro livro de versos, *Zelações*, editado em 1953, reúne as pedras angulares do edifício que começou a construir nos anos da mocidade. Nas páginas iniciais vamos encontrar sonetos escritos entre 1913 e 1916, alguns retratando a paisagem ambiental, as árvores amigas, o canto dos pássaros, a condição climática, outros dirigidos à Alice, aquela que seria depois, ao longo de toda a sua vida, a eterna companheira e que já então recebia o enlevo poético contido no terceto final do soneto *Almas Irmãs*:

*E ainda vamos nós dois vivendo de ilusões
Os meus olhos nos teus, azuis, meditativos,
Sentido em cada peito haver dois corações.*

Em 1953, foi lançado o seu segundo livro de versos, o "Pirilampus", contendo poemas, sonetos e também trovas. No início dos anos setenta, já membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, acompanhou a publicação de mais três livros: *Borboletas*, onde vive o trovador, as sextilhas humorísticas intituladas *Cartas ao Malaquias*, nas quais, curiosamente, encontra repetidas vezes rima para o Sidrack Luna, o pseudônimo que adota

e finalmente *Fagulhas*, que engloba sonetos e poemas. Neste, diz em nota explicativa: *Aqui está, pois, FAGULHAS que nada mais é senão as fulgurações do meu cérebro octogenário que ainda vibra*. Sua leitura revela, por outro lado, que Antídio cultivava o soneto parnasiano ainda além da maturidade. Vale aqui registrar o que disse Alberto de Oliveira no prefácio de sua antologia *Os Cem Melhores Sonetos Brasileiros*, editado alguns anos após o movimento modernista de 22: *O soneto vive ainda, entraja-se um dia ou outro com certo apuro como o aldeão que aos domingos põe a sua melhor roupa de ver a Deus, mas o mais das vezes quando aparece é maltrapilho e vulgar*. Podemos dizer que nos sonetos de Antídio de Azevedo, escritos na maturidade e na velhice, está sempre presente o aldeão vestido para a missa dominical.

Como trovador, o conceito de seu nome transpôs as fronteiras do Estado onde chegou a receber prêmio em concurso de trovas. Como sucessor de Antídio na Academia Norte-rio-grandense de Letras invoca o acadêmico Antônio Soares Filho em seu discurso de posse a afirmativa de João Carlos de Vasconcelos que diz: *Foram as trovas que o tornaram o mais conhecido poeta norte-rio-grandense fora do Estado*. Sua permanente colaboração na imprensa portuguesa era ainda uma razão para ser ele conhecido também fora do Brasil.

Devo agora despedir-me do poeta revendo o estro sentimental de seus versos na trova que aqui está:

*Em cada sonho que morre
Eu guardo mais uma dor
Assim a vida percorre
Meu coração sonhador.*

Antídio de Azevedo pertenceu a várias instituições culturais do seu Estado: Academia Potiguar de Letras como sócio fundador, Academia de Trovas do Rio Grande do Norte, também sócio fundador do Clube de Poesia de Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, este que hoje o homenageia e a Academia Norte-rio-grandense de Letras, na qual ingressou no vigor dos seus 82 anos. Pertenceu ainda, como sócio correspondente, a entidades culturais do Brasil e de Portugal.

Em sua cidade Natal, Jardim do Seridó, ocupou, seguidamente, as funções de agente de rendas federais, adjunto de promotor e tabelião público, cargo que exerceu durante alguns anos sendo transferido, em 1937, para esta capital, onde se aposentou em 1951. Por vontade própria cumpriu apenas um ano do mandato de prefeito municipal em sua terra, para o qual foi eleito em 1952.

Em meio aos encargos da vida profissional, sua intensa produção literária pode ser justificada pelo que revela no preâmbulo de *Zelações*: *Já ao transpor a adolescência deixei a vida do campo por um modesto lugar de funcionário público e depois pelo de notário, funções estas a que dediquei todo o meu tempo e atividade. Mas, tendo o hábito, que trouxe da fazenda, de madrugar, era a essa hora que me dedicava às musas*. Esta

explicação poderia, entretanto, ser complementada pelo sentido de dois pequenos versos em uma de suas trovas:

*Se canto como a cigarra
Trabalho como a formiga.*

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte cumpre, neste momento, o dever de reverenciar, com relevo e magnitude, a memória do nosso conterrâneo Antídio de Azevedo. Seu amor às letras e dedicação ao trabalho sempre foram ressaltados nas justas palavras daqueles que o saudaram no passado e que agora, nesta exposição, procuro reviver.

Ao encontro de sua figura humana viria ainda se ajustar o que disse seu filho Max Azevedo em discurso de agradecimento: *Ninguém mais do que seus familiares conhecia melhor a grandeza de sua alma, a sua bondade, o seu espírito humanitário. Ele era realmente um homem bom e humano.*

Concluo as minhas palavras, lembrando que no futuro poderemos ter de volta a poesia parnasiana. É, talvez, uma hipótese fantasiosa, mas como já ocorreu com alguns movimentos literários e também musicais, poderá ressurgir o culto do soneto rimado e metrificado. É certo que reviverão os poetas da geração de Antídio e então teremos, como complemento da homenagem de hoje, a presença de seu nome nos tempos que hão de vir.

AS MULHERES E O DIREITO DE VOTO

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani
Sócia Correspondente

As mulheres conquistaram seu espaço dentro da sociedade com passos muito lentos, que foram acontecendo ao longo do tempo. Nos séculos 19 e 20, o processo de emancipação da mulher ganhou proporções mais importantes e hoje ela ocupa na sociedade uma posição de destaque. Infelizmente, essas conquistas não se estendem a todas as classes sociais, sendo muito diferentes os direitos de uma doutora e de uma pessoa com poucas letras. A igualdade só poderá ser considerada válida quando esses desníveis forem eliminados.

Na história da conquista de direitos pelas mulheres, uma etapa de grande significado foi o direito de votar. Por incrível que pareça, este direito é recente. No Brasil foi o Código Eleitoral publicado em 1932, sendo presidente o dr. Getúlio Vargas, que estabeleceu o voto secreto e assegurou às mulheres o direito de votar e de serem votadas. Portanto, esses direitos existem há apenas sete décadas, e não é de espantar que a presença da mulher na política ainda seja bastante limitada.

Um dos grandes defensores do voto feminino, no Brasil, foi um político do Rio Grande do Norte. Trata-se de Juvenal Lamartine de Faria. Fazendeiro, advogado e jornalista; foi deputado federal (eleito em 1906), senador (eleito em 1926) e governador do Rio Grande do Norte (de 1928 a 1931). Ouvia seu nome desde criança, pois meu pai o conheceu quando moramos em Natal; entre os muitos amigos de meu pai, na terra norte-riograndense, estava Oswaldo Lamartine de Faria, filho de Juvenal Lamartine. Recentemente, consegui localizar Oswaldo: conversamos por telefone, trocamos algumas cartas e publicações.

Voltando ao voto feminino, na segunda década do século 20 houve um grupo de mulheres que liderou um movimento feminista com grandes repercussões na estrutura da sociedade brasileira. As principais integrantes desse grupo eram Bertha Maria Júlia Lutz, Jerônima Mesquita, Stella Guerra Duval, Maria Lacerda de Moura, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso. Na ocasião do centenário de nossa Independência, as feministas conseguiram o apoio dos senadores Lauro Müller e Justo Chermont, que, sensibilizados com a argumentação ouvida, contribuíram para a concretização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na segunda metade da década de 20, a luta pelo direito ao voto chegou ao

Congresso Nacional e entre os parlamentares surgiu, como aliado das sufragistas, o senador Juvenal Lamartine, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Justamente, tramitava na Câmara um projeto de lei que estendia o direito de voto às mulheres. Procurado por uma comissão de sufragistas, Juvenal Lamartine considerou procedente a argumentação apresentada e elaborou um parecer favorável ao projeto. Sua participação foi decisiva e sua adesão às idéias feministas foi imediata. Assim, ao se candidatar ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, em 1927, na sua plataforma política anunciou que pretendia governar com o apoio das mulheres e que daria a elas, uma vez eleito, o direito de votar e de serem votadas. O entusiasmo das líderes feministas foi de tal ordem que algumas foram a Natal participar da campanha eleitoral do então candidato Juvenal Lamartine. Conta-se que fizeram palestras, deram entrevistas e, com um toque de modernidade para a época, usaram um avião monomotor para lançar panfletos sobre a capital potiguar.

No plano federal, até pela série de acontecimentos políticos e a suspensão das atividades parlamentares com a Revolução de 30, o processo caminhou mais lentamente e, só em 1932, com a publicação do novo Código Eleitoral, foi dado esse primeiro passo – tão decisivo para que a mulher pudesse participar, como cidadã, da vida política e legislativa do país.

São muitas as mulheres, aqui no sul, que defendem os direitos da mulher e estão empenhadas em lembrar, no Dia Internacional da Mulher, o muito que precisa ser feito para que os direitos conquistados cheguem a todas as classes socio-econômicas e não apenas a uma pequena minoria que teve acesso ao ensino universitário ou que desfruta de uma vida confortável e sem problemas. Entretanto, muita gente talvez desconheça o papel de Juvenal Lamartine, que, vivendo no Rio Grande do Norte, foi um pioneiro dos direitos femininos em nosso país ao implantar o voto das mulheres no seu estado e defender este mesmo direito na Câmara Federal.

O JECA-TATU NESTOR DOS SANTOS LIMA

Marco Aurélio Chandon
Colaborador

Não é fácil falar do diplomata e escritor Nestor dos Santos Lima. Não é fácil porque não posso aplicar-lhe os padrões filosóficos mais comuns no Itamaraty nem os paradigmas literários de maior uso pelos diplomatas brasileiros que têm o vício de escrever. Muitos são os diplomatas-escritores, quase todos estrelas de primeira grandeza. O embaixador Alberto Costa e Silva, poeta e estudioso das culturas africanas, primeiro-secretário da ABL, planejou e dirigiu a edição de *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, primorosa coletânea de artigos de outros diplomatas e alguns intelectuais sobre os diplomatas que se destacaram nas letras pátrias, a saber: Varnhagen, Joaquim Nabuco, Gilberto Amado, Ribeiro Couto, Raul Bopp, Guimarães Rosa, Antônio Houaiss, Vinicius de Moraes, João Cabral e José Guilherme Merquior. Constam da mesma antologia Brazílio Itiberê, Luiz Guimarães Filho, Aluizio Azevedo, Domício Antônio Forneiro, Manoel de Oliveira Lima e Ronald de Carvalho, todos estrelas de primeira grandeza que pertencem ou passaram pelo Itamaraty, bafejados em sua maioria pela imortalidade acadêmica da ABL.

Além desses diplomatas-escritores quero mencionar outros colegas, de vãos literários relativamente mais modestos, a saber: Armino Branco Mendes Cadaxa, Evaldo Cabral de Mello, Sérgio Rouanet, Sergio Bath, Augusto Estelita Lins, Felipe Fortuna, Manoel Pio Corrêa, Sérgio Correa da Costa (ABL), outros e outras. Todos publicáveis e publicados. Encerro aqui minhas reverências aos notáveis. Escolhi falar nesta crônica de meu amigo e ex-chefe, o embaixador-escritor Nestor dos Santos Lima. Vejamos.

Nestor dos Santos Lima prima pela brasilidade de seus temas. Quase poderíamos chamá-lo de brasilianista, se o nome não tivesse conotação definida, distinta da que pretendemos significar. Meu amigo foge da literatura de salão. Evita as trilhas percorridas pela intelectualidade e pelos jornalistas que ousam invadir a seara de sociólogos e diplomatas. Nestor esparrama-se com prazer nos assuntos brasileiros. Diplomata desde 1946, aproveitou suas vivências diplomáticas no Japão, na Venezuela e no México para fazer **estudos comparativos da cultura brasileira**. Lembro-me de seu clássico, *A Terceira América*, com que me presenteou em 1975, pouco antes de partir para o Suriname.

Apaixonado pelo Brasil e a brasilidade, não é de admirar que seja conterrâneo de Câmara Cascudo, em cujo espírito deve ter colhido muito de sua inspiração; muito mais do que o meramente **folclórico**, depreciado ou ridicularizado por nossos colegas sorbonianos e/ou oxfordianos. Nada disso, Nestor permaneceu brasileiro em todas as latitudes, climas e culturas. Na Escandinávia lembrou-se de escrever sobre *A Terceira América* (na verdade são quatro Américas, portuguesa, espanhola, inglesa e francesa) e do Japão trouxe-nos *Samurais e Jeca Tatus*.

Sua obra inclui, igualmente, três interessantes monografias: *Brasileiros e Japoneses ante um Bacamarte Lusitano*, *O Brasil nas Cartas de Bolívar*, e *Nos Caminhos da Integração* (Caracas, 1975), relato da viagem que realizou a bordo do Braz de Aguiar ao longo dos rios Negro e Branco. Experiência que aproveitou para especular sobre as riquezas ameaçadas da Amazônia e os espaços que se abrem para uma política mais efetiva de comunicação naquela vasta região. Mas o forte em Nestor é sua preocupação com o “fator humano”, seu carinho pelo brasileiro humilde, o Jeca-tatu, no caso a população ribeirinha das barrancas do Rio Negro e demais rios do **Inferno Verde**. Irrita-se quando ouve os donos da **Polamazônia**, isto é, a colossal ignorância dos tecnocratas de Brasília sobre as condições de vida da região onde pretendem executar mirabolantes projetos de colonização. Encontro duas citações do velho Cascudo, *et pour cause*, que confirmam o que disse, linhas acima, sobre a influência do mestre no jovem Nestor. Por exemplo, em *Astronomia à luz das estrelas* (pág. 17 de *Nos Caminhos da Integração*).

Recordo-me que em São Domingos, onde foi meu chefe, Nestor costumava comparar a cidade mais antiga das Américas, visitada pelas brisas do Caribe, com a sua Natal, ponto quase extremo da costa atlântica brasileira. Observei sua alegria juvenil, seu sentimento de sentir-se em casa, quando saíamos juntos pelo Malecón, réplica do famosíssimo Malecon de Havana ou, quem sabe, o da praia do Flamengo, antes do aterro. As Américas se parecem, mas as cidades marítimas do Nordeste brasileiro têm uma extraordinária semelhança com São Domingos e a velha Havana, ou Havana, a Velha, principalmente Salvador da Bahia e Recife.

Privar com Nestor em São Domingos teria sido uma experiência muito mais rica e enriquecedora se ele não me tivesse confundido, desde o primeiro instante, com “um homem do frio”, um huguenote, hostil aos charmes do trópico, do Caribe e da negritude. Nestor cometeu o pecado do preconceito, de considerar-me um “branco azedo”, **de ter o perfil do colonizador**. Meu nome francês e o fato de eu chegar da gelada e sofisticada Montreal só podia agravar seu preconceito a meu respeito. Por pouco não entramos em rota de colisão. Salvou-nos o *rum creosotado* da brasilidade, que Nestor não percebeu em nossos primeiros encontros. O fato de ser seu subordinado hierárquico impedia-me de tentar estratégias mais efetivas de aproximação. Decidi, em meu foro íntimo, divertir-me com suas simpáticas, mas algo insólitas, demonstrações de tropicalismo radical. A mais grave e a menos

divertida foi banir da Chancelaria o ar refrigerado. Nunca suei tanto em minha vida e nunca foram perdidos tantos papéis oficiais, lançados ao ar pelas brisas do Caribe, suas brisas tão amadas. Quando partiu, assumi a Encarregadura e instalei o ar refrigerado central. Meu maior crime ecológico!

No fundo, não estava preparado para simpatizar com seu **tropicalismo a outrance, sua sagrada implicância com tudo que fosse europeu, americano, ou do frio**. Nestor tinha razão, mas eu não podia aceitar seu tropicalismo radical, sobretudo porque o dirigia contra mim, “o homem do frio”. O afastamento nos fez bem. Precisei de mais tempo e maior reflexão para incluir Nestor no meu **panteon de heróis intelectuais, ao lado de seu antípoda do frio, Merquior e Rouanet**.

Ao deixar São Domingos, longe de sua presença e de seus anátemas, tive a tranqüilidade necessária para situar meu velho Nestor num contexto mais compreensivo de sua rica personalidade intelectual. Sei que continua rabugento e que não mudou um milímetro em direção aos “politicamente corretos”. Mas mudei eu e mudei para muito melhor; caminhei em sua direção. Se nunca fui um Huguenote, um colonizador branco, tampouco fui um tropicalista tão convicto quanto Nestor. Nem todos nascemos em Natal sob as asas inspiradoras e protetoras de Câmara Cascudo, *o mais feliz dos homens*. O Nordeste e a Bahia têm razões que a razão cosmopolita do Rio de Janeiro desconhece. Mas não completamente. Também somos tropicalistas, de leve.

Nossas brasilidades profundas nos aproximaram, apagaram os choques dos “contatos de primeiro grau”. Depois de meus 4 livros, principalmente *Visão-Revisão*, Nestor conseguiu perdoar-me. Na dedicatória de *Samurais e Jecatatus* diz que está adquirindo confiança em mim. Hoje, respeitamos nossas pequenas diferenças, adivinhamos nossos pensamentos. Abominamos os mesmos falsos sinais de progresso, os mesmos atentados à Nave Terra em que vivemos, nosso provável “apocalipse now”. Bush não quer esperar.

O ARMAZÉM REAL DA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Jeanne Fonseca Leite Nesi
Sócia Efetiva

Os Armazéns Reais eram prédios edificadas nas colônias portuguesas, destinados à guarda de todo tipo de mercadoria. Eles funcionavam como uma espécie de entreposto comercial entre a Corte e as Colônias.

Onde havia grande movimento de mercadorias, como no caso da Capitania de Pernambuco, os armazéns atingiam grandes proporções para abrigar as toneladas de açúcar ou outros produtos passíveis de exportação. Nas pequenas povoações, no caso de Natal, as edificações eram modestas e também funcionavam como Alfândega – local de cobrança das taxas impostas pela Corte; e Casa dos Contos – onde eram guardados os cofres de Sua Majestade¹.

Tudo leva a crer que o Armazém Real da Capitania do Rio Grande foi edificado antes de 1731, na atual rua da Conceição, na Cidade Alta.

Até o ano de 1700, Natal possuía apenas duas ruas. A primeira era a rua fronteira à Matriz, também conhecida como rua da Cadeia, pois em frente à Igreja achava-se instalada a Casa da Câmara e Cadeia de Natal. A rua é a atual praça André de Albuquerque. A segunda era o Caminho do Rio de Beber Água, hoje representado pelas ruas de Santo Antônio e Conceição. O rio de beber água era o antigo Tiuru, Tissuru, da Cruz ou do Baldo, no extremo sul da Cidade.

A partir de 1731, os Livros de Registro de Concessão de Terras do Senado da Câmara do Natal, indicam, como unidade de referência o prédio do Armazém Real situado na atual rua da Conceição.

A primeira referência aparece em 2 de julho de 1731, com uma doação de terra a Bernardo da Costa, localizada ... *do cunhal da Igreja Matriz, correndo pela rua adiante, fronteira ao Armazém... ficando livre o adro da Igreja Matriz desta Cidade, ficando entre a casa do suplicante e o adro, duas braças livres*².

Acredito que o Armazém Real da Capitania do Rio Grande, a exemplo de outras Capitânias, também funcionava como Alfândega e Casa dos Contos, conforme os Autos de Arrematação 1728-1769 sobre o Armazém da Cidade. Em 9 de abril de 1733, de acordo com os referidos Autos, foi arrematado em Praça Pública, por João da Rocha Ribeiro, o assentamento das obras necessárias no ... *Armazém desta Cidade onde funcionava também a Casa*

*dos Contos*³. Pela descrição, as obras constaram de ... *ladrilhamento, reboco e colocação de coronha nas armas existentes*³. Natal possui até hoje, um cofre do século XVIII da Provedoria Real da Capitania do Rio Grande. Ele faz parte do valioso acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Em agosto de 1733, o capitão Domingos da Silveira, provedor da Fazenda Real, promoveu o *Auto de Arrematação do acrescentamento que se há de fazer no Armazém*⁴.

Outra referência foi verificada em 23 de novembro de 1741, o capitão Antônio Pimentel de Melo, ... *queria fazer suas casas, apegadas ao Armazém de Sua Majestade... carecia de oitenta palmos, com doze braças de fundo, buscando as casas de Carlos Azevedo*⁵.

Uma nova referência, data de 2 de abril de 1743, em uma doação de terra ao tenente coronel Simões Coelho: ... *se achavam devolutos, do Armazém buscando o rio desta Cidade, para a parte do sul... cinco braças de chãos e dez de fundo, a entestar com as casas do Reverendo Padre Manuel Pinheiro Teixeira... ficando livre a rua por onde se costuma andar, de sorte que caiba carro*⁶.

Solidamente construído em alvenaria de pedra e cal, o Armazém Real da Capitania do Rio Grande resistiu ao tempo. Em 22 de novembro de 1752, ele ainda era citado como ponto de referência para a concessão de terras, em Natal. Naquela data, Matias Simões requeria terras *nas ilhargas de umas casas que o dito tem, na rua que vai do Armazém, para o rio... sessenta palmos de terra de fronteira, pegando do oitão das suas casas, com trinta palmos para o Armazém, e outros trinta pegando do oitão das mesmas casas, correndo para a parte do rio, com o fundo que se achar, até topar com o quintal do Reverendo Padre Manuel Pinheiro Teixeira, reservando o caminho*⁷.

Outro registro de concessão de terras, datado de 3 de maio de 1755, confirma a co-existência do Armazém, com a Alfândega e a Casa dos Contos: ... *três ou quatro braças de terra devoluta... entre a casa do Reverendo suplicante, e a Casa da Alfândega e Contos Real*⁸. O favorecido foi o padre Miguel Pinheiro Teixeira.

Segundo o monsenhor Severino Bezerra, o padre Miguel Pinheiro Teixeira nasceu em Natal no ano de 1725 e era sobrinho do também padre Manuel Pinheiro Teixeira. O padre Manuel deve ter deixado, como herança ao sobrinho Miguel, as terras que recebeu do Senado da Câmara do Natal em 1743, conforme descrição anterior.

Não foi possível precisar a data de desativação do Armazém Real nem as modificações instauradas na edificação ou os seus diferentes usos, durante quase um século. Somente em 1825, o terreno onde existira o antigo Armazém volta a ser mencionado nos Livros de Registro de Concessão de Terras, quando o Senado da Câmara do Natal fez a doação de uma data a Agostinho Leitão de Almeida: ... *na rua da Conceição, na parte do poente, junto às casas do capitão José Alexandre*⁹. A residência do referido capitão

corresponde ao Sobradinho, prédio vizinho onde hoje funciona o Museu Café Filho. Certamente naquela data, pouco restava da primitiva construção.

Novo silêncio estabeleceu-se até 1881, ocasião em que tomava posse na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, o padre João Maria. O vigário instalou-se, provisoriamente, na casa onde outrora existira o Armazém Real. A presença do padre na casa ficou guardada na memória daqueles que com ele conviveram.

É provável que no final do século XIX, a casa já apresentasse a mesma feição atual, pois uma imagem registrada pelo fotógrafo Bruno Bourgard, reproduzida no livro *380 Anos de História Fotográfica da Cidade de Natal – 1599 / 1979*, de autoria de João Maurício Fernandes de Miranda, nos primeiros anos do século XX, apresenta a casa como encontra-se atualmente. A mesma fotografia ainda mostra o quarteirão de casas localizado entre os atuais prédios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o Palácio da Cultura, com residências voltadas para o lado do nascente, na rua da Conceição, e outras para o poente, na atual praça André de Albuquerque. Em 1908 todo o quarteirão foi demolido, para implantação dos jardins do Palácio. Foi possível precisar o ano da demolição do quarteirão, em função de uma fotografia de autor desconhecido, pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde, além da preparação do terreno para a implantação do jardim, aparece na rua da Conceição a obra de instalação dos trilhos do bonde.

*A Companhia Ferro Carril de Natal, instalou-se a 29 de março de 1908 em sessão presidida pelo governador Alberto Maranhão... a inauguração do tráfego no primeiro trecho a 7 de setembro de 1908, da rua dr. Barata à praça padre João Maria*⁷. Observa-se que os trilhos ligavam os bairros da Ribeira e Cidade Alta, seguindo pelo caminho natural – avenida Junqueira Aires e rua da Conceição.

Na fotografia de 1908 a fachada principal da casa continuava inalterada. Pouco tempo depois a edificação sofreu modificações. Um cartão postal, do primeiro quartel do século XX, reproduzido no livro de João Maurício, citado anteriormente, apresenta a casa com uma platibanda de gosto neoclássico, arrematando o beiral da sua fachada principal e a abertura de mais uma porta de acesso, possivelmente para instalação de um ponto comercial, pois desde o final do século XIX várias residências da rua da Conceição sofreram adaptações para atenderem ao comércio e à prestação de serviços, atividades que cresciam na Cidade Alta.

Concentravam-se na rua da Conceição os principais jornais natalenses, como: *A Situação*, *O Correio de Natal*, *A Liberdade*, *O Nortista*, *O Diário do Natal* e *A Capital*. Existia ainda, naquela rua, o *Bilhar Americano*, a *Alfaiataria de Gabriel Narciso Aranha*, o *Armarinho de Manuel Joaquim da Costa* e a *Padaria Flor de Natal*.

Sabe-se que nos primeiros anos do século XX a casa pertencia ao comerciante Guilherme Lettiere. Em 1927, ela foi adquirida por Clara Maria Soares de Araújo, onde fixou residência juntamente com a mãe e uma irmã,

até o seu falecimento em 1975. Clara deixou o imóvel como herança para os seus sobrinhos, os quais em seguida, venderam aos proprietários da Casa Rio, passando a funcionar como um depósito da loja.

Em 1987, o imóvel foi adquirido pela Fundação Nacional Pró-Memória, com a finalidade de instalar a representação do IPHAN no Rio Grande do Norte.

Em 1995 foram iniciadas as obras de restauração na casa. Na ocasião, vestígios do antigo Armazém real foram evidenciados. Ao remover-se o reboco da fachada posterior, verificou-se a grande revelação – a parede construída de pedra e cal, com um vão de porta medindo 3 metros de largura com marcos de pedra e chumbadores para a fixação de grandes dobradiças. Removido o entaipamento, para a liberação do grande arco, identificou-se uma outra porta, de menores proporções, que daria acesso a um dos cômodos internos. A alvenaria utilizada na parede atestou a antiguidade do edifício e motivou a pesquisa que conduziu a existência do Armazém Real da Capitania do Rio Grande.

À medida que as prospecções avançavam, outros elementos comprovavam a vetusta edificação: a soleira de pedra do primitivo acesso principal; o piso de tijoleira assentado em 1733; esteios de madeira em uma parede interna, elemento construtivo utilizado em alvenarias de taipa e uma enorme quantidade de material arqueológico encontrado no fundo do lote, que remonta ao século XVII.

Em vista da impossibilidade de determinar o tempo da edificação, optou-se pelo interesse informativo na restauração. O beiral colonial foi reconstituído, o primitivo acesso foi desentaidado; as cores originais restabelecidas através de prospecções cromáticas em suas alvenarias e esquadrias; foi removido todo o reboco da parede de pedra e cal, a qual recebeu um tratamento impermeabilizante; os esteios de madeira foram evidenciados e tratados com anti-térmitas; foi ressaltado o ladrilhamento do século XVIII, através de uma pequena abertura no piso, protegida com vidro temperado e todo o material arqueológico encontrado foi higienizado, classificado, catalogado e posto em exposição no próprio edifício.

Com a conclusão das obras, a atual sede da 3ª Sub Regional do IPHAN, no Rio Grande do Norte, transformou-se em um exemplar didático da arquitetura colonial civil, uma história viva que representa a evolução das técnicas e materiais construtivos, bem como os usos e costumes das primeiras famílias assentadas na Capitania do Rio Grande.

NOTAS

1. Informação prestada pelo dr. José Luís Mota Menezes, diretor do Instituto Histórico e Antropológico de Pernambuco.
2. Livro 8º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1728-1743). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

3. Autos de Arrematação – Armazém da Cidade, caixa 32. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
4. Livro 9º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1743-1754). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
5. Livro 10º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1755-1760). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
6. Livro 18º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1820-1829). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
7. História da Cidade do Natal, de Luís da Câmara Cascudo, 2ª edição, pág. 290.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Mons. Severino. *Levitas do Senhor*, FJA, Natal, 1985.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, UFRN / Civilização Brasileira / INL-MEC, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1980.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra Natalense*, FJA, Natal, 1991.
- MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *380 Anos de História Fotográfica da Cidade de Natal (1599-1979)*, Ed. Universitária, Natal, 1981.
- NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal Monumental*, FJA / APEC, Natal, 1994.

TENTATIVAS PARA CRIAÇÃO DE UMA FREGUESIA EM JARDIM DE PIRANHAS

Joaquim Martiniano Neto
Sócio Efetivo

No ano de 1859, exatamente no dia 4 de março, deu entrada nos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial uma petição pela qual os moradores de Jardim de Piranhas solicitavam a criação de uma Freguesia para aquela povoação. Por requerimento do deputado Francisco Xavier Pereira de Brito, esse documento foi encaminhado às Comissões de Estatística, Negócios Eclesiásticos e de Justiça.

Quando retornou, no dia 10 do mesmo mês, trazia um parecer favorável, sinal de que a vontade dos moradores de Jardim de Piranhas estava próxima de se concretizar. Todavia, quando se esperava a sua aprovação, de maneira inexplicável, o assunto foi totalmente abandonado. As atas da assembléia silenciam sobre a matéria.

Os deputados passaram a discutir a criação de um Distrito de Paz que, em terceira discussão, no dia 5 de abril de 1859, aprovaram. Em resumo: o que os moradores da povoação de Jardim de Piranhas pediram foi uma coisa e o que os deputados estaduais aprovaram foi outra.

Pela Lei nº 435, de 9 de abril de 1859, foi sancionada a criação do Distrito de Paz.

O padre João Maria Cavalcante de Brito, nascido na fazenda "Logrador", em território atualmente pertencente ao município de Jardim de Piranhas, recebeu ordenação em 1871. Celebrou a 10 de dezembro desse mesmo ano, na matriz de Caicó, a sua primeira missa. Estava retornando ao Seridó.

Segundo o monsenhor Severino Bezerra, em seu livro *Levitas do Senhor*, o padre João Maria ao ocupar o cargo de *coadjutor de Caicó*, escolheu como residência a povoação de Jardim de Piranhas, onde passou cinco anos.

A sua presença em Jardim de Piranhas era muito importante. Ali se encontrava um sacerdote da Igreja Católica para dar assistência espiritual aos fiéis da região que lhe deu berço, forte motivo para que aquela povoação tivesse uma Freguesia.

Talvez essa a razão que, julgando a ocasião digna e oportuna, tenha levado o deputado Manoel Basílio d'Araújo a apresentar, na sessão do dia 8 de julho de 1873, o projeto de lei nº 5, abaixo transcrito:

Art. 1º - Fica creada uma Freg^a. na povoação do Jardim de Piranhas que será a sede da mesma, com a

denominação de "Freguesia de N. Senhora dos Afflictos do Jardim de Piranhas".

Art. 2º - A nova Freg.^a compreenderá os territórios pertencentes aos Districtos de Paz e de Policia do Jardim de Piranhas exepuando-se o lugar denominado "Timbauba, pelo que servirá de limites pelo lado do nascente entre essa e a Freg.^a do Principe, o riacho das arêa.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

*Paço d'Assemblea Leg.^a Provincial, 2 de julho de 1872.
Manoel Basilio d'Araújo.*

Esse projeto encontra-se arquivado na caixa de documentos nº 217, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, entre os vários projetos de lei que não foram aprovados pela Assembléia Legislativa Provincial.

Difícil se saber os motivos que lhe deram essa destinação. Julgo, como forma mais coerente, afirmar ter sido o projeto retirado da pauta dos trabalhos da assembléia, nunca rejeitado em discussão, isto porque no dia 10 do mesmo mês de julho, apenas dois dias depois de apresentado, os deputados estavam tratando de outro assunto. Tinham a responsabilidade de aprovar os estatutos da Irmandade de Nossa Senhora dos Aflitos e não mais a criação de uma Freguesia, numa repetição quase semelhante ao fato ocorrido no ano de 1859.

A criação de uma Freguesia na povoação de Jardim de Piranhas, de forma surpreendente, pela segunda vez, não acontecia.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Aflitos, composto de vinte e seis artigos, foi apreciado pelos deputados nas sessões dos dias 10, 11 e 14 de julho de 1873, quando recebeu pequenas emendas. A aprovação definitiva aconteceu na última sessão, a 14, feita pelos seguintes deputados: Francisco Gomes da Silva, Affonso de Paula de Albuquerque Maranhão, José Alexandre de Amorim Garcia, Francisco Amyntas da Costa Barros, Joaquim Guilherme de Souza Caldas, Raphael Arcanjo da Fonseca, Luiz Antônio Ferreira Souto Júnior, Cosme Damião Barbosa Tinoco, Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, Padre Antônio Joaquim Rodrigues, José Moreira Brandão Castelo Branco, Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves e Antônio da Silva Antunes.

Ficaram sem explicações os motivos que não permitiram a criação da Freguesia. Surge, então, as suspeitas de que algo obscuro, assim se diga, impediu-a; tal presunção cresce ainda mais quando se dá importância ou se faz a análise de alguns fatos.

No ano de 1873, quando a criação da freguesia já tinha sido proposta pela segunda vez, várias povoações do Seridó já as possuíam, como Acari, em 1835, Jardim do Seridó, em 1856, e Serra Negra do Norte, 1858. Por que Jardim de Piranhas não teve esse mesmo direito?

O padre João Maria Cavalcanti de Brito, ao ir residir ali em 1871, revestiu a povoação de um respeito muito maior, dando-lhe grande representação religiosa. Tinha aquela localidade forte influência, notadamente se ele fizesse uso do seu prestígio.

O projeto de lei do deputado Antônio Basílio de Araújo foi apreciado a 8 de julho de 1873. No entanto, rapidamente, no dia 10, entrou para aprovação naquela casa legislativa o estatuto da Irmandade de Nossa Senhora dos Aflitos, de redação feita no Palácio da Soledade, no Recife, e assinado pelo padre Miguel Américo Pereira de Souza, a 16 de julho de 1872. Se esse documento já estava pronto desde essa data, por que não foi apresentado a mais tempo?

O que teria então interferido para que a freguesia não fosse criada? Existe um fato na história de Jardim de Piranhas que pode ter concorrido para o acontecimento: o assassinato do padre Antônio José Ferreira Nobre, cujo termo de óbito abaixo vai transcrito:

Aos vinte e nove dias do mez de setembro de mil oitocentos e vinte e cinco na Povoação do Jardim de Piranhas desta Freguesia do Siridó faleceu repentinamente sem sacramentos, por motivo d'uma faca em hua coxa da perna, o Reverendo Antonio José Ferreira Nobre, Presbitero Secular, com idade de vinte e seis annos: seu cadáver foi sepultado nesta Matriz de Sant'Anna, junto à grade do arco para baixo em o dia seguinte, sendo involto nas vestes Sacerdotais de côr roxa, acompanhado solenemente, e encommendado por mim: de que para constar fiz este Assento, que assigno. O Vigrº Francisco de Brito Guerra.

Diante de tão terrível cena, a Igreja Católica certamente usou de todas as suas forças, de maneira silenciosa, e não permitiu que a Freguesia fosse criada. Não está aqui uma afirmação absoluta, mas, uma suposição. No futuro, algum pesquisador pode até esclarecer melhor esse acontecimento, inclusive fazer um trabalho conclusivo sobre a criação definitiva da paróquia, ocorrida já nos nossos dias, em 9 de novembro de 1966, cento e sete anos depois do pedido feito pelos moradores da localidade.

BIBLIOGRAFIA

1. Atas da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, de 4 de março de 1859 a 15 de abril do mesmo ano, e de 10 a 14 de julho de 1873. Estão arquivadas nas caixas de documentos n.ºs. 121 e 124, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

2. Projeto de lei nº 5, de 02/07/1873. Encontra-se arquivado na caixa de documentos nº 217, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
3. Monsenhor Severino Bezerra. Livro *Levitas do Senhor*, I volume. Fundação José Augusto, Natal/RN. 1985.
4. Coleção das Leis Provinciais do Rio Grande do Norte (1850-1859).
5. Diocese de Caicó. Indústria Gráfica União. Natal/RN. 1990.
6. Livro de Óbitos da Freguesia do Seridó. Caicó/RN (1811-1838).

ENGENHO DOS GUARAPES

Valério Mesquita
Sócio Efetivo

O chamado Engenho dos Guarapes foi o marco expressivo do desenvolvimento econômico dos séculos XVIII e XIX, através da comercialização de produtos agrícolas exportados para outros Estados e para o exterior. Viveu o seu apogeu ao tempo de Fabrício Gomes Pedrosa, rico comerciante, até chegar ao seu declínio econômico no início deste século.

O prédio situado no alto de uma colina, próximo à divisa dos municípios de Natal e Macaíba, embora em péssimo estado de conservação, a ele podem ser aplicadas as técnicas arquitetônicas utilizadas na reconstrução do Solar do Ferreiro Torto em Macaíba, cuja situação física era semelhante ou pior. Todavia, para a sua consecução, houve vontade política, empenho e verbas do Governo do Estado e Patrimônio Histórico da União.

A arquiteta Jeanne Fonseca Nesi na sua análise técnica, assim se expressou:

Edificação majestosa e imponente, construída em alvenaria de tijolos, dentro das técnicas e padrões do século passado. Por volta de 1861, Guarapes era o centro comercial de repercussão, conhecimento, fama e poder. O seu proprietário e administrador era Fabrício Pedrosa, o mais rico, o mais poderoso e mais influente negociante da região. Exportava milhares de cargas de algodão, açúcar, sal, couros, peles, etc.

Tarcísio Medeiros, no seu livro *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*, descreve: *De lá, galeras, brigues, caravelões, uma quantidade enorme e variada de embarcações à vela, transportava mercadorias para o estrangeiro. Somente no ano de 1869/70, vinte e duas ganharam o mar alto, pejudas em busca da Inglaterra. De Natal, apenas 9.*

Em 1998, propus ao Conselho Estadual de Cultura o seu tombamento, tendo merecido o parecer favorável do então conselheiro Otto Guerra, o qual opinou também que fosse ouvido o proprietário atual do imóvel.

O secretário de Estado da Educação e Cultura, por ofício, consultou o sr. Gerold Gerppert que respondeu por carta, datada de 2 de abril de 1990, a sua anuência ponderando a realização do levantamento topográfico a ser efetuado pela FJA e o desmembramento legal do terreno para a sua averbação

em cartório. Em 18 de dezembro de 1990, o Casarão dos Guarapes foi finalmente tombado pelo Governo do Estado.

E agora? Passados nove anos, de concreto, nenhuma medida foi tomada. Sei do interesse da Fundação José Augusto em restaurar esse sítio histórico. E daqui, renovo o meu apelo ao presidente da FJA que visitou recentemente a área e ficou entusiasmado com a beleza da vista que se descortina do alto do Casarão, para que juntos, possamos dar a largada sensibilizando o governador Garibaldi Filho. É o resgate de uma etapa da vida econômica do Estado, para a qual o Governo, a FIERN, a PETROBRÁS, que estão avançando e investindo no Pólo-Gás-Sal para o futuro não esqueçam que existiu um passado. E infeliz é o Estado que não tem memória nem uma história para contar...

A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE

Enélio Lima Petrovich
Sócio Efetivo

Em 1980 completou 78 anos de fundação o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição cultural do Estado. A data de 29 de março de cada ano evoca a presença da própria história norte-rio-grandense, graças ao idealismo de uma plêiade de historiadores, à frente Vicente Simões Pereira de Lemos, realizando um trabalho fecundo de preservação do nosso patrimônio histórico-cultural.

Integra-se na comunidade potiguar e brasileira, executando uma tarefa alta e decisiva. Ao Instituto Histórico e Geográfico se filiam vultos das letras pátrias, entre os quais Ruy Barbosa, nosso advogado na célebre questão de limites RIO GRANDE DO NORTE - CEARÁ, que, inegavelmente, foi o ponto de partida para a criação da tradicional entidade; Amaro Cavalcanti, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Rodolfo Garcia, Barão do Rio Branco, Tobias Monteiro, Rocha Pombo, Moreira Brandão Castelo Branco, dos que já se libertaram pela lei da morte, para repetir Camões. Ainda vivos, em nossa convivência diária, destacam-se Câmara Cascudo, Pedro Calmon, Nilo Pereira, Arthur César Ferreira Reis, M. Rodrigues de Melo, Orlando Parahym, Onofre Lopes e tantos outros.

Nele guardamos, com o maior carinho, documentos raros, que remontam ao século XVI, as relíquias que sintetizam a própria História do Estado, desde o Brasil Colônia, do domínio holandês e de nossos irmãos lusitanos.

Colhemos, através de livros, periódicos e manuscritos, os mais importantes fatos que enaltecem e valorizam as iniciativas da inteligência.

E sobremodo oportuno é o destaque àqueles que, na presidência da vetusta instituição, tanto deram de si. Olímpio dos Santos Vital, Vicente Simões Pereira de Lemos, Pedro Soares de Araújo, Hemetério Fernandes Raposo de Melo, Nestor dos Santos Lima (meu tio-avô) e Aldo Fernandes Raposo de Melo, eis os que dignificaram a Casa da Memória Norte-rio-grandense. No templo da Cultura Histórica são vividos e revividos o presente e o passado, na lembrança dos que já desapareceram e na continuidade de quantos, ainda usufruindo o cotidiano feliz e às vezes atribulado, constituem exemplo de honradez, de civismo e de autenticidade.

Neste breve registro, traduzem-se a consagração e a perpetuidade de uma luta, com pertinácia e desprendimento, em prol do progresso cultural da província, fruto do idealismo e do amor às letras e à pesquisa.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - proclamou certa vez o mestre Câmara Cascudo (orador e sócio benemérito) - *Não teve, em sua história, senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo. Foi a Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória.*

De igual modo, assim se expressou o Presidente da Sociedade Teuto-Brasileira, com sede em Bonn - República Federal da Alemanha, prof. dr. Hermann Mathias Goergen:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte se tornou ponto de referência para eu conhecer melhor os problemas do Estado. A cultura, representada e divulgada pelo Instituto, está prestando os serviços mais simples à comunidade em que nasceu e vive, e realiza e alcança as suas intensas irradiações e finalidades. Lá na Alemanha tomei conhecimento desse trabalho de homens de cultura, através do Instituto e das obras internacionalmente reconhecidas do grande mestre Cascudo.

Por sua vez, o escritor Clarival do Prado Valadares, membro do Conselho Federal de Cultura, nos disse:

A princípio vim aqui por um sentimento de dever peculiar a cada historiador. Ao sair, levo a alegria de tê-lo feito para meu lucro, adquirindo novos conhecimentos e me encantando com o belo exemplo desta Casa de Cultura sabiamente organizada e em franca divulgação com a intelectualidade brasileira.

Esta é a evocação do momento, confiando no futuro promissor e grandioso da nação brasileira, através do aprimoramento cultural do povo.

Na verdade, à medida que chegarmos a esse ideal, estaremos cumprindo uma tarefa das mais edificantes e sérias, que não se restringe apenas às dimensões de uma entidade, mas transcende os nossos próprios limites, abrangendo a perspectiva de um país que precisa criar e recriar uma realidade à altura do grau do desenvolvimento atingido pela civilização hodierna.

O Presente e o Passado ali se irmanam e se reencontram, na imagem dos que ministram a lição da história, com as vistas sempre voltadas para o futuro que todos nós temos o dever de construir.

Enfim, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nos seus 78 anos de fundação, celeiro de nobres e vivas tradições, não é uma casa de objetos velhos, como entendem e querem os incautos e os pessimistas. Pelo contrário, sendo um facho de luz de nossos antecessores, é, acima de tudo, a visão da posteridade. Dá a prova de sua missão, orientando, consolidando, sob a égide da dignidade cultural de que nos fala o mestre Câmara Cascudo.

AUGUSTO SEVERO PRIMEIRA VÍTIMA BRASILEIRA DA AERONÁUTICA

Paulo Maranhão
Colaborador

Românticos e audazes, os pioneiros da aviação encantavam o mundo com suas loucas e perigosas aventuras. A partir do final do século XIX, aguardava-se ansiosamente o dirigível aéreo. Reduzido número de pessoas formava a restrita, requintada e seleta plêiade que disputava o galardão do pioneirismo do vôo dirigido. Entre eles, inscreviam-se os brasileiros Alberto Santos Dumont e Augusto Severo.

Enquanto lutavam para aperfeiçoar o sonho de Ícaro, os aeronautas fascinavam a exigente sociedade francesa, desfilando pelos salões parisienses com o charme e a elegância dos que conviviam com o perigo de voar em balões a ar inflamável, o que já se fazia com relativa segurança. Buscava-se criar o dirigível aéreo, o navio de alto-ar.

Ao turista brasileiro, a primeira pergunta em qualquer quadrante do mundo é sobre Pelé e Airton Sena. Como os desportistas modernos, os aeronautas estavam entre as pessoas mais populares do seu tempo. Santos Dumont e Augusto Severo não cansavam de responder a mesma pergunta: Ah! Você é brasileiro? Bem! Qual é o sistema de seu balão?!

A curiosidade sobre as técnicas em desenvolvimento, realizadas em terra ou no ar, transformava a aeronáutica em tema de discussão permanente por parte da sociedade européia, porque não dizer da cidade luz, Paris. Para lá convergiam os estudiosos ansiosos por demonstrarem publicamente seus inventos.

O fascínio pelos aeronautas sobrepujava a admiração tributada àqueles que participavam dos novos esportes terrestres, as loucas corridas de automóvel e de triciclo a motor, inventos do final do século XIX.

O círculo de brasileiros aeronautas era formado, pela ordem cronológica de nascimento, por: Bartolomeu de Gusmão, o pioneiro. *Não dou a glória ainda a nenhuma das duas nações - França e Estados Unidos; ambas têm muito merecido pelo esforço de seus filhos em procura da gloriosa conquista. O merecimento de Dumont é grande, ele é um aeronauta consumado, apesar de sua pouca idade; não é, porém, como disse E. Aimé, no artigo a que me referi: um elo na cadeia que vem de Montgolfier a Dumont, mas da cadeia que, para a glória nossa, ainda*

conserva seus extremos no Brasil - de Gusmão a Dumont. Trecho do discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 17 de julho de 1901 por Augusto Severo; Júlio César Ribeiro de Souza, de quem Severo aperfeiçoou a técnica de enrijecimento da carcaça; Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, a primeira vítima brasileira da aeronáutica e finalmente, Alberto Santos Dumont, o pioneiro da navegação aérea dirigida.

O feito de Santos Dumont poderia ter pertencido, sem querer negar o seu mérito, algumas outras poucas pessoas que como ele, estavam próximas de encantar por meia hora toda Paris que de olhos voltados para o céu assistia a bordo do semi-rígido dirigível, a um brasileiro conduzindo a bandeira verde e amarela, contornar a Torre Eiffel e voltar para o ponto de partida.

Pela façanha ganhou o prêmio Deutsch de la Muerthe, no valor de 100 mil francos, o qual, repartiu com os colaboradores e com os pobres da cidade luz.

A limitação do número de aeronautas devia-se a três causas principais. A primeira, devido ao alto custo financeiro que envolvia as experiências aéreas. A segunda pela falta de informações, onde cada qual formulava as próprias teorias nem sempre bem sucedidas. Severo repetia sempre o que dizia o astronauta francês Charles Renard, referindo-se à enigmática aeronáutica: *Não vale a pena ser inventor para imitar os outros.* E a terceira, pelo perigo provocado pela incerteza, sabendo-se ainda que cresciam os riscos pelo emprego do gás inflamável para alçar os balões e os semi-rígidos ao espaço. Em carta dirigida à esposa, cinco dias antes do fatídico acidente, Augusto Severo prevendo o horror que se aproximava, confessava: *Se eu dispusesse ainda de algum dinheiro e de tempo, não hesitaria um só instante em mandar construir meus motores elétricos. E verdade, que os motores de Buchet são perfeitos, e considero excelentes os motores a petróleo, mas considero com pavor esse foco de calor em baixo do meu balão.* Comenta Mabel Tavares in *Augusto Severo, sua Vida e seus Inventos: Suas apreensões eram infelizmente, justificadas, dada a pequena distância que separava os motores do aeróstato. Com o emprego de motores elétricos não teria havido esse risco e a catástrofe não se teria manifestado. Por isso, surpreendeu-nos ver aqueles mesmos que o haviam convencido a servir-se de motores a petróleo, criticarem com a maior severidade, no dia imediato ao desastre, o emprego desses motores.*

Lembro que Santos Dumont utilizou no primeiro vôo dirigido, motores a petróleo com pleno êxito.

A maldade dos homens fazia crer existir animosidade entre os dois. Fato sempre negado por Severo, o qual teve a oportunidade de registrar, através de longo e rico discurso cheio de informações pronunciado na tribuna do plenário da Câmara dos Deputados, o feito de Santos Dumont, ocasião em que apresentou projeto transformado em lei, com seguinte texto:

PROJETO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica o Governo autorizado a abrir o crédito de 100.000\$000 contos ao Ministério da Aviação, com o fim de ser esta quantia entregue ao sr. Alberto Santos Dumont como prêmio, pelo resultado de sua experiência de um balão dirigível, feita em Paris a 13 do corrente.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1901.

Augusto Severo.

O projeto significava mais pelo registro do feito, do que pelo valor pecuniário do prêmio, o qual Santos Dumont não necessitava, como não precisou do prêmio Deutsch de la Muerthe.

Santos Dumont era neto de François Dumont, imigrante francês, o primeiro com este nome a chegar ao Brasil, mais ou menos no ano de 1825. O pai, Henrique, casou em 1856 com Dona Francisca, filha mais velha do comendador Francisco de Paula Santos. Rapidamente transformou-se num próspero agricultor de café no interior paulistano. A fortuna paterna permitiu a Santos Dumont, nascido em 1873, um dote suficiente para financiar as experiências realizadas em Paris.

Augusto Severo, de abastada família do Nordeste brasileiro, levava uma vida confortável. Somava ao próprio prestígio político, o do irmão Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o mais importante líder republicano do Rio Grande do Norte, Estado que governou por três períodos.

II - A FAMÍLIA

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba (RN), em 11 de janeiro de 1864, falecendo em Paris, no dia 12 de maio de 1902, aos trinta e oito anos de idade. Era o oitavo filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de Dona Feliciano Maria da Silva Gomes Pedroza - Dona Chana.

Amaro, o pai, pernambucano de Nazaré da Mata, nascido em 1827, faleceu em Recife no ano de 1896. Descendia diretamente do nobre português Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho, os quais desembarcaram em Pernambuco no ano de 1535. Jerônimo de Albuquerque tinha casado no ritual indígena com a princesa Tabajara Muira Ubi, filha do cacique Arcoverde, que batizada recebeu o nome cristão de Maria do Espírito Santo Arcoverde. Amaro era o sétimo neto de Jerônimo de Albuquerque e o sexto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Foram seus avós paternos Izabel Cândida de Albuquerque Maranhão e Pedro Velho do Rego Barreto, proprietário dos engenhos bangüê Babilônia e Matary, localizados em Nazaré da Mata. Descendente do clã do açúcar de **Albuquerque Maranhão**, cuja origem familiar está assentada em Canguaretama, Rio Grande do Norte, local no qual Jerônimo de Albuquerque

Maranhão, o primeiro a adotar o nome familiar Maranhão, criou um dos mais importantes centros econômicos do século XVII, constituído por engenho de açúcar, fazenda de gado e plantações agrícolas, denominada a Casa de Cunhaú, a qual sobreviveu por quase trezentos anos.

Dona Feliciano, a mãe, nasceu na Paraíba em 1832, falecendo no Recife em 1893. Era filha do primeiro casamento de Fabrício Gomes Pedroza com Dona Ana Maria da Silva Gomes Pedroza.

Fabrício (avô materno), nasceu no Brejo de Areias (PB), em 1809, tendo falecido em 1872, no Rio de Janeiro. Era filho de Francisco Gomes de Lima ou de Andrade Lima e de Dona Silvana Lira Pereira Coutinho. Fabrício, por sua vez, era neto de Urbano da Silva Pereira e de Dona Catarina de Freitas, sesmeiros de Lagoa D'Antas. Urbano, conforme a tradição verbal tinha origem italiana. Refugiou-se por motivos políticos em Portugal, de onde migrou para Pernambuco. Importante personalidade, ao lado da produção dedicava-se ao comércio, comprando e vendendo açúcar e pau-brasil. Proprietário do engenho Lagoa D'Antas, onde à sua sombra, o adensamento populacional formado pela atividade originou a cidade de Nazaré da Mata. O inglês Henry Koster, quando fala da região, se refere a ela tanto como Lagoa D'Antas quanto por Nazaré. O escritor denomina, erroneamente, de villa Nazaré em 1812, a qual considerou grande e de considerável importância. Neste tempo era povoado de Igarassu, tendo sido alçada à categoria de vila em 1833, por ato do Governo Provincial e declarada cidade em 1850.

Fabrício edificou a Casa Guarapes transformada no símbolo da pujança comercial do Rio Grande do Norte. Sob alguns aspectos, a Casa Guarapes equiparou-se em volume de negócios aos realizados na capital. Para se ter uma idéia das transações realizadas, nos anos de 1869/70, aportaram no rio Jundiá vindos da Europa, vinte navios, enquanto para Natal se dirigiram vinte e um. Graças a Casa Guarapes e por que não dizer, a Fabrício Gomes Pedroza, a pequena Coité transformou-se na florescente Macaíba do século XIX.

Fabrício, com a Proclamação da República, assumiu em 1890, a presidência da Câmara Municipal de Natal. Em 1892 é eleito Intendente Municipal. Neste mesmo ano assume a presidência da recém fundada Associação Comercial, coroando o êxito empresarial deste vitorioso comerciante interiorano.

Fabrício casou três vezes, a primeira com Dona Ana Maria da Silva Gomes, falecida aos quinze anos, em 1847, mãe de Feliciano Maria Gomes Pedroza - Dona Chana - que por sua vez era a mãe de Augusto Severo. A segunda, com Dona Damiana Maria Bandeira de Melo, falecida em 1857. E a última, com Dona Luíza Florinda de Albuquerque Maranhão, irmã de Amaro, o pai de Augusto Severo. Fabrício, dos três casamentos, abençoou a trinta e dois filhos.

Ana Maria (avó materna), falecida em Natal, aos 29 dias de setembro de 1847, era filha de Estevão José Pereira de Lira e de Dona Maria de Freitas

Vasconcelos, proprietários dos engenhos bangüê Árvore Alta ou Avialta, Abiaí e Dois Rios, situados no município de Goiana (PE). No final da vida residia num sítio de coqueiros na praia de Tambaú (PB).

Irmãos foram doze, todos chamados de **Albuquerque Maranhão**. Para com alguns que mais se destacaram, o Rio Grande do Norte reconheceu o débito, homenageando-os de forma significativa. Foram eles: Maria da Silva, Amaro Filho, Pedro Velho - governador três vezes, deputado federal e senador da República -, Amélia Augusta, Alberto Frederico - governador e deputado federal -, Fabrício, Ignez Augusta, Augusto Severo - deputado estadual e federal -, Adelino Augusto, Luiz Carlos, Joaquim Scipião, Áurea Justa e Isabel Cândida.

Augusto Severo foi casado com Dona Maria Amélia Teixeira de Araújo com quem teve cinco filhos: Augusto, Otávio e Berta, nascidos no Rio Grande do Norte, e Sérgio e Mário no Rio de Janeiro, onde o casal passou a residir a partir de 1893, quando assumiu o mandato de deputado federal.

Aos 18 de junho de 1902, o corpo carbonizado de Augusto Severo, transladado de Paris a bordo do navio Brazil, foi sepultado no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. Por coincidência, embarcado para o Rio de Janeiro neste mesmo pacote, faleceu em 1907, no porto do Recife, o senador Pedro Velho, seu primeiro irmão.

III-A AERONÁUTICA NO SEU TEMPO

O homem conhecia e dominava com relativa segurança as técnicas para voar nos balões esféricos. Porém, não sabia ainda navegar no sentido contrário ao do vento, nem tão pouco voltar ao local da partida. Desejava-se mais do que simplesmente voar. Procurava-se conhecer uma forma para conduzir o objeto voador, obediente ao condutor, como o automóvel. Tentava-se o dirigível aéreo.

Em 1884, os capitães Charles Renard e Kiber foram considerados pelo comandante Buttiaux, em *La Navigation Aérienne par Ballons Dirigeables*, os inventores do primeiro balão dirigível. O coronel Renard, nunca reconheceu o próprio feito, considerando que a façanha se realizou a bordo de um aparelho de demonstração. Viveu até 1905, nunca questionou o feito de Santos Dumont, de 1901.

Em 1897, o francês Clément Adler tenta provar ter sido o autor do primeiro vôo dirigido. A façanha foi realizada no campo militar de Satory, na França. O embuste não foi aceito.

Em 19 de outubro de 1901, Santos Dumont, a bordo de um semi-rígido dirigível, decolando de Saint Cloud seguiu em direção da Torre Eiffel, contornando-a, regressando sob os aplausos da multidão, ao local da partida. O feito elevou-o à categoria do maior herói parisiense. As homenagens se acumulavam. Dumont guardava com carinho um telegrama: *Alberto Santos Dumont, o pioneiro dos ares, homenagem de Thomas Edison.*

Em 14 de fevereiro de 1902, quase quatro meses depois do espetacular feito, pilotando o mesmo dirigível com o qual ganhou o prêmio Deutsch, acidenta-se caindo na água gelada de um rio, onde a aeronave emergiu sem maiores conseqüências, a não ser a perda material. Comentando sobre a sensação do pioneirismo, sentimento que seria idêntico ao de qualquer outro que tivesse realizado o feito, ele contou: *No trajeto para a Torre Eiffel, nem uma só vez olhei para os telhados de Paris: eu flutuava sobre um mar branco e azul, nada mais vendo senão o meu objetivo.*

Despediu-se da aviação em 18 de setembro de 1909, voando de braços abertos a bordo do 14-BIS, segurando um lenço branco em cada mão, provando a estabilidade do Mais-Pesado-do-Que-o-Ar, o avião.

Em 1903, os irmãos Wilbur e Orvilli Wright realizaram um suspeito vôo num aparelho Mais-Pesado-Que-o-Ar. Eles não obedeceram aos momentos básicos: (a) subir utilizando exclusivamente as próprias forças; (b) manter-se em vôo; (c) descer utilizando os próprios meios; e, finalmente (d) ser capaz de mudar de direção, independente das correntes aéreas. Para ascender, os irmãos Wright contaram com a ajuda de uma catapulta, a qual forneceu a força complementar para o lançamento do aparelho ao espaço. Esta, como outras experiências dos irmãos americanos, foram motivos de registros pelos especialistas da época. Contudo, o feito não foi reconhecido pelo mundo aeronauta contemporâneo. A humanidade somente começou a aceitar a façanha dos Wright, quase quarenta anos depois, pela força de uma maciça campanha publicitária patrocinada pelo governo americano durante o grande esforço de guerra, na década de 40, do século XX.

IV - O CIENTISTA AERONAUTA

Severo inscrevia-se entre aqueles que acreditavam que o futuro da aeronáutica dependia da evolução do semi-rígido dirigível, o navio aéreo. Com o surgimento dos aparelhos de formato cilíndrico e alongado, as experiências com os balões esféricos começaram a ser abandonadas. Os novos modelos eram mais difíceis de serem conduzidos.

Nos balões regulava-se a altura liberando o gás quando se pretendia descer ou soltando-se o lastro formado por saco de areia, quando se pretendia subir. O segredo para voar, obedecia a três princípios: a partida, o equilíbrio aéreo e, por fim, a aterrissagem.

O dirigível semi-rígido, assim chamado porque sobre a estrutura rígida ou carcaça havia um invólucro flexível, que funcionava como uma câmara de ar de automóvel, no qual armazenava-se o gás inflamável, seria impulsionado por um motor para obter a velocidade superior a das correntes aéreas, permitindo a navegação direcionada.

Tinha que se considerar o perigo dessas máquinas explosivas, nas quais motores a gasolina funcionavam próximos a massa de gás inflamável.

O primeiro vôo não aconteceu de repente. Obedeceu a vários momentos onde as experiências aconteciam na maioria das vezes para

comprovar observações ou opiniões intuitivas, do que para asseverar hipóteses científicas.

Vejamos algumas experiências e contribuições de Augusto Severo.

O ALBATROZ, 1882 - Alberto Maranhão, em palestra realizada em Londrina, Paraná, em 1942, relata a primeira experiência do jovem irmão: *Em Natal, tentou Augusto Severo o mais pesado que o ar em experiências que alarmou o espírito rotineiro do pequeno meio social da época. Lembramos ainda, eu e meus condiscipulos do ginásio norte-rio-grandense, dos passeios que conosco fazia o querido vice-diretor de 18 anos (tinha eu 10 e era dos menores).*

Augusto Severo chefiava a turma; e com a idade igual à dos maiores dos seus dirigidos, tomava parte ativa em todos os folguedos dos estudantes nos vários números e múltiplos de nossas diversões. Um dia, foi um espanto! Todos nós, conduzindo papagaios, com seus compridos rabos presos ao papel de cores do conhecido brinquedo - ainda usado pelas crianças em certas épocas do ano - marchamos para as dunas de Natal onde o vento era rígido para soltarmos, ao ar lavado da margem direita da foz do Potengi, nossos papagaios, de formas várias, em cores verde e amarela, azul e encarnada, para vermos qual mais alto subiria no vasto oceano aéreo.

O vice-diretor, que se fazia acompanhar por um encarregado conduzindo um grande encapado, dizia-nos, que ali, naquele embrulho pesado, levava ele também seu papagaio. Este, porém, não tinha rabo, reminiscência da civilização milenar dos chineses, e subiria equilibrado em sua própria estrutura, porque tinha asas, e, no futuro, dizia ainda o jovem gênio juvenil do mestre, ele marcharia no espaço em todas as direções, movido por um motor que ele, o autor, imaginara e vinha experimentando na tentativa de conseguir (o motor-contínuo).

O papagaio original chamava-se ALBATROZ. Houve uma aclamação da ardorosa rapaziada que adorava o jovem mestre e amigo. Momentos depois, antes as vistas admirativas dos estudantes que aplaudiam o invento de Severo, o Albatroz, que tinha a forma de um pássaro, em cores branca e azul, simbolizando a PAX, jogado no ar pelo carregador, do cimo de um pequeno cômodo de areia e preso ao cordão forte que Severo empunhava, subia airoso, a grande altura, tangido pelo vento e governado pelos impulsos que lhe dava pelo cordão, o inventor. Depois, arreado o aparelho, Severo explicava a estrutura do PAPAGAIO SEM RABO; e dizia iluminado: ele terá uma hélice, será dirigido, levantará vô e marchará no espaço aéreo acionado por um motor de pouco peso e alta potência. Este, porém, não é ainda conhecido. É o mistério que a ciência atual procurará desvendar.

O BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 1893 - Financiado pelo Ministério da Guerra no governo de Floriano Peixoto, o aeróstato homenageava o pioneiro da aeronáutica nacional.

Devido ao tamanho, recebeu ainda outra denominação, navio de alto ar. Ele voou por uma pequena distância com algum êxito no campo do Realengo, no Rio de Janeiro, espatifando-se contra o solo. A façanha, apesar de não ter sido

totalmente bem sucedida, está registrada na obra *La Navigation Aérienne*, de Le Cornu, pág. 436, assim como a descrição das características originais do projeto considerado pelo autor um notável avanço para se chegar ao dirigível aéreo.

O PAX, 1902 - Quase dez anos se passaram até que Augusto Severo, às suas custas, desenvolvesse um novo aparelho, o PAX, que era uma réplica do Bartolomeu de Gusmão aperfeiçoada. Era um ousado projeto diferente de tudo que se tinha concebido até então. De forma ovóide, media 30 metros de comprimento por 20 de largura. Era dotado de duas hélices propulsoras. A dianteira medindo 5 e a traseira com 6,5 metros. Para fazê-las girar usava dois motores de 16 e 24 cavalos, à frente e à ré, respectivamente.

Infelizmente, a 12 de maio de 1902, seis meses e dias do feito de Santos Dumont, a população parisiense assistia abismada despençar envolto em chamas de forma inexplicável, de uma altura de 400 metros, o dirigível, matando carbonizados Augusto Severo de Albuquerque Maranhão e o mecânico Sachet.

A sobrinha Mabel Tavares, in *Augusto Severo, sua Vida e seus Inventos*, a mais rica e detalhada obra publicada sobre este ilustre norte-riograndense, transcreve um de seus desabaços: *Sinto que não sou compreendido e que muitos serão os sacrifícios para ir ao fim, mas, de tudo serei pago no dia em que a bandeira brasileira, tremulando na popa do meu balão receber num só grito, a saudação de Paris inteira.*

Durante curto espaço de tempo, lá do alto, conduzindo a bandeira brasileira na popa do dirigível PAX, realizava Severo o sonho acalentado de criança. Assistia do alto a Paris aplaudi-lo em delírio, para logo depois chorar a morte da primeira vítima brasileira da aviação.

Algumas testemunhas afirmaram terem visto fogo saindo da barquinha.

Pergunta-se: provocado por quê?

Até hoje não há uma resposta comprovadamente aceita.

FIXAR A BARCA AO BALÃO - Evitar o movimento de balanço, denominado “tancagem” era um desafio que sem solução tornava inviável a navegação aérea. Os aeróstatos eram constituídos por dois conjuntos independentes. O primeiro formado pelo próprio balão e o segundo pela barquinha, a qual permanecia presa ao primeiro por fios flexíveis ou cordas, daí os incômodos movimentos.

Em 1789, o barão Scott concebeu uma idéia, sem similar, aparentemente simples a qualquer leigo. Ligar a barquinha ao balão, formando um único todo.

A dificuldade consistia em saber como fazer esta ligação e ao mesmo tempo prender ao corpo do dirigível um propulsor a hélice capaz de criar depressão à frente para estimular a progressão e a ré para impulsioná-lo.

Augusto Severo imaginou usar uma viga metálica transpassando a meia altura toda a extensão do aeróstato, a qual serviria de apoio sólido para o próprio aeróstato e para a fixação das hélices motoras nas extremidades. Nela ainda ficaria presa a barquinha, eliminando-se os cabos flexíveis de sustentação, evitando-se os incômodos balanços de “tancagem”. Esta técnica usou no PAX com comprovado sucesso.

TEORIA ASCENCIONAL - Imaginava que voando alto, reduziria a força da resistência atmosférica, proporcionando com a mesma força motriz maior velocidade, ao tempo em que o dirigível estaria mais protegido dos vendavais e das descargas elétricas.

Este princípio desenvolvido por Augusto Severo foi ignorado durante décadas pela aviação civil. Atualmente constitui-se num procedimento padrão adotado pelos pilotos comerciais para fugir das turbulências meteorológicas e para reduzir o consumo de combustível.

V - O POLÍTICO

1889 - Fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, obediente à liderança do irmão Pedro Velho. A reunião para a constituição da agremiação partidária realizou-se na residência de João Avelino Pereira de Vasconcelos, no bairro da Ribeira, em frente à Igreja do Rosário.

1889 - Eleito Deputado Estadual.

1893 - Eleito deputado federal aos 25 anos, indicado pelas forças políticas que apoiavam a Pedro Velho, o qual tinha sido eleito governador do Estado, cargo que ocupava pela terceira vez: a primeira, de 17 de novembro a 6 de dezembro de 1889 (eleito por aclamação) e a segunda, de 19 de setembro a 8 de novembro de 1890 (assumiu, na qualidade de vice-governador).

1901 - Despede-se pela última vez do Rio Grande do Norte, embarcando, em Natal, no navio São Salvador com destino ao Rio de Janeiro, de onde seguiu para Paris.

VI - ALGUMAS HOMENAGENS PRESTADAS A AUGUSTO SEVERO

1908 - Inaugurado o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal.

1913 - O governo francês manda cunhar medalha com a esfinge de Augusto Severo, distribuída por ocasião da afixação da placa indicativa do local do acidente, a qual pode ser vista no prédio 79, da Avenida Maine, em Paris, com os seguintes dizeres: *Aqui foram mortos vítimas da Ciência, Severo, aeronauta brasileiro e seu mecânico Sachet - Queda do dirigível PAX, a 12 de maio de 1902 - Placa inaugurada a 10 de outubro de 1913.*

1913 - Inaugurada a praça Augusto Severo, em Natal.

1913 - Dado seu nome ao Aeroporto do Rio Grande do Norte, localizado em Parnamirim/RN.

1930 - Quando da primeira viagem ao Brasil do Zeppelin, em 28 de maio, sobrevoando Natal deixa cair sobre o monumento erguido em sua homenagem, coroa de flores.

1941 - Neste ano o aeroporto do Ibura do Recife, denominava-se Augusto Severo, homenagem perdida pela memória do tempo. Passou a se chamar Aeroporto dos Guararapes e a partir do ano 2001, designado oficialmente de Aeroporto dos Guararapes/Gilberto Freyre.

- O Rio Grande do Norte deu o nome Augusto Severo ao município sertanejo que outrora se chamou Triunfo e Campo Grande. Na década de 50 do século XX, voltou a se denominar Campo Grande.

- Augusto Severo é o patrono da Cadeira nº 18, da Academia Nortério-grandense de Letras e da Cadeira nº 2, do Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica.

Comemoração do Centenario de Fundação do IHG/RN.

GESTO RARO

Valério Mesquita
Sócio Efetivo

Abdicar de patrimônio em favor da valorização da cultura ou de obras sociais é um procedimento atípico, inusitado e difícil hoje em dia. Isso não existe, diria o incrédulo. O fato é que ainda habitam a face da terra pessoas capazes desse gesto. Abordo o tema para que se amplifique e seja redimensionado no tempo e no espaço. A jornalista e escritora Ana Angélica Timbó renunciou a propriedade de uma casa, localizada na esquina da Rua da Conceição com a Praça Pe. João Maria, Cidade Alta, em prol do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o vizinho de frente. O imóvel tem quase a mesma idade do IHG/RN: 98 anos. Nele, Enélio Lima Petrovich pretende redistribuir o acervo da Casa da Memória que já superlota os poucos compartimentos. É válido que se reconheça e se proclame, num Estado tão pobre de atitudes nobres, os méritos da doadora, cujo ato voluntário e espontâneo de doação já tramita no Terceiro Ofício de Notas da Capital. A primeira instituição a promover uma moção de aplauso e reverência ao *beau geste* da doadora foi o Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte, que registrou o fato incomum na ata dos trabalhos da última sessão, por unanimidade, e, por extensão, ao escritor e acadêmico Enélio Lima Petrovich.

Exemplos de desprendimento, de desapego às coisas materiais, como disse, já vi poucas vezes. São fenômenos raros. Mas acontecem. Nem todos os humanos são mesquinhos, monetaristas ou mercantilistas. Até porque se vive hoje num mundo de cifrões que fere a cosmologia do sentimento. Nada se oferece sem que não seja a troca de alguma coisa. Até reza: *Vou fazer uma promessa em seu benefício, mas o senhor é quem vai pagar as despesas.* Já ouvi muito isso.

Vi pelas páginas desse DN, o instante sublime, de um gesto profundo e belo da jornalista Ana Angélica Timbó porque foi extraordinário e incomensurável. Lembro-me que outros assim não procederam. Prédios antigos, históricos, foram comercializados, substituídos por “espigões”, pela ganância, pelo despreparo intelectual e moral de muitos. O seu exemplo permanecerá na lembrança e nos olhos de tantos que irão fitar a fachada da velha casa ou o chão sagrado dos seus antepassados.

Já se afirmou que o mundo é feito de atitudes. Por isso, doar é exceção. O ato foge ao costume, ao geral, ao usual, ao ordinário para se tornar excepcional, raro, singular. O meu aplauso. Viva a ética, o espírito público e a renúncia mercantilista. Salve a jornalista Ana Angélica Timbó.

CÔNEGO O'GRADY, O "CARDEAL DA CULTURA BRASILEIRA"

Francisco Fernandes Marinho
Sócio Efetivo

Jorge O'Grady de Paiva nasceu nos verdes vales do Ceará-Mirim, em terras potiguares, no dia 26 de maio de 1909 e faleceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 24 de janeiro de 2001. Filho do senhor de engenho José Ribeiro de Paiva e de Alzira O'Grady Ribeiro de Paiva, estudou as primeiras letras no lar paterno, ministradas pela própria genitora e mudou-se, aos 8 anos de idade, com os pais, para a Cidade do Natal, a capital do Rio Grande.

Em 1922, concluiu o curso primário e matriculou-se, em 1923, no Colégio Diocesano Santo Antônio, dos irmãos Maristas, onde fez o curso secundário com exames de preparatórios prestados no Atheneu Norte-riograndense, à época, o baluarte da educação potiguar. Em 1927, iniciou o curso médico, no Rio de Janeiro, abandonando em 1928 para ingressar no seminário de Niterói, onde foi recebido por Dom José Pereira Alves, ex-bispo de Natal, transferido para a capital fluminense. Em dezembro, retornou a Natal e entrou, em 1929, no Seminário da capital paraibana. A chamado de Dom Marcolino Dantas, no mês de junho, regressou a Natal, ingressando no Seminário de São Pedro, onde, em 1934, terminados os estudos filosófico-teológicos, recebeu a ordenação sacerdotal. Exerceu o múnus paroquial nas cidades de Canguaretama e Macau e foi diretor, entre 1936-1943, do colégio Santa Luzia de Mossoró e Capelão do Colégio Sagrado Coração de Maria. Em 1944, voltando a Natal, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a convite do Cardeal-Arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara. Foi professor de humanidades, por muitos anos, e estudioso de Astronomia, desde os tempos de seminarista, e das ciências físico-naturais, tornando-se sócio fundador da sociedade Interplanetária do Rio de Janeiro e escrevendo várias obras sobre o assunto. No Rio de Janeiro, foi o Delegado vitalício da Academia Norte-riograndense de Letras junto à Federação das Academias de Letras do Brasil. Além de Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pertenceu à Academia Carioca de Letras, à Academia Potiguar de Letras, à Academia de Ciências do Rio Grande do Norte e à Academia Norte-riograndense de Letras, onde tomou posse em 30 de agosto de 1984, na cadeira nº 22, sendo saudado pelo Acadêmico Jurandyr Navarro.

Por pertencer às três Academias norte-riograndenses, afirmou o Professor Jurandyr Navarro, no discurso de recepção, que "cinge, pois, a

sua frente, a tríplice auréola da imortalidade, na literatura e na ciência especulativo-experimental. A evidência da sua cultura poliforma serviu de persuasão para que a sua eleição tivesse caráter aclamatório”, considerando, ainda, o novo Acadêmico, como “Cônego da Igreja Católica e Cardeal da Cultura Brasileira”.

Sua extensa bibliografia teve início em 1943, ao pronunciar o Discurso, pela presença de D. Jaime Câmara em Mossoró, entre 12 e 25 de agosto, publicado na Coletânea “Instantâneos da presença de D. Jaime de Barros Câmara em Mossoró: discursos, reportagens, registros e notícias”, em 1944, republicado em 1989.

Em 1948, a 2ª edição, em 1996, apareceu “Verdade e Vida”, com o subtítulo “Esboço Biobibliográfico do Cônego Luiz Monte”, obra apresentada por Dom José Pereira Alves, Bispo Diocesano de Niterói, organizada em 7 partes, abrangendo 43 capítulos, integrados em subcapítulos, desde a “Predestinação” à “Consumação”, estudando o “Homem de Ciência”, o “Homem de Deus”, o “Homem de Letras”, o Padre Monte “Na intimidade” e “A Obra”, servindo de base, ao Acadêmico Jurandyr Navarro para a formação da Antologia do Padre Monte.

“João Gualberto, varão da eternidade” apareceu em 1952, na coleção “Nossos Grandes Mortos”, pela Editora Agir. “Eternidade”, afirma o Cônego O’Grady, era o signo de sua nobreza espiritual. Era a palavra que lhe não saía dos lábios, a palavra que encerrava o ideal de sua vida e continha o segredo e a força de realizá-lo. Por este ensaio biográfico do Padre Dr. João Gualberto do Amaral, organizado de maneira didática, recebeu o Cônego Jorge O’Grady o prêmio Carlos de Laet de 1953, da Academia Brasileira de Letras. Enquanto que com o “Excelências do Rosário pregadas por Vieira”, 1957, “uma condensação dos belíssimos e sempre atuais sermões do Pe. Antônio Vieira sobre as ‘Excelências do Rosário’, prestou uma justa homenagem ao quadragésimo aniversário das aparições da Virgem do Rosário em Fátima e do centenário, em 1958, das aparições de Nossa Senhora de Lourdes, abençoado pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara.

O livro “Na Seara das Letras, da fé e da Ciência”, de 1968, seguido pelo “Nos Domínios das Letras e da Ciência”, o Padre Jorge O’Grady inicia-o com uma interpretação estilística, paralela entre “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e o “Eu”, de Augusto dos Anjos: enfileirando artigos, estudos, ensaios, palestras, discursos, saudações e conferências de ordem científica, religiosa e literária, como “A Epopéia de D. Pedro I”, “Caxias, Herói Nacional”, “Saudação a D. Jaime Câmara”, “Os Brasões D’Armas dos Cardeais Brasileiros”, “Elogio a Adauto Câmara”, “Teologia do Natal ou Preparação Social do Advento”, “O 80º Aniversário do Dr. José Augusto”, “A Poesia de Zila Mamede”, “Ad Lucem Versus”, entre outros, concluindo com “Edinor Avelino e a universalidade da poesia”.

O “Dicionário Brasileiro de Astronomia e Astronáutica”, de 1969, em 2ª edição, “Dicionário de Astronomia e Astronáutica”, com dez apêndices,

em 1975, e em 3ª edição, dois volumes, 1979, acrescida e ampliada, é uma obra pioneira e singular, com várias apreciações críticas, republicando os prefácios das edições anteriores, em pena de João Lyra Madeira, Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e de Othon Costa, Membro do Conselho de Cultura do Rio de Janeiro, e com o prefácio de Rubens de Azevedo, Presidente da Sociedade Brasileira dos Amigos da Astronomia, afirmando que “sob o prisma da didática a obra atinge plenamente todos os seus objetivos a que se propôs como dicionário e vai muito além no que diz respeito à interpretação dos vários fenômenos da física, à descrição dos mais modernos processos da tecnologia e à análise das implicações do progresso científico no mundo de nossos dias”.

Em 1970, publicou a conferência “Apreciação literária da poesia de Segundo Wanderley”, proferida no auditório do Pen Club do Brasil, a 25 de julho, sob os auspícios da Federação das Academias de Letras do Brasil, ainda em homenagem ao centenário de nascimento do grande poeta Potiguar, autor de “Estrelas Cadentes”, “Miragens e Prismas”, “Recoltas poéticas” e “Gôndolas”, publicados no século XIX e início do século XX, ocorrido em 1960, quando a Academia Norte-rio-grandense de Letras programou uma série de conferências sobre o poeta e sua poesia, sob a orientação do Presidente Manuel Rodrigues de Melo. Trata-se de uma análise literária da poética wanderleyana, “situando-a em seu tempo e sob a influência das escolas que nela imprimiram sua marca”. Poesia romântica, “pelo lirismo intimista e amoroso”, “pelo arrebatamento cívico e espírito de luta, caracterizados, estes últimos, pelo **estilo condoreiro**, da definição de Capistrano de Abreu”; parnasiana e simbolista, de sentimento, musicalidade, êxtase.

“A escalada poética de Othoniel Meneses” apareceu, também, em 1971, como conferência proferida no Centro Norte-rio-grandense, em homenagem à memória do poeta potiguar.

Navegou, o Cônego, nas obras poéticas de Othoniel, “Gérmen”, 1918, parnasiano; “Jardim Tropical”, 1923, um canto do poeta à sua terra natal; “Sertão de Espinho e de Flor”, 1952, com o subtítulo “Aspectos do panorama físico e social dos sertões norte-rio-grandenses” e prefácio “Ecce...”, de Luís da Câmara Cascudo, afirmando que “todo o Sertão – como o gigante das Mil e Uma Noites coube no bojo de uma garrafa de cristal – está inteiro neste livro, prisioneiro do poder poético que tudo arrebatou, árvores e vaqueiros, serras e gados, várzeas, tableiros, silêncios doces, frêmitos do meio-dia, tardes de contemplação, noites de estrelas vivas”; “A Canção da Montanha”, poemas, 1955; 2ª edição, 1980, onde o vento e o mundo, montanha e canção, são inspirados pela musa do poeta: a humanidade, sob a musicalidade parnasiano-simbolista.

“Poesia Norte-rio-grandense: dez poetas, dez sonetos”, 1971, uma seleção na literatura potiguar, a pedido do Presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, para ser publicada em número especial da Revista das Academias de Letras, da produção mais representativa, por qualidade de inspiração e por técnica de versejar, na obra de Manuel

Segundo Wanderley, com “Lira Íntima”; Auta de Souza, “No Jardim das Oliveiras”; Gotardo Neto, “Ao luar”; Juvenal Antunes, “Soneto”; Othoniel Meneses, “Sésamo”; Antônio Soares, “Noivos”; Palmyra Wanderley, “O Uirapuru”; Edinor Avelino, “Diante do Mar”; Cosme Lemos, “Meu Desejo”; e Esmeraldo Siqueira, “Minha Amada”, acompanhados por dados biobibliográficos e comentários ao soneto selecionado.

“Caminhos cruzados da inspiração”, conferência proferida, em parte, em Natal, e na íntegra, na Federação das Academias de Letras do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1971, sobre a produção poética dos caminhos que se cruzam em inspirações, e como afirma o Cônego Jorge O’Grady, “o temário poético é de âmbito universal – Deus, a natureza, o homem – não é de admirar que os poetas de todos os tempos, de todos os lugares e de todos os gêneros cruzem caminho”, não caminhos da imitação servil, mas, “originam-se estes, entre os poetas, de fonte geral – psiquismo, abstrações, associação de idéias – e de fonte particular – marcas, gostos, tendências literárias, que congregam os vates, em torno dos mesmos temas, estimulando-lhes a emulação ou a mimese, em alto nível”.

“Edith Stein: a mulher filósofa”, alocução na Federação das Academias de Letras do Brasil, em maio de 1972, focalizando a Judia-alemã, nascida em Breslau, na Alta Silésia, em 1891, em quatro ângulos: o intelectual, o moral, o social e o religioso, considerando-a a mulher filósofa do século, rara filósofa da história e talvez a maior de todas as mulheres que se dedicaram às profundezas do conhecimento puro; um caráter firme que jordaneou por toda a Europa Central, proferindo palestras sobre a formação da mulher, sobre a missão perene da mulher no mundo ou sobre “A mulher eterna”, título de um dos seus ensaios. Escreveu o ensaio “Da Fenomenologia de Husserl à Filosofia de São Tomás de Aquino”, “Ato e Potência”, “Ética da vocação da mulher”, além de traduzir para a língua alemã “De Veritate”, de São Tomás de Aquino. “O Ser finito e o ser eterno. Investigação, de uma ascensão ao significado do ser”, obra fundamental filosófica, é a sua obra-prima, escrita no silêncio do claustro, por ter se convertido ao Catolicismo, em 1922, e ingressado na ordem Carmelita, em 1934, que fez de Edith Stein a grande expressão da filosofia germânica, contemporânea. Além de Filósofa, foi Teóloga, martirizada, com execução, gaseificada, na câmara de gás de Auschwitz, e cremada, em 1942, para ser canonizada como Teresa Benedita da Cruz, Carmelita Descalça, por João Paulo II, em 1998, afirmando o Santo Padre, ser Edith “Universitária, Educadora, Filósofa, Conferencista, ...; Judia, Cristã, Carmelita. Mártir. Santa”. A sua filosofia é uma combinação original de fenomenologia com o pensamento escolástico, tendo como terceiro elemento a Mística do Pseudodionísio, de S. Juan de la Cruz e de Santa Teresa de Jesus, partindo de uma Fenomenologia-imanente a um realismo-transcendental, plenificando-se na dialética entre o ser finito e o ser eterno, em síntese da razão e da experiência, da temporalidade e da eternidade, da finitude e da infinitude, da existência e da essência. E “O último soneto de Augusto dos Anjos” (De obra em preparo sobre o poeta), em 1972, intitulado

“O Último Número”. Número, Augustiniano, idéia inspiradora, partindo do princípio etimológico da palavra, do radical latino “num”, e da singularidade de filosofia matemática, pitagórica, de que os números constituem os princípios ou os elementos característicos das coisas, evidenciada pelo seguinte silogismo “As coisas são números; ora, a inspiração é uma coisa. Logo, a inspiração é um número”. O Cônego percebeu que o “Último Número”, última récita ou criação poética de Augusto dos Anjos foi grafado com maiúsculas, indício de “substantivação”, traduzindo a idéia inspiradora, já no primeiro quarteto, em luz amortecendo, obscurecendo, não por entrar, platonicamente, no corpo, mas por sair-se no “último brado de dor” do poeta que percebia “encontrar-se na iminência do repouso definitivo”.

Em sua “Recepção na Academia Carioca de Letras”, de 1973, com a saudação do Acadêmico Dr. Othon Costa, em discursos proferidos no auditório do Palácio da Cultura, pôs o Cônego Jorge, em relevo, a influência da Mitologia na linguagem, a presença e atuação do não racional nos movimentos culturais contemporâneos, a reação humanista, e “a marcha inexorável da humanidade para a grande integração entre os hemisférios oriental e ocidental, como suprema conquista da civilização e apogeu da própria História”, além, é óbvio, traços biobibliográficos dos antigos ocupantes da cadeira nº 33, da Academia Carioca de Letras.

“Nos domínios das Letras e da Ciência” é uma coletânea de republicações de alguns trabalhos como a conferência “Apreciação literária da poesia de Segundo Wanderley”, publicada em 1970; “Caminhos Cruzados da Inspiração”, em 1971; “Poesia Norte-rio-grandense: dez poetas, dez sonetos” e “Escalada poética de Othoniel Meneses”, 1971; “Edith Stein: a mulher filósofa” (no 30º aniversário de sua morte) e “O último soneto de Augusto dos Anjos” (De obra em preparo sobre o poeta), em 1972; e de trabalhos literários e científicos, como “Kepler, legislador do céu”, o “Discurso de posse na academia Carioca de Letras”, “Auta de Souza e o lirismo romântico e cristão de sua poesia”, entre outros, seguindo o caminho do já trilhado “Na Seara das Letras, da Fé e da Ciência”, de 1968.

“Prédicas e Miniprédiças”, 1977. Homilias, alocações. Uma pronunciadas aos domingos, ao meio da missa, como explicações do Evangelho ou à guisa de homilias; outras, após a bênção, antes da despedida ou ao final do santo ofício, durante a semana. Tanto as prédicas quanto as miniprédiças, sempre resumos do tema da missa, apresentam uma linguagem clara, sucinta e escorreita, sob novos ângulos, visando o bom gosto e o deleite do espírito do ouvinte e agora do leitor, como bem afirma Carlyle Martins: “Neste escrínio de veludo azul, ornamentado com lâminas de platina, existe o que de mais belo e comunicativo se encontra na religião Católica, pelo que o lemos com os olhos marejados de lágrimas, tamanha a emoção que nos dominou. Recomenda este livro as virtudes e o saber de seu eminente autor”, enquanto as “Prédicas, Saudações e Necrológios”, publicadas em 1983, nova coletânea, “foram proferidas por ocasião de missas dominicais, de ação de graças ou de sufrágios”, em uma agradável feitura estilística, descortinando

novas facetas sobre o Evangelho, em Prédicas, os mortos, em Necrológios e a vida, em saudações, “ações de graça, pela existência de alguns de seus entes queridos: Mercedes Paranhos, em seus 50 e 60 anos de existência e pela publicação do livro “Acordes da Vida”; Guilhermina de Araújo; Modesto de Abreu; Dr. Omar O’Grady.

No “Discurso de Posse do Acadêmico Jorge O’Grady de Paiva e Saudação pelo Acadêmico Jurandyr Navarro”, no dia 30 de agosto de 1984, na cadeira nº 22, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, publicados em plaquete, 1984, e na Revista da Academia, 1988, traça o perfil dos Cônegos Leão Fernandes e Luiz Gonzaga do Monte e de Dom José Adelino Dantas, patrono, fundador e ocupantes da Cadeira da Academia, além de evocar as figuras de Moreira Brandão, patrono da Cadeira nº 5, da Academia Norte-rio-grandense de Letras; do Cônego Agnelo Fernandes e o Dr. Onofre Lopes da Silva.

Em 1992, publicou “Arte e Beleza”, com Prefácio e Supervisão dos Acadêmicos Antônio Justa e Tobias Pinheiro, respectivamente, trata o Cônego de “As sete grandes figuras e as sete grandes obras das sete grandes artes”: da Música, estabeleceu 7 séries de 7, englobando as grandes figuras da música mundial, nas seis primeiras, os compositores estrangeiros e na última, os nacionais, em número de oito; 7 séries de sete grandes obras, baseadas em consenso geral e com os seus respectivos comentários; da Escultura, apresenta as sete grandes figuras e a estas as sete grandes obras da Escultura Universal, desde a Antigüidade grega aos autores modernos, além das sete grandes Vênus; de Fídias a Ageladas; de Praxíteles a Agasias de Éfeso; de Costa (Lourenzo) a Cellini, renascentistas; de Canova a Niki St. Phalle, com as suas respectivas principais obras: de Júpiter Olímpico a Vênus, de Ageladas; de Hermes com o Infante Dionísio ao Gladiador Borghese; do Mausoléu Depasano, em Gênova, a Perseu e a Medusa; de cupido e Psique ao Jardim de Tarô, e das mais célebres sete Vênus de Cnido, de Cápua, de Médicis, de Milo, de Viena, do Palácio Borghese e de Colipígia, qualificativa da beleza carnal e semelhante à de Cnido, seguidas de apreciação Geral e Considerações Finais; da Arquitetura, apresenta os sete principais estilos arquitetônicos, egípcio, grego, bizantino, romano, gótico, islâmico e colonial-barroco, com as séries dos arquitetos e as grandes obras, um Rápido Comentário e Consideração Final; a pintura, de Apeles a Asclepiodoro, gregos, de Cimabue a Fra Angélico, Pré-renascentistas, de Tintoreto a Rafael, Renascentistas, de Rubens a Goya, Pós-renascentistas, de Géricault a Gauguin e de Monet a Cézanne, Pré-contemporâneos e de Picasso a Pedro Américo, Contemporâneos, com suas respectivas grandes obras, de “Vênus nascida das Ondas” a “O Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo e o “Navio de Emigrantes, de Lasar Segall, o oitavo dos contemporâneos, para perfazer o total de 50, apreciação e as Considerações Finais; da Eloquência ou Oratória, desde os antigos gregos e latinos aos modernos ingleses, franceses, lusitanos, espanhóis e brasileiros, voltando, sobretudo, à Oratória Sacra,” “rainha da Eloquência”; e as séries de sete, de Demóstenes a Aristides, de Isócrates a Catão, gregos e greco-romanos; de Strafford a Gladstone, de Macauley a Churchill, ingleses; de Mirabeau a

Lincoln; de Joaquim Nabuco a José do Patrocínio; de São Pedro Crisólogo a São Basílio; de Mont'Alvern ao Padre Luís Gonzaga Monte, com "Rápida Consideração" e "Breve Apreciação"; no Teatro, com a Representação, a Poesia, a Dança, o Canto e a Declamação, apresenta a divisão em três categorias: a Tragédia, lutas entre direito e direito, o Drama, entre dever e dever e a Comédia, direito e dever ou dever e direito, além do jogo dos diversos caracteres ou temperamentos e a união entre a Tragédia e a Comédia, a Tragicomédia; à música, teatro musicado, revista; ao canto, teatro lírico ou cantado, ópera, opereta; teatro radiofônico e teatro televisivo, novelas; e a divisão quanto à assistência, em adulto e infantil. Entre os autores mais antigos aparecem Esquilo, Sófocles, Eurípedes, Aristófanes, Menandro e Filémon, pai e filho, acrescentando Plauto e Terêncio, latinos ou romanos; de Corneille a F. Coppée, franceses; de Shakespeare a Pirandello; de Gil Vicente a Pedro Bloch, luso-brasileiros, com apreciação, seguidos das sete grandes obras; na Dança, de Isadora Duncan a Eros Volúcia, seguidos dos sete maiores balés clássicos mundiais: Sílides, Cleópatra, Petruska, A Tarde de um Fauno, Scherezade, O Espectro da Rosa e O Lago dos Cisnes; no Canto, de Maria Callas a Beniamino Gigli, incluindo Bidu Sayão, brasileira; na Declamação. De Sarah Barnhardt a Álvaro Ferreira, que foi saudado pelo poeta potiguar Segundo Wanderley, com os seguintes versos, em Soneto: "Tu, que das veigas lusitanas, belas / Viestes às plagas brasileiras, céculas, / Para colher mais um colar de pérolas, / Para conquistar mais um troféu d'estrelas; / [...] / Terás teu busto no painel da História, / Terás no drama as oblações da terra, / Terás no palco o pedestal da glória!"

Entre os melhores intérpretes brasileiros, escolheu de Procópio Ferreira a Sérgio Cardoso e de Bibi Ferreira a Cacilda Becker. Finalmente, o cinema, cinematógrafo, fotografias em movimento, projetadas através do cinescópio, cinemascópio, imagens coloridas. Nas séries, Charles Chaplin, inicia a relação dos astros, até Eddie Pólo; das estrelas, Póla Negri a Joan Crawford; de Spencer Tracy a Errol Flynn; de Goria Swanson a Shirley Temple; de Wallace Beery a Frédéric March; de Dorothy Lamour a Merle Obéron; de Rodolfo Valentino a Ramon Navarro; de Mãe West a Jeanette MacDonald; de Fred Macmurray a Cary Grant; de Judy Garland a Martha Egerth; de Chester Morris a Christopher Plummer; de Liza Minelli a Louise Rainer; de James Stewart a Anthony Quinn; de Grace Kelly a Eva Gardner. Entre os brasileiros aparecem de Tarcísio Meira a Renato Aragão; de Cristiane Torloni a Zezé Mota. A Relação dos sete vezes sete grandes filmes; "Charles Chaplin e Walt Disney", as "Companhias cinematográficas e cineastas" e, "Em Apêndice", "As sete maravilhas de todos os tempos": As Pirâmides do Egito, Os Jardins Suspensos da Babilônia, O Júpiter Olímpico, O Templo de Diana, em Éfeso, O Farol de Alexandria, O Túmulo de Mausolo, na Caria, O Colosso de Rodes e as sete maravilhas do Mundo Pré-histórico: Altamira, Magdaleine, Aurignac, Moustier, Laussel, Erassempouy e Lascaux; os sete "Palácios e Igrejas", as sete principais obras em "Arquitetura, Escultura e Pintura", as sete obras modernas da Engenharia de grande porte, as sete da alta tecnologia e as sete dos grandes recursos da Medicina Moderna;

finalizando com as sete Maravilhas da Natureza: O Mar e o Céu ; A chuva e a neve; Os Rios e as cataratas; As Florestas e as Montanhas; O Arco-íris e o Luar ; Os Lagos e os Prados; Os Pássaros e as Flores.

O Cônego Jorge O'Grady de Paiva emudeceu a voz, cessou a pena, indo, através dos braços do Cristo Redentor, contemplando a outras plagas, encontrar-se com os seus entes queridos e alguns de seus biografados: D. Jaime Câmara, Dom José Adelino Dantas, os Cônegos Leão Fernandes, Luiz Gonzaga do Monte, Agnelo Fernandes, os poetas Othoniel Meneses, Manuel Segundo Wanderley, Auta de Souza, Gotardo Neto, Juvenal Antunes, Antônio Soares, Palmyra Wanderley, Edinor Avelino, Cosme Lemos, Esmeraldo Siqueira, Augusto dos Anjos, o historiador Moreira Brandão, seu bisavô materno, que o guiará pelas Academias da Glória Celestial e, sobretudo, com Edith Stein, filósofa e santa, em discussões humanístico-religiosas, a contemplarem a face de Deus.

Natal/RN, 06 de Janeiro de 2002.

SOBRE A BEATIFICAÇÃO DOS MÁRTIRES DE CUNHAÚ E URUAÇU

Paulo de Albuquerque Maranhão
Sócio Correspondente

Exmo. Sr. Dr. Enélio Lima Petrovich.

DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
Natal/RN.

Estivemos no mês de março de 2000 em Roma, a fim de assistir, no Vaticano, à Beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu.

Fomos como católico e representando nossa Família, de origem norte-grandense, a Antiga família de Cunhaú, uma vez que o primeiro dos martírios, o de 16 de julho de 1645, teve lugar na Capela de Nossa Senhora das Candeias do Engenho de Cunhaú, erguida por antepassados nossos e para cuja restauração tanto nos empenhamos.

Por atencioso convite de Vossa Excelência, tivemos o prazer de também representar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que deu à restauração da capela significativo apoio e que desde a primeira hora deu meritória colaboração ao movimento de Canonização dos Mártires ora beatificados.

A cerimônia de Beatificação, presidida pelo Papa João Paulo II, ocorreu no domingo, 5 de março de 2000, na praça de São Pedro, tendo início pelas 10 horas de uma bela manhã de sol.

Dos sacrificados em Cunhaú, foram beatificados o padre André de Soveral e Domingos Carvalho.

Dos sacrificados em Uruaçu, foram beatificadas 28 pessoas:

- o padre Ambrósio Francisco Ferro;
- Mateus Moreira;
- Manuel Rodrigues Moura e sua esposa;
- Estêvão Machado de Miranda e duas filhas;
- Antônio Vilela Cid;
- Antônio Vilela, o Moço, e sua filha;
- João Martins e sete companheiros;
- uma filha de Francisco Dias, o Moço;
- João Lostau Navarro;
- José do Porto;
- Francisco de Bastos;

- Diogo Pereira;
- Vicente de Souza Pereira;
- Francisco Mendes Pereira;
- João da Silveira;
- Simão Correia;
- Antônio Baracho.

Na mesma cerimônia, de cerca de duas horas e meia, houve mais quatro beatificações de mártires, quais sejam:

- a de Nicolas Bunkerd Kitbamrung, sacerdote (* 1895, + 1944), da Tailândia;
- a da irmã Maria Stella do Santíssimo Sacramento e de suas dez companheiras da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Nazaré, martirizadas em 1943, em Nowogródek, Polônia, atual Bielorrússia;
- a de Pedro Calungsod, catequista leigo (+ 1672), das Filipinas;
- e a de Andrea de Phu Yên, catequista leigo (+ 1644), do Vietnã.

Na tarde do mesmo dia, comparecemos a uma cerimônia na Sala Paulo VI, no Vaticano, em que se apresentou o Coral Canto do Povo, do Rio Grande do Norte, regido pelo padre Pedro Ferreira da Costa. Na ocasião, foram conferidas cerca de 20 medalhas relativas à Beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu e houve o lançamento de um selo comemorativo especial.

À noite, estivemos na recepção que, em vista da Beatificação, teve lugar na Embaixada do Brasil em Roma. No livro de presenças, deixamos consignado estarmos ali também representando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Na manhã de 6 de março, segunda-feira, estivemos na missa celebrada por D. Eugênio Sales na Igreja de São Gregório VII, em Roma (da qual ele é titular como cardeal), tendo a ela comparecido vários brasileiros.

Na mesma manhã, estivemos, na Sala Paulo VI, na audiência coletiva que o Papa João Paulo II concedeu às pessoas dos países que haviam tido seus filhos beatificados na véspera, tendo havido significativo comparecimento, inclusive de brasileiros.

Esta, sr. presidente, é a síntese do que assistimos a propósito da Beatificação dos Mártires, à qual, felizmente, tivemos possibilidade de estar presente.

Por oportuno, gostaria de recordar algo do relevante papel de nosso Instituto Histórico na caminhada para essa Beatificação.

Assim é que, em julho de 1988, já Vossa Excelência, pioneiramente, constituiu Comissão Especial (da qual temos a satisfação de fazer parte) para *realizar estudos sobre os martírios de Cunhaú e Uruaçu e suas*

respectivas vítimas, tendo em vista a possibilidade de proposição da Causa de Sua Canonização.

Ademais, dos confrades do Instituto, os historiadores Olavo de Medeiros Filho e Jeanne Fonseca Leite Nesi integraram a Comissão de Peritos em História que forneceu valiosos elementos para a Causa de Canonização.

Desejamos também lembrar o apoio dado pelo Instituto quando nos empenhávamos, na década de 1980, pela restauração da Capela de Cunhaú, sendo de justiça louvar-se o deputado Valério Mesquita, que, como presidente da Fundação José Augusto, acolheu nosso pedido pela restauração e emvidou sérios esforços para realizá-la, bem como o dr. Paulo Macedo e a equipe da Fundação José Augusto que atuou na restauração, coordenada pelo dr. Paulo Heider Forte Feijó e da qual participou, com outros técnicos, a dra. Jeanne Fonseca Leite Nesi, integrante do Instituto Histórico.

No ensejo, e fazendo votos pela continuidade de sua brilhante atuação na presidência do Instituto Histórico, apresentamos nossos sentimentos de consideração e apreço.

NA CIDADE DE NATAL

Consuelo Pondé de Sena*
Sócia Correspondente

Sem que qualquer sentimento de contigüidade territorial possa explicar inteiramente a nossa preferência, privilegiamos, em lugar de outras destinações, os encontros realizados na área nordestina. Assim, embora nossos irmãos de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte nem sempre nos considerem, e aos sergipanos vizinhos, verdadeiros representantes da sofrida região; sentimo-nos um deles, tanto pelos padecimentos de que somos vítimas como seus habitantes, quanto pela comunicabilidade e descontração que costumamos revelar.

Ditas estas palavras, à guisa de prelúdio, vamos aos fatos que nos mobilizaram a estar mais uma vez em Natal, para onde seguimos a fim de atender ao convite do presidente do Instituto Histórico local, Enélio Petrovich, que, ao lado de Myriam, foi pródigo em gentilezas para com os visitantes. Não dizemos que o II Encontro excedeu às nossas expectativas, pois já estamos acostumados com a hospitalidade nordestina, habituados que somos em receber e sermos recebidos calorosa e afetuosamente.

Agrada-nos, sobremaneira, o clima de amizade e companheirismo que reina nessas reuniões, nas quais todos os participantes se irmanizam, seja pela revelação de problemas comuns, seja na busca de suas soluções. E que, nem mesmo o arrolar de dificuldades promove mal-estar entre os que se reúnem, solidificadas que estão nossas dificuldades ao longo dos anos, muitas das quais, todavia, vêm sendo paulatinamente superadas.

Desta vez, em Natal, tivemos a satisfação de escutar, na abertura do evento, a belíssima oração do ex-ministro Almino Affonso, que se pronunciou sobre o papel desempenhado pelas tradicionais instituições. Em seguida, em brilhante improviso, o ministro da Cultura, Francisco Weffort, fez lúcida apreciação sobre o papel dos institutos brasileiros ao longo dos tempos, classificando de patriótica a ação dos seus dirigentes.

Bastariam esses discursos para justificar a nossa presença no encontro. A Bahia participou com uma comitiva composta de 12 pessoas, número somente superado pelos estados de Pernambuco e da Paraíba, ambos com 18 representantes.

De qualquer maneira, *por conta e risco* de cada um dos delegados, ali estivemos tomando parte das reuniões plenárias e sociais, hospedados em hotéis próximos ao instituto, acessíveis a todos, quer pela localização, quer pelo valor da diária, sem falar na alimentação, muito mais em conta naquela capital do que aqui.

Durante todo o acontecimento estivemos envolvidos com os relatórios apresentados pelas presidências das instituições ou seus representantes, chegando-se à conclusão de que o Instituto Histórico de Sergipe necessita de apoio político, seja na área municipal, estadual e federal, a exemplo do que vem ocorrendo nos outros Estados nordestinos, graças à compreensão do poder público local e nacional.

Além das atividades relacionadas com a vida dos institutos, das quais todos têm conhecimento, e de servirem como exemplos as iniciativas das instituições congêneres, essas reuniões possibilitam o encontro de pessoas envolvidas com as questões que afetam essas instituições, disso resultando um salutar convívio, enriquecedoras trocas de experiências e a construção de novas amizades. Essas se estreitam nas reuniões sociais, nos coquetéis de conagraçamentos e outros tipos de convivência, como a simples presença nos mesmos hotéis e as conversas informais que a cada instante neles ocorrem.

Em Natal, além da noite folclórica no Zás-Trás, estivemos juntos na sessão de abertura, nas idas aos restaurantes da cidade e no almoço oferecido pelo Exército na sede do Batalhão de Artilharia, domingo, dia 12 de agosto.

Para o ano 2002, estão programadas duas reuniões, uma no primeiro semestre, em Recife, onde o tradicional Instituto Histórico e Arqueológico ressurgiu com vitalidade, sob a lúcida direção de José Luiz da Motta Menezes, e em Salvador, no segundo semestre do mesmo ano, onde, na Casa da Bahia, reafirmaremos o nosso conceito de simpáticos e hospitaleiros anfitriões nordestinos.

**É presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.*

ORIANO AGRADECE

Oriano de Almeida
Sócio Efetivo

É um raro privilégio, neste instante de alegria e emoção, estar entre meus caros amigos, assinalando o meu longo caminho de 80 primaveras. Na verdade, penso ter cumprido minha missão de modo louvável, e grande parte de meus projetos pude realizar, graças aos amigos, que sempre estiveram solidários, guiando minha inspiração, ajudando a tornar reais os meus sonhos. Assim, posso afirmar que tive uma caminhada feliz, plena de alegrias.

E hoje, neste momento muito especial e glorioso, estão aqui presentes, sempre solidários, alguns desses grandes amigos.

Enélio Petrovich - fraterno e dileto confrade - de quem tenho recebido o maior incentivo, editando e tirando do anonimato as minhas produções literárias.

Diógenes da Cunha Lima - que me trouxe de volta para Natal, descobrindo os meus dotes de compositor, e promovendo a gravação de minhas músicas, até então quase desconhecidas.

Valério Mesquita - propondo a minha cidadania norte-rio-grandense, em mensagem aprovada pela Assembléia Legislativa - honraria máxima, que hoje recebo com orgulho e grande júbilo.

Cláudio Galvão - pesquisador incansável - escrevendo um livro sobre minha vida artística.

Luíza Maria Dantas - divulgando minhas peças pianísticas, em audições de suas jovens alunas.

Nilda Cunha Lima e Carlos Lyra - digitando com entusiasmo os meus manuscritos musicais.

Os professores Antônio Guilherme e Luís André - lembrando meu nome para um novo auditório da Escola de Música da UFRN.

Wanda Mussi, Valdécio Silva, Marcelo Fernandes, José Anchieta - amigos dedicados, sempre atentos aos ocasionais problemas do meu dia-a-dia.

E ainda um pensamento final, pleno de muito amor e carinho para minha filha Lilian - que mora no longínquo Canadá, e a quem devo a maior inspiração, iluminando tudo o que realizei de positivo na vida.

Enfim, tenho a sorte de estar rodeado de bons amigos.

A todos, a minha gratidão.

E, podem ter a certeza de que os estimo, com toda a sinceridade do meu coração.

*Palavras pronunciadas na inauguração do memorial "Oriano de Almeida"
- Anexo do IHG/RN, Natal/RN, em 17/07/2000.*

CONDE D'EU

Marcus Odilon*

Sócio Correspondente

Quando Caxias deixou o comando das tropas brasileiras, após ocupar a capital do Paraguai, finalmente libertada da tirania de um ditador truculento, o Conde D'Eu foi designado comandante de nossas tropas e chegou a Assunção em 14 de abril de 1869. Imediatamente organizou um governo nacional e a 16 de abril de 1870, regressou. Ficou, portanto, um ano e poucos dias. Mas comandou as últimas batalhas.

O ditador pôde recrutar novas tropas tal qual faria, quase um século mais tarde, Adolf Hitler. Os dois passaram aos seus contemporâneos e conterrâneos, a versão de que os seus inimigos eram inimigos de suas pátrias e as destruiriam dividindo e ocupando o território. Cego e ledo engano. Paraguai e Alemanha sobreviveram como estados independentes e, no caso da última, a economia cresceu mais do que a da maioria dos que a derrotaram.

Mas o Conde D'Eu não se deteve em Montevidéu ou Buenos Aires, e a 19 de março, seu navio entrava na baía da Guanabara, onde o aguardava sua esposa Dona Isabel, seus filhos e o seu sogro, Pedro II.

O Marquês de Caxias recebera em 23 de março de 1869 o mais alto título nobiliárquico do Império, o de duque. Único brasileiro agraciado com esta honraria.

O comércio e classes produtoras do Rio de Janeiro se cotizaram para erguer uma estátua ao imperador Pedro II, pela vitória. O monarca recusou, determinando que o dinheiro arrecadado fosse investido na construção de 4 educandários que ainda hoje prestam valiosos serviços à comunidade.

Proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, toda a família imperial foi banida e a imperatriz, Tereza Cristina, faleceu em Portugal antes de completar um ano do golpe de Deodoro. Pedro II faleceu em Paris, hóspede de modesto hotel, sem o menor conforto.

O Conde D'Eu sobreviveu à esposa. Regressou ao Brasil, anistiado por ato do presidente Epitácio Pessoa, e faleceu a bordo de um navio brasileiro em águas territoriais do país pelo qual lutou.

Hoje, todos os restos mortais das pessoas referidas repousam na catedral de Petrópolis, cercados pelo respeito unânime do povo.

Decorridos dois anos do último combate, todas as tropas brasileiras tinham regressado ao Brasil.

Já na II Guerra Mundial, as tropas soviéticas demoraram quase 30 anos ocupando Berlim e Prússia. E, ainda hoje, forças norte-americanas ocupam parte do território alemão e do Japão.

Em outras palavras, já não se tem militares como antigamente.

**Advogado, jornalista e membro do IHGP e sócio correspondente do IHG/RN.*

SERIDÓ!... UMA CIVILIZAÇÃO DIFERENTE?

Ubiratan Queiroz de Oliveira
Sócio Efetivo

Assim como tudo que existe tem sua razão de ser, entendo que todo ser humano tem uma missão a cumprir durante a efemeridade da existência neste subúrbio cósmico chamado Terra. Como é bela a missão dos que buscam disseminar a cultura entre os povos; e outro não é o objetivo dos que fazem esta augusta casa. Cumpre-nos, a cada um, buscar o enobrecimento do que temos por tarefa.

Senhor presidente, digníssimas autoridades, ilustres convidados, caríssimos confrades:

No momento em que passo a integrar, como sócio efetivo, os quadros do vetusto Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, quero, como sertanejo seridoense, falar sobre alguns aspectos geo-socio-econômicos e culturais da minha terra, como modesto contributo aos anais da instituição. Talvez esse relato desprezioso se enquadre nos propósitos históricos e culturais desenvolvidos nesta casa da memória potiguar, naquilo que envolve a cultura e as aspirações do povo norte-rio-grandense. Quero, porém, antes de mais nada, dizer da alegria e do envaidecimento que o fato me proporciona, pois, passar a desfrutar do convívio de homens e mulheres que tanto brilho emprestam à cultura potiguar, faz-me o espírito encher-se de júbilo ao tempo em que a consciência vislumbra a responsabilidade que a coisa representa. Minha satisfação não seria plena se dela não participassem amigos e familiares. Meu saudoso pai certamente transbordaria de felicidade, ele que muito interesse despertava pelos afazeres culturais e muito me incentivou nesse sentido. Consciente e jubilado, portanto, quero externar a minha gratidão ao querido escritor e mestre José Melquíades de Macêdo, que propôs o meu nome, e a todos os confrades que, sob a magnânima presidência do dr. Enélio Lima Petrovich, gentilmente me aprovaram e hoje magnificamente me recebem na mais antiga instituição cultural da terra potiguar.

Inicialmente desejo fazer um esclarecimento preliminar acerca do que discorrerei no presente trabalho, que não pretende nenhuma conotação de estudo dotado de maiores profundidades em qualquer área do conhecimento acadêmico. É fruto, tão somente, de fatos observados por quem procurou

tirar conclusões através de suas andanças pelos mais diversos quadrantes do território potiguar, seja em viagens de recreio, seja no desempenho das lides profissionais, vendo e procurando sentir, na tentativa de melhor compreender as coisas e a gente de nossa terra. Servem-me também de arrimo as leituras constantes que empreendo, já há alguns anos, daquilo que considero a literatura potiguar, ou seja, todo e qualquer volume literário que verse sobre a nossa terra ou que tenha sido produzido por um de nós. A propósito, sou colecionador de livros com essas características, possuindo já um pequeno acervo que constitui uma mini, porém eclética biblioteca, onde se misturam desde cantadores de viola até os melhores de nossa intelectualidade, incluindo políticos, sacerdotes e profissionais liberais os mais diversos, que acharam por bem registrar, no papel, alguma coisa como contribuição aos pósteros. Nada completo, evidentemente, porém uma boa amostragem do nosso caldo cultural. Com essa colocação, passemos ao que procurei emprestar uma feição de coisa amena, uma crônica, talvez.

Aforisticamente se costuma dizer que a primeira impressão é a que fica. Talvez a máxima não seja assim de um determinismo a toda prova, o que também se pode concluir de qualquer ditado popular, mas a verdade é que, com um primeiro contato, um bom observador pode inferir múltiplos aspectos de algo observado, notadamente do ponto de vista extrínseco das coisas e mesmo de pessoas e lugares com os quais nos deparamos.

Quando viajamos, o nosso principal objetivo é o contato com povos e lugares outros, o que sempre nos aguça a curiosidade, sobretudo tratando-se do primeiro contato. Comigo a coisa sempre acontece como se fosse a primeira vez, quando demando as terras seridoenses. É sempre um prazer renovado quando se adentra uma cidade do Seridó. De imediato se percebe o cuidado com a limpeza das ruas, casas e logradouros públicos em geral. Não é comum nas cidades seridoenses, aglomerados urbanos que possam ser caracterizados como “favelas”, mesmo em suas periferias. E não se pense que a limpeza fica só na faixa; procure entrar na intimidade daquela gente e observe suas coisas básicas dentro do lar. Peça, por exemplo, água para beber e a mesma lhe será servida em copo limpo, mesmo tratando-se de gente humilde. A propósito, existe um costume bastante observado por eles que é tomar água em copo de alumínio. De tão limpos os copos brilham. Ali se cultiva a limpeza.

No que diz respeito ao trabalho, faz-se mesmo proverbial a operosidade do povo seridoense. A vontade de fazer as coisas ordenadas parece ser algo imanente. Aí então é um fazendeiro multifacetário; aproveitando-se tudo, desde os espaços disponíveis à implantação de sua cultura agrícola, até fechar riachos para transformá-los em açudes, criando, assim, soluções as mais diversas como forma de enfrentar o meio hostil, tornando a adversidade uma aliada no enfrentamento do cotidiano, fazendo das tripas coração, como se diz por lá. O resultado disso tudo é por demais conhecido de todos: lembro os queijos e manteigas, os doces e biscoitos, os licores e tantos quitutes mais, todos saborosíssimos a se espalharem

pelo estado afora, numa profusão de iguarias capaz de saciar o apetite e paladares os mais exigentes.

Voltando-se a atenção para a confecção de produtos de outra natureza, pois não se pense que o seridoense só pensa na mesa, existe uma variedade de objetos lúdicos ou utilitários, abrangendo desde o vestuário até os instrumentos de uso agropastoris, incluindo redes de dormir, rendas de almofadas e coisas de utilidade doméstica capazes de encher os olhos do observador, tanto pela beleza plástica, como pelo capricho empregado no acabamento, pois fazer bem feito também faz parte de sua criatividade. Manoel Rodrigues de Melo, em palavras introdutórias no livro *Seridó*, de José Augusto Bezerra de Medeiros, edição de 1980, assim se expressava:

... Região seca e árida, o Seridó vive milagrosamente pelo esforço hercúleo do seu povo, cavando a terra, construindo açudes e barragens, armazenando as águas da chuva, criando o gado, plantando o algodão, industrializando os minérios, fabricando o queijo conhecido em todo o Brasil. Povo industrioso e forte, o seridoense não se escraviza aos processos rotineiros de trabalho, antes, pelo contrário, está sempre a renová-los, empregando novas técnicas de trabalho e produção, novos processos e novas opções....

Outro aspecto merecedor de atenção no Seridó é a organização de suas festas sócio-religiosas. A religiosidade popular na região, registre-se, é algo de considerável profundidade. Todas as cidades seridoenses gostam de celebrar seus santos oragos. E o fazem com pompa e circunstância, tudo obedecendo a um planejamento prévio pelo qual se procura estabelecer uma harmonia entre o sacro e o profano, de maneira tal que, toda aquela gente comunga um estado de graça, o qual, aliado a sua lhaneza nata, deixa o visitante embevecido como que por contágio. Missas e novenas, feiras e leilões, bailes e, de resto, toda e qualquer atividade desenvolvida naqueles dias, constitui motivo de alegria e regozijo dobrados. Nos causa satisfação ver o aprumo e o gosto das pessoas com suas indumentárias novas a desfilar nas praças, igrejas e avenidas.

Merecedor, também, de atenção é o engajamento cultural e político da região, tanto no contexto estadual como além fronteiras. Não foram poucos os seridoenses que chegaram à governadoria do Estado. Muitos tiveram e têm ações que merecem reconhecimento nas lides legislativa e judiciária. Inúmeros têm sido os que se sobressairam nas letras e, de modo brilhante, galgaram o pódio da intelectualidade. A resultante de tudo isso poderia muito bem constituir inestimável memorial em honra de todos aqueles homens ilustres que, cada um a seu modo, muito deram de si para o bem de

seu torrão e de sua gente. Mais uma vez o saudoso Manoel Rodrigues de Melo com a palavra:

... O povo do Seridó possui uma forte vocação política a manter e a zelar. No período de Independência, deu o primeiro presidente da província, na pessoa de Tomás de Araújo Pereira. No Senado, esteve representado pelo padre Francisco de Brito Guerra, fundador da imprensa do Rio Grande do Norte e amigo do regente Feijó, e, mais tarde, no fim do século, pelo senador José Bernardo de Medeiros, avô do atual senador Dinarte de Medeiros Mariz. Particularizando o Rio Grande do Norte, esteve representado quatro vezes no governo do Estado: a primeira, por José Augusto Bezerra de Medeiros, autor deste livro; a segunda, por Juvenal Lamartine de Faria, introdutor do voto feminino e da aviação civil no Rio Grande do Norte; a terceira, por Dinarte de Medeiros Mariz, fundador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e a quarta, por José Cortez Pereira de Araújo, professor universitário. Isto sem falar em outros seridoenses, como Amaro Cavalcanti e padre João Maria, que têm os seus nomes nimbados pelos reflexos da cultura e da santidade....

Rodrigues de Melo esqueceu de citar o saudoso monsenhor Walfredo Gurgel e o tempo não chegara ainda para as administrações dos senhores Radir Pereira e Vivaldo Costa.

Sobre as origens do povo do Seridó não é pouco o que já se discutiu. Muitos são de opinião que o seridoense é algo diferente por possuir, de origem, forte dosagem de sangue batavo. Argumenta-se que muitos holandeses, no atabalhoamento da expulsão em 1654, embrenharam-se mato a dentro na demanda daquelas paragens, como forma de preservar a vida, longe das vistas da autoridade no litoral. Mestre Câmara Cascudo, autoridade maior nestes assuntos, tinha opinião diversa. Assegurava ele, e de modo bastante enfático, que tal não procedia. Afirmava que a ascendência seridoense tivera origem nas províncias do Norte de Portugal, onde predomina o tipo aloirado, de olhos claros, possivelmente de origem celta. De concreto se pode afirmar a constatação de mais de cem registros de famílias no Armorial Lusitano a nominar, com bastante frequência, a gente seridoense. Segundo ainda aquela autoridade, em seu livro *Viajando o Sertão*, a família sertaneja começou a fundamentar-se em fins do século XVII para o correr do século XVIII, com elementos fisicamente fortes e etnicamente superiores, posto que, para o inevitável confronto com a

bugraiada bravia e atrevida, era fundamental que o homem fosse desassombrado. Nas palavras do mestre, ... *não se podia ter medo de morrer, nem remorso de matar*. Foram chegando, seguindo as ribeiras, desbravando a mata, montando os currais, num processo que teria como desfecho natural a casa grande da fazenda, centro polarizador e baluarte na defesa contra todo tipo de hostilidade comum à época. De acordo, ainda com sua opinião, luta tão árdua, não se enfrentaria com o elemento mestiço, pois, apesar de inteligente, é dispersivo e arreatado, incapaz de uma ação ininterrupta.

Procurando-se analisar o ponto de vista cascudiano pela ótica da lógica, vê-se que existe muito fundamento nas suas colocações. E fico por aí, afinal, quem sou eu para ficar tirando ilações outras daquilo exposto por tão renomado etnógrafo, cujos estudos no campo da antropologia se afirmaram mundialmente. Entretanto, no que se refere particularmente à formação do povo seridoense, quero me permitir algumas considerações, ainda que superficiais. Acho que alguns fatores de ordem socioculturais e, até mesmo econômicos, contribuíram decisivamente como plasmadores, inclusive do biotipo, do homem daquela região. Por exemplo: o entrelaçamento familiar, operado pelos casamentos entre as famílias tronco, amalgamando-as geneticamente, digamos assim, em uma como imensa família. Quase todo seridoense de tradição possui laços de parentesco multifamiliares no contexto regional. O fato deve ter contribuído de modo bastante significativo para aproximar o elemento típico da região de um padrão genético distinto, cuja identificação se faz ao primeiro contato.

Em relação, especificamente, à predominância de indivíduos de pele clara, tenho comigo uma tese de que até mesmo fatores de ordem econômica acabaram contribuindo para o fato e explico: a pecuária, atividade predominante, por séculos, na região, inicialmente não foi capaz de gerar lucros significativos que permitissem o luxo de uma numerosa escravaria, o que nem mesmo se faria necessário, vez que, tal atividade não necessitava de grandes contingentes que fosse preciso recorrer ao braço escravo. Na maioria das vezes os trabalhos eram tocados pelo próprio fazendeiro com a ajuda de seus familiares. O negro, de modo pouco significativo, existia aqui e ali, cuidando das lides domésticas, ajudando, quase sempre, na cozinha de um ou outro senhor mais abastado. Outrossim, além de pequeno o contingente, não dispunha, o senhor sertanejo, diferentemente do senhor de engenho do litoral, de tempo livre para a promiscuidade sexual com a mulher negra. Acho mesmo que, diante de sua carga de trabalho cotidiana, não lhe sobravam forças nem disposição para aventuras dessa natureza, além dos compromissos conjugais, salvo uma ou outra exceção. E com essa lógica, entendo que a conduta não se depravou devido mais à falta de oportunidades, que mesmo à decantada moral sertaneja de outrora. Daí o pequeno grau de mestiçagem, especialmente entre as famílias tronco povoadoras da região.

Diante do grau de complexidade que envolve o tema, entendo que seria leviano, e até mesmo falacioso, se dizer somente do fator genético

como formador do caráter seridoense. Vislumbro mesmo, no enfrentamento das vicissitudes a que se achava exposto, mais determinismo que em qualquer outro fator. Sua têmpera, percebe-se, foi forjada em cadinho especial, onde se misturaram elementos variados, mas que, na obtenção da liga final, o trabalho árduo contribuiu de modo decisivo. De tudo isso, um fato se impõe inquestionável: não há como não perceber que, no Seridó, apesar das limitações naturais a lhe tolher as ações, o homem não se amofina, antes luta e enfrenta as adversidades, pensa e cria soluções, tem vontade de vencer os obstáculos e acaba vencendo-os, utilizando-se de uma gama de qualidade superiores.

Contudo, apesar de toda a sua fibra, lamentavelmente, se constata nos dias correntes, fatos da maior gravidade em relação aos fatores que dão sustentação à economia daquela região. Estudos recentemente levantados por encomenda da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte mostram números nada animadores, como por exemplo, a constatação de que, apesar da região ser a detentora da maior bacia leiteira do Estado, sua área de pastagem se reduziu em 24% entre 1985 e 1995, enquanto suas lavouras no mesmo período se reduziram em 52%. O fator limitante de maior significação para os fatos, reside exatamente no solo da região. Geologicamente, a sua superfície se acha relacionada ao período pré-cambriano (período geológico antigo), onde as rochas, em grande parte, facilmente afloram à superfície, tornando os solos rasos, com pouco aproveitamento para a agricultura. Junte-se a isso as técnicas tradicionalmente usadas no cultivo da terra, totalmente inadequadas para a realidade local, agravadas com o uso indiscriminado da foice e do machado a ferir secular e impiedosamente a pobre e escassa flora da região, o que se poderia sanar em grande parte através de campanhas educativas, pelas quais se ensinasse ao homem a aplicação de métodos alternativos, na busca de meios que permitissem a sua sobrevivência, preservando, igualmente o meio ambiente. Muito já se falou nesse sentido. Não são poucos os trabalhos técnicos, verdadeiros tratados elaborados por estudiosos, a dormitarem entulhando os arquivos oficiais, somente lembrados por ocasião das famigeradas campanhas eleitorais, para em seguida caírem novamente no longo hiato do esquecimento até que chegue a próxima eleição, para a repetição da mesma cantilena de promessas.

O mais grave, porém, é o que se apura no campo demográfico: simplesmente verifica-se que o número de habitantes da região vem, em números absolutos, diminuindo nos últimos anos, fato para o qual só se consegue alguma explicação no fenômeno do êxodo rural, conseqüência natural do abandono e do descaso a que têm sido relegados as populações interioranas. Não é admissível que, por falta de apoio e, até mesmo por maldade política, aconteça de um povo com tanta tenacidade comece a definhar, igualmente ao que aconteceu a seu principal produto econômico, o algodão que, apesar da robustez de sua fibra, foi devastada a sua cultura

por absoluta falta de iniciativa da parte de quem deveria tomá-la, restando do fato a saudade e a lamentação para o Estado como um todo.

Salve-se o Seridó, enquanto é tempo, para a felicidade geral de toda a terra potiguar.

Discurso de posse, na categoria de sócio efetivo do IHG/RN, proferido na sessão solene de 30/11/99.

LUIZ ANTONIO, MEU PADRINHO

Marcos Maranhão
Sócio Efetivo

Musa da História! Canta Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima! Médico humanitário, tribuno destemido, orador fluente, amigo fiel, apóstolo da pobreza, intemerato e bom.

Foi meu padrinho de batismo. Nume tutelar de minha infância e adolescência. Era “o médico da família”. Meus primeiros anos, que já vão longe, transcorreram sob a proteção médica daquele santo que se desvelava com atenções de avô afetuoso.

Sabia que eu não gostava de injeções. Jamais as prescrevia. Curou-me de uma hepatite braba, aos doze anos de idade, com água de coco, cujos frutos eram trazidos de um coqueiro de sua casa, repouso, dieta alimentar e xaropes de Chofitol e Cinaron. Fiquei radicalmente curado.

Meu pai, Djalma Maranhão, deputado federal e estadual, prefeito de Natal em duas administrações, presidente do PSP e PTN, era seu compadre e amigo fervoroso.

Na administração Djalma Maranhão foi diretor de saúde da Prefeitura de Natal, cargo equivalente a secretário de Saúde, que não existia, à época, na Prefeitura do Natal.

Dinâmico, capaz, honesto, realizador, era um verdadeiro dínamo. Na juventude foi oficial da reserva do Exército. Formou-se em Farmácia no Recife e Medicina no Rio de Janeiro. Assuense, radicou-se em Natal, onde alcançou larga fama como clínico geral. Era um imã que atraía todos que participavam do seu convívio para participarem do seu exemplo de desprendimento e amor à causa pública. Corajoso como um leão, era dócil com aqueles a quem amava e com quem convivia.

Dele ouvi as mais edificantes lições de procedimento ético, patriótico, moral e cívico que guardo até hoje.

Combatia as ditaduras, sendo medularmente democrata. Foi contra o regime do Estado Novo e militou no Partido Popular, na memorável campanha de 1934, ao lado de Dinarte Mariz.

Com a redemocratização do país, mais uma vez ao lado de Dinarte, é fundador da UDN no Rio Grande do Norte, juntamente com José Augusto e Juvenal Lamartine.

Foi professor da Faculdade de Medicina e seu diretor. Sua voz de grande experiência, grande força moral e forte autoridade cívica era acatada por reitores e governadores de Estado. Perguntava-se sobre assuntos

importantes: Luiz Antônio já falou? Luiz Antônio foi ouvido? Qual é a opinião de Luiz Antonio? E sua voz incontestemente, prudente e corajosa, era sempre aceita nas decisões políticas de sua época.

Douto e estudioso nas grandes questões científicas, tinha entretanto, normalmente, a serenidade e a simplicidade dos justos.

Na juventude, considerava o corpo humano uma máquina. Na velhice, entretanto, quanta doçura, quando falava em Deus, o Grande Arquiteto do Universo, nas Lojas Maçônicas! Foi delegado geral do Grão-Mestre Nacional do Grande Oriente do Brasil no Rio Grande do Norte, desempenhando estas funções com zelo, assiduidade e intensa operosidade, incentivando o Oriente de Natal e o interior do Estado.

Maçons, católicos e protestantes tinham por ele uma verdadeira admiração pelo seu exemplo apostolar, atendendo gratuitamente aos pobres e fornecendo-lhes, ainda, os remédios necessários.

Sua Diretoria de Saúde na Prefeitura, seu consultório particular e seu gabinete no Hospital das Clínicas eram abertos a todos que precisavam.

Sua esposa, Dila, era grande amiga de minha mãe, Dária Cavalcanti Maranhão e esta amizade passou para mim e seus filhos, Olindina, Rodolfo e Anadila.

Olindina foi auxiliar de educação de meu pai, Djalma Maranhão, na Prefeitura, tendo sido, também, diretora do Ateneu Estadual. No Movimento de 1964, quando meu pai foi deposto, foi de uma presença constante, de grande força moral, em um momento difícil, juntamente com o senador Dinarte Mariz.

Anos depois, Olindina viaja em turismo ao Uruguai onde meu pai estava exilado. Foi a última pessoa natalense que viu meu pai com vida, antes do enfarto fulminante.

Rodolfo, sempre atuante e disposto, mistura de médico e fazendeiro, foi por mais de 15 anos diretor do Instituto Técnico e Científico de Polícia, tendo organizado, em bases racionais e modernas, a instituição. É ainda professor do Curso de Medicina da UFRN.

Anadila herdou a inteligência brilhante do pai. Bonita e elegante, brilha nas reuniões sociais e administra, ainda, uma fazenda.

O exemplo de Luiz Antônio frutificou, e ainda hoje em Natal, a memória popular lembra-se daquele homem bom e caridoso. Na maçonaria é cultuado como uma de suas colunas.

Seu acendrado amor pelo Pavilhão Nacional o fez redigir belíssima "Saudação à Bandeira do Brasil", por ele denominada de *hóstia policroma de nossa eucaristia cívica*.

Trago este depoimento sobre Luiz Antonio, a pedido de Enélio, também um dínamo de capacidade e reconhecimento aos ausentes, cumprindo um dever do meu coração. Enquanto vida eu tiver, sua imagem sempre brilhará.

CENTENÁRIO DE THADEU VILLAR DE LEMOS

Tobias Pinheiro
Sócio Correspondente

Ele nasceu na Serra do Martins, Rio Grande do Norte, no dia 9 de junho de 1901. Faleceu na véspera do Natal de 1980. Seus pais, também do Rio Grande do Norte, são lembrados num preito de homenagem ao filho: Honor de Sousa Lemos e Maria Hermilinda Villar de Lemos. Dona Hermilinda, que tive a alegria de conhecer já nonagenária, era tia do famoso Orlando Villar Ribeiro Dantas, fundador do *Diário de Notícias*, em 12 de junho de 1930, onde, de novembro de 1954 até 1974, trabalhei. Pela mão de Thadeu ali cheguei, tendo chefiado a redação, com nome no expediente, 15 anos depois.

Thadeu ingressou no jornalismo em 1918, como redator de *A Imprensa*, de Natal, um matutino dirigido por Luís da Câmara Cascudo, seu amigo de infância. Em 1932, Thadeu já trabalhava no *Diário de Notícias*, com o primo. Dali saiu depois de passar num concurso para agente fiscal do imposto de consumo. Foi colega de José Lins do Rego, também centenário, que *O Galo* destacou na edição de maio, e do poeta sergipano Cleómenes Campos. Eram os príncipes da nação, que defini numa trova: “O fiscal é, na verdade, / um homem que apareceu / cobrando da humanidade / aquilo que não vendeu”.

Em 28 de junho de 1924, Thadeu solidificou os elos que o prendiam à terra natal e casou-se com a conterrânea Maria de Lourdes Coelho Lemos. Suas atividades de fiscal do consumo o levaram a vários estados: Piauí, Maranhão, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1961, Tancredo Neves, nas funções de primeiro e único ministro parlamentarista, promoveu Thadeu Villar de Lemos a inspetor fiscal, último posto da carreira, no qual se aposentou, fixando residência em Niterói. Muitas vezes os escritores Raimundo Nonato e Antônio Justa se encontraram em sua bonita mansão.

Amigo de Cascudo - Thadeu mantinha correspondência semanal com o primo Cosme Lemos, poeta de fácil inspiração, que chegou a deputado estadual, e com Luís da Câmara Cascudo, de quem possuía todos os livros. Era afilhado do coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e, embora mais novo do que Luís, foram praticamente criados juntos. Era o irmão que Câmara Cascudo não teve. Colaborou em mais de 100 jornais espalhados pelo Brasil e dizia, com certo orgulho de potiguar, que fundou *O Lábaro*, na cidade de Mossoró, em suas andanças pelo interior do Rio Grande do Norte.

Publicou 22 livros de crônicas, biografias, memórias e impressões de viagens à Europa e ao Oriente Médio. Muito religioso, foi distinguido pelo Sumo Pontífice Paulo VI com o título de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Silvestre Papa. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que em 2002 se torna também centenário, sob a vigilante orientação do mestre Enélio Lima Petrovich. É com razão que me sinto feliz como sócio correspondente desse Instituto, onde se conserva o acervo cultural de Thadeu, para que os conterrâneos não se esqueçam dele.

Foi por intermédio de Thadeu Villar de Lemos que me aproximei de Câmara Cascudo. Em mensagem publicada no, *O Imparcial*, de São Luís (MA), dia 21 de março de 1976, o mestre me saudava como embaixador da inteligência maranhense. Alguns anos antes, em carta de 23 de junho de 1971, disse a Thadeu que leu meu trabalho *Os Fantasmas de Minha Terra* (seu compadre Tobias Pinheiro escreveu uma delícia sobre as viagens maranhenses) e me sugeriu que preparasse uma antologia, com depoimentos de cada Estado, sobre fantasmas legítimos, fonte fecunda de imaginações.

Depois de sua morte, continuei visitando a viúva, minha comadre, e tal como ocorreu com Thadeu, acompanhei seu corpo ao cemitério de Niterói. Essa amizade não se interrompe com a morte. Minha filha, formada em Direito e residindo nos Estados Unidos desde 1993, é afilhada de Thadeu e de sua filha adotiva e cunhada Luthgard de Oliveira Coelho, falecida em 1959. Ela foi minha colega de trabalho e pediu ao pai que me empregasse no jornal. Graças a ele, uma guinada de 180 graus registrou-se em minha vida. Esta crônica é apenas um gesto de gratidão ao querido Thadeu Villar de Lemos.

JOÃO CÂMARA, UM GRANDE BRASILEIRO

Paulo Pereira dos Santos
Sócio Efetivo

O Empresário

Um homem que pautou sua vida numa trajetória de muito trabalho e muita dignidade. Um protótipo de conciliador e de probidade. Um diplomata nato e um exemplo, sobretudo, de empreendedor. Nasceu no povoado de Boa Vista, município de Taipu, numa sexta-feira, no dia 08 de março de 1895. Viveu apenas 53 anos. Com seu falecimento inesperado, Baixa-Verde, berço dos seus empreendimentos, perdia o maior construtor de sua economia e o Rio Grande do Norte ficava mais pobre. Desaparecia um semeador de riquezas e um empreendedor dos três setores econômicos do Estado. João Câmara era um cavaleiro andante, sempre à procura de novas formas de produzir em favor do desenvolvimento da nossa terra potiguar. Naquela época, era uma das maiores fortunas pessoais do Rio Grande do Norte. Do Brasil, sua empresa tinha a maior área coberta destinada ao beneficiamento do algodão. Ia implantar a maior prensa do mundo, segundo as informações dos jornais da época. Dono de uma das mais perfeitas organizações empresariais e comerciais do Nordeste. Suas atividades industriais já influenciavam direta e indiretamente todos os municípios potiguares. Eram fábricas de óleo, usinas, dezenas de armazéns e escritórios espalhados por todo o Estado. Só no Mato Grande havia 60 propriedades plantadas de algodão da empresa “João Câmara & Irmãos”.

Todas as pessoas, que com ele trabalharam e o conheceram, deram seu depoimento sobre a figura do grande norte-rio-grandense, ressaltando sua inteligência, sua capacidade de trabalho, seu senso de justiça e seu espírito de conciliador por excelência. Na verdade, ele reunia as principais qualidades dos grandes homens: inteligência aguda, força de vontade férrea e capacidade realizadora.

João Câmara, apenas com a instrução primária, aparentava contudo o contrário, dando a impressão visível de quem recebera ensinamentos no mais alto grau. Surpreendia a todos sua maneira clara de ver as coisas, a solução pronta que tinha para os assuntos da área de suas atividades. Tinha uma visão larga dos empreendimentos que realizava. Foi um arquiteto primoroso do trabalho que soube muito bem cinzelar a mais importante das

obras que o imortalizou: o exemplo de operosidade e dignidade. A sua Universidade foi o trabalho tenaz.

Pobre, erguia-se lentamente à custa do seu esforço pessoal, construindo dia a dia o seu mundo. Daí se pode dizer que ele era um verdadeiro “self-made man”, talhado para o trabalho e vencedor. Como pequeno comerciante, em Baixa-Verde, ampliava a rede de uma organização modelar e levava seu nome para primeira fila da classe industrial. Tornava-se grande sua empresa, multiplicando-se em sucursais, assimilando a técnica mais moderna de produções e vendas, colocando seu nome como homem bem sucedido no mundo empresarial. Os revezes que aconteceram no seu trajeto de empresário não o derrubaram, mas foram motivos para cada vez mais redobrar seu trabalho no sentido de solucionar os problemas.

O Político

No campo político, João Severiano da Câmara, foi Intendente de Taipu, o primeiro prefeito de Baixa-Verde, Deputado Estadual, Presidente e Fundador do Partido Social Democrático (PSD) e Senador da República. Envolveu-se em política mais por contingência do que por interesse de cargos. Não precisava disso.

Já 1930, ele era um dos líderes políticos mais prestigiados pelo povo e mais admirado pelos seus companheiros de luta. Seu nome crescia entre os grandes políticos da época. Esse é mais um capítulo de sua admirável história. O industrial, o homem de vida prática passava a ser chefe político de notável prestígio popular, conquistando a simpatia de todos. Com seus companheiros de chefia, conseguiu levar seu partido as mais brilhantes vitórias, sagrando-se um senhor de grande serenidade e de aguda visão política. Nesta altura, ele já era uma força preponderante na agremiação que ajudaria a erguer, manter e consolidar com sua capacidade e dedicação assídua.

Alguns tentaram denegrir sua imagem de homem honesto, mas perderam diante de uma avalanche de provas contundentes em seu favor.

João Câmara tinha um carisma todo especial que empolgava, emocionava, convencia, conquistava e despertava confiança. Ele era considerado também um homem de palavra, que honrava seus compromissos e agia com probidade.

Seu Falecimento

Falecia o grande homem e diante do seu corpo inanimado havia a unanimidade natural de opinião: foi homem de bem. A fortaleza de sua generosidade era reconhecida pelo povo norte-rio-grandense. As flores incontáveis, que escondiam o féretro onde o senador João Câmara dormia o seu último sono de homem justo, vinham de todas as mãos correligionárias e adversárias.

Vejamos alguns depoimentos, os mais sentidos, honestos e fraternos por parte de autoridades e políticos. (1)

- Café Filho, como Deputado Federal e seu adversário, em discurso na Câmara Federal, dizia: “Fomos Sempre adversários políticos, mas para revelar a personalidade do morto, basta dizer que, apesar dessas lutas repetidas, desses embates, jamais quebramos as relações pessoais. Por isso, quando o Rio Grande do Norte perde no Senado, João Câmara, uma das mais destacáveis figuras de seu comércio e de sua indústria, nesta hora em que muitos oradores têm de silenciar diante do túmulo, obrigados pelas disputas políticas, eu não preciso desse esquecimento e venho, de coração, em nome próprio e em nome do meu partido, associar-me à dor da bancada pessedista de meu próprio Estado, pela morte do ilustre filho que, vindo da pobreza, conseguiu ligar seu nome, pelo esforço pessoal e pelo trabalho, ao progresso do Rio Grande do Norte”.
- O governador do Estado, José Augusto Varela escrevia: “Nunca esquecerei que a orientação política e administrativa do meu governo contou sempre com a ajuda e o apoio deste grande homem, cujas palavras sempre calaram bem fundo no meu espírito e no meu coração. Posso até afirmar que a política adotada pelo partido majoritário e pelo meu governo, esta política de garantia para todos e de respeito à liberdade de todos, tem origem nos compromissos assumidos, sob inspiração dele, para organizar a nova força partidária”.
- Dom Marculino Dantas dizia: “A morte do senador João Câmara foi ao meu ver uma verdadeira “bomba atômica” no Estado, considerando sob todos aspectos da sua incrível atividade, na família e no comércio, na indústria e na política. João Câmara, um homem inteligente e de rara visão das coisas”.
- O Deputado Djalma Marinho afirmava: “Como amigo de João Câmara pranteio compungido o seu desaparecimento e como rio-grandense do norte lamento que a minha terra tenha perdido o timoneiro de sua economia. A política viu-se desfalcada do seu moderador sempre orientando no sentido do bem público”.
- O senador, escritor e jornalista Eloy de Souza em artigo no jornal “A República”, entre muitas outras afirmações, dizia: “A ele devo uma longa e constante amizade. A ele devo uma espontânea manifestação de solidariedade num dos percalços de minha vida econômica em que, com surpresa, me acudiu, levando a minha casa e entregando nas minhas mãos quantia avultada para que eu lhe pagasse quando e como pudesse.

Outros terão porventura sido beneficiados com igual liberalidade que ele colocou e eles não divulgaram, mas eu me sinto, por um imperativo da consciência, na obrigação de

desvendar, como um preito à memória de um homem artífice da própria fidalguia”.

Senador Ferreira de Souza, na época seu adversário, afirmava em discurso no Senado: “Caiu um velho companheiro, um velho correligionário que não esquecemos; caiu um adversário que sempre soube se fazer estimar pelo espírito de concórdia, pela capacidade de moderação e pela alta compreensão do cargo público que assumia”.

Sem dúvida, foi um grande brasileiro.

1. Depoimentos extraídos do livro “Um Homem Admirável, João Câmara”, do mesmo autor deste artigo (2003).

SECA DE 32

José Romero Araújo Cardoso
Colaborador

Empenharei a última jóia da coroa, se preciso
for, mas nenhum nordestino morrerá de fome.

D. Pedro II

Os parques auxílios enviados pelo império brasileiro para o Nordeste quando da seca de 1877-1879, responsável pelo maior flagelo natural do século XIX nessa região, talvez tenham sido os responsáveis pela “descoberta” das desigualdades regionais. O monarca, em pessoa, compadeceu-se do drama nordestino.

Retirantes martirizados pela seca perambulavam sertão afora, buscando algo que lhes garantisse sobreviver por mais tempo. O auxílio que a coroa brasileira havia empenhado, quando conseguia atingir o objetivo, não era raro servir de instrumento à ratificação da dominação por parte das elites hegemônicas. Nos sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte ficou registrado de forma indelével a luta de Jesuíno Brilhante, visando democratizar o abastecimento de víveres à população castigada pela estiagem. Provavelmente isso tenha se constituído no primeiro momento importante de contestação da chamada “indústria da seca”, a qual no presente volta-se contra o Fundo Nacional de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF), enquanto forma de garantir a ignorância e a manutenção do *status quo*.

Posterior à grande seca, o final do século XIX foi marcado por pequenos períodos de estios. Nada comparados aos que seriam registrados em seguida. Exemplo disso encontramos principalmente em 1915, 1919 e, o mais angustiante de todos, 1932.

A tendência centralizadora que marcou a Era Vargas, principalmente em suas três fases (1930-1934 / 1934-1937 / 1937-1945), as quais definiram o próprio sentido do reordenamento político e socioeconômico nacional, determinaram a nova postura do Estado no trato com as questões regionais, sobretudo no que diz respeito à busca em suprir a população com recursos hídricos, tentando, dessa forma, garantir que o quadro apresentado em épocas anteriores não se repetisse de forma drástica e alarmante.

A seca de 32, na verdade, recrudesceu-se neste ano, embora o estio já estivesse definido desde a década de 20, quando a inconstância da natureza no Nordeste apresentou-se de forma bastante contraditória. Em

1924, as precipitações pluviométricas em toda região mostraram-se extremamente favoráveis, para, em seguida, começarem a declinar abruptamente, marcando os momentos iniciais do que estava por vir.

A presença de um paraibano no Ministério de Viação e Obras Públicas do Governo Provisório de Vargas provavelmente tenha contribuído de forma decisiva para a concretização de grandes projetos que, efetivamente, beneficiaram o Nordeste. Obras paralisadas há mais de dez anos foram reativadas. A corrupção grassante que marcou o triênio Epitácio Pessoa (1919-1922) na Presidência da República, responsável pelo maior escândalo envolvendo empreiteiras de outros países e os seus aliados internos, teve certo controle em razão da própria natureza política que embaçava ideologicamente os primórdios da etapa inaugurada em outubro de 1930.

Barragens, como as que represaram São Gonçalo, Condado, Boqueirão de Piranhas, na Paraíba; Itans, Lucrecia e Gargalheiras, no Rio Grande do Norte, além de inúmeras outras espalhadas pelo semi-árido nordestino, representaram a busca pela “redenção” regional.

Enquanto o Sudeste se encontrava extremamente dinâmico do ponto de vista de sua inserção no modo de produção capitalista, dotado de uma certa infra-estrutura industrial que garantia-lhe a hegemonia no país, os Estados do Norte encontravam-se estagnados em suas forças produtivas, mergulhados no mais absoluto anacronismo no qual o cangaço ainda imperava e o poder dos “donos da terra” ainda era bastante determinante, como ainda o é nos dias atuais.

Em campanha política para a Presidência da República, Vargas e sua equipe ministerial percorrem o Nordeste inaugurando obras. Acompanhado destes estava um assessor do Ministério de Viação e Obras Públicas, advogado e jornalista paraibano, de nome Orris Fernandes Barbosa, responsável pelo expressivo registro jornalístico compilado em livro sob o título *Seca de 32 - Impressões sobre a crise nordestina*. Lançado em 1935 no Salão Nobre da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, apresentado pelo ex-oficial de gabinete do ministro José Américo de Almeida, o também paraibano Ruy Carneiro, *Seca de 32* diferenciou-se radicalmente do estilo literário em voga ao preferir a descrição enfadonha e adotar a minúcia da análise crítica.

Barbosa deteve-se de forma euclidiana na terra e no homem, denunciando a atuação das oligarquias locais na usurpação de verbas públicas, bem como denunciando o esquema que desestruturou a acumulação de divisas que dinamizou a economia brasileira depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A nova visão política dos homens que chegaram ao poder foi supervalorizada, criando o mito do Estado ideal. A própria época, turbulenta em sua essência, marcando a desarticulação do antigo regime da política do café-com-leite, tendo em vista os desvios tentados com o movimento de 32 em São Paulo, assessorava-lhe em seu discurso com certa nuance prosetilista.

A denúncia de uma situação contornável, caso houvesse interesses por parte do poder central e das elites dirigentes, transformou *Seca de 32* em um clássico da sociologia das estiagens. Em poucos momentos de nossa literatura, a questão nordestina foi tratada de forma tão complexa, onde o registro, no que diz respeito à metodologia, prima por uma análise multidisciplinar, no qual misturam-se o quantitativo com o qualitativo de forma harmônica e articulada.

A situação socioeconômica, o político, o geográfico, o histórico e o antropológico, com destaque às transformações denotadas pelo autor no que se refere ao imaginário popular com a introdução de novas tecnologias que, conforme o mesmo, estavam desmistificando certos dogmas arraigados no sertanejo, são priorizados no opúsculo de Orris Barbosa referente à seca de 32 no nordeste brasileiro.

Não obstante às mais de seis décadas que o mesmo foi publicado em primeira edição, incorporado recentemente à “Coleção Mossoroense” em segunda edição, a situação de penúria do nordestino pouco se modificou. A divisão interregional se acentua e, conforme divulgou a ONU em dados estatísticos referentes à qualidade de vida do povo brasileiro, a região ocupa lugar de destaque, com o município de São José da Tapera ocupando a posição número um quanto às péssimas condições de existência. Motivo pelo qual a atualidade de *Seca de 32* o transforma em importante referencial para compreendermos a região no ontem, no hoje e no futuro, caso as preocupações continuem sendo fingidas pelos “donos do poder”.

HISTÓRIA DA GASTRONOMIA BRASILEIRA & CÂMARA CASCUDO

Anna Maria Cascudo Barreto

Sócia Efetiva

Quando se nasce, quando se vem ao mundo, respira-se. A segunda determinante vital é a alimentação. O imperativo do sexo surge muito depois. O estômago é, pois, funcional ao primeiro momento extra-uterino, e acompanha a vida.

Luis da Câmara Cascudo, em *História da Alimentação no Brasil*, Volume II, pág. 396, já registra como é difícil, por exemplo, o estudo de uma feijoada completa ou de um peixe refogado. A feijoada tem a carne de gado europeu, verduras e legumes africanos, asiáticos, ameríndios, fundidos na obra-prima nacional, secular e contemporânea. Peixe refogado - o peixe é brasileiro, o dendê veio do Congo, a técnica é portuguesa, a cebola do poente asiático. Comeram quiabo os Faraós antes das Pirâmides. A culinária, indispensável e ajustadora inicial da natureza, é indispensável à continuidade humana, e é uma ocupação fundamental. Na mais recuada noite pré-histórica há vestígios do fogo, utilizado para assar caça, aquecer-se e afugentar feras. Os gregos já faziam viagens para examinar os cardápios das cidades e vilas, salientando os destaques locais. A *Re Culinária*, de Celius Apicius, já trazia o receituário grego dos alimentos mais famosos do seu tempo. Os gregos comiam em silêncio e quase sem beber; no final da refeição, abria-se o *symposium*, bebidas à mesa, conversava-se, discutia-se, surgiam músicos e bailados. Banquete era um título dos labores da indagação filosófica; Platão, Xenofonte, dos 7 Sábios, do imperador Juliano, *Il Convívio* de Dante Alighieri. Haviam os Sábios da Ceia, banquetes letrados aonde tudo era revisto e exposto, como resumia Eça de Queiroz na sua *Cozinha Arqueológica*. Com a Igreja Católica, a gula se torna pecado capital, e evitar os prazeres da mesa substituindo-se por jejuns e abstinência uma constante. Na Idade Média, ao contrário, surgiram os devoradores, os gloutons, concursos de muita comida. A Filosofia de Martinho Lutero está nas conversas à mesa, mas... depois de comer, nunca durante. Depois da ampliação agrícola, o homem liberta seu cardápio da unidade alimentar, mas depende da região ecológica seu gosto eletivo, porém sempre surgem os vegetais nas dietas carnívoras e vice-versa. O chinês acrescenta ao arroz os frutos do mar. O esquimó, sustentado pela foca e ruminantes, procura no

estômago do caribu a papa de raízes, vagens e grãos. As proibições religiosas e os tabus econômicos fixaram costumes inflexíveis.

A dieta indígena - Quem primeiro escreveu sobre a alimentação dos nossos silvícolas foi **Pero Vaz de Caminha**, *datada deste Porto Seguro da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta, primeiro de maio do ano de mil e quinhentos*. Antes, no dia 24 de abril, também uma sexta-feira, 2 tupiniquins foram levados à nau capitânia, e recebidos por Pedro Álvares Cabral e os outros comandantes. Os índios, desconfiados, não olharam para um carneiro, que havia a bordo, e pareceram temerosos quando viram uma galinha. Ofereceram peixe cozido, mel, eles comeram muito pouco. Provaram do vinho e da água, e os lançaram fora. Cuspiram as comidas dos brancos... Na terra, os portugueses viram a primeira **Piperi, Igapeba, Bates**, depois jangada. Viram restos de camarões e ostras partidas. Na primeira oca, que olharam rapidamente, muitas redes, com fogos abaixo, com 30 ou 40 pessoas. Viram muito cará, que confundiram com inhame, e outras sementes e frutas. Verificaram a eficiência do regimen culinário tupiniquim e registraram sua beleza corpórea, rigidez, sua limpeza e o brilho dos seus cabelos. Não foi vista a cunhã fazendo comida para os homens. Não foram vistos trabalhando, colhendo, plantando, mas dançando, folgando, permutando. Os índios sempre foram muito conscientes de sua privacidade. Comiam crustáceos, peixes e caças, foram vistas aves enormes, elaboravam farinha, assados de carne e peixe, bebidas de frutas, o milho, raízes como a mandioca - a RAINHA - a macaxeira, aipim, batatas e carás. O alimento era assado, tostado, carne nunca crua, mas sempre - como diríamos hoje - **no ponto**. Aqueciam as bebidas antes de servi-las. O fogo e a rede eram seus companheiros inarredáveis. Faziam fogo friccionando 2 paus secos de cacauero. Assavam a comida sobre 3 pedras, que os portugueses chamaram de trempe, para o idioma tupi, itacurua, sapo de pedra. Já usavam o forno para cozinhar farinha de mandioca. Era o yapuna. Assavam nas labaredas, no calor das brasas, no moquém ou no espeto. Havia o processo de forno subterrâneo, o biaribi, um buraco na terra forrado de folhas; superpõem a carne, peixes, frutas e raízes e cobrem-nas de outras folhas; e enfim de terra. Sobre esta ateiavam uma fogueira que vão alimentando devagar, até que o alimento fique assado. Os principais alimentos indígenas eram a farinha de mandioca e os beijos. A FARINHA É A CAMADA PRIMITIVA DA ALIMENTAÇÃO BRASILEIRA. Daí vieram os mingaus, as tapiocas, carimãs, pirões, todos de farinha de mandioca. A batata, o milho e a pimenta foram ofertados por Colombo aos reis católicos em 1493. Foram os primeiros produtos da terra que atravessaram o Atlântico, penetrando na história do mundo. A banana pacovã, sempre cozida, assada, tornada bebida ou caldo, era favorita. Os primeiros habitantes do Brasil ignoravam a fritura, sempre assavam ou cozinhavam. As bebidas eram feitas pelas mulheres, sempre mastigadas e fermentadas. Gostavam do mel de abelhas e só bebiam em função grupal, solenidade com motivação. Nas suas refeições bebem água pura, das fontes ou rios. Bebem sem comer e comem sem beber. Os caldos de carne e peixes eram tradição. O açai era

macerado com farinha d'água, o caoi (cauem) fabricado do caju; o aipim, macaxeira, cozido. Os indígenas fabricavam uma bebida extasiante feita da infusão de raízes de jurema. Caçando, preferiam os mamíferos, porco-domato, queixada, caititu, paca, anta, veado, macaco, os roedores. Herdamos também do cardápio indígena a paçoca, a moqueca. No Nordeste, até hoje, come-se como eles comiam, acompanhada por banana. Lavras e formigas eram temperos. A carne assada no coquem, os churrascos. A canjica era uma pasta de milho cozido que os aborígenes praticamente bebiam. A culinária portuguesa foi quem acrescentou leite de coco e de gado, acrescentando açúcar e canela em pó. Devemos aos indígenas as caças, peixes, moluscos e crustáceos. Todos os nossos refrescos, garapas, ponches, com base no sumo das frutas, vieram dos vinhos festivos dos primeiros habitantes do Brasil. Deixaram-nos a pimenta, as abóboras, os palmitos, óleos vegetais, o pirão, o mingau, o caldo de peixe. O primeiro bolo brasileiro legítimo foi o beiju. A carne assada. Moqueca. Caruru. Churrasco. Paçoca. As caças de pena e de pata, as aves aquáticas, a apicultura. A doce herança do mel. O mascar a folha, aspirar o rapé, o fumo, o cachimbo. A rede para sestar e dormir, fazendo a digestão no embalo sossegante.

A primeira cozinheira - Gabriel Soares de Souza (11, CLX) entre 1570 e 1584, comentava as habilidades das jovens indígenas para a cozinha. Os homens, para o serviço de campo, caçar, pescar, plantar, colher, e as cunhãs, para cozinha e cama. Dedicadas e curiosas nas duas habilidades. Foram as primeiras cozinheiras que o português dispôs, na ausência das mulheres ou mesmo na proximidade da mulher legítima. A mestra inicial da cozinha brasileira. O português já plantava e colhia os temperos habituais, cebolas, alhos, coentros, mostardas, salsas. As sopas recebiam abóboras, nabos, couves, favas, pepinos, cenouras, rábanos, repolhos, berinjelas. E as saladas, técnica portuguesa, com azeite das oliveiras e chicórias, alfaces, os bredos locais. Recorria a cunhã ao assado, na sua forma conhecida. Assim, a cozinha brasileira nasce na insistência do assado, empregando o sal que o português valoriza como indispensável, e o molho de pimenta, as da terra, inarredáveis. O assado sangrento, malpassado, era uma legitimidade indígena que a cunhã oficializou para o paladar europeu. Quando os escravos africanos chegaram, pela multiplicação dos engenhos, determinando o mercado, o indígena foi relegado aos sertões, inadaptado às rotinas açucareiras. Os índios *fammo de ma vontade*, informava Duarte Coelho, em 1542. Não dava para ser escravo, mas sim caçador, guerreiro. Nos inícios do século XVII, os engenhos e as vilas fervilhavam de africanos. *A mucama reinava na cozinha, ouvindo as ordens da senhora e piscando o olho ao senhor branco. O mulato substituía o mameluco*. As varandas não viam mais as cunhãs. O indígena, combatente, espoliado, fixava-se nos aldeamentos. Mas a primeira cozinheira histórica, a mãe do primeiro brasileiro foi a cunhã, quando o Brasil engatinhava...

Dieta africana - Jamais saberemos o número exato e as origens certas dos africanos embarcados para o Brasil desde a primeira metade do século XVI. Todas as populações adensadas, do Senegal ao Gabão, do Congo, Angola e de Moçambique, tiveram representação nos engenhos de açúcar, mineração e lavouras brasileiras. Eram conhecidos como escravos da Guiné. Alguns vinham de civilizações já adiantadas, tinham orgulho da raça, eram arrancados dos seus lares, brutalizados, acorrentados, dizimados e trazidos para a escravatura. E difícil resumir a dieta africana, porque dependia do local de origem. De uma maneira geral, preferiam sal ao açúcar. A carne dos animais caçados era, às vezes, deixada apodrecer antes de ser comida, já com vermes. Fabricavam manteiga para se untar com ela. O africano colhia e cultivava poucas hortaliças, no princípio. Das féculas faziam papas; farinha de sorgo ao invés da farinha de mandioca ou milho. Pimenta, pura, mastigada na comida ou esmagada no caldo de carne e peixe. Amendoins. Os inhames cozidos, arroz já era uma constante alimentar conhecido pelos berberes desde o século VI, e em 1100, já era plantado na areia do Sudão. Com o arroz, veio o primeiro kuz-kuz, permanente nas zonas islâmicas até hoje. Era feito com arroz ou trigo até que o milho americano venceu. Os feijões também foram introduzidos no Brasil pelos escravos. Dos vinhos, todos fermentados, os 3 favoritos eram feitos de mel de abelha, do sorgo e da palmeira, do dendezeiro. Rocha Pombo registrou que eles colocavam carnes, peixes e os frutos sobre uma grade, por cima de um fogo lento, para os secar. Eram os defumados? Gostavam de formigas saúvas com farinha de mandioca, torradas, larvas de insetos e vegetais. Carne crua e quente. Engoliam pimenta aos punhados, e viravam de um trago só um copo de aguardente. Comiam carne de cachorro e gatos. O amendoim era um condimento, depois óleo de amendoim, óleo de palma, azeite de dendê. Outro destaque da culinária africana é o bolo, massa de inhame, milho, arroz ou farinha, empapado no molho, comido com alguma carne. Doce de coco, papas açucaradas, maizena, fubá de milho e coco. Os negros e índios se adaptaram ecologicamente e se aculturaram. O leite de coco é um dos mais populares condimentos do Brasil africano, junto com o leite da castanha do Pará do Norte, determinando iguarias, peixe no escabeche, moqueca, peixe no coco, arroz de coco, molhando o cuscuz, mungunzá, canjica e canjição, ostras, camarões, lagostas e ensopados. O Coqueiro da Índia no Brasil não revelou o leite de coco aos indígenas, que só tomavam sua água. O uso do leite de coco surgiu na África Ocidental nos pratos de origem indiana. O negro de Moçambique seria o portador desta técnica de misturar o leite de coco aos alimentos. Na África, o leite é pouco usado e quase não bebem a água do coco. Quando os escravos chegavam, jogados dos navios negreiros, cobertos de chagas, exaustos e sangrentos, recuperavam as forças acampados sob os cajuais. Os feitores registravam, atônitos, que dois ou três meses depois, estavam curados, lépidos. Desconheciam que o caju é riquíssimo em ferro e vitamina C... Chamavam fubá à farinha do milho, e ao pirão de milho, angu. Seu cardápio era normalmente feijão, carne de sol ou seca, farinha, toucinho e

banana. Atingiam, com esta dieta, mais idade que os alemães, e venciam qualquer nórdico em robustez... Gostavam de caldo de cana, bolo preto, rapadura, pé de moleque, arroz doce com canela, doce de coco e de mamão ralado com açúcar bruto, mel com farinha. Já em 1570, os escravos normalmente tinham seu roçadinho, modificando o ritmo monótono imposto pelo seu senhor. Isto até a abolição em 1888. Carne de cabra, o bode seco, carrapateiras, cujas sementes davam óleo que iluminava as senzalas, e o azeite de peixe, o azeite de coco. A base das melhores mezinhas era a cachaça. Debret registrou que o café era usado sem açúcar, como bebida tônica, às vezes com um gole de cachaça, *pra rebater*. Em 1808, café no Rio de Janeiro era sedativo. Hoje, é considerado estimulante... Apenas em 1825 o café foi incluído na refeição regimental de soldados e marinheiros do Império. O negro se apaixonou pelos cajus, goiabas, ananases, mamões, melancias. Escravo não tinha tabus alimentares e alguma coisa que lhe fazia mal era pelo excesso alimentar. Gostavam muito de açafão. Arroz sem esse condimento era apenas para doentes. Frituras com toucinho de porco, azeite de coco, tripas com farofa, cozidas no feijão. Hábito que ainda persiste no Brasil... O tutano era batido em cima do pirão. Peixes eram acompanhados de bananas ou de bananas com mel. Não gostavam de galinhas, patos ou perus. Ovos? Só como remédios. Em compensação, apreciavam muito caranguejos, crustáceos ou moluscos. As escravas grávidas, ou com cria nova, eram superalimentadas, agradadas e toleradas. Detestavam leite cru e cozido, mas apreciavam coalhadas. Leite só com jerimum, batatas ou farinha. Raras hortaliças e pouco tempero. Gergelim para as farofas e açafão para o arroz. Queijos, incluindo cascas no feijão. Após a refeição tomavam *remate*, um caldo ou sopa, apreciado antes da sobremesa. Arroz da terra, adquirido com casca e limpo a pilão. Na Casa Grande, era comum e como sobremesa havia o arroz doce, de leite de gado. Feijão com arroz já era difundido e apreciado.

A influência portuguesa - Os portugueses foram eficientes distribuidores de espécies alimentares. Das suas mais longínquas possessões orientais ou africanas, trouxeram as sementes, raízes, mudas, bolbos, confiando-os à terra brasileira, *onde se plantando, tudo dá*. Por outro lado, familiarizaram-se com nossa fauna e flora, aclimatando-se. Como nenhum outro povo, teve aquele *sentido ecumênico* de que falava Gilberto Freyre. Fecundava as mulheres, e provava todos os frutos. Levou o caju para Goa, de onde trouxe a manga (500 variedades no nosso solo); a jaca, o arroz. O coqueiro parece ter vindo da África Oriental ou de Cabo Verde. Os cajueiros derramara-se na Índia e Moçambique, onde dão o fruto, o vinho, a passa, o doce, a castanha, a farinha da castanha. O açúcar ia do Rio de Janeiro à Batavia em Java. As melancias passariam da África para Portugal. Para a África foram os ananases, o mamão, as batatas. A palmeira de dendê foi cultivada ao redor da cidade de Salvador, a fim de atender a demanda. O único animal africano que permanece no cardápio brasileiro é a galinha de angola, a Guiné. O peru levado do Brasil para Portugal. Os

negros são fiéis à sua culinária pois a consciência tribal é poderosa e viva. O sabor dos feijões brasileiros conquistou o paladar português. O brasileiro autêntico, filho de portugueses com africanos ou ameríndios, foi o consumidor e propagandista do feijão. Os seus filhos já se habituaram ao caldo do feijão, substituindo muitas vezes o leite materno. Quando adolescentes, permaneciam no feijão, já com carne cozida e arroz ou farinha. Os feijões e as farinhas governaram o cardápio brasileiro desde a primeira metade do século XVIII. Com carne seca é o prato fundamental. Só se diz feijoada quando há carnes e verduras. O feijão com água, sal e carne é apenas feijão. Data da Regência Trina a introdução do gelo no Brasil. Veio num navio norte-americano e nos conquistou de imediato. Os sorvetes, vendidos a duzentos réis o copo, fizeram sucesso e o próprio imperador Pedro II, diabético e adoentado, ainda menino, ficou “viciado” no seu sabor. As frutas e o clima ajudaram. A nossa primeira sobremesa foi chupar cana, o rolete. O engenho produziu o mel, a rapadura, a de mel coado, a batida com erva doce. O mel confeitava as frutas maduras. Os portugueses trouxeram a técnica européia e se aclimataram rapidamente. Vieram os bolos redondos de farinha do reino, manteiga e ovos, o infalível pão-de-ló, os que levam passas de uvas e amendoins ralados, as frutas confeitadas, os doces em calda de açúcar, cascas de laranja e limão, os doces de abóbora, de batata doce, os cremes, fios de ovos. Os clássicos portugueses filhoses, com mel. Os árabes deixaram em Portugal a herança dos doces na base de mel de abelha, alfenins, alfeólas, bolos de mel. Com Dom João V, veio a época dos doces leves, rápidos, secos, tortas, pastéis, suspiros, raivas, mães-benta, beijos, sonhos, bem-casados, toucinho-do-céu, bolo de frade, papo de anjo, baba de moça, língua de sogra, sequilho, alfenin, aletria, e a réplica brasileira: a cocada.

Outras influências - Não podemos esquecer as influências culinárias que recebemos da França, dos Estados Unidos, do Japão, da Itália, dos árabes, libaneses, alemães, cada um com suas preferências. Recebemos suas iguarias e lhes passamos as nossas. Assim, dizem que a “pizza” feita em São Paulo é superior a original italiana; que a comida chinesa *made in Brazil* é a melhor do mundo...

Luis da Câmara Cascudo & A culinária diária - Como o ser humano é um contraste só, meu pai, se não ligava ao dinheiro e aos bens materiais, valorizava a fartura e a boa qualidade na mesa. Era adepto de grandes comemorações, especialmente em casa. Vinho tinto, queijos os mais variados, presuntos (dos inteiros, com osso), champagne, conhaque, guaraná champanhe, pikles, chocolates americanos, biscoitos ingleses, sardinhas portuguesas, eram comuns às nossas refeições. Um guaraná bem gelado, num copo de prata ou de cristal transparente e limpíssimo acompanhava biscoito champanhe com açúcar cristal pulverizado sobre manteiga. Seus pratos favoritos, porém, eram bem simples: pimentão recheado de carne moída, acompanhado de arroz soltinho; cozido com legumes e pirão; paçoca com banana; peixe cozido com pirão, arroz, legumes e mangabas; feijão

verde com carne de sol e macaxeira. Tudo legitimamente brasileiro... Frutas? Abacaxis, mamões, mangas (fatiada), pinhas (sem os caroços), saptis e laranjas estiveram sempre na nossa mesa. Torta de banana com clara de ovo estilo “suspiro”. Sorvetes, de todos os sabores. Chocolates, especialmente “Sonho de Valsa”. Pavês de amendoim. Goiabas, em frutas ou doce (de bandinhas), bananas-leite, amassadas com açúcar, chocolate, queijo ralado e canela, a famosa “cartola”. Doce de laranja em folha. Doce de mamão raspado. Doce de coco. Mousse de manga (feita por mim). Doce de banana de rodinhas. Queijo do reino, queijo do qualho, previamente aquecido. Tapiocas. Fã de champanhe francesa, bebida em taça apropriada e gelada, papai nos fazia bebê-la em ocasiões festivas, incluindo aniversários, natal e passagem do ano, sempre associada, no seu caso específico, a um charuto baiano ou cubano. Era, pois, refinado, e tinha gosto pela vida. Sua existência iluminada é uma estrada pela qual nos pautamos e seguimos, guiados pela sua sabedoria, embalados pelo seu bom humor, buscando o infinito através de sua religiosidade e retidão de caráter, até o encontrarmos, pela força eterna do amor e da saudade...

A GRATIDÃO DE UMA CIDADÃ NORTE-RIO-GRANDENSE

Maria Eugênia M. Montenegro
Sócia Efetiva

Senhores deputados:

Podeis bem imaginar a emoção que me domina neste momento, ao usar a tribuna desta nobre casa legislativa, para receber o honroso título de cidadã norte-rio-grandense.

Para fazer jus a tão alta distinção, convém me voltar aos idos de 1938, quando, recém-casada com o engenheiro agrônomo Nelson Borges Montenegro, pisei pela primeira vez o solo deste glorioso e pequenino estado do Rio Grande do Norte.

Permiti-me senhores deputados e ilustres ouvintes, faltar-me com a modéstia que, no dizer da voz do povo, modéstia é fingimento e, por isto, me atrevo a dizer-vos que me considero uma das heroínas anônimas do sertão. Justifico-me: ao me casar, fui residir na Fazenda Itu e, ali, embrenhei-me nas caatingas, numa época em que os transportes eram cavalos e canoas e os veículos de comunicação, rádios rouquinhos, que mal transmitiam as notícias do mundo. De esportes, a natação numa lodosa lagoa, caça nas matas ralas de juremas mofumbos e, a equitação, o meu esporte favorito. Desta forma, uni-me à seculares oiticicas, ao lado de xique-xiques e cardeiros, de longos braços estendidos aos céus, como a implorarem piedade, na voz muda da caatinga inclemente.

Durante vinte anos vivi na Fazenda Picada, onde fui espectadora de secas e enchentes consecutivas, onde aprendi, a duras penas, a conviver com os dramas sociais e climáticos, integrando-me de corpo e alma aos costumes da terra, eu, uma jovem romântica e idealista, provinda de uma cidade altamente cultural - Lavras (MG), cognominada de Atenas Mineira. Contudo, não foram anos perdidos, ao contrário, tornei-me apta a conhecer melhor a humanidade, no convívio com os menos favorecidos pela sorte.

Casada com um homem público, que foi prefeito de Ipanguaçu por duas legislaturas e deputado estadual, herdeiro secular de uma família de políticos, dediquei-me também à arte de Maquiavel, no bom sentido, ele que foi famoso político e historiador da República de Veneza, tornando-me prefeita do município de Ipanguaçu (1972-1976).

Como responsável por uma pequenina célula mater da nação brasileira, dediquei-me de corpo e alma ao binômio do meu governo: educação e saúde.

Criei mini-postos em todos os quadrantes do município, instalei escola de 1º grau, construí salas de aula, instalei uma biblioteca pública e um teatro municipal, onde várias peças foram encenadas por grupos da cidade e do Estado. Orgulho-me de ter criado o Grupo de Escoteiros “Luís Gonzaga”, que muito serviu ao município. Considero o escotismo de Baden Powell como um dos fatores básicos para o desenvolvimento cívico de uma criança. E como soube tão bem entender essa necessidade, o fundador do escotismo no Rio Grande do Norte - o professor Luís Soares de Araújo - o de saudosa memória!

Foi uma experiência milionária, que me pôs em contato com a burocracia administrativa, conhecendo o universo de leis, decretos, sanções, portarias, projetos, tudo tão bem elaborado em seus princípios, mostrando a grandeza de um regime democrático.

Senhoras e senhores:

Eu obedeço a um lema de Vicent Pearl: *Seja audacioso que forças poderosas virão em seu auxílio.*

Para esconder minha timidez, eu o usei largamente. Com ele me elegi prefeita de Ipanguaçu; com ele peguei na tinta e no pincel, promovi exposições bissextas, escrevi livros e ocupei a cadeira nº 16 da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Foi um passo muito avançado e, se hoje sou um membro das mais altas casas de cultura do Rio Grande do Norte, eu o devo aos intelectuais do Assu, com quem tive o privilégio de conviver durante longos anos, como o dr. Mariano Coelho, Francisco Amorim, Renato Caldas e, principalmente, João Lins Caldas - o meu mestre - o que me mostrava a beleza da métrica e o encanto da prosa, corrigindo-me, incentivando-me a prosseguir nas artes de Calíope.

Senhoras e senhores:

Considero o Rio Grande do Norte um dos grandes Estados da nação brasileira, pelos homens e mulheres ilustres que fizeram e fazem a grandeza de sua história, a começar por Amaro Cavalcanti.

Juvenal Lamartine de Farias foi o governador dos grandes atos, *gentleman*, intelectual e patriota, sempre em defesa das causas democráticas.

José Augusto de Medeiros, Rafael Fernandes e dr. José Varela, exemplos de honestidade e de amor à pátria.

Em Dinarte Mariz tivemos o exemplo vivo do homem de fibra, do sertanejo do Seridó, corajoso e impoluto e ainda, da mesma região, defendendo a fé e a política, o monsenhor Walfredo Gurgel.

Aluizio Alves, o líder incontestado, de verdadeira vocação política. Brilharam ainda no Palácio Potengi, Dix-Sept Rosado, Sylvio Pedroza, Cortez Pereira com os seus magnos planos de desenvolvimento para o Estado como os da Serra do Mel e a abertura dos portos de Areia Branca. Seguiram-lhes Geraldo Melo, os Maias, dr. Tarcísio, dr. Lavoisier e José Agripino sempre com os olhos voltados em benefício do povo e, atualmente, Garibaldi Alves, o Governador das Águas, cujos projetos de irrigação, estão sendo apreciados na Europa. Não podemos também nos esquecer de Pedro Velho,

e os Albuquerque Maranhão, com os olhos voltados para o desenvolvimento e a cultura deste Estado.

E os que ocuparam a bancada federal?

Georgino Avelino, Dioclécio Duarte, João Severiano da Câmara, os Rosado de Mossoró, os Maias, os Alves, os Ferreira de Souza, o extraordinário Ney Lopes.

No campo da justiça, certamente, Têmis se orgulharia de seus discípulos, como o dr. Antônio Soares de Araújo, Seabra Fagundes e os membros valorosos que fazem o Tribunal de Justiça deste Estado.

No campo das Ciências, médicos que souberam honrar o juramento de Hipócrates, como o dr. José Tavares, Mariano Coelho, Giselda Trigueiro, dr. Luís Antônio dos Santos Lima, dr. Pedro Amorim e outros, aos doutores Paulo Bittencourt e João Machado se deve a fundação da Faculdade de Medicina e aos drs. Onofre Lopes e Ovidio Montenegro - a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nas artes, no cenário plástico, um Newton Navarro, um Dorian Gray, Zaira Caldas, Manxa, o entalhador, e outros.

Quanto aos intelectuais da terra, certamente, a estrela mais brilhante do céu potiguar, o mecenas das nossas letras - Luís da Câmara Cascudo; Manoel Rodrigues de Melo que dedicou sua vida à cultura deste Estado, construiu o belo edifício da Academia Norte-rio-grandense de Letras, como seu presidente por longos anos; dr. Enélio Petrovich, o grande idealista e protetor perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Inúmeros os escritores desta terra, como Nilo Pereira e Edgard Barbosa, que decantaram o Vale Verde dos seus sonhos.

Na imprensa, quem não se lembra das crônicas de Danilo, da pena poderosa dos irmãos Henrique Castriciano e Eloi de Souza, dos artigos patrióticos de Garibaldi Dantas e José Maria Alves no Diário de Natal? E as jovens jornalistas como Salésia Dantas e outras, e brilhando nos jornais da cidade? Não podemos nos esquecer dos clássicos cronistas Sanderson Negreiros, Vicente Serejo e a pena inflamável e poderosa de Franklin Jorge.

Senhoras e senhores:

Perdoai-me se estou me estendendo em detalhes. Mas o momento é solene, o ato é solene e estou recebendo um honroso título como cidadã desta gloriosa terra potiguar. É necessário que eu fale de seu povo.

Não poderia encerrar o meu elogio, sem falar da grandeza da mulher potiguar, a quem saudei no meu discurso de posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras. Lembramos algumas que estão nas páginas cívicas da nossa história, como Celina Viana, a primeira eleitora do Brasil; Alzira Soriano, a primeira prefeita da América Latina; Maria do Céu Fernandes, a primeira deputada estadual do Brasil; Lucy Garcia, a primeira aviadora do Nordeste; as famosas primas Palmyra e Carolina Wanderley, as musas que encantaram os ouvintes nos saraus do Palácio Potengi; Auta de Souza - a poeta da dor - que se imortalizou com seu livro *Horto*.

As assuenses Ana Lima, Angelina Macedo e Carolina Wanderley constam na história da literatura brasileira, cujos versos foram classificados dentre os cem melhores sonetos brasileiros.

Da era moderna, Zila Mamede e Míriam Coeli que nos legaram verdadeiras obras-primas da literatura potiguar.

Há um número muito expressivo de mulheres à frente de municípios do Estado. Sobressaem as dinâmicas prefeitas de Mossoró, Rosalba Ciarlini, e Wilma de Faria, da nossa capital, elogiadas na alta câmara.

Senhoras e senhores. Ilustres deputados:

São esses alguns dos nomes de homens e mulheres que sobressaíram no céu literário e político do Rio Grande do Norte. Não podemos nos esquecer também, daquela que é considerada a mais importante escritora brasileira: Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Quero agradecer ao ilustre deputado Valério Mesquita, que indicou o meu nome para receber este título honroso e ao assuense João Sena, que batalhou na imprensa a nosso favor.

Vede, senhores, o que me conferis neste momento. A grande responsabilidade e honra ímpar de estar lado a lado dessa plêiade de homens e mulheres ilustres, como a sua mais nova concidadã.

Uno-me, sensibilizada, a essa gente que aprendi a admirar e respeitar e que fez e faz grande o glorioso estado do Rio Grande do Norte.

Muito obrigada.

CURIOSIDADES SOBRE TÍTULOS DA IMPRENSA NORTE-RIO-GRANDENSE

Anchieta Fernandes
Sócio Efetivo

Não sei se vou conseguir publicar o livro *Periódicos Potiguares (do século 19 ao século 20)*, que terminei em começos de 2001, abrangendo em quase 500 páginas de originais uma pesquisa extensa, incluindo (seja em forma de menção, seja em forma de comentários detalhados) desde *O Natalense* – o primeiro periódico publicado no Rio Grande do Norte (de 1832 a 1837) – até *Instituto Ponte da Vida*, o boletim do referido instituto natalense e que, começando a circular em dezembro de 2000, foi provavelmente o último periódico norte-rio-grandense lançado no século 20. Eu confio que o Abimael Silva (Sebo Vermelho) concretize a empreitada de editar o livro, porque de minha parte não existem condições (principalmente financeiras).

Como uma espécie de aperitivo, ofereço ao leitor algumas anotações sobre aspectos curiosos dos títulos de nossa imprensa, em seus dois primeiros séculos de existência. Homenagens aos animais são constantes, seja como homenagem direta (v. *O Camaleão*, o jornalzinho manuscrito puxa-saco de 1852), seja pegando-se um vocábulo de teor polissêmico (exemplo: *Azulão*, o informativo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, que circula desde os anos 80 do século 20, e cujo título tanto pode remeter ao tecido de forte cor azul, como ao pássaro, peixe ou inseto de igual nome; e realmente significando a cor do setor do prédio onde se situava o referido centro na UFRN).

Os reinos vegetal e mineral também não foram esquecidos. *A Rosa* era o título de um jornalzinho natalense de 1852. Aliás, o mesmo título usado por um grupo de rapazes para outro jornalzinho natalense lançado em 1877. E se a rosa foi homenageada individualmente, o grupo de flores, *O Ramallete* daria o título de um jornal em Macau, em 1887. Quanto ao reino mineral, o fanzine natalense dos anos 80 do século 20, *Metal Command* (que se dedicou ao gênero musical de rock *heavy metal*) o homenageou.

Pergunte-se: qual teria sido o título de periódico mais usado, que mais se repetiu ao longo da história do jornalismo impresso norte-rio-grandense? Fiz também esta pesquisa, e constatei que, fora as repetições dos pré-títulos, como “Jornal de”, ou “Folha de”, ou “Gazeta de” – que são usados em todo o Brasil para designar periódicos de municípios, de

O PAPEL DAS COMEMORAÇÕES NO PROCESSO RECENTE DE APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Maristela Oliveira de Andrade
Sócia Correspondente

A década de oitenta assistiu à emergência das primeiras iniciativas oficiais visando comemorar os descobrimentos portugueses, motivados, talvez, pelos preparativos em curso na vizinha Espanha, para festejar, em grande estilo, os 500 anos da primeira viagem de Colombo à América em 1992. Portugal decide, então, instituir, em 1986, a “Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses” que se encarregaria daí em diante de planejar, desenvolver e apoiar atividades alusivas aos descobrimentos como: exposições, congressos e projetos de investigação nos variados campos de saber ligados à expansão portuguesa. A maior parte dos quais resultaram em publicações de catálogos de exposição, Actas de Congressos, Compêndios de História e Dicionário, ora obras inéditas, ora reedição de inúmeros títulos relevantes para a temática, editados séculos atrás por autores representativos e testemunhas dessa história. A contribuição desta comissão no campo editorial foi inegavelmente a mais significativa, pela capacidade de reverberação dessa produção intelectual, que iria inspirar novos estudos, sendo digna de nota e qualidade excepcional da apresentação gráfica dessas publicações. Dentro desta linha, queremos ressaltar o esforço na elaboração da Revista *Oceanos*, que vem sendo editada desde 1989 regularmente até o presente, com linhas temáticas específicas todas alusivas à expansão portuguesa, tendo o Brasil merecido vários volumes exclusivamente dedicados a ele. Outras instituições culturais emprestaram seu apoio a esse esforço como o “Instituto Camões”, através da revista *Camões*, que também dedicou alguns dos seus números ao Brasil e à Fundação Calouste Guibenkian que atuou também como uma importante parceira nestes projetos.

Com as comemorações, Portugal parece ter finalmente compreendido que se a tarefa de colonização empreendida nos vários continentes não lhe rendera os dividendos materiais esperados, já que o país mergulhou numa torrente de decadência da qual só agora começa a libertar-se, sem dúvida aferiu lucros simbólicos, graças à permanência de valores éticos e cristãos em sua passagem por tão distintos e dispersos territórios. Realização esta, certamente bem compreendida pela comunidade europeia, ao decidir pela

incorporação de Portugal a esta comunidade no ano de 1986, mudando radicalmente o rumo do país desde então.

Paralelamente aos eventos oficiais, algumas iniciativas foram tomadas por universidades na organização de congressos visando reunir pesquisadores de áreas afins, a exemplo do Congresso Luso-afro-brasileiro em Ciências Sociais, que ao longo da década de 90 reuniu-se alternadamente em Portugal, Brasil e Moçambique, com intervalos de dois anos. Diante deles não pude deixar de lembrar os famosos e pioneiros congressos afro-brasileiros realizados em Recife e Salvador na década de 30 como sucedâneos dos atuais, agora conduzidos pelos portugueses. Contudo, é fácil supor que os intercâmbios havidos entre instituições e pesquisadores reabriram um canal para o diálogo entre os luso-falantes que durante quase todo o século XX permaneceu mudo, em que as pessoas ignoram-se quando inteiramente aptas a entenderem-se graças ao idioma comum. Assim, temos que reconhecer o importante exercício de reflexão sobre temáticas que cruzam o horizonte da lusofonia, que ensejou, após 10 anos de ações comemorativas, a criação em caráter oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – em 1996. A importância desta comunidade se comprova pelo montante significativo da população abrangida, que chega a duzentos milhões de luso-falantes.

Contudo, é flagrante o ceticismo português quanto à operacionalização da comunidade lusófona, considerada pura invenção diplomática, enfim, um mito. Como representativo deste pensamento consideremos o livro publicado pela Universidade Lusófona do prof. Alfredo Margarido, integrante da mesma, sob o título sugestivo *A Lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses* (2000).

Para o autor, as energias investidas na lusofonia significam para os portugueses um retorno simbólico, com sabor de nostalgia, à grandeza do império português. *Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispendo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua grandeza* (p. 28). Mas o seu ceticismo resulta, não dessa circunstância de retorno ao passado, e sim da condição atual de Portugal, como membro da comunidade européia, a qual supõe-se exigir o cumprimento de acordos excludentes para a comunidade lusófona. *Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um 'espaço lusófono' quando as regras européias não prevêem que baste falar português para se poder circular livremente* (p. 15).

Se para o intelectual português as regras da comunidade européia é que são o empecilho para a existência de fato de uma comunidade lusófona, para o cientista político brasileiro Vamireh Chacon é inteiramente possível conciliar ambas as filiações com proveitos mútuos. *Não se venha alegar a vinculação de Portugal com a União Européia e a do Brasil com o MERCOSUL como obstáculos à CPLP* (p. 36). Ao mesmo tempo em que defende a consolidação da parceria estratégica e natural com seus vizinhos da América do Sul e do Caribe até o México, *o Brasil também deve manter abertos seus canais... aos vários mundos do mundo nas danças e contra-*

danças de alianças feitas, desfeitas e refeitas (p. 38). Apesar do discurso do autor brasileiro insistir na tônica dos interesses do comércio exterior, respaldado em G. Freyre, ele termina por realçar ganhos de valor cultural e humanístico na futura interrelação entre os lusófonos. Apesar do seu otimismo, o intelectual brasileiro reconhece a fragilidade de sentimento dos que compartilham da comunidade lusófona e faz uma importante denúncia. *Realmente só a nossa escassa consciência de espécie vem retardando a adoção do português como uma das línguas oficiais da ONU, diante do francês e do árabe com muito menos falantes e do espanhol-castelhano mais ou menos em quantidade aproximada* (p. 36).

A operação mais espetacular e arrojada promovida no âmbito das comemorações foi, sem dúvida, a montagem da Expo/98, já que ela significou não só elevados investimentos públicos, mas também a adoção de uma postura ousada e incomum, provocando um impacto sobre os portugueses, habituados com a austeridade e o comedimento. Uma reação de descrédito e de crítica pelos gastos suntuosos parece ter sido alimentada pela imprensa que realizou várias enquetes junto ao público para detectar sua opinião sobre a capacidade real do governo concretizar o projeto, tal era o grau de incerteza experimentado pela população, durante os preparativos do evento. Em 1995, quando estive em Lisboa, pude constatar este clima e ter a sensação de que eles não se julgavam capazes de tanto arrojo, e ainda perguntavam-se se valeria a pena o esforço. A avaliação da socióloga portuguesa Maria Filomena Mônica, ao visitar a Expo/98, se mostra exemplar porque traduz o sentimento de uma parcela da população portuguesa, que incorporou de tal forma o pessimismo como experiência de relação com o mundo, que tornou-se insensível aos novos ventos que sopram a favor do país. Note-se por exemplo o tom arrogante e superior com que a citada socióloga julgou a exposição, tendo confirmado opinião anteriormente formada, numa atitude que não esconde sua posição preconcebida e irredutível: *Ao patrocinar esta feira de banalidades, o Estado demitiu-se de sua função nobre. Os impostos não deveriam servir para dar espetáculos de luz e som aos meus compatriotas. Na impossibilidade de recusar a participação nestas palermices, limito-me a denunciá-las* (p. 168).

Vê-se que ela mostrou-se incapaz de contabilizar os ganhos em autoestima do povo português, ao permitir-se sair de sua pequenês para alçar vôo e reconquistar a confiança para maiores realizações. Renitente em seus argumentos utilitaristas, previu a rápida degradação da área selecionada para abrigar a exposição, numa antevisão da imagem de desperdício e de elefante branco, que de fato surgiu em Sevilha na área destinada à exposição espanhola anos antes. Foi com certo azedume que ela pintou sua equivocada previsão: *Quando se deitarem abaixo as bilheterias deixando o recinto aberto, os vândalos não deixarão de atacar em força. Veremos o que poderá o Estado fazer para impedir que a futura Sede do Governo, o atual Pavilhão de Portugal, apareça um dia coberto de graffiti* (p. 167). Três anos após a exposição podemos constatar o inverso da previsão da

socióloga, uma vez que a área transformou-se num concorrido espaço de lazer para a população de Lisboa, aproveitando sua habitual inclinação para o uso das margens do Tejo para o usufruto de sua paisagem. Porém, a utilização do espaço ali não é apenas contemplativa, já que foi instalado um centro comercial, o comumente chamado “shopping center” que atrai também um grande número de pessoas, apesar da antipatia que esses lugares inspiram aos intelectuais, especialmente os sociólogos. Alguns equipamentos instalados para a exposição continuam ativos como o Oceanário, o Pavilhão do Conhecimento e o Pavilhão Atlântico onde se realizam espetáculos e campeonatos esportivos, regularmente. Embora afastado do centro histórico de Lisboa, o Parque das Nações conta com um sistema de transporte diversificado e um acesso muito fácil. Para completar criou-se em torno uma nova zona residencial que parece estar respondendo às demandas habitacionais da população em razão da valorização da moradia com vista para o rio, apesar das previsões nefastas da socióloga.

Com esta rápida descrição das comemorações dos descobrimentos portugueses, quisemos mostrar que, se há um segmento da sociedade portuguesa diretamente envolvido com esses projetos, visando expandir o país para fora de suas fronteiras, há parcelas enormes que desdenham desses projetos e viram as costas para qualquer diálogo com as outras nações lusófonas, em especial o Brasil. De fato, o que captamos durante nossa estadia de estudos de Pós-doutorado em Lisboa, entre 2000 e 2001, foi um grande desinteresse pelo Brasil, à exceção das telenovelas e da música. Os jornais e telejornais portugueses dificilmente trazem notícias a respeito do Brasil, manifestando-se apenas quando outros jornais europeus o fizeram, e quase sempre em situações constrangedoras.

Nos meios acadêmicos portugueses, apesar de algumas iniciativas com a realização de eventos pontuais, não há praticamente espaço para atividades regulares que envolvam conteúdos relativos ao Brasil, de modo que mais uma vez somos forçados a reconhecer que a aproximação estabelecida em caráter oficial entre os dois países, não ganhou vida própria, mantendo-se apenas através de meios artificiais.

BIBLIOGRAFIA

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, Lisboa: Universidade Lusófona, 2000.

MÔNICA, Maria Filomena. *Cenas da vida portuguesa*, 3ª ed., Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre, a globalização e o lusotropicalismo*, in: MOREIRA, Adriano (org.), *Luso-tropicalismo uma teoria social em questão*, Lisboa: Veja, 2000, pp. 33/41.

A GRANDEZA DE UM PEQUENO ESTADO

José Melquiades
Sócio Efetivo

O Rio Grande do Norte é um pequeno Estado, mas possuidor de uma grandeza extraordinária. Vejamos alguns inusitados exemplos na formação dos privilégios ditos sagrados e profanos ou aquilo que a história nos registra com seriedade e absoluta autenticidade. Para fortaleza da fé, temos três dioceses e, para glória das letras, 4 academias bem conceituadas: a de Letras, a de Trovas, a de Medicina e a de Odontologia.

Seguimos a literatura com unhas, nervos e dentes. Somos uma terra abençoada por Deus e agraciada pelos deuses. Em todos os países católicos e ditos apostólicos, romanos, espalhados pelo globo terrestre, a beatificação ou canonização que permite o santo subir aos altares só acontece com um agraciado. A segunda Santíssima Trindade, composta com a presença do Filho - Jesus, Maria e José - deve-se à divina missão, aqui na terra, confiada pelo Pai para remissão dos nossos pecados. Nessa sagrada seqüência, aparecem os Três Reis Magos, feitos santos pela piedade popular, independente de qualquer dogma de fé. Os Reis Magos desembarcaram em Natal e habitaram o nosso Forte, em forma de retábulo, em 1598, isto é, 98 anos após a celebração da primeira missa, em terra brasilica. Das Onze Mil Virgens lideradas pela britânica Santa Úrsula faz-se muita restrição à peregrinação virginal devido ao caráter lendário que envolve aquelas vestais. Não se sabe se o martírio dessa multidão de santos foi praticado pelos hunos de Átila ou pela perversidade dos romanos de Maximiano, o que resulta mais de um século entre o vândalo e o bárbaro.

Cosme e Damião, árabes, irmãos e médicos, amigos dos pobres e inimigos do dinheiro, afirmam os hagiólogos, que foram decapitados no governo de Diocleciano por ordem do desalmado procônsul Lísia, isso lá pelo ano de 287. O papa São Félix IV, no ano de 530, erigiu-lhes uma igreja em Roma e assim eles subiram aos altares. Por sua dedicação aos pobres e nunca lhes terem cobrado uma consulta, foram apelidados, em grego, de *anargyroi* (sem prata), os únicos médicos do mundo inimigos de dinheiro, um belo exemplo de pobreza que deve ser um repúdio à classe argentária da qual eles são legítimos patronos. São escorços raros e lendários. O modelo predominante é a beatificação de apenas um escolhido recomendado aos céus através de meticuloso exame e, ainda por cima de tudo, obedecendo a processo acompanhado do advogado do diabo. Esse acusador diabólico já

vem de longe. Para depurar a paciência de Jó, consentiu o Senhor a intervenção de Satanás e entregou Jó ao seu poder - *ecce in manu tua est* (Jó 2, 6), e Jó ficou à disposição de Satanás cujo objetivo era esgotar-lhe a humildade. Aqui, na terrinha de índio Poti, em breve teremos 30 santos e mártires beatificados de uma só vez, o que nos lembra o 3º céu de São Paulo.

Em todas as academias literárias do mundo, a disputa por uma vaga é bastante renhida. Costumeiramente, dois conspícuos competidores lutam pela sorte da imortalidade olímpica. O vitorioso prevalece-se do critério de justiça; o derrotado sente-se injustiçado. Surgem dissabores e inconformações.

Algumas academias são exageradamente muito exigentes. Schopenhauer, por exemplo, certa vez concorreu ao concurso da Academia de Copenhague com seu livro *Fundamento da Moral*. O livro estava cheio de insultos a Hegel. Foi candidato único e deixou de ser premiado. Passou a amar o seu cão sobre todas as coisas por ser o mais próximo amigo do homem.

Aqui entre nós, *ad lucem versus*, elegem-se 3 deles de uma só vez, no mais compreensivo processo de igualdade e imortalidade, porque cada um é único, livre e de bons costumes. Por serem únicos não incorrem no risco da injustiça. Três posses lhes são asseguradas. No mesmo vagão, embarcam 3 sócios honorários *ad majorem academiae gloriam*. Nesse belíssimo exemplo de tolerância universal, os três eleitos e os outros três escolhidos passam a gozar do mesmo encanto dos três deuses principais do Olimpo ou das Três Graças da Mitologia romana e brilham como as três estrelas da constelação de Órion, conhecidas como as Três Marias.

Nossa academia segue fielmente o conselho de Tobias a seu filho: *quod ab oderis fieri tibi, vide ne aliquando alteri facias, nunca faça aos outros o que não queres que os outros te façam*. É essa a filosofia adotada pela nossa Academia de Letras, na grandeza de suas intenções e na presteza de suas adoções.

Na política, temos a clã, aquilo que no inglês medieval chamava-se *clann* e se restringia às tribos irlandesas e escocesas. Entre nós habitantes do pequenino Estado, dispomos da grei familiar, o que os romanos chamavam *grex*, no sentido de rebanho de gado miúdo. Nosso rebanho familiar é graúdo e congrega politicamente avós, pais e netos.

Os latinos faziam grande diferença entre *sobrinus* e *patruelis*, o que nós englobamos como sobrinhos. *Sobrinus* era o filho da irmã e *patruelis*, o do irmão. Nota-se que entre os romanos havia um pouco de preconceito na relação de parentesco. *Nepos*, *nepotis* era o neto. Cícero, no seu *De lege agraria*, chamou a esse *nepos* de perdulário. No Evangelho, tem igual conceito o filho pródigo - *filius vivendo luxuriose*.

Quanto ao Nepotismo (o vínculo com o neto) três infalíveis papas o transformaram em favoritismo excessivo dispensado aos seus sobrinhos, porque *nepote* passou a ser sobrinho do Santo Padre. No livrinho chamado *Arte de Furtar*, esse nepote é reconhecido como confidente do soberano

Pontífice. *A Arte de Furtar*, se não é lido, é, pelo menos, muito apreciado em nosso país, porque aqui se furta com arte. E o nepotismo, em nosso Estado, aperfeiçoou-se com mais graça do que aquela concedida pelos papas e traduz os seus invejáveis privilégios.

Entre outras maravilhas, Natal ainda goza da reputação de possuir o melhor clima do mundo. Possui também a fama de ser o Estado onde mais se rouba bancos, o que permite aos assaltantes o privilégio pela facilidade de rapina. O que antes era violência, hoje se registra como simples ocorrência. A Segunda Grande Guerra abalou o mundo. As batalhas ocorreram muito distante do nosso Cabugi ou dos estrondos de Baixa Verde. Duas mil léguas longe daqui aconteceu o DIA D, houve a pacificação pela invenção do armistício e, finalmente, a assinatura da rendição do Japão, lá pela baía de Tóquio.

Antes disso, o presidente americano se dignou conferenciar pacificamente com o nosso presidente brasileiro, aqui no estuário do Potengi amado. No auge da guerra, desfilaram, pelas ruas de Natal, personalidades ilustres vindas de outros países: generais, príncipes e estrelas da constelação de Hollywood. Terminada a guerra, coube a Natal a glória inusitada de ter sido o Trampolim da Vitória, o teatro de hostilidades mais pacífico do universo, no qual jamais se viu um exército em marcha belicosa ou se ouviu um tiro de canhão, a não ser a festiva salva de tiro reservada ao general, o que se chama “tiro de festim” e só serve para assustar crianças e abalar os nervos dos velhos.

Festim é uma palavra tão miúda que até lembra chumbo de espingarda na caça de arribaçã, o que também é um privilégio reservado à nossa macambira e seria bem mais proveitoso se não houvesse a intervenção do IBAMA. Do nosso Trampolim da Vitória fez-se um filme - “For All” - para todos. A invasão holandesa concorreu para fertilizar o viveiro de mártires e de santos. Durante aqueles 20 anos de ocupação, nosso Estado assemelhou-se à Roma de Vespasiano e a nossa capital chamou-se garbosamente Nova Amesterdan. E pena que os invasores não tivessem imposto o idioma batavo para maior engrandecimento de nossa cultura linguística e enriquecimento de nossa hagiografia, no rastro dos holandistas ocupados com a *Acta Sanctorum*.

O nosso índio Poti, herói de raça, nascido ali em Aldeia Velha, recebeu a graça do batismo com o santo nome de Antônio e o título de Dom, uma distinção de tratamento só concedido a reis e bispos entre Espanha, Portugal e Brasil. Por pouco não foi santificado para honra e glória da aldeia.

Num Estado castigado pelas estiagens, dispomos da maior barragem do mundo, o que deixou a Assuã arrasada. Em 1991, tivemos a divina graça de recebermos cristamente o legítimo representante de São Pedro, que veio direto do Vaticano encerrar, aqui em Natal, o XII Congresso Eucarístico Nacional. E por último, ainda usufruímos do *Carnatal*, no que somos genuinamente criadores, competindo momescamente com o outro da Sapucaí. Isso nos permite a feliz oportunidade de ensaiarmos a batalha de

confete e brincarmos irresponsavelmente 2 vezes por ano, durante 2 semanas consecutivas, o que nos cabe 15 dias de festas intermitentes. Como a folia foi criação nossa e já se espalhou por outros Estados e municípios, já nos obrigamos a cobrar direitos autorais.

Em matéria de botânica, possuímos o maior cajueiro do mundo. Nas arrojadas navegações e descobrimentos de terras longínquas, recebemos a visita de Américo Vespúcio que em junho de 1499 velejou pelo delta do Açu em cujas margens fundou feitorias. Isso pelo menos é o que nos dizem alguns historiadores inventivos.

Já agora somos responsáveis pelo descobrimento do Brasil. A carta de Pero Vaz foi erroneamente datada na ilha de Vera Cruz, porque Porto Seguro é o Cabo de São Roque, onde Cabral desembarcou, em 1500. A primeira missa celebrada em terra firme foi diante dos primitivos potiguares e Jorge Dosoiro transferido de São Thomé para Touros. O Cabugi de Aluizio Alves é o Monte Pascoal avistado por Cabral. Não é uma maravilha.

Com estas mudanças no curso da história favorecendo e engrandecendo nosso pequenino Rio Grande, fica também provado que o barão de Munchhausen nasceu em Natal e não em Hanover e privou da amizade do barão da Redinha, *ad majorem terrae gloriam*.

Se Jesus um dia voltar à terra, estou certo de que virá para Natal. Aqui jamais será cruxificado e viverá em paz entre os ladrões. Os poucos judeus que migraram para cá ainda não tiveram tempo de erigir uma sinagoga (em Pretório nem se fala), por conseguinte estaremos sempre livres de Anás e Caifás; e que Pilatos permaneça lá no Credo onde o colocou Santo Atanásio para ser lembrado nas missas dominicais. Presumivelmente, segundo as tradições do século IV, foi a Fortaleza Antônia, em Jerusalém, que serviu de Pretório ou Tribunal onde Jesus foi julgado. Aqui em Natal temos a Fortaleza dos Reis Magos, que também tem a forma de estrela (Pentágono dos Magos) e para lá, na tradição da estrela de Belém, Dom José, rei de Portugal, nos mandou, em 1755, as três imagens dos Magos, outro privilégio da cidade-presépio. Que queres mais?

Deixemo-nos embalar nesse doce enlevo de vida alegre e gozemos dos privilégios que Deus se dignou reservar para a taba de Poti. Hoje já podemos repetir imperativamente sem nenhum exagero de plágio:

Criança!... não verás Estado nenhum como este; e não fiques aí a ouvir estrelas. Nosso céu é limpo e estrela não é sino que se ouça. Quando Bilac inventou de ouvi-las, estava surrupiando uma frase de Arsène Houssaye, que as ouviu antes dele, segundo nos revela Agrippino Grieco. Ora *você veja só!*

ANTÔNIO PEDRO DANTAS (TONHECA DANTAS)

José Carlos F. da Silva
Sócio Correspondente

Antônio Pedro Dantas era conhecido em família pelo carinhoso apelido de “Tonheca” e assim seria conhecido em todo Estado e fora dele. Quinto filho de João José Dantas e Vicência Maria do Espírito Santo, nasceu no sítio Carnaúba de Baixo, no dia 18 de junho de 1871.

Sua infância foi passada no sítio onde nasceu. Cedo, entretanto, despertou para a música, motivado pelo irmão José Venâncio, que lhe ensinou as primeiras notas. Esta atividade não era vista com simpatia pelo pai, que queria os filhos integralmente dedicados ao trabalho agrícola, pois era dele que dependia o sustento da família numerosa.

A paixão pela música levou o menino “Tonheca” a experimentar diversos instrumentos, desde as flautinhas de taboca compradas na feira de Carnaúba dos Dantas e que deliciaram a infância de muita gente, até instrumentos de verdade, conseguidos por empréstimo. Assim, da escala do clarinete passou para a família dos saxofones, começando com os instrumentos de palheta. Experimentou depois, descobriu os segredos dos instrumentos de bocal, começando com o pistom e passando pelo trombone e bombardino. Até mesmo a exigente flauta cedeu à sua curiosidade.

De posse desses conhecimentos, foi admitido na banda de música de Carnaúba dos Dantas, recém organizada pelo irmão José Venâncio, o que era uma atividade de muito destaque em uma pequena cidade do interior.

O jovem “Tonheca” começava a se destacar, reconhecido pela competência com que tocava o seu clarinete.

A sua fama de bom músico lhe fez surgir uma nova oportunidade. Pessoas influentes da cidade de Acari o chamaram para organizar uma banda: de instrumentista o rapaz tornou-se mestre.

Em virtude de problemas familiares e da seca que assolou aquela região, no fim do ano de 1897 e início de 1898, “Tonheca” resolveu procurar emprego na Capital, mais precisamente no Batalhão de Segurança (denominação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte naquela época).

Antes, a primeira providência foi munir-se de uma necessária recomendação. Apelou para o seu amigo e comrade Manoel Augusto Bezerra de Araújo Galvão, deputado estadual.

Ficou combinado que o comrade, na próxima viagem a Natal, falaria diretamente com o governador, o que realmente fez. O governador Ferreira

Chaves recebeu o pedido com simpatia pois se achava vago o lugar de mestre da Banda do Batalhão de Segurança.

“Tonheca” chegou muito cedo ao quartel certo de que iria assumir logo a colocação. Ali, alguém lhe comunicou que havia um outro candidato originário de Acari, também recomendado pelo governador a pedido de um político daquela cidade. Para resolver o problema, o próprio governador sugeriu a realização de um concurso, que isentaria a escolha de qualquer critério de proteção, entregando o lugar a quem apresentasse maior competência.

O comandante Lins Caldas chegou ao alojamento da Banda com mais alguns oficiais e chamou os candidatos. O primeiro chamado foi João Mamede, natural de Acari; recebeu a partitura que lhe cabia tocar e, indagado que instrumento preferia, escolheu o trombone.

O músico acariense executou com exatidão e limpeza a peça que lhe foi distribuída, demonstrando suficientes conhecimentos musicais.

Em seguida foi a vez de “Tonheca Dantas”. A ele foi entregue uma partitura diferente da primeira e perguntado qual instrumento escolheria, respondeu “qualquer um”.

Os membros da comissão entreolharam-se, surpresos com a audácia daquele sertanejo moreno e franzino e resolveram pôr à prova seus conhecimentos mandando que fosse tocando a peça nos diversos instrumentos da banda.

“Tonheca” não teve dúvidas; pôs a música na estante e executou-a com a clarineta, depois com o sax-tenor, trompete e flauta. Quando pediu um bombardino, os membros da comissão mandaram suspender dizendo já ser suficiente.

O resultado publicado informou que a comissão decidiu que o candidato João Mamede havia tocado muito bem um só instrumento, enquanto Antônio Pedro Dantas tocara bem todos os instrumentos e isso era mais do que necessário para o regente. Estava aprovado “Tonheca Dantas”.

A 30 de maio contratou-se como mestre de música, por três anos, conforme fez público a Ordem do Dia Regimental nº 580, de 30 de maio de 1898. “Tonheca Dantas” ingressou no corpo policial diretamente na função de mestre de banda, sem passar pelos estágios iniciais da carreira.

Podia parecer um sonho, mas era verdade. O rapaz modesto e tímido, sertanejo que nunca havia saído de seu Seridó, alcançava um posto disputado e prestigiado, graças unicamente à sua competência pessoal. O menino que regia pequenas bandas e conjuntos interioranos tinha agora em suas mãos a batuta da banda mais importante do Estado e uma grande responsabilidade pela frente. Mais prestígio e consideração passou a ter quando começou a ensaiar e fazer tocar peças musicais de sua autoria. Seus dobrados, marchas e valsas o consagraram entre os seus colegas e subordinados, como também nas retretas e tocatas apresentadas pela banda.

A sua fantasia “Delírio” mostrou a todos que ele não era um simples músico, mas um compositor possuidor de recursos técnicos os mais variados.

“Tonheca Dantas” passou muito pouco tempo à frente da banda do Batalhão de Segurança. Dos três anos previstos, esteve no posto apenas oito meses e três dias. Voltaria duas vezes, anos mais tarde, não mais como mestre.

Não se sabe ao certo o motivo que levou o jovem e bem sucedido mestre de banda a deixar o posto que lhe rendia bom ordenado e prestígio na cidade.

Autor da valsa “Royal Cinema” que se transformou em tema de filme produzido na Europa e de outras importantes composições que findaram por levá-lo como sócio fundador, a ser o honroso patrono da “Cadeira nº 33, da Academia Norte-rio-grandense de Letras”, respeitado e aplaudido como finíssimo compositor, que destacava-se pela divulgação sugestiva do folclore musical potiguar.

O maestro “Tonheca Dantas” faleceu às 16h do dia 7 de fevereiro de 1940.

Pelo que foi e em respeito às suas magníficas obras musicais, merece o respeito e a reverência histórica que muito dignifica e engrandece a Polícia Militar quanto à sua contribuição cultural para a formação da sociedade potiguar e seus valores.

NÍSIA FLORESTA

Maria Simonetti Gadelha Grilo
Sócia Efetiva

Era o dia 12 de outubro de 1810. No sítio denominado Floresta, na Vila de Papari, nascia uma menina que recebia o prenome de Dionísia, filha do português Dionísio Gonçalves Pinto e Antônia Clara Freire dos Revoredos de Goianinha, neta do capitão-mor Bento Freire do Revredo.

Dir-se-ia que, naquele tempo, havia fadas na região.

A boa Fada com cetro de ouro e sua varinha-de-condão vaticinou-lhe o destino: - Terás inteligência privilegiada, coragem estarrecedora, personalidade edificante e ousada, serás o protótipo da mulher idealista e autodidata na tua província, no teu país.

Empolgarás com o teu saber. O eco de tua voz perpetuará um pseudônimo notável que adotarás. Serás uma exceção nos padrões educacionais vigentes no teu país, na tua província. Pesava naquele berço uma grande predestinação.

Porém, a fada má, aproximando-se, sorrateiramente daquela criança, faz-lhe uma predição maléfica: - Serás incompreendida, caluniada e desconhecida de muitos. O sofrimento bater-te-á à porta no alvorecer de tua existência e será o teu companheiro inseparável. Sentirás no âmago do coração a dor da ingratidão. O pranto muitas vezes obnubilará os teus olhos. E o soluço contido sufocará a tu' alma.

A boa Fada, apiedando-se daquele triste prenúncio de vida, retomando a varinha mágica, diz:

- Enfrentarás todo o sofrimento com uma coragem inaudita. A tua inteligência brilhará como astro de primeira grandeza em noite de trevas e terá reflexo muito além. Terás atitudes destemidas e mostrarás aos teus compatriotas o poder de tua intelectualidade. O destino colocar-te-á acima dos mediocres. Terás o discernimento necessário para venceres o mal com o bem. O sentimento de humanidade terá lugar de destaque em teu coração. Vencerás, filha, vencerás. O teu nome será glorificado na posteridade.

E, assim, sob tais vaticínios, abriu os olhos a este “vale de lágrimas”, aquela criança que marcaria, com o pseudônimo adotado, o lugar em que nascera.

E a pequenina foi crescendo e viveria, no futuro, toda a predestinação do seu fadário.

Do seu pseudônimo famoso, diz o escritor Câmara Cascudo: *Nisia é o final de Dionísia; Floresta é o ninho nativo; Brasileira é uma afirmativa nacionalista para quem viveu 28 anos na Europa; Augusta é a recordação amorosa e fiel ao seu Manuel Augusto de Faria Rocha.*

Nisia recebeu uma educação que se diferenciava da educação de suas conterrâneas, influenciada pela civilização européia é o que se conclui, pois Nisia freqüentava as festividades locais e tocava guitarra, o que representava sensível afastamento dos padrões educacionais imperantes, quando a mulher, segundo Seidl: - *Não aprendia outra coisa, salvo bordar, coser e fazer doce.*

Casou aos 14 anos, em plena adolescência, não possuía, portanto, condições psicológicas para uma decisão tão importante.

Não foi feliz no matrimônio, daí porque desfeito o seu lar, partiu para o Recife, enfrentando as exigências da educação da família e os preconceitos da sociedade naquele tempo.

Nisia teve dois irmãos: Clara, a quem dedicava-lhe verdadeiro amor maternal, e Joaquim, inteligentíssimo, ao qual chamavam-lhe o Sócrates brasileiro, comparando-o ao filósofo ateniense.

Partiu em companhia dos irmãos e de sua mãe querida que, jamais, abandonou-a nos seus infortúnios. Mostrou a sua coragem e personalidade forte e edificante.

Chegou a Goiana (PE), grande centro cultural da época e onde residia a família do seu genitor.

Depois, fixou-se em Olinda e daí para o Recife em 1832. Ali procura cultivar sua inteligência e publica o primeiro livro-tradução - *Direitos da Mulher e Injustiça dos Homens.*

Nisia foi a precursora do feminismo em nossa pátria.

Enquanto, na Europa, no século XVIII, inicia-se o movimento que visava a participação da mulher na vida social. Esta campanha foi liderada por filósofos, escritores e poetas, tendo êxito na Revolução Francesa.

Os adeptos de Saint-Simon que adotaram o sistema filosófico de Fourier, fizeram da mulher o ponto primordial desse sistema.

Depois, Stuart-Mill, com suas idéias e ensinamentos, defendeu os direitos da mulher, publicando, em 1869, uma obra intitulada *Sujeição das Mulheres*, incentivando o sentimento feminista em todo o mundo.

Convém ressaltar que, apesar da educação da mulher brasileira, predominante no regime patriarcalista, Nisia surge com o seu ideal feminista em 1832.

E clamava: *Educai as mulheres.*

Em Recife, inesperadamente, o sofrimento bate-lhe à porta de uma maneira dolorosa e trágica. Seu pai fora assassinado. Cada vez mais - mãe e filha uniam-se de uma maneira sensível. Antônia Clara dedicava-lhe muito afeto.

Nisia conheceu no Recife o estudante de Direito - Manuel Augusto de Farias Rocha, que foi o maior amor de sua vida e muito a incentivou no estudo, no seu desenvolvimento intelectual.

Do Recife, partiu em companhia de seu amado, Manuel Augusto, para Porto Alegre. Sua genitora acompanhou-a. Sua filha Lívia Augusta nasceu no Recife e Augusto Américo, em Porto Alegre. Ali, inicia-se como educadora. Teve dias felizes com sua família. Porém, a 29 de agosto de 1832, falece Manuel Augusto com 25 anos. Foi uma dor profunda para o seu coração. De Porto Alegre, Nísia resolve ir para o Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Augusto depois Colégio Brasil. Instruía-se para lecionar quase todas as disciplinas. O Colégio Augusto funcionou no Rio de Janeiro durante 17 anos sob sua direção.

Ali, fez-se enfermeira na epidemia do cólera-morbus, após o falecimento de sua estimada mãe - Antônia Clara, a 25 de agosto de 1855.

Para tratamento de saúde de sua filha Lívia Augusta, empreende a primeira viagem para a Europa. Depois, outras viagens realizou. Lá, Nísia freqüenta os centros literários da época. Adotou o idioma francês e publica os seus trabalhos em francês e italiano. Conheceu homens cultos como Lamartine, Alexandre Herculano, Manzoni, Cavour e Augusto Comte, o fundador do Positivismo.

Sobre Augusto Comte exclamava: *Não é um homem como os outros. É um gênio. Sabe tudo e todos o respeitam como a maior cabeça do século.*

Nísia Floresta foi escritora notável, poetisa, feminista, jornalista, e sobretudo, educadora.

Nísia era, essencialmente, romântica.

Possuía sentimentos altruísticos que poderemos chamar de virtudes: amor filial excessivo; amor maternal e dizia: *Mãe! Esta, oh! Mulheres é ao mesmo tempo a vossa mais terna, mais nobre, mais relevante missão a cumprir*; amor à pátria querida: *Pátria, oh pátria!*, exclamava do íntimo d' alma; amor ao próximo; foi idealista; abolicionista notável. Pregou a abolição dos escravos e conclamava com entusiasmo: *Senhores do Brasil, esse solo abençoado em que respirais, mostrai-vos dignos dele, fazendo desaparecer do meio de vós a maior vergonha dos povos cristãos.*

Pregou os direitos da mulher - é pioneira do feminismo no Brasil.

Pugnou pela Federação das Províncias e a liberdade de culto.

Dentre seus livros:

CONSELHOS À MINHA FILHA, dedicado à sua querida Lívia Augusta nos seus 12 anos. O bispo de Mondovi estava junto à Corte como Núncio Apostólico, fez-lhe observações para que ela modificasse alguns itens. Entretanto, Nísia não cedeu. Permaneceu no que havia escrito. Mesmo assim, o bispo adotou-o na sua Diocese, na Itália. Mais uma vez, demonstrou sua personalidade altiva e forte.

ITINERÁRIO DE UMA VIAGEM À ALEMANHA, verdadeira lição histórico-geográfica: ora é um lago, um rio, uma montanha, recordando a

Pátria querida e diz sobre a beleza do Reno e do Neckar: lá é a simples natureza; aqui é a natureza secundada pelos esforços da arte, e os acontecimentos principais de cada cidade.

OPÚSCULO HUMANITÁRIO, um tratado de educação - Nísia Floresta revela-se pedagoga e socióloga. É considerada uma de suas melhores obras.

Faleceu Nísia Floresta a 24 de abril de 1885, em Rouen, na França, com 75 anos de idade, na terra onde alicerçou sua cultura de mulher, eminentemente superior. Foi sepultada no cemitério de Bonsecourt, Rouen, França.

No silêncio sepulcral onde repousa hoje em sua terra natal, deixou reminiscências bem profundas de sua cultura e do valor de sua inteligência para quem existiu no tempo em que a mulher vivia no ostracismo.

Seus restos mortais foram trasladados em 1954 e hoje repousam no mausoléu mandado erguer pelo escritor Manuel Rodrigues de Melo, quando presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, em 1955.

O deputado Arnaldo Barbalho Simonetti apresentou junto à Assembléia Legislativa Estadual o projeto para que fosse dado o nome da escritora célebre à terra que a acolheu ao nascer.

Assim, a antiga Vila de Papari passou a ter a denominação de hoje - cidade de Nísia Floresta, em homenagem justa e merecida à grande filha, de conformidade com o Decreto-Lei nº 146, de 23 de dezembro de 1948.

Pedagoga célebre e escritora emérita que, apesar dos contratemplos da vida, traçou com a sua edificante coragem e inteligência brilhante a trajetória do seu grande destino.

COBRA D'ÁGUA EM NINHO DE SERPENTES

Nestor dos Santos Lima
Sócio Correspondente

Terminara a guerra 39/45 e com ela a minha quota de serviço militar de pelo menos seis anos, desde a Companhia Quadros em Recife até a inclusão no Exército durante os anos de 1942 e a volta à vida civil em junho de 1945. Entrementes me havia formado em Direito em 1944, ainda fardado, e não via o que fazer com tudo o que aprendera na Faculdade. Advocacia não me atraía, só vendo nela negociatas. Tudo o mais dependia dos favores do governante de turno, o que me repugnava. Nenhuma opção disponível me satisfazia. Enveredei para o ensino, na linha tradicional da minha família, de avós a tios. E fui deixando o tempo passar, lendo, estudando, ensinando, nadando nas praias da cidade e esperando uma oportunidade. E ela veio indiretamente, envolta em fantasias.

Nas proximidades do Carnaval de 1947, já tinha algumas reservas para gastar. Um amigo sugere-me uma viagem ao Rio de Janeiro, para a qual entraríamos apenas com a passagem em navio do Lloyd Brasileiro. O resto ele arranjaria com suas ligações com os comissários de bordo. E pouco depois, já nós íamos mar-a-fora, deixando Natal à popa. Em quinze dias chegamos ao Rio de Janeiro e logo o carnaval liquidou as minhas reservas. Menos mal, porque meu irmão mais velho prometera assegurar-me hotel e café da manhã na rua do rezende. A perspectiva era mesmo de voltar a Natal para os meus alunos; mas não foi o que se deu.

Imerso nessas meditações, enquanto andava, ao cruzar a Avenida Floriano Peixoto, bem pertinho do Itamaraty, que eu não sabia o que era e nem onde estava, vi-me de súbito, frente a frente, com um velho colega do Atheneu Norte-rio-grandense, apelidado de Zebruaca, hoje conceituado advogado na capital carioca, e embarcamos em longa conversa sobre nós mesmos e nossos destinos ainda por se forjar. Viera fazer o concurso do Instituto Rio Branco, cuja data se aproximava. No meio do papo, ele pára e diz: *Você devia fazer esse concurso. E negócio para diplomata, assim como o cônsul americano em Natal. E você seguramente passa no exame. Vamos lá. É pertinho.* E lá entramos pelos salões e jardins do velho Itamaraty, eu sem saber do que se tratava, mas ambos dispostos a jogar os nossos destinos.

Minha entrevista inicial foi com um senhor alto, muito tranqüilo, de óculos e olhos apertados de miope, atitude receptiva e bondosa. Depois

soube que se chamava João Guimarães Rosa. A ele expus o meu desejo de me submeter ao concurso de provas e ele deixou-me falar. Interrompeu-me para me perguntar que documentos eu tinha em apoio da minha pretensão. Para o tipo de propósito de minha viagem viera desarmado de documentos. Insistiu e eu me lembrei da minha carteira de inscrição na OAB/RN que estava no fundo da mala. Guimarães Rosa iluminou o rosto impassível com um vago sorriso e me confiou que falaria antes com o embaixador Carvalho e Silva, presidente do Instituto. Pediu-me esperar. E de fato, voltou sorridente me dizendo logo: *inscreva-se. Se passar, terá de trazer os documentos.* E assim dei a largada para o processo que iria abrir-me o sonhado espetáculo do mundo que eu desejava conhecer, nem que fosse como clandestino em navio de bandeira não identificada. Pouco tempo depois viria o concurso.

Começamos as provas, e meu amigo Zebruaca não passou nem da primeira. Eu fui trabalhando e, surpreendentemente, lá para o final vi que havia passado as barreiras que me tinham oposto, para estupefação de um meu colega do Recife que, evidentemente, não acreditava que tivesse êxito. Parco êxito, realmente. Entrei como o 13º lugar, de suplente, para o caso de alguma desistência ou fiasco nas provas do ano letivo. E essas aconteceram e eu passaria para o rol dos efetivos, na segunda metade do ano. Em junho, nas férias, fizemos uma excursão geográfica ao Mato Grosso e ao Pantanal, liderados por Guimarães Rosa que abordaria o trem em Bauru. Nos papos informais que se seguiram durante as longas horas de viagem ele mostrou seu interesse por mim e me perguntou por que eu não tinha a bolsa do Instituto para os candidatos sem emprego nem família no Rio de Janeiro, possibilidade que até então ninguém me aventara. Lembrei-lhe que sendo suplente talvez não se configurasse a idéia. Mas ele retrucou: *Nada disso, você vai passar as provas e outros cairão, tenho certeza e vou conseguir-lhe uma bolsa.* Dito e feito. Caíram três efetivos e subiram os três suplentes. E a bolsa veio cair em minhas mãos que bem precisavam dela para poder estudar e vencer os últimos obstáculos até o fim do segundo ano.

Durante o curso eu ia percebendo que me metera em águas profundas. Meus colegas, com os quais eu ia me familiarizando aos poucos, eram moços muito bem-educados, muito bem vestidos, com aparência de ricos ou de renda alta. Não diziam palavrões, como a turma dos remadores do Centro Náutico ou o pessoal da tropa e do curso de oficiais. Eu tinha que me adaptar ao novo meio em que passara a viver. A um deles, aluno distinto em francês, indaguei onde tinha aprendido tão bem aquela língua. O moço era filho de diplomata e vivera longos períodos na França, onde se educara. Era uma serpente criada. Depois soube que era o candidato ao prêmio da ONU no final do curso. E eu não sabia dessas mordomias. Tão cobra d'água eu era que pedi audiência a um funcionário do alto escalão para perguntar-lhe se valia a pena ficar no Instituto Rio Branco em vez de voltar aos meus alunos de Natal. O então apenas conselheiro Penna Marinho ouviu-me atentamente e me deu argumentos válidos para buscar a abertura para o exterior; então não tive mais dúvidas. Precisaria melhorar o meu comando

em francês e entrei na Aliança Francesa para exorcizar o fantasma do colega tão versado na língua de Montesquieu.

O benefício da minha bolsa, pago com atrasados, eu o converti em roupas e numa bicicleta, para matar um velho desejo insatisfeito de menino pobre. Mas o encanto durou pouco. O trânsito do Rio em 1947 já era perigoso para ciclistas e logo vendi a bicicleta e voltei ao transporte público. As coisas iam mudando. Em 1947 já reuníamos a família no Rio de Janeiro, alguns anos após a morte de meu pai, o que configurava para mim um endereço, o que ao meu ver poderia impedir de renovar minha bolsa para aquele ano. Fui ao Guimarães Rosa e pedi cancelar minha mordomia. Negativo! Guimarães explicou-me que eu era um dos melhores da turma, não podia fazer isso, ademais eu não tinha renda própria, precisava da bolsa. Contento, obedeci, mas fui logo desligar-me do Colégio Frederico Ribeiro onde ensinava inglês e perdi o infame salário que ali me pagavam. A barra estava limpa para a corrida final.

O segundo ano foi duro. Acirrou-se a competição para o primeiro lugar das serpentes, por um motivo que me escapava e só saberia após o final: era a bolsa para as Nações Unidas. Continuei trabalhando inadvertido e no final do ano haviam passado na minha frente dois colegas melhor preparados. Eu permanecera no topo ou quase, como me assinalara o mestre José Honório Rodrigues, num breve encontro em Ipanema. Mas ainda vinha problema pela frente. É que havia bastantes vagas para incluir vários auxiliares que serviam no exterior e pleiteavam ser nomeados, o que poderia prejudicar alguns colegas da nossa turma. Mas foi encontrada a solução e não só concursados como auxiliares foram finalmente nomeados na mesma fornada.

Agora era a carreira, onde eu sentiria bem claro que estava em competição com outros valores imponderáveis, como fino trato social, cultura geral e tradição familiar, elegância de maneiras, assimilação ao modelo cultural europeu, o a que se referia vagamente o meu colega de Recife, em encontro na Cinelândia: *Lá só entra quem tem grandes e sonoros nomes de família. Você tem?* Mas meu colega de Faculdade estava atrasado. Entre sua visão e o Itamaraty de 1947, mediava a revolução de 1930. A história começava a se acelerar no Brasil, o que explicava a introdução do concurso para ingresso na carreira. Era a democracia a que batia às portas da Casa de Rio Branco.

Na soleira da porta que atravessava eu iria encontrar mais argumentos para configurar o destino da cobra d'água no ninho das serpentes. Os novos diplomatas entrariam em função de suas ligações com os níveis superiores da Casa. Desconhecido, fui parar numa obscura Divisão Consular onde meus colegas que lá encontrei eram antigos apaniguados da ditadura de Vargas ou peões do Rio Grande do Sul, adequadamente engravatados, mas incapazes de formular uma petição. Logo a necessidade de mudança se fez sentir no ambiente e começou um esboço de racionalização dos serviços a nós atribuídos.

Ali pratiquei durante dois anos, resolvendo problemas dentro das normas existentes, fazendo mérito para uma posterior remoção para o exterior. Entrementes, os meus colegas de turma foram saindo para o circuito pó-de-arroz Washington, Londres, Paris, Roma e Lisboa ou postos maiores em países desenvolvidos. Eu sonhava com a Europa no pós-guerra dilacerada entre a área ocidental democrática e a área oriental comunista. Depois de alguma barganha para a qual eu carecia dos imponderáveis atrás mencionados, fui convocado, *ex-abrupto*, para seguir para Belgrado, para responder em 24 horas se aceitava, e caso fosse não, explicitar as minhas razões.

Aconselhei-me com o velho cônsul Horta, de saudosa memória, e ele me disse: *Belgrado? O chefe lá é poeta, o Ribeiro Couto, um pouco louco mas poeta e inteligente. Você vai se dar bem com ele.* Eu já me sentia sob a direção de um poeta entre as ruínas de um país destruído pelos canhões de Hitler. E passei a alimentar furiosa simpatia pelos eslavos do sul, antes mesmo de conhecê-los.

Era ainda inverno quando cheguei de trem a Belgrado, em maio de 1951. O gelo e a neve continuavam e ignoravam a primavera que se aproximava timidamente. E lá procurei me acomodar ao chefe e ao posto durante três anos enquanto assuntos palpitantes me fizeram esquecer por algum tempo as minhas teorias sobre cobras e serpentes.

Agora, em 1951, minha visão inicial, embora válida, já comporta correções de forma, mas não de fundo. A verdade era que nem tudo era veneno naquele ninho. Havia os Carvalho e Silva, os Guimarães Rosa, os Horta e os Ribeiro Couto que infelizmente todos já se encantaram. Com a democratização em processo permanente no serviço público, é possível que muita coisa tenha mudado, que eu ignoro, e haja hoje, 1999, muito mais sensibilidade para as relações internas da Casa do que havia no meu tempo.

CRONOLOGIA BRASILEIRA EDIÇÃO DO CENTENÁRIO DO IHG/RN

Alúcio Azevedo
Sócio Efetivo

Ao ensejo da edição desta Revista, com a finalidade de comemorar o Centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, aproveito este espaço que me foi oferecido pelo seu dinâmico e esclarecido presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, para fazer a divulgação do meu mais recente trabalho, *Cronologia Brasileira*, obra que agrupa eventos da vida nacional e que, com certeza, estará sendo editada na época da ocorrência do citado acontecimento.

Este trabalho, que infelizmente não foi publicado, até agora, por motivo de dificuldades verificadas para a obtenção de patrocínio, junto a entidades empresariais do nosso Estado, que pudessem participar do Programa Cultural da Lei Câmara Cascudo, tem um grande valor literário para a História do Brasil, pelo fato de conter cerca de doze mil eventos brasileiros, agrupados em forma de calendário, em 500 páginas. Além do mais, o seu prefácio é de autoria do acadêmico Diógenes da Cunha Lima, presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, a contracapa tem uma produção do acadêmico Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o texto das orelhas é de autoria do jornalista e acadêmico Murilo Melo Filho, das Academias Brasileira e Norte-rio-grandense de Letras.

Para que se possa fazer uma avaliação mais aprofundada do seu conteúdo, tomo a iniciativa de enumerar os principais títulos dos assuntos que foram focalizados:

- a) todos os Estados da Federação Brasileira;
- b) cerca de 2.200 municípios brasileiros, de cujos verbetes constam: data de criação do município ou a fundação da cidade, área de superfície, população em 1996, gentílico, existência de Universidades, Dioceses Católicas, Organizações Militares das Forças Armadas, jornais, emissoras de rádio e televisão, aeroportos, portos marítimos e fluviais, clubes de futebol, estádios esportivos, entidades culturais e econômicas, outros eventos importantes, curiosidades e personalidades;

- c) cerca de 120 Universidades Brasileiras, bem como algumas primitivas Faculdades;
- d) cerca de 250 Dioceses Católicas, em todos os Estados do Brasil;
- e) cerca de 500 Organizações Militares das Forças Armadas;
- f) cerca de 300 jornais em circulação no país, além de outros que já deixaram de circular;
- g) cerca de 500 Clubes de Futebol, espalhados por todo o Brasil;
- h) registro parcial de emissoras de televisão e de rádio;
- i) Academias de Letras de quase todos os Estados do Brasil;
- j) Academia Brasileira de Letras, seus acadêmicos e patronos;
- k) Institutos Históricos e Geográficos dos Estados e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- l) todos os presidentes da República, de Deodoro da Fonseca a Fernando Henrique Cardoso;
- m) governadores-gerais e vice-reis;
- n) regentes do Império;
- o) ministérios da época da Monarquia;
- p) títulos de nobreza, durante o Império;
- q) políticos e personalidades da vida brasileira;
- r) aeroportos e portos;
- s) curiosidades;
- t) eventos mais importantes de cada localidade;
- u) poderia, ainda, relacionar eventos da vida brasileira, como por exemplo: capitânicas hereditárias, cardeais católicos, colégios, escolas, estradas de ferro e rodovias, hospitais, igrejas, libertação de escravos, lojas maçônicas, museus, parques, partidos políticos, reservas biológicas e ecológicas, revoluções, teatros, territórios, tratados, tribunais e usinas.

Esta obra poderá ter a sua amplitude constatada através de 93 páginas, que o seu índice remissivo apresenta.

A crítica literária deste Estado, representada pela Comissão Gerenciadora da Lei Câmara Cascudo, aprovou o projeto de publicação desta obra, de conformidade com o Certificado de Enquadramento nº 01, fato que infelizmente não se concretizou por motivo de entraves burocráticos da referida lei.

Devo ressaltar, a bem da verdade, que logo após o lançamento da minha *Cronologia do Rio Grande do Norte – Cinco Séculos de História*, fato que ocorreu em 1996, passei a trabalhar, dias e noites, na elaboração desta nova cronologia, com a convicção de que iria contribuir, de maneira considerável, para um maior e melhor conhecimento da História do Brasil, através das datas históricas.

Não posso deixar de reconhecer que, para a realização deste ideal, tenha recebido a valorosa colaboração e incentivo de grandes amigos, dentre os quais jamais esquecerei a figura do Dr. Enélio Lima Petrovich, companheiro

de todas as horas, na minha modesta jornada de trabalho cultural, ao longo de duas décadas.

Em último lugar, aproveito a oportunidade desta matéria, para me associar às homenagens que serão prestadas ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pelo transcurso de seu Centenário de fundação, fato que ocorrerá a 29 de março de 2002. São cem anos de atividades desenvolvidas, com o elevado objetivo de exaltar os fatos gloriosos do passado de nosso Estado e do Brasil, dando a cada um e a todos um colorido especial.

De conformidade com o artigo de Fernando Hippólyto da Costa, publicado na Revista do IHG/RN, referente aos anos de 1987 e 1988, o Instituto Histórico foi fundado a 29 de março de 1902, num sábado, às 12 horas, num salão do antigo Atheneu Norte-rio-grandense, onde hoje se localiza a Secretaria Municipal da Fazenda. Foram doze os seus fundadores, que compareceram àquela sessão, acrescidos de mais 14 personalidades que se fizeram representar pelo Dr. Alberto Maranhão, pelo Dr. Manoel Dantas e pelo desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. O seu primeiro presidente foi o Dr. Olímpio Manoel dos Santos Vital. Ainda de acordo com a citada matéria, o Instituto, ao longo dos seus 100 anos de existência, teve cinco sedes, a saber: Atheneu Norte-rio-grandense, prédio da Intendência Municipal (atual Prefeitura Municipal), prédio da antiga Justiça Federal, localizado, hoje, à rua Princesa Isabel, casa nº 577 da rua da Conceição, onde hoje se acha a Assembléia Legislativa do Estado e, finalmente, no local atual, à rua da Conceição, nº 622, para onde se transferiu a 21 de outubro de 1938.

A nossa tão querida, respeitada e exaltada Casa da Memória, a mais antiga instituição cultural de nossa terra, viverá, nesta data, um dia de glória, por tão grata efeméride, sob o comando desta figura incansável do presidente Enélio Lima Petrovich, homem de letras de nosso Estado, que tem dado o melhor de seu esforço e dedicação em favor de sua grandeza e prosperidade.

Além do mais, ao que tudo indica, a minha *Cronologia Brasileira*, que está sendo focalizada nesta matéria, poderá ter a sua publicação efetivada dentro das comemorações do centenário de fundação do Instituto, conforme é do meu desejo e do seu próprio presidente, que demonstra interesse pela concretização deste ato.

COLUNA CAPITOLINA

Enélio Lima Petrovich
Sócio Efetivo

Esta é uma página de reminiscência. Sobretudo de História.

Por isso, sob a sua égide, debruçamo-nos nas tradições do passado, contemplando e revendo a cidade cativante, hospitaleira e bela, além de menina-moça.

Com efeito, os anos decorrem, céleres, fixando o marco imperecível dos acontecimentos e das conquistas de quantos ainda sobrevivem e dos que já se foram, “libertados pela lei da morte”, para repetir Camões, na passagem meteórica do tempo.

E se o instante atual exige de cada um de nós coerência de atitudes, bom senso, espírito de justiça, até coragem para enfrentar os percalços da existência tão fugaz, emerge sempre o dever de registrar os atos de bravura dos heróis e mártires, tributando-lhes a homenagem mais telúrica, mais emocional, mais espontânea.

Decerto, a missão ora assumida se reveste desse caráter, trazendo ao conhecimento público o grande significado da **Coluna Capitolina**, quando a mesma é chantada, de forma definitiva, no centro do Largo “Vicente de Lemos”, restaurado e revitalizado, com jardins, bancos, piso de mármore deslumbrante, belos gradis, palco e iluminação feérica, em frente à sede própria do secular Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em estilo neoclássico (Rua da Conceição, 622 - Cidade Alta), graças ao apoio da Prefeitura Municipal do Natal, nas administrações de Wilma Maria de Faria e Carlos Eduardo Nunes Alves.

- E por que a dádiva, a oferenda, o presente régio?

Sim, dois bravos aviadores italianos, Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete, há 75 anos, em 05 de julho de 1928, atravessando o Atlântico, pisaram o solo norte-rio-grandense, empunhando uma mensagem de solidariedade humana aos povos deste ocidente, abençoado por Deus.

Partiram eles de Roma, vôo direto, em linha reta. Do alto, a visão de Gibraltar, Vila Cisneiros, Las Palmas, São Vicente e Porto Praia. Um *raid* sem antecedentes, em distância.

Como em Natal o tempo não estava bom, o *Savoia*, de fabricação *Marchetti*, desceu perto do Cabo de São Roque, em Touros/RN. E superado, igualmente, um pequeno defeito no trem de aterrissagem, os dois heróis aqui chegaram, aplaudidos pela façanha realizada. A ambos foi outorgado o título de *cidadão natalense*.

Presidia o Estado Juvenal Lamartine de Faria e a Intendência (Prefeitura) Omar O'Grady de Paiva. Houve uma romaria jubilosa.

Dai, pois, em decorrência, como agradecimento pela acolhida dos potiguares aos intrépidos aviadores, o Governo da Itália, por ordem de Benito Mussolini, doou à cidade do Natal a **Coluna Capitolina**, quase três anos após o feito heróico, inaugurada em 08 de janeiro de 1931, que bem sintetiza a amizade entre a Itália e o Brasil.

Trouxe-na de Roma dos Césares e dos Papas o cruzador "Leonardo Malloccello".

Pelo evento triunfal de 1928, uma esquadilha de hidroaviões, sob o comando do generalíssimo Ítalo Balbo (06-06-1896/ 28-06-1940), então Ministro da Aeronáutica da Itália, amerissou no rio Potengi, dois dias antes da solene inauguração, isto é, em 06 de janeiro de 1931, data consagrada aos Três Reis Magos e do início, em 1598, da construção do primeiro patrimônio histórico da cidade, que nascera em 25 de dezembro 1599. Presente à festa acolhedora Pedro Dias Guimarães, que governava a terra natalense. Por sua vez, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas (22-01-1888 / 08-04-1967), Bispo Diocesano, através de magna cerimônia religiosa, em altar montado na esplanada do Cais do Porto, bairro das Rocas, em 08 de janeiro de 1931, abençoou o monumento, infelizmente um tanto mutilado e incompleto.

É que mãos criminosas destruíram o seu primitivo pedestal, salvando-se, porém, a placa de mármore, pois se achava na Base Aérea de Natal, cuja localização se deve ao consócio Fernando Hippólyto da Costa. E nela se lê um texto, em italiano, de autoria do escritor Nello Quillici, evocando a fantástica viagem.

Agora, por nossa iniciativa, consta também outra placa de mármore, ao lado da Coluna, com a tradução para o português:

*TRAZIDA DE UMSÓ LANCE
SOBRE ASAS VELOZES
ALÉM DE TODA A DISTÂNCIA TENTADA POR
CARLO DEL PRETE E ARTURO FERRARIN,
A ITÁLIA AQUICHEGOU
EM 05 DE JULHO DE 1928.
O OCEANO NÃO MAIS DIVIDE E SIM UNE
AS GENTES LATINAS
DA ITÁLIA E DO BRASIL*

Acrescente-se que, na época, Irineu Jofilly ocupava a Interventoria Federal. Os dignitários do município exultaram para recepcionar os integrantes das Forças Aéreas Italianas.

Mais tarde, em 06 de setembro de 1969, na gestão de Ernani Alves da Silveira, Prefeito Municipal do Natal, a Secretaria de Turismo, sendo titular o jornalista e consócio Paulo Macedo, além de editar "Presença de Roma em Natal", do saudoso jurista e confrade Paulo Pinheiro de Viveiros (18-07-1908

/ 11-12-1979), então vice-orador do nosso centenário Instituto Histórico e Geográfico, promoveu solenidade na praça Carlos Gomes – Baldo, implantando, ali, a **Coluna Capitolina**.

Mister evidenciar que, após ter sido fincada, primeiramente, a **Coluna Capitolina**, na esplanada do Cais do Porto (08 de janeiro de 1931), passou, certo período, relegada ao esquecimento e, até, derrubada, quando nos breves dias da Intentona Comunista, em novembro de 1935, para ser colocada na praça João Tibúrcio, perto da praça André de Albuquerque.

Válida, sem dúvida, a pesquisa do inesquecível historiador Nestor dos Santos Lima (01-08-1887/ 26-02-1959), presidente perpétuo do IHG/RN, escrita em 1932, a respeito da **Coluna Capitolina**.

Eis um seu depoimento:

Benito Mussolini mandara arrancar das ruínas do Capitólio Romano uma das suas soberbas colunas e com ela presenteara à cidade do Natal, em memória do acolhimento feito aos azes do raid Roma-Natal.

Outrossim, a congreira e arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, em “Natal Monumental” – 1ª edição – págs. 97,98 e 99, ressalta que “também conhecida como coluna romana ou coluna Del Prete, a **Coluna Capitolina** recebeu tal denominação em virtude de ter pertencido às ruínas do templo sagrado de Júpiter, existente no norte do Capitólio na antiga Roma (...).

Trata-se de uma coluna de relevante valor artístico e histórico, representando um raríssimo exemplar de coluna com fuste espiralado, que somente começou a aparecer no início do século IV. Em Roma existem poucos exemplares bem conservados desse tipo de coluna. Pertencia ela ao Templo de Júpiter, existente no Monte do Capitólio. Diz a história que esse grandioso monumento possuía em seu seio uma riqueza fabulosa, parte da qual se encontrava nos subterrâneos, que se aprofundavam no Capitólio.

O templo foi o centro principal da vida religiosa dos antigos e era na área capitolina que se realizavam as grandes reuniões populares de Roma de antanho.

Aquele monumento artístico foi esculpido em mármore originário do Monte Pentélico, em Atenas, de grão fino e de uma ótima qualidade. Tratava-se de um mármore bastante duro e resistente ao tempo, embora relativamente fácil de ser trabalhado, propriedade que o tornava preferido pelos escultores.

A **Coluna Capitolina** termina em um capitel, facilmente identificável, como pertencente à ordem coríntia. A massa do capitel, em forma de cesta de flores e cheia de folhas de acanto, é menos funcional do que o capitel da ordem dórica. Sua riqueza tornou-o muito popular, no tempo da supremacia romana. Os romanos chegaram mesmo a transformar essa ordem em um paradigma, um genuíno modelo de majestade e imponência.

A **Coluna Capitolina** acha-se tombada em nível estadual, desde 17 de fevereiro de 1990.

Em “Oração dos Apóstolos”, o velho e sábio Ruy nos ensinou: “A justiça está a reconhecer aos heróis a glória dos atos que eles rompiam com o seu tempo.”

Posta, desse modo, a **Coluna Capitolina**, no Largo “Vicente de Lemos”, representa mesmo uma homenagem, não de sentidolouvaminheiro, cortejante, porque traduz, isto sim, o reconhecimento das gerações de hoje aos que nos legaram exemplos de civismo, destemor e bem-querer.

Assim, mirando a coluna, arrancada do Capitólio, erguemos a nossa voz, como preito de gratidão e de saudade aos dois corajosos aviadores italianos – Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete, que riscaram os céus europeus e brasileiros até Natal, ponto mais avançado do Atlântico maravilhoso.

E que circunstância feliz!

Augusto Severo (11-01-1864/12-05-1902), nascido em Macaíba-RN, pioneiro da aviação, recuando 26 anos, em 12 de maio de 1902 (antes quatro anos de Santos Dumont – o Patrono da Aeronáutica), realizou, em Paris, cidade-luz, a primeira conquista do ar, no seu dirigível **Pax**, quando veio a falecer. O nosso herói Severo foi também homenageado pela Itália através do ministro Ítalo Balbo, que depositou uma coroa de flores naturais em sua estátua, na praça que tem o seu nome, como, em 28 de maio de 1930, procedeu a Alemanha, com o Graf-Zeppelin. Compareceu ao encontro histórico o filho Sérgio Severo.

Mas, com esses comentários oportunos, vamos além.

Ora, tinha de ocorrer a despedida. E a 27 de julho de 1928, voando sobre Natal, os destemidos aviadores nos saudaram:

Prestes a deixar o formoso Rio Grande do Norte em viagem para a capital do país, cumprimos o grato dever de expressar ao Sr. Presidente do Estado, Sr. Prefeito da Cidade, a todas as autoridades federais e estaduais e ao nobre povo norte-rio-grandense, os nossos mais profundos agradecimentos pela fidalga acolhida que aqui tivemos; pelo auxílio generoso que nos foi prestado; pela honra que nos foi feita concedendo-nos a cidadania desta bela e futura cidade.

Sempre está conosco a lembrança dos dias que aqui vivemos.

Ao Rio Grande do Norte, ao seu Governo e ao seu generoso povo, o agradecimento imorredouro de Ferrarin e Del Prete.

Afinal, pela fatalidade ou pelo destino que Deus nos reserva, logo ao retornar ao Rio, Carlo Del Prete faleceu, a 16 de agosto do mesmo ano de 1928. Também 13 anos decorridos da memorável travessia Roma-Natal, foi a vez de Arturo Ferrarin, em 14 de julho de 1941, no ensejo de outro vôo.

Evocativos são os versos do poeta Ricardo da Cruz (que, por sinal, ajudou no concerto do avião, em Touros), no sétimo dia do falecimento de Del Prete:

*E depois que conquistou tamanha glória, ficaria para
nós sempre lembrado. O seu nome nas páginas da
História.*

Ainda pelo cinquentenário da gloriosa travessia, em 05 de julho de 1978, ao pé da Coluna, proferimos discurso comemorativo, quando fora fixada, como homenagem da Força Aérea Brasileira, uma placa de bronze, hoje desaparecida.

Esta é uma despreziosa contribuição intelectual, significando o testemunho do nosso Instituto Histórico e Geográfico – a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, pela importância e repercussão da **Coluna Capitolina**, no Largo “Vicente de Lemos”.

Enfim, pelos desígnios da fé e da paz, com as vistas voltadas para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico, sobressai a certeza de que a lição de Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete e a iniciativa do Governo italiano, doando à cidade do Natal a milenar relíquia, serão sempre um facho de luz, irradiante e perene, que ilumina a consciência brasileira, pela unidade e pelo progresso universal.

Divulgado, também, em forma de Folder.

CARTA A UM VENERÁVEL ANCIÃO

José Hermógenes de Andrade
Sócio Correspondente

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, velho amigo.

Daqui de longe, do Rio, estou lhe escrevendo, movido pela mesma alegria que inspirará os conterrâneos verdadeiramente cultos ao festejarem seus cem anos de vida, marcada de desafios, empenhos e vitórias. Como gostaria de estar aí no meio deles!...

Quando nasci, você era um bravo adolescente de vinte anos, e como todo rapaz, ativo, vencendo barreiras, e obstinado em se tornar cada vez mais útil na plenificação de seu nobre propósito, o de guardar as pegadas deixadas pelos acontecimentos históricos na terra potiguar. Sua energia era então naturalmente exuberante e fértil.

Abençoados seus pais, que o geraram e também aqueles que, com admirável esforço e sacrifícios pessoais, o mantiveram vivo para continuar servindo, inspirando e nutrindo as almas que anseiam pelo saber. Deus os recompense. Um dos que merecem destaque é este infatigável, abnegado e vitorioso, Enélio Petrovich.

Que o mesmo Deus perdoe outros que, embora podendo, por ignorância e incompetência, lhe negaram apoio, foram negligentes e mesmo chegaram a agir como antígenos, isto é, contra sua sobrevivência.

Numa autocrítica, me pergunto: que fiz eu em seu favor? E a resposta sincera que encontro não me traz conforto. Não me recordo de nenhuma ajuda significativa e fecundante. Outra pergunta que me faço: Se não estivesse tão longe, há mais de sessenta anos, teria concorrido para manter até agora seu crescimento e seus bons serviços? Teria sido um bom soldado ao comando do general Enélio, na batalha que vem mantendo? Talvez.

Meu velho Instituto. Você se lembra de um meninote sardento de cerca de dez anos, que morava na esburacada e ledeirosa rua Cabugi, que quase todas as manhãs, ficava na varanda voltada para o Palácio do Governo, com uma pequena prancha, lápis e papéis, olhando pela janela testemunhando as reuniões dos homens de poder, debatendo coisas da política e da administração? Era eu o pequeno freguês fiel de todas as sessões matinais. Naquela prancha, desenhei caricaturas dos líderes, não os mais importantes, mas os mais feios, isto é, os caricaturáveis. Obrigado, velho amigo, por tais lembranças.

Mas não tenho somente estas para agradecer. No ano passado fui a Natal para dar um curso pioneiro sobre uma portentosa ciência que denominei Higeologia, que no pólo oposto da hiper conhecida Patologia, que estuda a

doença, é uma neociência que estuda a saúde, tão importante quanto esquecida. O auditório que nos fora prometido, às vésperas, nos foi negado. Graças a Deus, contei com seu auditório. Obrigadíssimo, meu nobre, venerável e obsequioso ancião. Foi aí em seu auditório que, pela vez primeira se falou de uma ciência nova e que ajudará a humanidade.

Aprendi da sabedoria dos Vedas que um sistema, seja social, material, biológico, econômico... mantém-se vivo, enquanto desempenhar seu *dharma*, isto é, constitui a cumprir a função, o dever, o serviço, a tarefa específica que a Vida Onipresente lhe atribui. É por isto que você, graças a Deus e a seu empenho em cumprir seu destino de servidor, embora centenário, se mantém tão sadio, tão vivo e tão protegido contra a senilidade e a morte.

Desculpe a ousadia de o lembrar que perdoe os incapazes de compreender sua grandeza social, psicológica e espiritual a ponto de lamentavelmente lhe negar cooperação e apoio.

Eu não me esqueço de você, velho amigo.

Tomara que você não se esqueça daquele garoto sardento, freqüentador da janela deste casarão, que pensava que sabia caricaturar.

Parabéns antecipados por seus futuros centenários.

Rio, 20 de março de 2002.

AMÉRICO, 92 ANOS

Vitória dos Santos Costa
Sócia Efetiva

Hoje, 22 de agosto de 2002, Américo de Oliveira Costa, meu pai e amigo, completaria 92 anos. Ano do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico.

A grande viagem se iniciou há seis anos atrás, mas como tudo parece tão recente.

Neste dia, do seu aniversário, me dirijo ao campo santo trazendo flores nas mãos e o meu coração. Sento-me na sua lápide, onde, também, repousa a minha mãe, e sua companheira, recentemente falecida, Zefinha.

A saudade bate no peito, mas temos muito que conversar.

Dr. Américo, nestes últimos cinco anos, muita coisa aconteceu e a sua pessoa não foi esquecida, tendo sido, inclusive, homenageada pelo governador do Estado, Dr. Garibaldi Alves Filho, dando o seu nome a um complexo educativo na Zona Norte da cidade, o Centro Cultural e Biblioteca Escolar Professor Américo de Oliveira Costa. Sabe, houve uma grande festa de inauguração e este foi e é o seu maior presente de aniversário, neste ano de 2001. O orgulho encheu o coração de todos nós, filha e filhos, de vê-lo num espaço que tão bem corresponde/correspondia a sua personalidade múltipla. É preciso que se observe que não se trata apenas de uma Biblioteca para o autor do livro *A Biblioteca e os seus Habitantes*, é uma Biblioteca Escolar, Infantil, “Braille”. A homenagem vai além da Biblioteca, pois se trata de um Centro Cultural. Centro Cultural, este, que compreende salões de leitura, salões de exposições, cinemateca, videoteca, musicoteca, um auditório para reuniões e conferências e uma praça de eventos. Lembrando nas devidas proporções o Centro Cultural Georges Pompidou, existente em Paris.

Dr. Américo, esta pequena crônica é para lhe contar que o tempo passa, e passa rápido, as pessoas contudo ficam, permanecem através dos seus escritos, através dos seus feitos, através do seu exemplo, da sua vida e a sua, meu pai, foi dedicada às letras que nas suas mãos brilhavam em palavras, em palavras usadas não só na escrita, nos livros e no jornalismo, mas nas milhares de palavras pronunciadas em aulas, em aulas de saudade, em discursos, em orações de paraninfo de turmas concluintes, enfim, em palestras.

O senhor, portador de talentos transmitidos pelo Criador, os distribuiu e muito bem, multiplicou os seus talentos e não os enterrou egoisticamente!

Além de professor, fundou a Aliança Francesa, fez parte do movimento musical do Estado com o Instituto de Música, teve a culminância de receber Heitor Villa-Lobos, recebeu e recepcionou, como cônsul honorário da França, diversos navios de guerra do país amigo, recebeu embaixadores, recebeu homenagens do governo francês em diversas comendas como as Palmas Acadêmiques e a Comenda das Artes e das Letras, por dois presidentes de partidos diferentes, François Mitterrand e Valéry Giscard D'Estaing. Foi eleito e assumiu o posto de sócio correspondente do PEN CLUB DO BRASIL. Além de fazer parte da Academia Norte-rio-grandense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico e do Conselho de Cultura.

Chega-me ao pensamento a certeza de que, usando uma frase sua conhecida, quando se apresentou diante de Deus trazia um livro nas mãos.

A sua missão maravilhosa foi cumprida na sua busca de descobrir autores, habitantes da sua biblioteca, e os difundir levando leitores a compartilharem das pérolas e dos diamantes que o senhor colhia tão bem e os espalhava com a felicidade de uma criança que descobre um brinquedo novo.

A tarde já vai longe e a conversa já vai longa, vai chegando de mansinho a hora de deixá-lo e a mamãe.

Mas vai comigo a presença invisível dos dois, e hoje é um dia de festa, festa dos seus 92 anos, dia de alegria, não estou triste, vim parabenizá-lo, vim aqui abraçá-lo e dizer o quanto o amo, vim agradecer por ter tido o privilégio de ter sido sua filha, por ter tido a honra e ter consigo convivido ao longo de 52 anos. Ao Pai Celeste digo muito obrigado, por ter tido Américo e Zefinha como pais.

Vou deixá-los. Deixo flores, fica uma parte do meu coração e a outra vai comigo cheia do amor de vocês, sentindo ainda, que vocês são estrelas guias a iluminarem e a abençoarem o meu caminhar.

Parabéns para você.

A POLICIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE E OS SEUS FEITOS HERÓICOS

Ivoncísio Meira de Medeiros
Sócio Efetivo

A origem histórica das Polícias Militares no Brasil está num Decreto datado de 13 de maio de 1809, criando a Divisão Militar da Guarda Real do Rio de Janeiro. Em 1830, com a abdicação do Imperador D. Pedro I e não podendo subir ao Trono, o Príncipe Herdeiro, por ser menor de idade, o Império passou a ser governado, legitimamente, por Regentes. Contrários a esse sistema de governo, surgiram movimentos rebeldes ameaçando a integridade do Império e comprometendo a ordem pública. A história registra a “Cabanagem”, no Pará, a “Balaiada”, no Maranhão, a “Sabinada”, na Bahia e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a mais duradoura e avassaladora de todas as rebeldias.

Por conta dessas situações anormais, as cidades ficavam sem segurança e sem agentes para manter a ordem pública, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O então Ministro da Justiça, o Padre Antônio Diogo Feijó, determinou a criação de um “Corpo de Guardas Municipais Permanentes”, com atribuições próprias, para resguardar a segurança dos cidadãos. Não se restringindo aos limites do Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça recomendou a todos os Presidentes das Províncias do Império do Brasil a criação de forças assemelhadas, com a mesma missão.

No Rio Grande do Norte, o Presidente da Província, Basílio Quaresma Torreão, alegando as desordens e o derramamento de sangue que ocorria em Pernambuco, e temendo que esses desmandos atingissem o Rio Grande do Norte, apresentou ao Conselho Geral da Província um projeto para a criação de um “Corpo de Cavaleiros”, com a missão de acudir em todas as partes onde houvesse necessidade. Aceita a proposta e modificada a sua denominação, o Conselho Geral criou o CORPO POLICIAL DA PROVINCIA, pela Resolução de 27 de junho de 1834, aprovada pelo Art. 4º da Lei de 4 de abril de 1835: “O Governo porá em efetividade com urgência o Corpo de Polícia com o mesmo número de praças, marcado pelo extinto Conselho da Presidência.” Eram, apenas, quarenta Praças. No comando, o Tenente Adjunto Manoel Ferreira Nobre (junho de 1834 a setembro de 1835), pai do autor da “Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte”, nossa primeira história escrita, de mesmo nome paterno.

Em 7 de setembro de 1836, o sucessor de Basílio Quaresma Torreão, o Presidente João José Ferreira de Aguiar, na sua “Fala” aos Deputados Provinciais, apresentou um projeto de Lei com o seguinte preâmbulo: “Fica criada nesta Província uma força Policial com a denominação de Corpo Policial da Província do Rio Grande do Norte”. Elevava o efetivo policial para 120 homens, número considerado indispensável para o policiamento da capital e do interior.

Durante as discussões desse projeto, surgiram os protestos de vários Deputados contra a expressão “Fica criada”, alegando-se que o Corpo Policial já estava criado pela Resolução de 27 de junho de 1834. Aceitos os argumentos, o projeto foi aprovado pela Resolução nº 24, de 4 de novembro de 1836, dispondo no seu Art. 1º que “a Força Policial desta Província terá a denominação de Corpo Policial do Rio Grande do Norte”, com 70 Praças: um 1º e um 2º Comandantes, um 1º e um 2º Sargentos, um Furriel, três Cabos, dois Cornetas e 60 Soldados.

Comemora-se, oficialmente, o aniversário da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 4 de novembro, mas conforme atesta o Mestre Luís da Câmara Cascudo, e os documentos oficiais não podem ser contestados, a data histórica da Polícia Militar é 27 de junho de 1834.

Dai por diante, a corporação recebe várias denominações: em maio de 1892 é o “Corpo Militar de Segurança”; em 1894 é o “Batalhão de Segurança”; em 1923 é “Polícia Militar”; em 1930 é o “Regimento Policial Militar”; em 1939 é a “Força Policial”; e, finalmente, em 1947, Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Ao longo da sua história, cumprindo com galhardia e brilho a sua missão constitucional de prevenção e manutenção da ordem pública, combatendo o crime e os ilícitos penais, auxiliando na preservação da integridade política e administrativa do Rio Grande do Norte e colaborando com outras unidades federativas, a Polícia Militar, com denodo e eficiência, escreve nas páginas da nossa história feitos verdadeiramente heróicos, que engrandecem a honra de todos os filhos da terra potiguar.

OS HISTÓRICOS GUARDIÕES DA ORDEM PÚBLICA

Proclamada a República, a notícia só chegou a Natal dois dias depois. O Dr. Pedro Velho, líder republicano incontestado, assumiu provisoriamente o novo governo, sem adotar de imediato as medidas políticas e administrativas requeridas pelo novo regime. Instalando o governo, esqueceu de convidar os republicanos históricos que propugnavam pela derrubada do Império. Dezenove dias depois foi substituído, por ordem do Governo Provisório da República, pelo paulista Dr. Adolfo da Silva Gordo, num clima de insatisfação, de inquietação e de insegurança. No entanto, a prudência do Dr. Pedro Velho evitou confrontos. A integridade do novo governo foi respeitada, assim como a Força Policial garantiu a manutenção

da ordem e da segurança pública, conforme determinava o Art. 3º do Decreto nº 1. de 7 de dezembro de 1889, comportando-se com galhardia no estrito cumprimento do dever.

Em 1913, já morto o Dr. Pedro Velho, o Partido Republicano lançou candidato à sucessão governamental. O Capitão do Exército, José da Penha Alves de Souza, natural de Angicos, com estreitas ligações com o Marechal Hermes da Fonseca, em flagrante oposição à “oligarquia Maranhão”, apresentou a candidatura de Leônidas Hermes. Acirrou-se a disputa, com comícios violentos, com tiroteios que alarmaram a cidade e o Estado. O Batalhão de Segurança entrou em ação, no cumprimento da sua missão constitucional, defendendo a integridade do Governo, ameaçada pelas forças da oposição, e a segurança dos cidadãos. Após esse “batismo de fogo”, recebeu do seu Comandante, o Tenente-Coronel Manoel Lins Caldas, o seguinte elogio: “cumpro com a maior satisfação o sagrado dever de agradecer e louvar a esse punhado de heróis que no cumprimento da sua honrosa missão não mostraram o menor desfalecimento (...)”.

Em 1925, o Rio Grande do Norte foi chamado para combater a “Coluna Prestes” que ameaçava o Estado do Maranhão. O contingente de policiais militares, comandado pelo Capitão Apolônio Augusto Seabra de Mello, entrou em combate na cidade de Flores, enfrentando pesado ataque dos revoltosos, quando foi mortalmente ferido o Sargento Augusto Azevedo. Outro fato histórico foi a prisão do então Tenente Juarez Távora. Concluída a missão em 1926, são recebidos no cais da Tavares de Lyra por uma multidão, sob aplausos de reconhecimento.

Depois do combate de Flores, os revoltosos atravessaram o Ceará e dirigiram-se para as cidades de São Miguel e Luís Gomes, no nosso Estado. A defesa foi organizada pelos Tenentes Juventino Cabral e João Machado. Não houve escaramuças. Pretendendo descer para Pau dos Ferros, o comando da “Coluna” quis saber quantos Soldados lá estavam aquartelados. O Major Luís Júlio respondeu: “se querem saber quantos Soldados eu tenho que venham aqui para contá-los.” Não foram. Encaminharam-se para a Paraíba.

Por mais de vinte anos, entre os Governos de Alberto Maranhão e de Juvenal Lamartine, enfrentaram os bandos armados dos “cangaceiros”, não ensarilhando armas e dando combate constante e pesado a esses bandoleiros. Oficiais e subalternos arriscaram suas vidas enfrentando toda sorte de perigos nas marchas pela caatinga. Dessa luta sem trégua, ficou na história os nomes do Coronel Solon Andrade e dos Capitães Abdon Nunes e Laurentino de Moraes.

Em 1932, o Estado de São Paulo levanta-se em armas contra o Governo de Getúlio Vargas que não convocava eleições para constitucionalizar o país. O Governo apelou aos Interventores Estaduais que mandassem contingentes policiais militares, como também de civis, para ajudar o Exército no combate aos revolucionários. O Rio Grande do Norte enviou uma

Em 7 de setembro de 1836, o sucessor de Basílio Quaresma Torreão, o Presidente João José Ferreira de Aguiar, na sua “Fala” aos Deputados Provinciais, apresentou um projeto de Lei com o seguinte preâmbulo: “Fica criada nesta Província uma força Policial com a denominação de Corpo Policial da Província do Rio Grande do Norte”. Elevava o efetivo policial para 120 homens, número considerado indispensável para o policiamento da capital e do interior.

Durante as discussões desse projeto, surgiram os protestos de vários Deputados contra a expressão “Fica criada”, alegando-se que o Corpo Policial já estava criado pela Resolução de 27 de junho de 1834. Aceitos os argumentos, o projeto foi aprovado pela Resolução nº 24, de 4 de novembro de 1836, dispondo no seu Art. 1º que “a Força Policial desta Província terá a denominação de Corpo Policial do Rio Grande do Norte”, com 70 Praças: um 1º e um 2º Comandantes, um 1º e um 2º Sargentos, um Furriel, três Cabos, dois Cornetas e 60 Soldados.

Comemora-se, oficialmente, o aniversário da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 4 de novembro, mas conforme atesta o Mestre Luís da Câmara Cascudo, e os documentos oficiais não podem ser contestados, a data histórica da Polícia Militar é 27 de junho de 1834.

Daí por diante, a corporação recebe várias denominações: em maio de 1892 é o “Corpo Militar de Segurança”; em 1894 é o “Batalhão de Segurança”; em 1923 é “Polícia Militar”; em 1930 é o “Regimento Policial Militar”; em 1939 é a “Força Policial”; e, finalmente, em 1947, Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Ao longo da sua história, cumprindo com galhardia e brilho a sua missão constitucional de prevenção e manutenção da ordem pública, combatendo o crime e os ilícitos penais, auxiliando na preservação da integridade política e administrativa do Rio Grande do Norte e colaborando com outras unidades federativas, a Polícia Militar, com denodo e eficiência, escreve nas páginas da nossa história feitos verdadeiramente heróicos, que engrandecem a honra de todos os filhos da terra potiguar.

OS HISTÓRICOS GUARDIÕES DA ORDEM PÚBLICA

Proclamada a República, a notícia só chegou a Natal dois dias depois. O Dr. Pedro Velho, líder republicano incontestado, assumiu provisoriamente o novo governo, sem adotar de imediato as medidas políticas e administrativas requeridas pelo novo regime. Instalando o governo, esqueceu de convidar os republicanos históricos que propugnavam pela derrubada do Império. Dezenove dias depois foi substituído, por ordem do Governo Provisório da República, pelo paulista Dr. Adolfo da Silva Gordo, num clima de insatisfação, de inquietação e de insegurança. No entanto, a prudência do Dr. Pedro Velho evitou confrontos. A integridade do novo governo foi respeitada, assim como a Força Policial garantiu a manutenção

da ordem e da segurança pública, conforme determinava o Art. 3º do Decreto nº 1. de 7 de dezembro de 1889, comportando-se com galhardia no estrito cumprimento do dever.

Em 1913, já morto o Dr. Pedro Velho, o Partido Republicano lançou candidato à sucessão governamental. O Capitão do Exército, José da Penha Alves de Souza, natural de Angicos, com estreitas ligações com o Marechal Hermes da Fonseca, em flagrante oposição à “oligarquia Maranhão”, apresentou a candidatura de Leônidas Hermes. Acirrou-se a disputa, com comícios violentos, com tiroteios que alarmaram a cidade e o Estado. O Batalhão de Segurança entrou em ação, no cumprimento da sua missão constitucional, defendendo a integridade do Governo, ameaçada pelas forças da oposição, e a segurança dos cidadãos. Após esse “batismo de fogo”, recebeu do seu Comandante, o Tenente-Coronel Manoel Lins Caldas, o seguinte elogio: “cumpro com a maior satisfação o sagrado dever de agradecer e louvar a esse punhado de heróis que no cumprimento da sua honrosa missão não mostraram o menor desfalecimento (...)”.

Em 1925, o Rio Grande do Norte foi chamado para combater a “Coluna Prestes” que ameaçava o Estado do Maranhão. O contingente de policiais militares, comandado pelo Capitão Apolônio Augusto Seabra de Mello, entrou em combate na cidade de Flores, enfrentando pesado ataque dos revoltosos, quando foi mortalmente ferido o Sargento Augusto Azevedo. Outro fato histórico foi a prisão do então Tenente Juarez Távora. Concluída a missão em 1926, são recebidos no cais da Tavares de Lyra por uma multidão, sob aplausos de reconhecimento.

Depois do combate de Flores, os revoltosos atravessaram o Ceará e dirigiram-se para as cidades de São Miguel e Luís Gomes, no nosso Estado. A defesa foi organizada pelos Tenentes Juventino Cabral e João Machado. Não houve escaramuças. Pretendendo descer para Pau dos Ferros, o comando da “Coluna” quis saber quantos Soldados lá estavam aquartelados. O Major Luís Júlio respondeu: “se querem saber quantos Soldados eu tenho que venham aqui para contá-los.” Não foram. Encaminharam-se para a Paraíba.

Por mais de vinte anos, entre os Governos de Alberto Maranhão e de Juvenal Lamartine, enfrentaram os bandos armados dos “cangaceiros”, não ensarilhando armas e dando combate constante e pesado a esses bandoleiros. Oficiais e subalternos arriscaram suas vidas enfrentando toda sorte de perigos nas marchas pela caatinga. Dessa luta sem trégua, ficou na história os nomes do Coronel Solon Andrade e dos Capitães Abdon Nunes e Laurentino de Moraes.

Em 1932, o Estado de São Paulo levanta-se em armas contra o Governo de Getúlio Vargas que não convocava eleições para constitucionalizar o país. O Governo apelou aos Interventores Estaduais que mandassem contingentes policiais militares, como também de civis, para ajudar o Exército no combate aos revolucionários. O Rio Grande do Norte enviou uma

Companhia de Policiais Militares, comandada pelo Capitão Severino Elias Pereira, que ficou subordinada ao 3º Regimento de Infantaria. Dos nossos, foi morto em combate o 1º Tenente Alberto Gomes de Souza. Vitorioso o Governo, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte recebeu do General Góis Monteiro o seguinte agradecimento e elogio:“(...) este Comando sente-se desvanecido e agradecido aos Srs. Oficiais e praças da Companhia deste Batalhão, que seguiu para o Sul do país, sob o comando do Sr. Cap. Severino Elias Pereira, em defesa da ordem ameaçada, onde se portaram dignamente, demonstrando coragem, dedicação e bravura nos vários combates travados com as forças rebeldes paulistas (...)”.

Em novembro de 1935, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte enfrentou um dos mais violentos combates da sua história, quando foi deflagrada a chamada “Intentona Comunista”. Os rebeldes, superiores em armamento e munição, entrincheirados nas casas fronteiriças ao Quartel da Rua da Salgadeira, outros posicionados no sul e norte, tentavam ocupá-lo. Sob o comando do Tenente-Coronel Luis Júlio, quarenta e nove homens, durante vinte horas resistiram bravamente. Acabada a munição, não mais puderam defender a posição. Entregar-se? Nunca. Recuaram pelos fundos do Quartel. Na retirada, morre o Soldado Luís Gonzaga (identidade militar duvidosa para alguns historiadores) e foram feridos os Soldados Joaquim Barbosa, José Rodrigues de Aguiar, Severino Mendes e Antonio Gervásio Pinheiro, que gravou a sua mão ensangüentada numa das paredes da Unidade..

Durante a Segunda Grande Guerra, Natal, por sua posição estratégica, alvo das potências do Eixo, organizou a sua defesa militar e civil. Sob as ordens do General André Fernandes, montou-se, com a Polícia Militar e Civil, um esquema de vigilância contra a sabotagem e a espionagem, mantendo a sua missão de preservação da ordem pública nos momentos mais críticos passados pela nossa população.

Atualmente, a sociedade potiguar reconhece e confia nas atividades da nossa Polícia Militar, preventivas e repressivas, no combate ostensivo ao crime organizado, garantindo maior tranquilidade, segurança e bem-estar ao cidadão e a família norte-rio-grandense. O ícone do combate ao banditismo pela Polícia Militar é o Coronel Bento Manoel de Medeiros.

Finalmente, Senhor Coronel, Comandante-Geral e Senhores Oficiais, o meu testemunho pessoal como servidor da Justiça Eleitoral, tendo exercido, durante 13 anos, o cargo de Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, da competência, da eficiência, da disciplina e do cumprimento da missão policial de garantir a normalidade das Eleições, assegurando a livre manifestação da vontade do eleitor e coibindo os abusos ameaçadores do exercício da nossa cidadania.

Hoje, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, respeitando a sua história e os seus feitos heróicos, inspirada na música e nas letras do Tenente -Coronel José Vitoriano de Medeiros, com arranjo de Juvenal Lira, canta com orgulho e com vigor:

“Nós somos os Pioneiros
Do litoral ao sertão
E somos também guerreiros
Do Estado e da Nação.
Temos no peito a pujança
De combater a desordem
Defendendo a segurança
E a garantia da ordem.
Marchemos, na paz e na guerra,
Neste garbo varonil
Defendamos nossa terra
Para glória do Brasil”

Fontes de pesquisas: Luís da Câmara Cascudo – História do Rio Grande do Norte e História da Cidade do Natal; Rômulo C. Wanderley – História do Batalhão de Segurança (o livro clássico da Polícia Militar).

QUEM FUNDOU NATAL?

Arno Wehling
Sócio Honorário

As comemorações históricas, aproveitando a oportunidade das datas redondas, têm o mérito de chamar a atenção das autoridades, da mídia e, por extensão, do público externo aos círculos especializados, dos eventos significativos para a história de uma sociedade. Esse fato provoca frequentemente polêmicas e manifestações nem sempre em acordo com as concepções críticas dos historiadores, mas também constitui-se em excelente oportunidade para que estes precisem informações e atualizem o estado de nossos conhecimentos sobre os assuntos em pauta.

É justamente o caso do livro *Quem fundou Natal?*, do historiador Enélio Lima Petrovich.

Autor de outros trabalhos sobre a história do Rio Grande do Norte como *Forte dos Reis Magos - um patrimônio luso-brasileiro* (1969), *Os arquitetos da história do Rio Grande do Norte* (1971), *A questão religiosa e o Rio Grande do Norte* (1979), *Em três tempos* (1999), é também o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde vem realizando obra importante para a preservação e a divulgação da história potiguar.

Quem fundou Natal? foi originalmente uma conferência, a que o autor deu forma de pequeno livro. Publicado em 1999, o tema sugerido em função dos 400 anos da fundação da cidade, comemorados a 25 de dezembro daquele ano.

O processo de expansão territorial que deu origem à cidade de Natal é conhecido em suas linhas gerais. No final do século XVI a colonização portuguesa detinha-se no litoral da Paraíba, conquistado na década de 1580 e onde se fundou Felipéia de Nossa Senhora das Neves. No caso do atual Rio Grande do Norte, sabe-se que em fins do século era assiduamente frequentado pelos comerciantes franceses, em boas relações com os indígenas potiguares.

A decisão política de incorporá-lo ao Brasil coube ao governador geral D. Francisco de Sousa, que delegou a execução ao capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem. Essa incorporação era relevante não apenas pelo território disputado aos franceses, mas pelo que representava para o efetivo domínio da então chamada “costa leste-oeste”, que se estendia desta região à foz do Amazonas.

Vários pontos deste processo, entretanto, permanecem obscuros. Entre eles, o de definir a quem efetivamente coube a fundação da cidade, tema a que se dedicaram vários cronistas e historiadores.

O trabalho de Enélio Lima Petrovich não responde à pergunta que intitula a obra, no que fez bem, já que a historiografia até aqui, não possui documentação que permita afirmar categoricamente a resposta.

O valor de sua contribuição está em ter levantado as informações e conclusões de cronistas e historiadores, clássicos e modernos, sobre o assunto.

Realizou, assim, um rico balanço historiográfico, produzindo o que a antiga coleção *Clio* francesa, em seus manuais universitários de história da civilização, denominava o “estado atual da questão”. Hoje em dia os pesquisadores dos cursos de pós-graduação são orientados, uma vez delimitado o seu objeto, a realizar exatamente o “balanço historiográfico” de seu tema e do problema que equacionara.

Enélio Lima Petrovich em *Quem fundou Natal?* recuperou o tema do ponto de vista historiográfico, equacionando a posição dos diferentes autores não apenas em relação a um nome - o que já seria significativo - mas referindo-se a uma dinâmica institucional pouco conhecida no caso luso-brasileiro, em contraste com o mundo hispano-americano: a de quem fundava e como se fundavam as cidades e vilas brasileiras.

ORIGENS DO AERoclUBE DO RIO GRANDE DO NORTE (Parte II)

Fernando Hippólito da Costa
Sócio Efetivo

O CAMPO DO AERoclUBE COMO ALTERNATIVA.

Na noite de 22 de março de 1929, chegou a Natal o avião da C. G. A., pilotado por Depeker, o qual, enfrentando a chuva intermitente que então caía, não conseguiu pousar em Parnamirim, rumando para o campo do Aeroclube onde, apesar da falta de iluminação conveniente, aterrou satisfatoriamente. A bordo dessa aeronave, viajavam o conde Henry de la Vaulx (presidente da Associação Internacional de Aeronáutica) e sua esposa.

Logo após o pouso, o casal esteve na sede do Aeroclube onde foi recebido pelo secretário-geral do Estado, em nome do presidente Lamartine, e por membros da diretoria do sodalício, sendo servido uma taça de champanhe, por ocasião da troca de brindes.

O jornal *A República*, em sua edição de 24 de março de 1929, assim se manifestou: *A utilização, pelo aparelho da C. G. A., do campo de pouso do nosso Aeroclube, veio mais uma vez demonstrar a utilidade prática dessa instituição, destinada a desempenhar uma função cada vez mais saliente no desenvolvimento aviatório do Estado e do Nordeste.*

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA NO AERoclUBE.

Às 20:00 horas de sábado, 23 de março de 1929, teve lugar a conferência apresentada pelo sr. Simão de Laboreiro com vistas ao tema: *Asas que palpitam*. O conferencista dissertou sobre a história da aviação, Santos-Dumont, Augusto Severo e, ao final, teceu elogios ao Aeroclube.

INSTALAÇÃO DE UM "FRIGIDAIR".

A 2 de abril de 1929, a diretoria aprovou o pagamento de 95\$000 em favor de Saraiva, Couto e Cia., referente à instalação de uma geladeira na sede do clube. Aos poucos, o Aeroclube ia se equipando...

UMA SEVERA ADVERTÊNCIA.

A 4 de abril de 1929, a diretoria expediu o seguinte aviso: *A Diretoria do Clube tem verificado com desprazer que alguns sócios se julgam com o direito de se fazerem acompanhar às festas sociais, de seus filhos maiores, com economia própria, em condições de serem associados. Outros, sistematicamente, convidam amigos ou parentes, que não são sócios, a comparecerem aos bailes do Clube, sem o assentimento da Diretoria.*

Chama-se a atenção de uns e outros para a irregularidade deste procedimento, e se lhes avisa que a Diretoria tomará providências a fim de evitar a entrada de pessoas que não forem expressamente convidadas.

VISITAS.

O conde Pereira Carneiro, presidente da Companhia Condor de Navegação Aérea e sua esposa estiveram em visita ao Aero clube, em companhia do presidente Juvenal Lamartine. Em homenagem ao casal visitante, o clube ofereceu uma recepção dançante no sábado, 20 de abril de 1929, prolongando-se as danças até a madrugada de domingo.

Também visitou o Aero clube, em 4 de maio de 1929, o dr. Vicente Licíneo Cardoso, destacado membro do magistério superior do Rio de Janeiro, sendo a visita registrada na imprensa local.

VISITA DO PRESIDENTE DO CEARÁ.

Às 19:30 horas de 7 de maio de 1929, o presidente Lamartine ofereceu um jantar no Aero clube ao dr. Matos Peixoto e Sra., sendo ele o presidente do Estado do Ceará. O casal transitou por Natal, pelo navio “Almirante Jaceguai”, com destino ao Rio de Janeiro.

Durante o jantar tocou a orquestra do clube. Às 23:00 horas os visitantes regressaram ao navio.

RECEPÇÃO.

A 12 de maio de 1929, houve uma recepção dançante no Aero clube, oferecida pelo Centro Náutico Potengi aos remadores do Esporte Clube de Recife, que vieram a Natal pelo navio “Itapé” para as competições de remo entre esses dois clubes e ainda o Esporte Clube de Natal. Foi essa a primeira vez que a diretoria cedeu a sede do Aero clube para outras agremiações.

INAUGURAÇÃO DAS VARANDAS.

Para homenagear a Sra. Sílvia Lamartine de Faria, esposa do presidente do Estado, e dar por inauguradas as varandas do salão de danças, *a fim de atender melhor à numerosa assistência das festas do clube*, foi promovido um chá-dançante, no dia 26 de maio de 1929.

VISITA DE OFICIAIS DA MARINHA DE GUERRA.

Com início às 21:00 horas de 29 de maio de 1929, o presidente Juvenal Lamartine ofereceu um baile em homenagem aos oficiais da Divisão de Cruzadores, que transitava por Natal. A Divisão estava sob o comando do contra-almirante Tancredo Gomensoro e os cruzadores “Rio Grande do Sul” e “Bahia”, sob os comandos dos capitães-de-fragata Tácito Moraes Rego e José Félix da Cunha, respectivamente.

O traje foi smoking ou branco a rigor. O baile foi retribuído com um chá-dançante a bordo do “Bahia”, no dia seguinte.

PALMYRA WANDERLEY.

A 1º de junho de 1929, um grupo de pessoas da sociedade local ofereceu uma festa em homenagem à poetisa Palmyra Wanderley por motivo do lançamento de seu livro *Roseira Brava*.

A programação, com início às 21:00 horas, constou de uma parte litero-musical quando se fizeram ouvir várias jovens da sociedade, e de uma parte dançante. O cronista “Danilo” (Aderbal França) discursou saudando a homenageada, tendo esta agradecido, em seguida.

O presidente Lamartine foi representado pelo seu ajudante-de-ordens, capitão PM Genésio Lopes. Tocou a orquestra do Aero clube, encerrando-se a festa às 02:00 horas de domingo.

REPAROS NO CLUBE.

Na reunião de 1º de junho de 1929, a diretoria autorizou o pagamento da conta de 5:459\$000 em favor de Tobias Palatnick e Irmãos, firma que realizou a substituição do piso da área interna do Aero clube.

PAGAMENTO DE AERONAVE.

Na mesma data foi autorizado, também, o pagamento de 650 libras a “The Blackburn Aeroplane and Motor Co.”, referente à venda ao Aero clube do avião “Blue Bird”, batizado como “Natal”.

A PRIMEIRA MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS

Ainda na mesma reunião da diretoria, foi lançado o primeiro voto de pesar na ata dos trabalhos, relacionado com o falecimento, no Rio de Janeiro, do sócio Djalma Duarte. Foi, também, remetida uma mensagem de condolências à família do associado falecido.

INCENTIVO À AVIAÇÃO NO BRASIL.

A 5 de junho de 1929, o jornal *A República* noticiou que o senador José Augusto (representante do Rio Grande do Norte no Senado do Rio de Janeiro) havia apresentado um oportuno projeto destinado a incentivar a aviação no Brasil.

Em certo trecho de sua mensagem, afirmava José Augusto:

E o que se dá, por exemplo, com o Aeroclubes do Rio Grande do Norte, cujos serviços são já agora inegáveis à grande causa. O exemplo do Aeroclubes do Rio Grande do Norte não há de ficar isolado, e conto que em breve todos os Estados da Federação empenhar-se-ão, com interesse e desvelo, na campanha pelo desenvolvimento da aviação civil, já tão prestigiada em minha terra pela ação progressista do presidente Lamartine e pelo concurso patriótico de toda a população.

O projeto que apresentei representa o primeiro passo nessa direção. O Aeroclubes e as Escolas de Aviação Civil são instituições de real utilidade pública. É necessário que se mantenham melhor aparelhadas às que já existem, e outras sejam fundadas.

Posteriormente, o jornal *A Ordem*, do Rio de Janeiro, publicou com relação a esse projeto:

O Rio Grande do Norte fundou um Aeroclubes, com sede e campo de vôo próprios e adquiriu três aviões; precisa apenas de um auxílio para a manutenção da escola e aquela subvenção. Todos os Estados do Brasil poderão fazer o mesmo e ter-se-á, então, avançado um grande passo para o desenvolvimento da aeronáutica nacional.

Adauto da Câmara, um dos redatores de *A República* e membro da diretoria, assim também manifestou-se com vistas ao futuro do Aeroclubes:

O Rio Grande do Norte, graças ao espírito eminentemente progressista do seu ilustre presidente Juvenal Lamartine, deu ao Brasil um testemunho de seu patriotismo, de sua percepção nitida do caráter nacional deste problema (o da aviação). A fundação do nosso Aeroclube, o primeiro do Brasil (após o Aeroclube Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro, como órgão central de todos os aeroclubes), que não é apenas uma sociedade de danças, mas tem campos de pouso e aviões que lhe pertencem, está repercutindo no país como uma demonstração de puro nacionalismo, como uma iniciativa que desperta imitadores para honra deles e nossa.

A PRIMEIRA FESTA JUNINA.

Ocorreu no domingo, 23 de junho de 1929, com danças, fogueiras, fogos e outros entretenimentos peculiares às festas em homenagem a São João Batista. A programação da festa foi coordenada pelo diretor do mês, João Galvão Filho.

O PRIMEIRO RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Realizou-se a 29 de junho de 1929, a Assembléia Geral Ordinária, ocasião em que o presidente Juvenal Lamartine leu o relatório dos trabalhos executados naquele primeiro ano de vida social do Aeroclube.

A sessão foi aberta com o comparecimento de um elevado número de sócios. Para dirigir os trabalhos da Assembléia foi escolhido o Dr. Vale Miranda, e para secretariá-la, os sócios José Varela e Clidenor Lago.

Em seguida, o presidente Lamartine leu o seu extenso relatório em que historiou as atividades do clube, desde a sua fundação até o dia 1º de junho de 1929.

Do relatório supramencionado, extraímos as seguintes observações:

DADOS.

Fundada solenemente a 14 de fevereiro de 1928, esta associação instalou-se a 29 de dezembro de 1928. Durante esse interregno, ocupamo-nos em remodelar o edifício que lhe serve de sede, pertencente ao Governo do Estado, e em preparar o campo de pouso anexo à sede.

As despesas com esses trabalhos montaram a 20:000\$000 que foram custeadas pela subvenção de 200:000\$000 que ao Aeroclube concedeu de uma só vez o Governo do Estado, pelo Decreto nº 429.

A diretoria realizou, no período de 1º de janeiro a 1º de junho de 1929, dez sessões ordinárias.

O quadro social compõe-se de 383 sócios contribuintes e 2 honorários. Daqueles, 230 residem nesta Capital e 155 no interior do Estado, em outros Estados e na Capital Federal (Rio de Janeiro). Os sócios honorários são os aviadores peruanos Carlos Martinez de Pinillos e Carlos Zegarra.

APARELHAMENTO TÉCNICO.

O clube dispõe atualmente de dois aviões tipo "Blue Bird", da fábrica inglesa "The Blackburn Aeroplane and Motor Co. Ltd.". O último destes, adquirido recentemente por 650 libras esterlinas ou sejam 26.000\$000 ainda não nos foi entregue, estando porém o clube avisado de seu embarque. A situação criada para os militares, pela regulamentação da lei que dispõe sobre as condições para promoção e reforma, afastou do Aero clube o capitão-tenente Djalma Petit, diretor-técnico. O presidente do Estado está envidando esforços junto ao Sr. presidente da República, a fim de consentir a volta do cmt. Djalma Petit. Aproveitarei a próxima passagem do ministro da Marinha para resolver este caso.

DONATIVOS.

Registro, com satisfação, a doação de João Galvão Filho (piano), Fernando Pedrosa (vitrola) e Vicente Fernandes (donativo de 1.000\$000).

DIVERSÕES.

Ao lado de sua finalidade técnica propriamente dita, o Aero clube tem procurado criar atrações de ordem social para os seus agremiados. Assim é que a sede dispõe de um serviço de bar, explorado por arrendamento, mediante o aluguel mensal de 800\$000, jornais e revistas nacionais e estrangeiras, bilhares, piscina e campos de tênis.

Todos os meses tem-se realizado recepções dançantes, que tem dado grande prestígio mundano ao clube.

SITUAÇÃO FINANCEIRA.

E o seguinte o movimento de receita e despesa, no período de 19 de novembro de 1928 a 25 de junho de 1929:

Deve - 268:892\$430

Haver - 268:892\$430

Saldo devedor - 84:502\$230

Saldo credor - 84:502\$230

Os cálculos apresentados à Assembléia foram feitos pelo Tesoureiro do Aeroclub, José Ulisses de Medeiros.

...
Estas, senhores sócios, as informações que vos trago, relativas ao primeiro ano de vida social.

O Ceará já tem o seu Aeroclub, moldado pelo nosso. Da Bahia, o engenheiro Agenor Augusto de Miranda, do Distrito Telegráfico, solicitou a remessa dos nossos Estatutos. À Assembléia Legislativa do Maranhão, o deputado Hugo Machado referiu-se à obra que o Aeroclub do Rio Grande do Norte está efetuando. A Assembléia Legislativa de Goiás ocupou-se do mesmo assunto.

...
Sem qualquer subvenção do Governo Federal, contando apenas com o auxílio que lhe tem incessantemente dispensado o Governo do Estado e com as contribuições das suas centenas de sócios, conseguiu estabelecer um campo de pouso nesta Capital, instalar-se em sede magnífica e adquirir dois aviões para a sua futura Escola de Vôo.

...
A Escola de Aviação é o objetivo principal da nossa associação, e se assim não fora, não teríamos dispendido cerca de 60 contos de réis com a aquisição de aviões.

Os aeroclubes terão que exercer uma ação de máxima importância na formação da nossa aeronáutica. Eles merecem, deste modo, o apoio nacional. Eles são destinados a ensinar o Brasil a voar, a valer-se de suas asas para o seu progresso.

Prosseguindo a Assembléia, usou da palavra o Dr. Adauto da Câmara que propôs os nomes de Washington Luís (presidente da República), Victor Konder (ministro da Viação) e senador José Augusto, para a classe de sócios honorários. O presidente Lamartine indicou o nome do almirante Arnaldo Pinto da Luz (ministro da Marinha), enquanto que Ulisses Medeiros sugeriu fossem incluídos na categoria de sócios beneméritos: Juvenal Lamartine, Fernando Pedroza e João Galvão Filho.

Todas as indicações foram aprovadas por aplausos da assistência. A sessão foi encerrada às 22:00 horas.

FESTA.

Com início às 21:00 horas, de 13 de julho de 1929, foi realizado um baile oferecido ao Dr. Demóstenes de Carvalho, vice-presidente do Ceará e Senhora.

Uma comissão de membros da diretoria do Aero clube, composta de Omar O'Grady, Adauto da Câmara e Décio Fonseca, deslocou-se à residência do homenageado a fim de acompanhá-lo ao clube.

O traje foi o de smoking ou branco a rigor. As providências ficaram a cargo do diretor do mês, Nélio Tavares.

A partir das 20:30 horas, os Serviços Urbanos colocaram um bonde partindo de 30 em 30 minutos do Natal Clube com destino ao Aero clube, além de um serviço especial de ônibus no final da festa.

FESTA.

O navio "Almirante Jaceguai" aportou em Natal às 23:00 horas do dia 13 de julho de 1929, trazendo a bordo o ministro da Marinha, almirante Arnaldo Pinto da Luz e sua comitiva, os quais efetuavam uma viagem de inspeção às unidades e demais organizações da Marinha sediadas no Norte do país.

No dia imediato, 14 de julho, o Aero clube ofereceu um chá-dançante aos visitantes, com início às 16:30 horas. No intervalo das danças, o Dr. Lamartine, na qualidade de presidente do Aero clube, fez entrega do título de sócio honorário ao almirante Pinto da Luz, enaltecendo-lhe o muito que tinha feito pela aviação.

As danças se prolongaram até às 19:30 horas, ao som do "jazz-band" do Regimento Policial Militar (hoje, Polícia Militar do Estado), e da orquestra do professor Garibaldi Romano.

TELEGRAMA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

O Dr. Juvenal Lamartine recebeu do presidente da República o seguinte telegrama, divulgado em 17 de julho de 1929: *Acuso recebimento atencioso telegrama em que V. Exa. me comunica haver o Aero clube do Rio Grande do Norte deliberado conferir-me o título de sócio honorário. Muito penhorado por essa demonstração de apreço, venho trazer-lhe os meus vivos agradecimentos, extensivos a todos os membros da digna associação. Cordiais saudações. Ass. Washington Luis.*

ENTREVISTA.

Uma entrevista concedida pelo presidente Lamartine ao *Diário de São Paulo* referiu-se, entre os vários aspectos abordados, ao do Aero clube. Eis um trecho:

O problema da navegação aérea empolgou o meu espírito desde que assumi o Governo do Estado. Fundei, então, num dos bairros de Natal um Aero clube, com sede e campos próprios. O Aero clube já possui dois aviões, sendo que uma de suas finalidades, mais imediata, é estimular o gosto pela aviação, criar, se assim se pode dizer, o "sentimento aviatório".

E ainda: Dentre em breve instalarei a escola de aviação do referido clube, que se destina a fornecer brevês de aviadores aos que os desejarem. Nos municípios do interior do Estado tenho construído campos de aviação para as futuras linhas aéreas que atravessarem o Rio Grande do Norte. Esses campos, que são em número de quinze, eu os inaugurei pessoalmente, há pouco tempo, transportando-me a todos eles em avião. (A República, 8 de agosto de 1929).

FESTA

No sábado, 10 de agosto de 1929, com início às 21:00 horas, o Aero clube ofereceu um baile em homenagem ao presidente Lamartine, pela passagem do seu aniversário natalício. O homenageado foi acompanhado de sua residência à sede do clube por uma comissão formada de Ivo Filho, João Galvão Filho e Luís Veiga.

Recebido no salão de danças, foi saudado pelo Dr. Renato Celso Dantas a cujo discurso agradeceu. Em seguida, tiveram início as danças que se prolongaram até à madrugada de domingo. O traje foi smoking ou branco a rigor.

A PRIMEIRA "FESTA DE CARIDADE".

No domingo, 1º de setembro de 1929, com início às 15:00 horas, foi oferecida à sociedade natalense uma festa destinada a angariar fundos para auxiliar a Maternidade de Natal. Foi essa, portanto, a primeira "Festa de Caridade" realizada no Aero clube.

A comissão da festa foi constituída dos Srs. Januário Cicco, Cristóvão Dantas, Aderbal de França, além das Sras. Branca Pedroza, Maria Lídia Albuquerque, Alba Garcia e Gama Lobo.

Foram armadas barracas no pátio, com doces e sorvetes. Sortearam-se alguns prêmios. O Aero clube ficou completamente lotado. Às 18:00 horas teve início a parte lítero-musical.

Abriu o programa o grupo formado pelas Sras. Dolores, Jandyra, Gracinha e Denize Albuquerque que interpretaram *Flor do Ipê*, composição de Joubert de Carvalho.

Outras pessoas também participaram: Artur Álvares (violinista, executou a *Serenata* de Kebaghi), Srta. Mimi Caldas (declamou o poema *Cigarra*), o menor Alberto Moura (cantou *Samba de Verdade*, acompanhado pelo conjunto musical, merecendo *bis*), Clarisse Palma (cantou *Alma de Boêmio*, acompanhada de violão), Srtas. Denize Albuquerque e Palmira Galvão (com o diálogo musical *Um sorriso e um olhar*), o menor Guilherme van der Linden (ao violão, cantou *Casa de Caboclo*, com *bis*), Suerda Galvão e Alberto Moura (declamaram o poema humorístico *Quem casa, quer casa*), Srta. Hilda Wick (acompanhada ao violão por sua genitora, cantou algumas canções espanholas), Srtas. Jandyra Albuquerque e Odila Garcia (representando Pierrô e Colombina, exibiram o tema do romance *Colombina*), Alberto Moura (acompanhado pelas Srtas. Maria Carrilho, Lourdes Miranda, Denize Albuquerque e Palmira Galvão, cantou um engraçado samba *Tu me havia de querer*), Srs. Deolindo Lima, Santos Lima e Milton Fagundes (acompanhados pelo violão de Olavo Botelho, cantaram diversos números populares).

Os acompanhamentos ao piano foram feitos pela Srta. Dolores Albuquerque, e os de violão, por Olavo Botelho. A Srta. Elizabeth Tinoco leu a mão de cavalheiros, como improvisada cigana. Em seguida, iniciaram-se as danças, sendo que às 22:00 horas foi procedido o concurso de danças.

Os campeões de danças foram os seguintes: Ângelo Pessoa e Ciléia Dias (valsa), Ângelo Pessoa e Ione Cavalcante (tango) e José Inácio Ribeiro e Lenira Moura (maxixe).

Como José Inácio Ribeiro dançou com a filha de oito anos, a comissão concedeu à menina um prêmio especial.

FESTA.

Na noite de 7 de setembro de 1929, a oficialidade do 29º Batalhão de Caçadores ofereceu um baile em homenagem à Sra. Augusta Moreira Lima, esposa do tenente-coronel Delfino Moreira Lima, comandante daquela Unidade do Exército, utilizando-se os salões do Aeroclube.

Foi orador, em nome dos oficiais, o tenente Sérgio Marinho, “cujo eloquente discurso foi muito aplaudido”.

Em nome da homenageada, agradeceu o tenente-coronel Moreira Lima. A propósito, o cronista “Danilo” (Aderbal França) noticiou em sua crônica social que o *baile esteve brilhantíssimo com a presença da alta sociedade*.

Vamos recordar os que faziam a alta sociedade em Natal:

Sras. Juvenal Lamartine, Fernando Pedroza, Nélio Tavares, Tavares Guerreiro, Otávio Lamartine, Aníbal Azevedo, Ulisses Medeiros, Milciades Bandeira, Olavo Lamartine, Oswaldo Medeiros, Luís Veiga, Daniel Trindade, Sérgio Severo, Gama Lobo, Noel Miranda e viúva Manoel Dantas.

Srtas. Dalva Dantas, Dorotéia Câmara, Ione Cavalcante, Aline Brandão, Santa Torres, Ilnah Pereira, Evalda Toscano, Maria da Glória Toscano, Albaniza Moura, Ilídia Silva, Eilde Silva, Eunice e Geny Lyra, Lourdes Brito, Naninha Reis, Ceres Fernandes, Elemile Moura, Irene e Inaldy Monteiro, Lenira Moura, Zuleide Garcia, Diva Castelo Branco, Carmem Costa, Maria da Conceição Pacheco, Cília Gadelha, Maria Augusta Silva, Maria Moura, Neyde Medeiros, Walda Pacheco Dantas, Sofia e Elvira Pinto, Odília Gracia, Lídia Zarembo, Lourdes Palma, Olívia e Leonor Fernandes, Elizabeth Tinoco, Paulina Lamartine, Maria Nazareth Pacheco, Nair Bandeira, Concita Câmara, Carmem Carrilho, Natércia Maranhão, Helene Fonseca.

APRECIÇÕES DA IMPRENSA NORTE-AMERICANA.

A revista *The Sportman Pilot*, dedicada à aviação, fez as seguintes apreciações, conforme constou da edição de 6 de setembro de 1929 de *A República*:

O presidente do Estado do Rio Grande do Norte, no Brasil, é um verdadeiro apaixonado pela aviação, tendo organizado o Aero clube daquele Estado com alguns de seus mais ilustres concidadãos. O seu edifício está situado nos subúrbios da cidade, possuindo um pequeno campo de aviação, com hangares para uso dos sócios que possuem aviões.

Tem o clube uma pequena aeronave "Blue Bird" que é usada constantemente. É pilotada por um jovem brasileiro, Sr. Djalma Petit, que ministra lições de vôo e que está adido ao clube como instrutor profissional.

Um membro proeminente do clube, Sr. Fernando Pedroza - o magnata do algodão no Estado - tem um hidroavião "Curtiss" que usa habitualmente. Foi a primeira aeronave importada para aquela parte do mundo, a qual precedeu aos vôos do major Darque, Costes e Le Brix e o Serviço Aeropostal Francês por aquele lugar.

BUSTO DO SENADOR JOSÉ AUGUSTO.

O Aero clube fez-se representar por membros de sua diretoria e enviou o avião "Natal I" à cidade de Caicó, com a finalidade de abrilhantar a solenidade da inauguração do busto do senador José Augusto, naquela cidade. O "Natal I" foi pilotado por Djalma Petit, levando como passageiro o orador do Aero clube, Renato Dantas.

REGRESSO DO CMT. DJALMA PETIT.

A 28 de setembro de 1929, com início às 21:00 horas, foi promovida uma festa em homenagem ao cmt. Djalma Petit por ter o mesmo regressado ao Rio Grande do Norte e reassumido o cargo de diretor-técnico. O Ministério da Marinha, a pedido do presidente do Estado, havia liberado, mais uma vez, o cmt. Petit para que o mesmo voltasse a exercer aquele cargo no Aeroclube.

A festa esteve sob a responsabilidade do diretor do mês, Aníbal Azevedo. Num dos intervalos das danças, o homenageado foi saudado pelo consócio Renato Dantas.

MENSAGEM PRESIDENCIAL.

A 1º de outubro de 1929, foram instalados os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, tendo o presidente Juvenal Lamartine feito a leitura de sua Mensagem, correspondente à 13ª Legislatura.

Destacamos o seguinte trecho:

Transporte aéreo - Tenho procurado animar, por todos os meios ao nosso alcance, o desenvolvimento do transporte aéreo no Rio Grande do Norte, que já hoje pode se considerar, sem nenhum favor, o Estado líder desse movimento no Brasil.

Espero, dentro de poucos dias, inaugurar aqui a PRIMEIRA ESCOLA DE PILOTOS CIVIS do Brasil, sob a direção técnica do competente oficial da nossa Marinha de Guerra, cmt. Djalma Petit, criando desse modo um precedente, que será, certamente, seguido por outros Estados da União.

O movimento iniciado pelo Governo em favor da viação aérea vai encontrando um apoio tão forte por parte da população que, além de 14 campos preparados no interior, pelo Estado, em colaboração com as municipalidades, há fazendeiros que estão construindo, às suas custas, ótimos campos de aterragem em suas fazendas, de modo a não só facilitar as viagens aéreas de município a município como afastar os perigos de uma aterragem forçada em terreno impróprio.

REFERÊNCIAS ELOGIOSAS.

O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, noticiou (e *A República* divulgou em 5 de outubro de 1929), que a República Argentina desejava

efetuar um *reide* transatlântico Buenos Aires - Madrid, com um avião trimotor Focker, pilotado pelo tenente Messias.

Para tanto, viajou até Natal para estudar o apoio que poderia ser dado a essa viagem, o tenente-aviador Marcelo Aubone Quiroga, Chefe de Tráfego Aéreo da Aviação Civil Argentina.

Posteriormente, ele declarou à imprensa que *é um brinco, e de certo, o melhor da América do Sul, o Aero clube de Natal, que fica na própria cidade e tem o seu campo otimamente aparelhado, se bem que pequeno.*

O seu entusiasmo - afirma o jornal - vai a tal ponto que não cala os maiores elogios ao governo dos Srs. Lamartine e Fernando Pedroza, como autores ou promotores daquela obra.

ENERGIA ELÉTRICA PARA NATAL.

As Empresas Elétricas Brasileiras S/A., representadas pelo Sr. Artur Smith, comemoraram, a 27 de outubro de 1929, o ato de assinatura do contrato de venda, pelo Governo do Estado, dos serviços de Força e Luz, da usina elétrica, bondes e telefones da cidade de Natal.

A festa, no Aero clube, constou de duas partes: a primeira, um jantar oferecido pela representação das Empresas Elétricas ao presidente Lamartine e autoridades federais, estaduais e municipais. O banquete teve início às 19:00 horas; ao champanhe fez uso da palavra o Sr. Artur Smith, tendo discursado em seguida, o presidente do Estado.

A segunda parte foi o baile, iniciado às 22:00 horas e prolongando-se até alta madrugada. Durante o banquete e as danças, tocou a Banda de Música do Regimento Policial Militar. O traje foi smoking ou branco a rigor.

A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE AVIAÇÃO.

A 31 de outubro de 1929, foi realizada com a presença de grande número de associados, a assembléia geral extraordinária, destinada à criação da Escola de Aviação do Aero clube do Rio Grande do Norte.

Esteve presente à assembléia geral o presidente Lamartine o qual, na qualidade de presidente do Aero clube, abriu a sessão pedindo à assembléia fosse indicado um sócio para presidi-la.

A sessão passou, então, a ser presidida pelo general João Augusto que, ao assumir a direção dos trabalhos, convidou Eliseu Viana e Paulo Fernandes para servirem de secretários.

Exposto o objetivo daquela reunião, usou da palavra o cmt. Djalma Petit, diretor-técnico e instrutor da Escola de Vôo, apresentando um projeto, elaborado por ele e o consócio Ivo Filho, com vistas à criação de uma Escola de Aviação. Após a leitura do Regulamento da Escola, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos e considerado parte integrante dos

Estatutos do Aero clube, ficando assim, organizada a Escola de Aviação não só para os sócios ou filhos de sócios, como também de estranhos que desejassem nela se matricular.

Posteriormente, *A República* (2 de novembro de 1929), em editorial comentou que *o Aero clube do Rio Grande do Norte que é uma das agremiações que, no curto período de sua existência, mais honram o Estado, vai incorporar aos seus bons serviços uma iniciativa relevantíssima. É a da criação de uma Escola de Aviação na qual se habilitem os seus sócios que pretendam se dedicar ao assunto.*

E ainda: *No prazo de dois anos o Rio Grande do Norte talvez tenha feito mais pela aviação do que todas as demais unidades da Federação reunidas.*

NOVOS SÓCIOS HONORÁRIOS.

Na mesma assembléia geral, foram conferidos os títulos de sócios honorários ao cmt. Manoel Augusto Pereira de Vasconcelos e Dr. Artur Smith. O primeiro, pelos relevantes serviços prestados ao Aero clube e, o segundo, em reconhecimento à oferta de 20:000\$000 para aplicação em melhoramentos da entidade.

FESTA.

No domingo, 24 de novembro de 1929, foi realizada a festa da Associação de Eleitoras Norte-rio-grandenses, constando de uma palestra, iniciada às 18:00 horas, a cargo do Dr. Renato Dantas, o qual dissertou sobre assuntos femininos da época.

Em seguida, houve uma parte musical com números de piano (Srta. Odila Garcia), de canto (Srta. Concita Câmara), de declamação (Srta. Carolina Wanderley) e ainda de piano (Srta. Lélia Petrovich). Os acompanhamentos ao piano ficaram a cargo da professora Adelina Leitão. A festa prosseguiu com danças que se prolongaram até às 22:00 horas.

ENTREVISTA SOBRE O AEROCLUBE.

O jornal *A República*, em sua edição de 20 de novembro de 1929, transcreveu uma entrevista de Djalma Petit e Fernando Pedroza, feita ao periódico *A Notícia*, na cidade de Recife.

Dessa conversação, extraímos alguns parágrafos:

O cmt. Petit é muito moço, aparentando cerca de 30 anos e tem o posto de capitão-tenente. Há 11 anos pratica a aviação.

É pequeno, magro. É o Diretor-técnico do Aero clube do Rio Grande do Norte e instrutor da Escola de Aviação recém-criada pelo clube.

O Sr. Fernando Pedrosa é um dos fundadores do Aero clube, e atualmente exerce o cargo de vice-presidente. É o chefe de uma grande firma nordestina, S. A. Wharton Pedrosa. Especialista em assuntos de algodão, com estágio nos Estados Unidos. Entusiasta da aviação, o Sr. Pedrosa adquiriu para a firma um pequeno avião.

Fundado em fevereiro do ano passado, encontrou logo de início o Aero clube do Rio Grande do Norte, o solícito e prestigioso apoio do presidente Lamartine.

Com efeito, o governador desse Estado é um convicto fervoroso do grande papel destinado à aviação no desenvolvimento da civilização brasileira. E assim, não poupando esforços, já o Governo do Estado concedeu para o Aero clube, além do prédio e terrenos, auxílios importando em 200 contos de réis.

No período da organização do clube, veio a Natal, especialmente para traçar a orientação e fornecer as normas necessárias um coestadano extremoso e oficial de Marinha, o cmt. Manoel Augusto Pereira de Vasconcelos.

Organizado o clube, fixados o seu plano de ação e serviços, obtiveram os diretores do sodalício que o cmt. Djalma Petit viesse comissionado a Natal; desde março vem prestando à aviação no Rio Grande do Norte o seu inestimável concurso. Enfim, a 29 de dezembro de 1928, fazia-se a festiva inauguração do campo aviatório. O Aero clube é, ainda, núcleo de vida desportiva e social, estando a sua sede localizada a 15 minutos apenas do centro da cidade; consta com cerca de 400 sócios, possui 3 quadras de tênis, uma piscina ampla e é diariamente muito frequentado.

É servido por uma linha de bondes e outra de ônibus. Tem atualmente dois aviões tipo "Blue Bird", acionados por motor Genet, de 80 HP, desenvolvendo a velocidade de 130 quilômetros por hora.

Na presente viagem, de Natal a Recife, feita com motor reduzido, em cruzeiro econômico, com vento contrário, velocidade no ar de 107 quilômetros por hora, esse percurso foi coberto em 2 horas e 25 minutos. O campo, apesar de não ser extenso, presta-se muito bem às necessidades de aterragem e decolagem.

Mais da metade dos municípios do Rio Grande do Norte possuem campos de pouso, diversos inaugurados com a presença do presidente Lamartine. As construções foram realizadas pela municipalidade com o auxílio técnico e financeiro do Aero clube. Desses campos, os de Mossoró e Angicos são ótimos.

Muitos outros estão sendo construídos, alguns remodelados, de forma que dentro em breve todos os municípios do Estado contarão com esse melhoramento. Há três fazendas onde os seus proprietários fizeram construir campos de pouso: na fazenda São Joaquim (propriedade da firma Wharton Pedrosa), em Angicos; nas fazendas dos Srs. Bilro e Farache existem campos contruídos inteiramente por iniciativa dos proprietários, sob a orientação fornecida pelo Aero clube.

A Escola de Aviação, cujas matrículas se abrirão na próxima semana, instruirá pilotos, concedendo brevês reconhecidos não só no Brasil como pela Federação Aeronáutica Internacional com sede em Paris. O curso completo da Escola será dado numa média de 15 horas de vôo (cerca de 6 meses), das quais, 10 horas em vôo de duplo comando.

O avião "Blue Bird" é um avião próprio para a instrução, pois o aluno e o instrutor sentam-se lado a lado, inspirando confiança recíproca. As últimas 5 horas o brevetado voa "solo". Cada hora é fragmentada em várias lições. O aluno pagará uma taxa que está orçada em 200\$000 por hora de vôo. Ainda que pareça elevada, é uma contribuição razoável pois que, nos Estados Unidos, as escolas americanas exigem 20 dólares por hora de vôo.

Há vários candidatos. Sabe-se em Natal que a Srta. Yone Cavalcanti, filha do Dr. Francisco Ivo, diretor da Instrução, será uma das pessoas que primeiro se inscreverão nas próximas e futuras aulas dessa Escola, que aceita moças e rapazes.

O VÔO DA "MISS".

Durante sua estadia em Recife, o cmt. Petit conduziu para um vôo sobre a cidade de Recife, a Miss Pernambuco, Srta. Connie Brás da Cunha. A decolagem foi realizada às 14:20 horas de 19 de novembro de 1929.

Foi a primeira vez que a jovem tomou parte num vôo e, em consequência, foi a primeira Miss a voar em avião do Aero clube do Rio Grande do Norte.

O REGULAMENTO DA ESCOLA DE AVIAÇÃO.

A edição de 28 de novembro de 1929 de *A República* transcreveu o Regulamento da Escola de Aviação do Aero clube do Rio Grande do Norte, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 31 de outubro do mesmo ano.

Por ser o primeiro Regulamento da Escola de Aviação (também designada, posteriormente, por Escola de Vôo, Escola de Pilotagem e Departamento de Vôo), achamos por oportuno transcrever alguns artigos:

Art. 1º - Fica criado no Aero clube do Rio Grande do Norte uma Escola de Aviação, para o fim de diplomar pilotos de turismo, que serão reconhecidos pela Federação Aeronáutica Internacional.

Parágrafo único - Para esta finalidade, manterá o Aero clube do Rio Grande do Norte um instrutor de vôo e aviões, em número suficiente.

Art. 2º - As pessoas de ambos os sexos, maiores de 16 anos, poderão requerer ao presidente do Aero clube do Rio Grande do Norte, a sua inscrição no curso de vôo.

Art. 4º - O aluno que for sócio do Aero clube, ou filho de sócio, maior de 16 e menor de 21 anos, pagará 200\$000 por cada hora de vôo em duplo comando e 150\$000 por cada hora de vôo solo.

Art. 5º - O aluno estranho ao clube pagará 300\$000, na primeira hipótese do artigo antecedente, e 200\$000 na segunda.

Art. 7º - Durante o período de instrução em duplo comando, todas as avarias sofridas pelo avião correrão por conta do clube.

Art. 8º - Uma vez julgado o aluno em condições de vôo sozinho, por sua conta correrão ditas avarias.

Art. 9º - Para garantia das avarias possivelmente verificadas no avião, o aluno, logo que for julgado capaz de voar sozinho, fará uma caução de 2:000\$000, na tesouraria do Clube, caução esta que somente será por ele levantada, depois de se lhe haver conferido o brevê de piloto de turismo ou no caso de desistência da continuação do curso.

Art. 11 - O Aero clube do Rio Grande do Norte isenta-se da obrigação de responder por qualquer dano que porventura sofra o aluno nos acidentes, que se verificarem, quer nos vôos de duplo comando, quer nos vôos só, devendo ser isto consignado na petição de inscrição do candidato.

Art. 12 - Logo que o aluno tenha realizado todas as provas previstas e recomendadas nos regulamentos da Federação

Aeronáutica Internacional, ser-lhe-á conferido o diploma de piloto de turismo.

Art. 13 - Depois de diplomado, o piloto deverá continuar a se exercitar na prática de vôos.

Art. 14 - Todos os aviões do Aero clube do Rio Grande do Norte constituem o patrimônio de sua Escola de Aviação, não podendo, de ora em diante, normalmente, ser empregado em vôos que não sejam os de instrução ou treinamento de pilotos.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, porém, e a critério da diretoria do Clube, e depois de ouvido o diretor-técnico, poderá ser contratada qualquer viagem, mediante orçamento elaborado por quem de direito e pagando adiantado.

Art. 15 - A título de propaganda poderão os aviões do clube voar sobre a cidade, conduzindo passageiros que, por cada 20 minutos de vôo indenizem ao mesmo clube a gasolina e óleo gastos, ou seja, a importância de 50\$000.

Parágrafo único - Cabe ao passageiro a obrigação de assinar uma declaração, na qual isentará o Clube e o piloto que conduzir o avião, de qualquer responsabilidade no caso de se verificar acidente durante o passeio por ele pleiteado.

O Regulamento recebeu as assinaturas de João Augusto César da Silva (presidente), Eliseu Viana (secretário) e Paulo Fernandes (secretário).

No início de dezembro de 1929, as matrículas para a Escola de Aviação estavam abertas, com formulários apropriados já impressos. Dizia *A República*, em sua edição de 6 de dezembro: *Em virtude do entusiasmo reinante, nesta Capital e em outras cidades deste Estado e de Estados vizinhos, em torno da Escola de Aviação, é de prever-se grande afluência de candidatos à matrícula.*

PRIMEIRA FESTA NATALINA.

No ano de 1929, o Aero clube do Rio Grande do Norte comemorou a sua primeira festa natalina. Em 24 de dezembro houve um baile com início às 20:00 horas. À uma hora da madrugada, já dia 25, foi celebrada pelo monsenhor Alfredo Pegado, uma missa campal em frente à residência do Sr. Joaquim Manoel, como parte das comemorações.

A PASSAGEM DO ANO.

Na noite de 31 de dezembro, a diretoria do Aero clube ofereceu ao seu quadro social a primeira festa de passagem de ano, tendo coordenado os preparativos desse *reveillon*, o diretor do mês, Clidenor Lago.

PRIMEIRAS MISSÕES DE SALVAMENTO.

Às 04:00 horas de 17 de dezembro de 1929, acidentou-se na cidade de Santo Antônio, um avião uruguaio tripulado por Larre Borges e Challe, os quais estavam realizando o *reide* Sevilha - Montevidéu.

Os mesmos foram transportados para Natal no avião do Aeroclube, pilotado por Djalma Petit. Por se encontrar levemente ferido, Challe foi o primeiro a ser conduzido, no mesmo dia do acidente. No dia imediato, 18 de dezembro, Larre Borges foi levado para Natal.

Os primeiros curativos foram feitos pelo médico da C. G. A., Dr. Ricardo Barreto e, em Natal, pelo Dr. José Tavares da Silva que fez uma pequena cirurgia na vista esquerda de Challe.

BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A INTENTONA COMUNISTA DE 1935 EM NATAL

Davis Ribeiro de Sena
Do IHGB e IHGRN

Mário Câmara, ex-interventor varguista no Estado do Rio Grande do Norte, aliado do deputado federal João Café Filho, político de esquerda, perdera as eleições de outubro p.p. para Rafael Fernandes, do Partido Popular, mas a entrega do poder não foi tranqüila, irrompendo greves, saques e danos na iluminação pública da capital. A Guarda Civil (200 homens), criada por Café Filho, foi dissolvida e não desarmada. Em 18 de novembro de 1935, alguns cabos e soldados do Exército, mascarados como nos filmes de faroeste, assaltaram o bonde que fazia a linha Tirol, sendo presos pelo oficial-de-dia e recolhidos ao xadrez do 21º Batalhão de Caçadores (BC). Em 23 Nov, um dia de sábado, alastrou-se o boato de que os bademeiros tinham sido expulsos pelo comandante por incapacidade moral. O tenente responsável pelas prisões sofreu um atentado à bala e baixou ao hospital gravemente ferido. Após encontro repentino entre os militares que tomaram a frente dos violentos distúrbios (Sargento Quintino Clementino de Barros e cabo Giocondo Gerbásio Alves Dias) e a chefia do inexpressivo Partido Comunista Brasileiro (PCB) local, na pessoa do sapateiro de profissão José Praxedes de Andrade, o levante, por decisão dos militares, foi marcado para 19:30 horas daquele mesmo dia. Nesse horário, o cabo Dias e os rebeldes prenderam o oficial-de-dia e o comandante da guarda, abriram a porta do xadrez, soltando os reclusos, e reuniram todos que chegavam no pátio, inclusive os guardas-civis aliados e poucos curiosos atraídos pelos acontecimentos inusitados. Vários oficiais foram aprisionados, mas nenhum aderiu, apesar dos convites recebidos para comandar os amotinados. O tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares há somente 19 dias no comando da unidade, sem condições de resistir, deslocou-se para o quartel de polícia. Em seu relatório, adicionado a um dos processos instaurados, lamentou o fato de que a população natalense atemorizada assistia passivamente às desordens, sem esboçar qualquer protesto.

Grupos fardados e à paisana investiram e dominaram o quartel da Inspetoria de Polícia, o esquadrão de cavalaria estadual, os Correios e Telégrafos, aeroporto, estação ferroviária, repartições públicas, central elétrica, delegacias policiais, cartórios etc., tudo sem luta, exceto na tomada do aquartelamento do comando da Polícia Militar, onde seu comandante, juntamente com o tenente-coronel Pinto Soares, ofereceram alguma resistência até as 14:00 horas do

domingo, dia 24. Só houve uma baixa fatal a lamentar: o soldado legalista Luís Gonzaga.

Rafael Fernandes e assessores se refugiaram na residência do cônsul chileno, porém, o prefeito Gentil Ferreira e seu oficial de gabinete, jornalistas, autoridades, pessoas comuns e policiais foram capturados e o pânico dominou os habitantes locais. A Escola de Aprendizes de Marinheiros, a Capitania dos Portos e repartições das docas não se pronunciaram, recolhidas em suas salas e dependências. Bandos de aventureiros foram despachados para o interior, em razão da facilidade com que a capital potiguar fora controlada pelos revoltosos. Na manhã da segunda-feira (25), em um comício, José Praxedes anunciou a “junta de governo” presidida por ele, na qual o sargento-músico Clementino de Barros era o secretário da Guerra e convidados funcionários públicos (que nunca apareceram) para exercerem os demais cargos da administração. Seu primeiro ato foi destituir o governador Rafael Fernandes Gurjão e dissolver a Assembléia Legislativa, sem remuneração para os ex-deputados, ao tempo em que desocupados se esbaldavam andando de bonde de graça e as apavoradas famílias não saíam de casa, portas e janelas trancadas. Lojas e armazéns comerciais, vendas, depósitos de gêneros alimentícios e de materiais diversos eram invadidos e pilhados por verdadeiras quadrilhas de assaltantes.

Foram feitas inúmeras “requisições”, inclusive no interior, mas ninguém assinou qualquer recibo de valores (precisavam de dinheiro), e arrombados os cofres do Banco do Brasil, do Banco do Estado do Rio Grande do Norte e da Recebedoria de Rendas e recolhidos, grosso modo, cerca de 3.000, 90 e 150 contos de réis, respectivamente, uma fortuna para a época, existindo dados detalhados constantes nos textos dos processos judiciais. O dinheiro foi amontoado em caixas, latas e sacos, mas do total saqueado apenas 900 contos foram recuperados. Fala-se em quantias enterradas em quintais e solos de moradas particulares e terrenos baldios.

Não demorou a surgirem divergências entre os executantes da revolta e começou a debandada. Os destacamentos enviados ao interior tomaram outros rumos por conta própria, ou foram derrotados e dispersados pela jagunçada do “coronel” chefe político de Caicó Dinarte Mariz e outros fazendeiros. Argemiro de Figueiredo, governador da Paraíba, enviou a Natal um contingente de sua polícia estadual, enquanto os desnorteados revoltosos convidavam, em desespero de causa, o general-de-divisão Manoel Rabelo, comandante da 7ª Região Militar, considerado de extrema direita, para assumir o comando do movimento. Na terça-feira, 26 Nov, as milícias sertanejas legalistas chegaram à capital e já a encontraram ocupada pela polícia paraibana e pelo 22º BC, de João Pessoa, chegado do Recife, onde ajudara a sufocar o levante ocorrido na capital pernambucana, no dia 24. O 23º BC, de Fortaleza, ocupou a cidade de Mossoró. As defecções entre os amotinados foram constantes desde o início, reduzindo para menos da metade seu efetivo inicial.

Giocondo Dias fugiu e ficou escondido numa fazenda no próprio estado potiguar, pertencente a um policial corrupto, até acabar o dinheiro que trazia. Desentendeu-se com o proprietário e protetor, foi ferido na briga que se seguiu

e entregue à Polícia, em abril de 1936. José Praxedes desapareceu naquela madrugada de 26 Nov, verdadeiro “salve-se quem puder”, para reaparecer vivo quase 50 (cinquenta) anos depois, no início de 1984. Contou que distribuiu o dinheiro a amigos, à esposa (19 contos) e levou consigo grande quantia. Praxedes viveu clandestino até 1938, quando assumiu outra identidade, vindo a morrer em dezembro de 1984. A balbúrdia no manuseio do dinheiro público pelos baderneiros, com medo da punição inevitável, foi de tal porte que entrou para o folclore popular, por meio de várias versões inverossímeis. Muitos afirmaram que jogaram aleatoriamente cédulas, objetos de valor, cristais, pratarias e jóias roubadas por cima de muros residenciais, para não serem identificados com a mão na massa.

O presidente Getúlio Vargas promulgara há poucos dias a lei federal aprovada pelo Congresso Nacional, que estipulava em 08 (oito) anos o tempo de serviço na ativa para cabos e soldados engajados voluntariamente. Durante o período, esses praças, pertencentes ao núcleo-base, deveriam ser aprovados em exame de acesso à graduação de 3º sargento, para obterem reengajamento. Evitava-se assim o envelhecimento dos efetivos nos corpos-de-tropa, sistema que prevalece na maioria dos exércitos do mundo, inclusive o brasileiro, até os dias atuais. Quem não queria estudar achou que seria objetivo do governo a desincorporação geral, após explorar seus serviços. A repercussão foi penosa para a instituição militar, até o pessoal antigo se adaptar ao novo modelo adotado. Em várias organizações militares, disseminadas pelo território nacional, verificaram-se sinais de descontentamento – às vezes insuflados politicamente – superados sem maiores problemas pela alta noção de disciplina predominante em todos os escalões hierárquicos, apesar do clima exaltado respirado pelos “tenentes”, anistiados e reconduzidos à situação vivida anteriormente, com todos os direitos readquiridos. O pior aconteceu na guarnição federal da cidade de Natal.

O descalabro na execução de uma sublevação que no pensamento dos teóricos comunistas pretendia “libertar” o povo brasileiro, transformando-se em um motim anárquico, conduz o estudioso a questionar se Luís Carlos Prestes estaria no controle da rebelião, provavelmente alheio à luta deflagrada no aquartelamento do 21º BC. Fica a impressão de que eclodira simplesmente uma grave manifestação de indisciplina coletiva, no interior de um quartel da força terrestre, por causas peculiares ao serviço militar, aproveitada por chefetes comunistas locais motivados pela situação política explosiva no Estado do Rio Grande do Norte. Em depoimento processual, Prestes afirmou que ao voltar da URSS, juntamente com o oficial da reserva do Exército Silo Meireles, combinara que o camarada agiria no Nordeste, por ser pernambucano, enquanto que ele atuaria no Distrito Federal, embora lhe interessasse eximir-se de culpa pela insubordinação armada em Natal e no Recife. Seja como for, foram arrolados 1210 homens e 02 mulheres (cozinheiras no rancho do batalhão) nos diversos inquéritos instaurados. Poucos puderam dizer com clareza o que realmente ocorrera na pacata capital nordestina. Perguntado quem eram os chefes do movimento, o cabo Giocondo Dias responde: *Não tinha chefes. Foi um*

movimento de indisciplina, como protesto contra a expulsão de grande número de praças, nos dias 22 e 23 de novembro (...). Ai os extremistas se aproveitaram da situação e o transformaram num movimento comunista. Não havendo chefes, não sei quais foram os articuladores.

Movimentado para a capital do Rio Grande do Norte, o 21º BC, foi recebido festivamente por seus habitantes, na ilusão de retornarem os tempos de paz e sossego, anteriores ao tumultuado ano de 1930. Não foi o que ocorreu, pois aquele batalhão vinha contaminado pelo vírus da discórdia e não tardou a mostrar sintomas do descaminho disciplinar adquirido nas últimas agitações políticas vividas na cidade do Recife, e que motivaram seu deslocamento. A insensatez de parte dos seus integrantes subalternos impôs à capital potiguar um fim de semana caótico, só dissipado pelo retorno imediato das autoridades legais.

LIVROS DE BATISMO: UMA FONTE PARA O ESTUDO DA CRIANÇA EXPOSTA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, FREGUESIA DE N^a Sr^a DA APRESENTAÇÃO (1753 – 1795)¹

Thiago do Nascimento Torres de Paula²
Colaborador

*Com a imagem da fonte se exprime (...) que
ela não é objeto, mas meio de conhecimento³*

José Honório Rodrigues

Ouvindo falar direta ou indiretamente, por meio de pessoas e telejornais, sobre casos de crianças recém-nascidas que tinham sido abandonadas em portas residenciais, ainda sujas de sangue, ou mesmo deixadas em latas de lixo, é que passamos a nos questionar sobre essa realidade em uma outra temporalidade. No entanto, conservando o espaço local, construindo dessa maneira o nosso lugar social de produção, lugar esse onde se dariam, os primeiros passos de nossa operação historiográfica.⁴

Durante a pesquisa em busca de referenciais teóricos, para tão especializada temática, foi sabido que os livros de batismos são fontes importantíssimas para se identificar a existência de recém-nascidos abandonados,⁵ que na colônia eram nomeados “expostos” ou “enfeitados”.⁶

Sendo assim, o objetivo deste texto é apresentar uma discussão sobre os documentos de batismo pertencentes à igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação⁷ da capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII, documentos esses que atualmente se encontram em poder do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado Rio Grande do Norte,⁸ sob a coordenação do Historiador Olavo de Medeiros Filho. Também buscamos apresentar à comunidade de pesquisadores em História os primeiros resultados, de nosso processo investigativo nesses mesmos documentos.

Os Assentos de Batismo que se encontram no arquivo do IHG-RN, tais como quase todos os documentos paroquiais do mundo colonial, foram

escritos com tinta de noz gálica de cor castanha em letra cursiva, que variam de acordo com os seus redatores. Os textos não apresentam traçado de linhas, mas a redação é distribuída geometricamente sobre as folhas⁹. Todos os documentos são marcados pela opistografia¹⁰ com raras abreviaturas, elemento esse que dificulta, muitas vezes, o trabalho do pesquisador. Ao término de cada Assento temos a firma de um determinado padre da igreja matriz, desprovida de cetra¹¹. Todos os Assentos juntos compõem um livro de folhas numeradas, apesar de não compor um todo, já que o mesmo apresenta-se totalmente fragmentado compondo um conjunto de “livros” que são atados por cintas de papel que se apresentam grafadas com a indicação dos períodos de cada um. Especificamente em nossa pesquisa, estudamos os seguintes “livros”: 1753-1755 / 1755-1757 / 1760-1761 / 1761-1763 / 1763-1765 / 1765-1766 / 1768-1770 / 1770-1777 / 1786-1795.

Os documentos apresentam condições de conservação variada. Em algumas vezes as primeiras laudas de cada “livro” tiveram a função de escudo para as outras laudas, protegendo-as dos impactos do tempo e apresentando-se bastante desgastadas, sabido também que isso não é uma regra geral, pois no decorrer de alguns “livros” existem laudas deterioradas, borradas, quase apagadas e outras ainda que estão impróprias para o manuseio, tendo em vista o avançado estado de desgaste, como há outras muito bem conservadas e de letras legíveis e de uma fácil leitura. Citamos que todos os documentos do período pesquisado foram corroídos por traças. Um exemplo de documentação “bem conservada” é o “livro” que corresponde à década de 1750 e de má conservação são os da década de 1760 e uns poucos outros em anos posteriores.

Para este trabalho foram estudados 2100 (dois mil e cem) documentos selecionados a partir de três critérios: o recorte temporal, já que a documentação de batismo da segunda metade dos anos de setecentos é majoritária tanto no aspecto quantitativo, quanto no qualitativo; a exclusão de Assentos de cativos, pois procuramos trabalhar com os elementos que nascem juridicamente livres, não importando sua etnia¹²; incluindo também nesse conjunto os documentos que não apresentavam mais condições de serem manuseados. A documentação de uma maneira geral apresenta macro e micro lacunas,¹³ as macros são espaços de alguns anos como, 1753-1757 / 1760-1765 / 1768-1777 / 1786-1795, e as micros fazem menção a folhas que se perderam com o passar do tempo, representando espaços de alguns dias ou meses. Os Assentos apresentam, genericamente, uma fórmula¹⁴ que variava de acordo com o nível de instrução dos padres da igreja matriz que os redigiam, ou com a posição social do recém-nascido que estava recebendo os santos óleos.¹⁵

Frisando que esses Assentos nos possibilitam as seguintes informações: o nome da criança e sua condição (legítimo, natural, natural de pai incógnito, natural com os nomes dos pais, natural só com o nome do pai ou exposto); nomes dos pais, condição matrimonial e suas respectivas naturalidades;

nomes dos avós paternos e maternos, condições matrimoniais dos mesmos e suas respectivas naturalidades e se estavam vivos; data de nascimento; data e local do batismo, ou onde foi confirmado o sacramento, caso tenha ocorrido em casa; nome do padre que batizava, e, às vezes, o nome do padre responsável pela matriz; nome dos padrinhos e suas condições matrimoniais, onde moravam e se eram fregueses.¹⁶

Os documentos de batismo revelam uma comunidade formada pelos mais variados tipos: militares de todas as patentes, funcionários da administração real, membros da Santa Madre Igreja, escravos africanos, escravos nascidos na freguesia, escravos que foram padrinhos de crianças nascidas livres, índios, pessoas forras, viúvas, mulheres proprietárias de escravos, mulheres que comandavam os seus domicílios, mulheres solteiras que pariam seus filhos e os batizavam sem pai, crianças expostas, homens e mulheres que foram expostos quando crianças, em alguns poucos casos surgem profissionais como cirurgiões e professores. Todos esses personagens sociais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação quase sempre tinham como referenciais os pais ou os maridos,¹⁷ mesmo que os tais estivessem mortos. As crianças batizadas não tinham sobrenome e os sobrenomes das mulheres geralmente não correspondiam aos de seus cônjuges,¹⁸ apesar que a nova historiografia já revela que as relações consensuais não eram tantas como pensavam os historiadores no passado.¹⁹

A fórmula, o desenvolvimento da própria redação do Assento, revelava o nível de importância social de alguns recém-nascidos, como nos seguintes casos que foram selecionados para dar dimensão à realidade: o Assento de batismo do filho do Sargento-mor Ignácio Francisco da Silva Botelho e de Anna Paula Francisca de Jesus (sic) contém 24 linhas de redação²⁰; o Assento do filho da escrava Isidoria propriedade do Alferes Antonio Câmara contém 20 linhas²¹; o Assento da filha de Rosa Maria solteira, neta de Duarte da Rocha, e de sua mulher Maria Pinheiro, sendo todos eles índios, contém 11 linhas²²; o Assento da filha de Sebastião José pardo, e de Ana Maria parda, contém 6 linhas²³; e o Assento de um exposto deixado em casa de João da Silva, contém 3 linhas praticamente²⁴. Isso, logicamente, não representa uma lei ou regra geral, pois existem Assentos de batismo de filhos de militares de maiores patentes e em maiores casos de escravos com uma redação mais objetiva, como também há Assentos de expostos bastante ricos em informações.

O último caso mencionado foi de um exposto deixado em casa de João da Silva, que também recebeu o nome de João no ato do batismo. Esse pequeno enfeitado faz parte de um conjunto composto por um número de dezenas e dezenas de outras crianças, meninos e meninas recém-nascidos que foram abandonados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no decorrer da segunda metade do século XVIII, e que fizeram parte da vida social dos colonos que residiam na cidade do Natal e nas suas regiões circunvizinhas, que juntas compunham a freguesia.²⁵

Agora sim, foi possível trazer à tona a existência de crianças expostas, nascituros que foram regularmente abandonados em todos os cantos por motivos desconhecidos, motivos esses que provavelmente nunca serão revelados e que permanecerão sempre em nível de hipóteses pela falta de documentos que possibilitem os seus testes. Dessa forma, embasado especificamente nos Assentos de batismo, não descartando a utilização de outras fontes, queremos detectar modelo de abandono e recolhimento de crianças na dita freguesia.

Assim, os resultados parciais desta pesquisa apontam para as seguintes informações: é clara a presença de crianças abandonadas em todo período estudado; não há evidência de expostos em portas de igrejas, capelas ou em logradouros. Todos os abandonos foram realizados em domicílios dos mais diferentes²⁶ e durante a noite. Essas criaturas expostas eram geralmente encontradas no período da madrugada, ou ao romper do dia, pois nesse caso a escuridão tinha a função primordial de ocultar a identidade de quem abandonava e, em algumas situações, os pequeninos enjeitados eram encontrados pelos donos e donas das casas, como também pelos escravos, por filhos ou pessoas ligadas às residências, por vizinhos e transeuntes.

Descobrimos que a população de enjeitados não representou um conjunto de grande representação em números absolutos, e, aparentemente, não houve nenhum momento em que se acentuou o número de expostos,²⁷ sendo evidente uma espécie de regularidade no nível de abandonos na comunidade. Na sua maioria, os abandonos foram marcados por curtos intervalos,²⁸ sendo tais atos detectados em todas as áreas da freguesia. Encontramos, inclusive, uma quantia significativa de abandonos realizados em casas chefiadas por mulheres, sendo raros também os casos de domicílios que receberam mais que um exposto.

Consideramos que tal categoria de documentos paroquiais que possibilitaram verificar a existência de crianças recém-nascidas abandonadas, tiveram durante todo o período colonial duas funções práticas: a de registrar o sacramento que permitiria a salvação para a criança, em caso de uma morte prematura, algo muito comum na América portuguesa,²⁹ considerando que os índices de mortalidade infantil eram altíssimos;³⁰ como também cumpria a burocracia eclesiástica de registrar a existência de mais um novo indivíduo.

São documentos que apresentam uma fórmula rígida que pouco se altera, com informações limitadas que se repetem centenas e centenas de vezes, tornando o primeiro momento do ofício do historiador um exercício de paciência e de morosidade, principalmente quando ele busca um elemento que se diferencie, que sugira uma espécie de rompimento na realidade do universo de informações presentes. Porém são fontes de indiscutível importância para a reflexão e entendimento de alguns aspectos que compuseram a realidade social do mundo colonial, como por exemplo, o abandono de crianças, costume esse que chegou à América com o próprio Império colonial português.³¹

NOTAS DE RODAPÉ

¹ Este texto é resultado da primeira etapa da pesquisa empírica, proposta no projeto orientado pelo Professor Doutor Paulo César Possamai, com o título *Filhos da escuridão*: crianças expostas na Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação, capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII. Foi apresentado à disciplina de Pesquisa Histórica I, ministrada pelo Professor Doutor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no período de 2004.1, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para elaboração da monografia de fim de curso.

² Bacharel Licenciado em História - UFRN. Atualmente mestrando em História e Espaço - UFRN.

³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. 3.ed. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1969: p. 234.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Florense-universitária, 1982. p. 65 - 66.

⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 - 1808. *História e debates*, 19(32), p. 129, 2002.

⁶ Id., *Famílias abandonadas*: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX. Campinas: Ed. Papyrus, 1999. p.20. (Coleção Textos do tempo)

⁷ "As freguesias, que em quase todos os casos foram criadas antes das vilas, correspondiam às áreas de assistência religiosa, implicando na presença de padres, igrejas e capelas, e abrangiam grandes áreas onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, apesar de existirem pequenos povoados." (MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. UFRN, 2000. p. 93).

⁸ Presidido pelo senhor advogado e historiador Enélio Lima Petrovich.

⁹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia*: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE / Ed. Universitária: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1994. p. 55.

¹⁰ "A escrita dos dois lados da folha". (Ibid., p. 55.).

¹¹ Traços supérfluos, laçaria caligráfica acrescentada a uma firma, e que dificulta a sua interpretação. (ACIOLI, Vera Lucia Costa. *A escrita no Brasil colônia* : um guia para leitura de documentos manuscritos. p. 57).

¹² É o caso do pequerrucho Domingos, filho legítimo de José Pereyra (sic) índio, e de Francisca Pereyra (sic), naturais desta freguesia, e do pequeno Manoel, filho de Domingos Pinto, escravo do Alferes Domingos João Campos e de sua mulher Izabel de Moraes, forra, naturais desta freguesia. LIVRO: 1763-1765 / F, 4.v - Domingos / F. 18 - Manoel. Pois, "segundo a tradição do direito romano, toda criança abandonada era livre. Em 1775, a legislação portuguesa reafirmou tal determinação, atribuindo aos expostos a prerrogativa da ingenuidade, ou seja o filho da escrava, uma vez enjeitado, era considerado livre do cativo ..." (VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX. p. 131.)

¹³ São fontes descontínuas.

¹⁴ Termo utilizado pela Historiadora Laura de Mello e Souza, para referir-se a um modelo de redação comum a um conjunto de documentos da segunda metade do século XVIII. (MELLO E SOUZA, Laura de. O Senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, Mary.(Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. p. 33. (Caminhos da História)

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. p. 160. (Biblioteca de História; v. 5)

¹⁶ Era freguês: “... o assíduo, o freqüentador Habitual, o costumeiro Assistente, embora não popular, traduzia literalmente a presença fiel do cristão aos ofícios de sua Capela ou de sua Igreja rural.” (CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Ed. Fundação Vingt-un Rosado, 1992. p. 10. (Coleção Mossoroense. Série B; n. 1140)

¹⁷ Por exemplo: Anna filha de... ou Maria mulher de...

¹⁸ Devemos esclarecer que na colônia, “não havia qualquer tradição, ou mesmo norma, para a transmissão do nome de família.” (MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de Demografia histórica e História social de Ubatuba*. São Paulo: Ed. Paulinas / CEDHAL, 1986. p. 204.)

¹⁹ VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997. p. 221 et seq. (História da vida privada no Brasil; v. 1)

²⁰ Presente no LIVRO: 1763-1765 / F, 7.v – Ignácio.

²¹ Presente no LIVRO: 1786-1795 / F, 156 – Miguel.

²² Presente no LIVRO: 1786-1795 / F, 132.v – Josefa índia.

²³ Presente no LIVRO: 1786-1795 / F, 167.v – Florência.

²⁴ Presente no LIVRO: 1770-1777 / F, 108.v – João exposto.

²⁵ “A cidade do Natal tinha 118 casas povoadas, 400 braças de comprimento por 50 de largo. Chamou ao Potengi, Rio Grande. Essa freguesia contava com três povoações, Ceará – Mirim, S. Gonçalo e Papari.” (CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, [s.d]. p. 110). Devemos mencionar que com o passar do tempo as dimensões da freguesia foram se reduzindo, sendo tal redução sentida na leitura documental a partir de 1760, quando a jurisdição passa a corresponder a seguinte realidade: igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação; igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos pretos; igreja de Santo Antonio; e as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá; Nossa Senhora do Socorro de Utinga; Nossa Senhora de Santa Ana do engenho de Ferreiro Torto; Nossa Senhora de Solidade da Aldeia Velha; da fortaleza dos Santos Reis Magos da barra do Rio Grande; do Senhor São Gonçalo do Potengi; do Senhor Santo Antonio do Potengi e Senhor Bom Jesus das Dores.

²⁶ Em casas de pessoas que eram aparentemente apenas moradores, ou, no máximo, fregueses, pois os documentos não revelam suas posições sociais na comunidade; em casas de militares de patentes variadas; em casas comandadas por mulheres viúvas ou solteiras; em casa de homem solteiro; em casas de escravos e em casa onde o morador recebia o exposto e com ele um escrito, que o incumbia de entregar o abandonado em uma outra residência.

²⁷ Já que até a presente data, as quantificações realizadas durante as pesquisas ainda não foram analisadas.

²⁸ Período de poucos dias.

²⁹ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. p. 13 et seq.

³⁰ DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 84 et seq.

³¹ VALDEZ, Diana. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003. p. 17. (Coleção História de Goiás; v. 2)

DANTE DE LAYTANO, UM GAÚCHO DE CORAÇÃO UNIVERSAL

José Francelino de Araújo

*Da Academia Rio-Grandense de Letras e Socio Correspondente do
IHGRN*

*Um sonho sonhado só e só um sonho, um sonho sonhado
com outros é o começo da realidade. (Dom Hélder
Câmara).*

Dante foi esse homem de um sonho sonhado com outros: seus familiares, seus amigos e, principalmente, com os nobres pares desta Academia de Letras.

Dante de Laytano foi o exato paradigma de amor ao Rio Grande, a Portugal, pelas idas e vindas àquelas belíssimas ilhas do arquipélago dos Açores e a velha Morano Cálabro.‘

Emérito professor da Pontifícia Universidade Católica-PUC, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Historiador, filósofo e poeta. Dante era uma centelha viva de amor ao próximo, um raio de luz rasgando a escuridão do espaço, abatendo as trevas, um gaúcho de coração universal.

Natural de Porto Alegre, onde nasceu aos 23 de março de 1908, na Rua Dr. Flores, 188, filho de pais italianos, de Morano Cálabro, e aqui nesta “Cidade Sorriso”, repousa para sempre, desde 18 de fevereiro de 2000, quando nos deixou, levando com ele a belíssima e bem vivida idade de 92 anos, para oferecer àquele de onde viemos e, para onde, um dia, voltaremos.

O sinete principal de Dante era a inteligência peregrina em favor da cultura e da sabedoria humanas. Homem gentil, de supernal amor à família, aos amigos e aos membros desta Academia Rio-Grandense de Letras, cuja presidência exerceu com excelsa dignidade, por uma década.

Esta verdade jamais desmentida mereceu, à época de seu passamento, o elogio do antropólogo e ativista da cultura gauchesca, Antônio Augusto Fagundes, em artigo de ZERO HORA, o seguinte pensamento:

O Estado perde o último dos grandes nomes da sua cultura do Século XX.

Desde a juventude o jornalismo o seduziu. Afrontou os dissabores da profissão, disputando, afoitamente, com excepcionais repórteres, o direito de formar com eles, no batalhão de frente.

Dante não foi somente um ser radioso; foi, sobretudo, um ser humano nobre, gentil, lutador e excepcional, na mais lídima expressão do vocábulo!

Como jornalista, dedicou-se aos comentários críticos de filmes americanos, franceses, italianos e alemães. Suas crônicas sobre personagens nacionais e estrangeiras, eram produzidas com tamanha honestidade que seu nome se impôs nos meios litero-culturais da metrópole, além do convívio com os mais destacados escritores do Estado.

Em sua cultura ciclópica e complexa, Dante sabia nos brindar com a simplicidade das coisas incomplexas. Sobre esse querido e saudoso amigo, já havia eu dito, alhures, que sua imagem fidalga e, ao mesmo tempo, angelical, era a moldura perfeita para adornar a tela do meu novo poema.

Dante e eu éramos vizinhos de frente, na Rua Duque de Caxias: ele, no Edifício Santa Maria e eu, no Lafayette. Costumava visitá-lo para alegres encontros culturais. Sua empatia era tamanha que minhas filhas o chamavam de “vovozinho” e ele adorava o carinho infantil das gurias. Dante produziu mais de duzentos prefácios; entre eles, o do meu romance *Catu*. Logo que recebi meu livro prefaciado, dediquei ao aedo, meu poema *Poeta*, cujos versos, peço *vênia* para recordar.

Dante é o mínimo e o máximo comum a todos/ E a exata medida das dimensões inexatas/ Dante é o buril esculpindo o verso/ O recheio das coisas/ Dante é força vital/ Explosão mental/ Dante, é poeta!

Como ficcionista foi invulgar com seu livro de contos *Uma Mulher e Outras Fatalidades*, em 1931. Crítico literário, granjeou prestígio entre seus pares e em 1934, publicou *Colecionadores de Emoções*. Seja pelo pragmatismo do título da obra, seja pela abordagem ficcional das personagens, Dante foi alçado ao rol dos contistas gaúchos, que apesar de minguado à época, podia apresentar um nome como o de Telmo Vergara, que conquistou o prêmio Humberto de Campos, com excepcional galhardia.

A partir daí, Dante passou a figurar entre os mais conceituados ensaístas, com reserva de espaço privilegiado para sua inteligência, junto à figuras de realce, de um Fábio de Barros, Moisés Velinho e Pedro Vergara.

O jornalismo, apesar de o fascinar, não garantia as condições de uma vida austera e razoável. Seguindo o conselho do gramático e folclorista João Ribeiro, de que, quem quisesse aprender bem alguma coisa, deveria ser professor, Dante ingressou no magistério secundário que logo contou com a brilhante colaboração do mestre, na disciplina de português.

A influência de Dante, na novel profissão, numa época em que remanescentes do positivismo permaneciam nas cátedras do Colégio leigo Júlio de Castilhos e demonstravam forte hostilidade aos proprietários e docentes dos educandários religiosos, de que eram expoentes Anchieta e Rosário; aquele, Jesuíta e este, Marista; o jovem professor conseguiu o milagre de lecionar nas três unidades de ensino.

Dante, considerava-se um autodidata, conduta despojada que ele manteve por toda vida; mesmo após a consagração de seu nome em nível

nacional, o sábio continuou adotando a simplicidade que era a marca de sua infinita personalidade. Agigantou-se no ensino do idioma pátrio e criou a cadeira de História, na PUC, onde realizou inúmeras pesquisas.

Na vida administrativa do Estado, sua posição de relevo o levou a ser convidado para exercer funções no Poder Judiciário e no Ministério Público. A nomeação de Juízes e de promotores de justiça era privilégio do Poder Executivo que, em geral, convidava figuras de relevo intelectual reconhecido na sociedade. Dante, gozava de alto conceito, estima e consideração, no Rio Grande do Sul.

O historiador de olhos abertos para os aspectos sociológicos dos eventos, lança a monografia *O Presídio de Torres*, obra divulgada nos anais do I Congresso de História e Geografia Rio-Grandense, em 1936.

Em 1937, o jovem pesquisador teve uma participação importante no Congresso de Estudos Afro-brasileiros, realizado em Salvador, Bahia, com a tese: *O Negro e o Espírito Guerreiro*, fruto de escavações no tempo e da observação direta da realidade social das coisas do Rio Grande, de seus homens e suas obras.

A dissertação de Dante mereceu acalorados encômios de Arthur Ramos e do inesquecível Luís da Câmara Cascudo, do qual tive a honra de receber seu voto favorável, para ingressar como sócio correspondente, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Adentrei àquela casa mais antiga da cultura Potiguar, pelas mãos do dinâmico e incansável Presidente Doutor Enélio Lima Petrovich; homem probo, culto, simples e fidalgo, como soe acontecer com a maioria esmagadora dos nordestinos.

Fui duas vezes a Natal. A primeira, para tomar posse, como sócio correspondente, daquele Sodalício e, a segunda, para proferir conferência na OAB. Nas duas oportunidades, ainda pelos bons ofícios do Presidente Enélio, travei proveitoso intercâmbio cultural com o Professor Luís da Câmara Cascudo, homem afável, culto e, sem favor, o maior folclorista brasileiro.

Mostrou-me sua riquíssima biblioteca e as comendas que havia recebido de quase todos os governos do mundo. Eram tantas que estavam amontoadas nas prateleiras de três armários, envidraçados, no corredor da biblioteca.

Naquela oportunidade levei uma carta de Dante para o Câmara Cascudo. Entre outros assuntos, Dante lembrava ao amigo, o momento em que os dois, às margens do Rio Potengi, despejavam no líquido manancial nordestino, um litro de água do Rio Guaíba, num poderoso amplexo de mais de três mil quilômetros de distância, entre os dois Rios Grandes.

Dante, como pesquisador, interessou-se pelo interior do Estado, passando a residir no município de Rio Pardo, onde granjeou a simpatia e a amizade da sociedade local. Em sua pesquisa dedicava-se aos aspectos históricos, religiosos, sociais e genealógicos daquela cidade. Ali, no ardor

da juventude, conheceu a bela gauchinha, Ilha de Almeida, filha de estancieiros de Rio Pardo, dos Lopes de Almeida.

Escreveu, em 1932, *Monumentos Históricos e Artísticos de Rio Pardo*. Em 1936, brindou as belas letras gaúchas, com *Os Africanismos do Dialeto Gaúcho*. Esses trabalhos dão prova da visão abrangente de Dante nos lineamentos da Escola de Sociologia de Chicago.

O emérito professor do idioma pátrio extrapolava os estreitos limites da cátedra e ensaiava os primeiros passos na pesquisa etnográfica e sociológica, da qual adviriam robustos testemunhos, em futuro próximo.

Quando, em 1936, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, saudou-o uma das figuras mais brilhantes da intelectualidade estadual, o escritor Felix Contreiras Rodrigues.

Ainda em 1936, nas reminiscências comemorativas do centenário da Revolução Farrapa, escreveu e publicou *A História da República Rio-Grandense*.

Além dos títulos referidos, Dante publicou mais as seguintes obras: *Congadas do Município de Osório - Folclore do Rio Grande do Sul*; *Ciclo Agro-Pecuário*; *Vida Religiosa de Cidade do Interior*; *Estudo da Tradição Afro-Brasileira*; *A Igreja dos Orixás*; *Origens do Folclore Brasileiro e Lendas do Rio Grande do Sul*.

Se esse acervo que prova a inteligência do escritor não bastasse, Dante também escreveu: *Notícias Breves da Pecuária no Rio Grande do Sul, no Século XVII*; *História da Propriedade das Primeiras Fazendas do Rio Grande do Sul*; *Fazenda de Criação de Gado*.

Dante voltou a Porto Alegre, que o recebeu de braços abertos e largo sorriso. Nessa fase áurea de sua existência, como professor de história de duas Universidades, UFRGS e PUC/RS, recebeu de ambas o título de *Professor Emérito* da UFRGS, pelo resgate de documentos históricos e da PUC, pela criação da disciplina de História da América.

Dante foi escolhido, por três vezes, personalidade do ano, de sua cidade natal. Honraria que só os iniciados podem receber.

Do vasto Curriculum do incansável homem de letras, citamos: *ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUC*; *ex-diretor do Organon*; *ex-diretor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*; *diretor do Boletim da Biblioteca Central da Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas* e *diretor do Boletim do Gabinete de Pesquisa e História do Rio Grande do Sul*.

Dirigiu o *Museu Júlio de Castilhos*; o *Arquivo Histórico do Estado*. Pertenceu ao *Comitê Internacional de Museus*, à Delegacia Brasileira do Conselho Estadual de Educação. Integrou a *Comissão Nacional de Especialistas do Ensino da Faculdade de Filosofia*, no Ministério da Educação e Cultura.

Professor catedrático de História da Civilização Brasileira, Chefe do Departamento de História da América e Folclore da PUC do qual foi presidente durante quinze anos. Professor de História Geral na Faculdade

de Filosofia Nossa Senhora da Conceição, do Seminário Maior de Viamão, titular da cadeira de História do Brasil na Universidade de Caxias do Sul.

Entre outras cátedras, Dante lecionou, também, Literatura portuguesa e Etmologia nos Colégios Rosário, Anchieta e Júlio de Castilhos, nos quais ministrava com sapiência e orgulho a belíssima *Última Flor do Lácio, inculta e bela...* Idioma que nos deu a palavra *saudade*, inexistente em quaisquer outros idiomas deste planeta.

Saudade..., esta lembrança nostálgica e ao mesmo tempo suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, sempre acompanhada do irrefreável desejo de revê-las ou possuí-las novamente, como cantou o poeta Da Costa e Silva, em Pandora: *Saudade! és a ressonância/ De uma cantiga sentida/ Que, embalando a nossa infância/ Nos segue por toda vida.*

No sonho sonhado com outros, Dante buscava a teleologia das coisas ontologicamente reveladas e racionais, e buscava na metafísica o ordenar as regras de seu pensamento brilhante, em qualquer latitude ou longitude finitas.

Viúvo, convolou segundas núpcias com a gentil portuguesa Tereza de Jesus Mateus. Tereza foi o anjo que o ajudou a tecer novas fontes para dar mais sentido à vida, ao amor e ao carinho, ela está aqui, presente, neste ato, para nossa alegria e honra da Academia Rio-Grandense de Letras, para quem rogo aos presentes o merecido aplauso.

No auge de sua vertiginosa intelectualidade, ingressou nesta Academia de Letras, que lhe abriu as portas, de par em par, com a generosidade merecida, em 28 de novembro de 1978. Conviveu com as maiores expressões culturais da sociedade gaúcha, à época, membros deste Sodalcício.

Dante produziu mais de duzentos prefácios, entre os quais o do meu romance *CATU*, em 1998.

Com o senso de responsabilidade que lhe revestia corpo e alma, Dante era um homem de *mens sana in corpore sano*. E, em breve, estruturaria a *Comissão Estadual de Folclore*, da qual fazia parte o próprio Ênio de Freitas e Castro, o qual muito contribuiu para a pesquisa de Dante, bem como outros vultos, com experiência nas tradições comunitárias, como Elpidio Paes, Walter Spalding e Otelo Rosa.

Sua importância nesta área foi tão significativa que exerceu, entre nós, a representação da UNESCO, para assuntos especiais da *Comissão Estadual de Folclore*. Aqui no Sul e no Sudeste, Dante, era ímpar. Fiel discípulo de Luís da Câmara Cascudo, de quem era particular amigo.

Quando da visita do antropólogo Melville Jacobs Herkovits, em 1942, Dante o ciceroniou, enquanto esteve aqui e com o cientista americano trocou idéias e muito discutiram sobre a atuação e costumes dos elementos afro, nos Estados Unidos e no Rio Grande do Sul.

A radiofonia não resistiu ao charme do folclorista e a Rádio Farroupilha logo o contratou para dirigir um programa “regionalista”, dos

mais ouvidos e respeitados do Estado. Mercê de sua cultura ecumênica, o radialista amador, tornou-se admirado por conhecidos profissionais da Farroupilha.

Como escritor e ensaísta, atingiu degraus jamais palmilhados por outros e mereceu a admiração de ilustres figuras, como um Fábio de Barros (1881 a 1952), Pedro Vergara (1895 a 1976), Moisés Velinho (1901 a 1980) e Rubens Barcelos (1896 a 1951).

Dante de Laytano, qual um atalaia da intelectualidade gaúcha, sublimou-se ao ponto de ser respeitado e admirado por Mário de Andrade (1893 e 1945), em São Paulo e por Tristão de Ataíde (1893 a 1983), no Rio de Janeiro.

Ao retornar do Rio Pardo à Capital, além das reuniões no Instituto Histórico e Geográfico, respeitável cenáculo da inteligência gaúcha; passa a privar das sessões de escritores da Revista Globo, com vultos de prestígio da estatura moral e cultural de Adroaldo Mesquita da Costa (1894 a 1983), Maurício Cardoso (1888 a 1938), De Souza Júnior (1895 a 1963), Darcy Azambuja (1901 a 1975), Edgar Schneider (1895 a 1963), Dionélio Machado (1895 e 1985), Fábio de Barros (1881 e 1952).

Pioneiro entre nós na investigação de campo, aprofundou o tema sobre os caigangues, seguindo as pegadas do que já fizera no estado do Paraná, o etnólogo Telêmaco Borba.

Outro tema que o enfeitiçava e o impelia adiante era o da polivalente formação etno-social do Rio Grande do Sul. Neste campo produziu valiosos estudos sobre a contribuição açoriana, alemã, italiana e japonesa e produziu vários ensaios de altíssimo valor antropológico. Entre esses trabalhos encontramos três de altíssimo valor antropológico e histórico. *História da Propriedade das Primeiras Fazendas do RGS* (1945); *Notícia Breve Da Pecuária No Século XVIII no Rio Grande do Sul*, em 1945; *A Estância Gaúcha*, de 1952.

Esses trabalhos se constituem num tríptico inestimável pois ensinam as veredas da história gaúcha, sob a ótica sociológica que adorna e enriquece o contexto geral.

O texto de Dante é isento de sensualismo barato, é enxuto, e a palavra surge na sua verdadeira expressão vernácula. Nele cresce a mentalidade do cientista social, o esteta dos livros de estréia, cedia lugar ao analista discreto e cerebral. Suas obras não contêm qualquer similitude com a linguagem nefelibata dos parnasianos, do grupo de Coelho Neto (1864 a 1934), Euclides da Cunha (1866 a 1944) e Alcides Maia (1877 a 1944).

Dante participou de inúmeros congressos nacionais e internacionais, também os promoveu no RS, "prima facie" no tema Folclore, onde, eram constantes as presenças amigas de Renato de Almeida e Cecília Meireles. E nessa época no terreno da hermenêutica da interação sócio-histórica, elabora a obra modelar *O Almanaque de Rio Pardo*, em 1946.

Com esse livro granjeou o título de levantamento singular, detalhista da dinâmica das pequenas cidades. Mereceu essa obra o prefácio do inolvidável Gilberto Freyre (1900 a 1987).

Dante era gaúcho de coração universal. Viaja aos Estados Unidos, à Europa, e ao Arquipélago dos Açores. Conhece as gentes, as bibliotecas os museus do velho e do novo mundo; pesquisa, enriquece, seja em Morano Cálabro, terra de seus antepassados, seja nas ilhas do Arquipélago dos Açores, ou na biblioteca de Washington, ele sonhava o sonho dos homens cultos e bondosos.

O prestígio de Dante em breve extrapolava os lindes fronteiriços do Rio Grande, do Brasil e chegava ao exterior, vindo a UNESCO a considerá-lo, em nosso meio, representante para assuntos de natureza especial da *Comissão Estadual do Folclore*.

Dante era um sonhador universal não era o homem de um sonho só, porque, como disse Dom Hélder Câmara: “um sonho sonhado só, é só um sonho”. Dante era particularíssimo do Rio Grande do Sul mas sua particularidade o conduzia ao universal e foi aí que ele realizou toda construção que pode o ser humano. O homem passa; ele passou, mas sua obra permanece imortal, distribuindo miríades de sóis e estrelas nas belas letras deste imenso continente chamado Brasil.

Em suas idas e vindas ao Arquipélago dos Açores, olhando aqueles mares do velho Portugal, quantas vezes não teria Dante lembrado Fernando Pessoa:

*Oh! Mar salgado/ Quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal!!
Por te cruzarmos,/ quantas mães choraram,/ Quantos filhos em vão
rezaram!! Quantas noivas ficaram por casar!! Para que fosse nosso, oh!
Mar/ Valeu a pena?/ Tudo vale a pena se a alma não é pequena.*

Em sua obra *Mar Absoluto das Memórias* em seguida à publicação de *Arquipélago dos Açores*, Martins Livreiro, 1968, Dante fez um elogio a Aquiles Porto Alegre que o descobriu e o ajudou no sonho da carreira literária. Eis o texto:

“Descubrira-me embora meus verdes anos não fazia cerimônia em acrescentar que eu devia continuar a escrever não abandonar, chegar aos grandes autores e deu-me Euclides da Cunha. Não entendi nada. Eu tinha catorze anos. O abatimento de minha ignorância revelada diante do esplendor de *Os Sertões* definiu a minha precisão de esforço intelectual”.

Dante era um homem disponível na ajuda a quem se dispusesse pesquisar sobre inúmeras matérias, nas quais ele era insuperável. Atendia a todos com invariável sorriso e monumental simpatia, coisa que ele esbanjava, principalmente aos jovens que se dedicavam aos campos de sua vasta seara.

Além de tudo, como se não bastasse esse cabedal de conhecimentos, Dante também foi tradutor, como por exemplo, da obra “Viagem ao Rio Grande do Sul” de Arséne Isabelle; traduziu “Antes do almoço”, monólogo de Eugéne O’Neill.

Dante pesquisou e descobriu textos originais, inéditos, de escritores do Século XIX, como está na novela O Patuá, de Carlos Jansen, sobre cuja obra desenvolveu profundo estudo.

Escreveu, uma comédia estreada pelo Grêmio de Amadores Teatrais do Colégio São Luiz, de Porto Alegre, em 1926; escreveu ainda, para teatro, as seguintes peças: *Por Causa do Retrato*; *Nos Jardins da Vida*; *Lótus e Crisântemos*.

Dante era paixão e razão no tempo e no espaço de um raio. A razão sofre as limitações da ética, da moral e dos bons costumes; ao passo que a paixão, não há força alguma que impeça alguém de possuí-la. É, como que, o imponderável que sustém a leveza do vôo do pássaro, com sua asa cortando rente o vento.

Já dissera em meu livro *Moinho de Palavra* que

A Paixão é um pássaro sem gaiola/ É água da fonte a correr/ Rio correndo pro mar/Dia sem anoitecer.

Homem memorável, ocupou a cadeira 19, do patrono João Cezimbra Jaques, de Poti de Medeiros, na qual tenho a honra de o suceder. Prestou inestimáveis serviços à Academia Rio Grandense de Letras, ao Rio Grande e ao Brasil.

Senhor Presidente, nobres acadêmicos e culto auditório.

Ao homenagear Dante de Laytano, seus feitos e suas obras, estou eu, neste ato cívico-cultural, a tecer rendas de labaredas crepitantes, como crepitante foi a vida do homenageado. Quero que este ato simbolize uma prece de louvor à intelectualidade do Rio Grande do Sul, berço de glórias de seus filhos, na mais pura e imorredoura tradição gaúcha.

Obrigado!

UMA PÁGINA DE SAUDADE

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

(*13-02-1934 - +03-07-2005)

Uma luz de inteligência e cultura que iluminava a mente e o espírito de quantos o conheciam e o procuravam em busca de conhecimentos. Eis, assim, Olavo de Medeiros Filho.

Imagem que fica, jamais desaparece, impregnada nos corações de todos nós, seus amigos, confrades, discípulos, familiares, uma plêiade de estudiosos e pesquisadores, no campo da Historiografia potiguar e brasileira.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – dizia – era seu segundo lar, freqüentando-o diariamente. Sócio efetivo da secular instituição, desde 12 de março de 1982. Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo.

Agora, existe uma cadeira vazia, difícil de ser ocupada, em toda plenitude, na Casa da Memória Norte-rio-grandense.

Autor de quase 20 livros sobre a presença indígena, os holandeses em terras potiguares e o período colonial. Despediu-se, lúcido e lépido, do nosso convívio diuturno, pelos desígnios de Deus. Autêntico, erudito, humilde, íntegro, espontâneo, criterioso, cordial, solícito às indagações que a ele formulavam.

Zelo e serenidade em suas afirmativas, ministrava as lições do saber e do humanismo, como verdadeiro peregrino do bem-querer, cumprindo, com excelsa generosidade e equilíbrio, os afazeres e as tarefas do cotidiano.

O exemplo de vida que nos legou servirá, **in memoriam**, de bússola na projeção para o futuro. Aos jovens estudantes, de níveis secundário e superior, dedicava a sua especial atenção, irradiando senso de justiça, fé, civismo, erudição e espontaneidade.

Pertencia à nossa Academia de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a outras entidades nacionais.

Ali, na sessão solene de sua posse, em 11 de setembro de 1989, tive a alegria de saudá-lo.

Ah, quanta saudade! Mas Olavo de Medeiros Filho continuará inspirando em todos nós, pela sua trajetória humanística, a certeza de um Rio Grande do Norte mais cultural, mais valoroso, mais solidário e mais feliz.

Uma lembrança eterna, inapagável, sob a égide da História.

Natal, 09/07/2005
(Missa de 7º dia)

Enélio Lima Petrovich
- Presidente do IHG/RN -

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IHG/RN - Período: março/1995 a março/1997 -

Ilustres consócios e amigos:

Em obediência às normas estatutárias, biealmente, cabe à Presidência do venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, apresentar o relatório das atividades da quase secular instituição cultural – a mais antiga, no gênero, no Estado, através do qual são evidenciadas as realizações ocorridas.

Dessa forma, em breves alusões, destacaremos alguns eventos que aconteceram durante o período de março de 1995 a março deste ano de 1997.

CONSIDERAÇÕES GERAIS - SESSÕES REALIZADAS

Além das medidas adotadas no campo administrativo, como a organização e catalogação de jornais e revistas, compreendendo a classificação de livros, que integram o acervo do Instituto, novas adaptações na sua sede própria, diversas encadernações de periódicos antigos, consertos nos sistemas hidráulico e elétrico, houve reuniões de caráter solene e ordinárias, quando, não apenas tomaram posse diversos escritores no quadro social da vetusta entidade, como, ainda mais, inúmeros assuntos foram tratados, de interesse comum.

Mas, neste ensejo, mister se faz ressaltar que, muito embora, neste biênio que ora se encerra, se nos parece tenha sido pouco o número de sessões e assembléias, processou-se um trabalho intenso à frente da Casa da Memória Norte-rio-grandense, contando, sempre, com o estímulo e apoio dos eminentes confrades.

Vejamos, pois, algumas delas.

No dia 29 de março de 1995, ocorreu a sessão solene comemorativa do 93º aniversário do IHG/RN, quando tomou posse a escritora Maria Simonetti Gadelha Grilo (sócia efetiva), cuja saudação coube ao sócio efetivo Edgar Ramalho Dantas, e ainda o lançamento do livro “Pelos caminhos do civismo”, do confrade José Gurgel Guará, com saudação do consócio Jurandyr Navarro da Costa.

Com a presença, aqui, do escritor e historiador José Octávio de Arruda Mello, da Paraíba, realizamos, a 31 de março do mesmo ano (1995),

um encontro cultural, ocasião em que o escritor capixaba Gabriel Bittencourt recebeu o título de sócio correspondente, abordando o tema “Historiografia, História e Literatura”.

Em 22 de abril de 1995, em sessão solene, ocorreu no auditório do Museu “Lauro da Escóssia”, em Mossoró, a posse de alguns pesquisadores residentes naquele município, na categoria de sócios correspondentes, tendo o escritor e confrade Elder Heronildes da Silva, feito a saudação de praxe. Na oportunidade, houve uma homenagem ao pesquisador Raimundo Soares de Brito, pelos seus 75 anos de idade.

Já em 18 de agosto do mesmo ano, mais uma sessão solene promovemos, para assistirmos à conferência do eminente sócio correspondente Prof. Augusto Guilherme Mesquitela Lima, sob o título “Os descobrimentos portugueses, sua influência no desenvolvimento das ciências sociais no mundo”. Saudou-o, em nome do Instituto, o sócio efetivo Itamar de Souza.

Em 8 de outubro de 1995, **in memoriam** dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, no município de Canguaretama, e pelo transcurso do 350º anos dos martírios (o 1º, em Cunhaú, a 16-07-1645; e o 2º, em Uruaçu, a 3-10-1645), houve solenidade em frente à Igreja, tendo sido oradores, além do presidente, os consócios Paulo de Albuquerque Maranhão e Iaperi Araújo.

Essa promoção obteve o apoio integral dos padres de várias paróquias, prestigiada pelo Exmo. Revmo. Dom Heitor de Araújo Sales.

Expandindo as atividades do nosso Instituto, no campo da História, outra sessão solene, logo em 12 de outubro de 1995, teve lugar na cidade do Assu, quando ali tomou posse, na categoria de sócio correspondente, o Dr. João Freire, sendo saudado pelo jornalista Paulo Macedo. O recém-emposado ventilou sobre o “Padre Antônio Freire de Carvalho – um apóstolo do bem, das margens do rio Assu às terras tórridas de Cunhaú”.

Já no final do ano, a 27 de dezembro de 1995, em conjunto com a Academia Norte-rio-grandense de Letras, promovemos uma sessão solene para comemorar o centenário de nascimento do saudoso jurista e filósofo, membro do IHG/RN, Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, sendo orador o sócio efetivo e acadêmico-fundador Otto de Brito Guerra.

Decorridos alguns meses, a 16 de julho de 1996, proferiu palestra o tenente brigadeiro-do-ar Ivan Frota, acerca do tema “O Fortalecimento da família militar – um fator de soberania”.

De nossa parte, fizemos um depoimento em razão do 351º ano do morticínio de Cunhaú.

Em 29 de agosto do ano em tela, promovemos o lançamento do livro “Um pianista fala de música”, do sócio efetivo Oriano de Almeida.

Em 13 de setembro ainda de 1996, prestamos uma significativa homenagem ao antropólogo e escritor, sócio correspondente, Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Augusto Guilherme Mesquitela Lima, quando proferiu palestra o sócio efetivo Dorian Gray Caldas – “Os Mitos, os Deuses e as Musas de *Os Lusíadas*”.

Quatro dias depois (17/09), com o apoio da Fundação “José Augusto”, recebemos no salão nobre do IHG/RN, para uma conferência, o Dr. Jorge Couto, da Universidade de Lisboa, a prof^a Ana Isabel Buescu, da Universidade Nova de Lisboa. O primeiro falou sobre “João de Barros – Donatários no Brasil”, e a 2^a., “João de Barros, Humanismo, Mercancia e Celebração Imperial!”. Em nome do nosso Instituto, saudou os visitantes a confeitaria Fátima Martins Lopes.

Já em 19 de novembro de 1996, tomou posse, na categoria de sócio correspondente, o escritor Lucilo Varejão Filho, que discursou acerca de Nilo Pereira, abordando “Nilo Pereira e a Rosa Verde”.

Coube ao musicista e confrade Oriano de Almeida a saudação ao novo sócio.

Fizemos uma rápida evocação sobre o Dia da Bandeira, cujo criador é norte-rio-grandense, nascido em Canguaretama, Manoel Miranda.

Estas, caríssimos confrades, as sessões realizadas neste biênio, ora encerrado.

REVISTA DO IHG/RN

Com a ajuda do Governo do Estado, será lançada mais uma Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1992-1993 (vols. LXXXIV – LXXXV).

Assim, na solenidade do próximo dia 10 de abril, quando comemoramos os 95 anos de fundação da tradicional entidade, teremos a alegria de distribuir aos presentes a citada Revista.

Aliás, já estamos colhendo trabalhos, de cunho histórico-geográfico, para a elaboração do próximo número, que compreenderá os anos de 1994, 1995 e 1996.

PLANO EDITORIAL DO IHG/RN

Sem dúvida, esta é uma meta a qual nos desperta grande interesse.

Antes, porém, queremos evidenciar que, atendendo a um nosso pedido, a Federação do Comércio no Rio Grande do Norte, pelo seu presidente João Patriota, de outubro findo, fez doação de um computador, modelo 486 – DX 4.

Por sua vez, o sócio efetivo Uílame Umbelino conseguiu para o IHG/RN uma impressora, marca EPSON – LX-300. Também uma importante doação.

Todavia, preciso que, nesta oportunidade, ao apresentarmos o Relatório do biênio 1995-1997, por um relevo o nosso invulgar e constante interesse, no que diz respeito à edição e reedição de livros, explicitando matéria que represente um manancial de pesquisa.

Daí, resolvemos instituir a Coleção CULTURA, iniciativa nossa, para a qual se incorpora a Fundação Cultural “Padre João Maria”, cabendo a impressão ao Departamento Estadual de Imprensa.

Trata-se de uma coleção nascida para, desde logo, comemorar o centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), e o IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (também no próximo ano) e da fundação da Cidade do Natal (1999).

Já selecionamos vários escritos para serem editados e, muitos reeditados, em forma de livros.

Quanto às despesas com a impressão dos mesmos, ficam por conta do IHG/RN, graças à ajuda financeira recebida do Banco Real e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). E os autores, por sua vez, autorizam ao IHG/RN a sua publicação, cedendo à entidade os direitos autorais da edição ou reedição, assinando, por isso, um compromisso espontâneo e formal.

Pretendemos publicar cerca de 10 (dez) livros, sendo que o nº 1 já fora editado. Referimo-nos ao livro “Antologia do Padre Monte – vol. VII”, do sócio efetivo Jurandyr Navarro da Costa.

No dia 10 vindouro, na sessão solene de comemoração do 95º aniversário deste Instituto, lançaremos “Aconteceu na Capitania do Rio Grande”, do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Ainda, em maio próximo, será a vez de “História de Nisia Floresta”, do saudoso confrade Aduino da Câmara - 2ª. Edição.

Subseqüentemente, neste ano, será lançada “História do Rio Grande do Norte”, de Augusto Tavares de Lyra, com a autorização das duas únicas filhas – Sophia Lyra e Carmen Tavares de Lyra; “Disfarçados”, de Joaquim Lopes da Costa (2ª edição); “Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte”, de Manoel Ferreira Nobre (1ª história do Rio Grande do Norte – 1877), em 3ª edição; “Paris... nos Tempos de Debussy”, de Oriano de Almeida, musicista e confrade.

Dentro da programação editorial, temos ainda 4 volumes de “O Livro das Velhas Figuras” do mestre Cascudo (vols. VII, VIII, IX e X), e “Os Holandeses na Capitania do Rio Grande”, de Olavo de Medeiros Filho; “O Índice Geral da Revista do IHG/RN (1964 a 1991)”, organizado pelo sócio ilustre Fernando Hippolyto da Costa; “Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte”, de Isabel Gondim (anotações de Paulo de Albuquerque Maranhão) e “História da Cidade do Natal”, também do Mestre Câmara Cascudo (3ª edição).

Há, sem dúvida, outras publicações a serem editadas, à proporção em que as mesmas cheguem ao nosso conhecimento.

IN MEMORIAM DE SÓCIOS FALECIDOS

Realmente, a vida nos enseja surpresas alegres e tristes.

No decorrer deste biênio, inúmeros foram os sócios que, pelos desígnios de Deus, já não se encontram em nossa convivência pacífica.

A eles, portanto, o registro da saudade, declinando os seus nomes, como uma forma de melhor homenageá-los, após uma existência profícua, no campo da cultura, em meio aos seus familiares e amigos.

Ei-los:

1. Sérgio Santiago – em 16 de setembro de 1995.
2. Mons. Severino Bezerra – em 4 de outubro de 1995.
3. Ruy Rodrigues Brasileiro Azambuja – em 7 de outubro de 1995.
4. José Tércio Fagundes Caldas – em 21 de novembro de 1995.
5. José Augusto Rodrigues – em 29 de dezembro de 1995.
6. Sílvio Augusto de Bastos Meira – em 30 de dezembro de 1995.
7. Manoel Rodrigues de Melo – em 29 de fevereiro de 1996.
8. Otto de Brito Guerra – em 16 de março de 1996.
9. Américo de Oliveira Costa – em 1 de julho de 1996.
10. Antônio Soares Filho – em 3 de agosto de 1996.
11. Veríssimo de Melo – em 18 de agosto de 1996.
12. João Bosco Campos – em 2 de outubro de 1996.
13. Luiz de Carvalho Rabelo – em 29 de novembro de 1996.
14. José Alexandre Odilon Garcia – em 2 de fevereiro de 1997.

CONCLUSÃO DE MAIS UM BIÊNIO – ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Tecidas estas despreziosas considerações, ressaltando um pouco do muito que ainda se deve realizar à frente desta entidade, celeiro de nobres e vivas tradições potiguares, cabe a esta presidência manifestar a cada um dos eminentes confrades o agradecimento pelo apoio até hoje recebido, sem o qual nada poderíamos fazer. E tem sido, na verdade, essa confiança em nós depositada que nos dá forças, coragem mesmo, para, enfrentando uma série de obstáculos, incompreensões partidas do Poder Público, seguir sempre olhando para a auspiciosa caminhada, cujo início já se vão mais de 3 decênios.

O que nos inspira, na presidência desta Casa da Cultura Histórica, ao lado dos demais integrantes da Diretoria e dos sócios em geral, é o

sentimento do idealismo, a dedicação em defesa do patrimônio intelectual do Rio Grande do Norte, divulgando-o e promovendo-o, impregna-se em nosso espírito e em nossa mente, a todo instante.

Afinal, nesta data também ocorrerá a eleição da nova diretoria que regerá os destinos do IHG/RN.

Sim, com o falecimento de alguns confrades, que participavam da mesma, mister, nesta assembléia geral, proceder a sua substituição. E assim faremos...

Quanto a nós, sobreleva, de igual modo, uma palavra de gratidão a quantos, diuturnamente, frequentam este Templo da Cultura, em busca de novos conhecimentos, manuseando e pesquisando documentos, jornais antigos, livros de alto valor histórico, geográfico e literário.

Estamos certos de que o incentivo manifestado a todos tem sido o marco principal de nossa administração.

Verdade que os órgãos de comunicação, abrangendo jornais, rádios e televisões, através de seus representantes e repórteres, têm obtido, aqui valiosos subsídios para a divulgação de matéria que interessa ao público.

No próximo dia 10, ocorrerá a sessão solene pelo transcurso do 95º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para qual todos estão convidados.

Na oportunidade, lançaremos a Revista do IHG/RN – anos 1992-1993, e o livro “Aconteceu na Capitania do Rio Grande”, de Olavo de Medeiros Filho. Tomarão posse dois novos escritores, cuja saudação será proferida, pelo grande evento, através do consócio e orador oficial Alvarado Furtado de Mendonça. No encerramento da magna solenidade haverá coquetel oferecido aos convidados.

Incentivo, desprendimento, obstinação, amor à Cultura, pela preservação da História, em todos os sentidos e ângulos, eis a marca de nosso trabalho, humilde e persistente, à frente desta instituição que tanto valoriza, enaltece, dignifica, promove o Rio Grande do Norte.

E com as vistas voltadas para o porvir, contanto sempre com o estímulo de todos que honram os quadros de sócios desta Casa da Memória, fica, como que numa prestação de contas, a certeza do cumprimento do dever.

Natal, 25 de março de 1997.

RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DO IHG/RN

- Período: abril/1997 a março/1999

Ilustrados confrades e amigos:

De acordo com as normas estatutárias, de dois a dois anos, a presidência desta vetusta entidade – o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, apresenta o relatório de suas tarefas, ressaltando as principais realizações.

Assim, em objetivas e rápidas referências, evidenciamos alguns eventos que ocorreram no período de abril de 1997 até o corrente mês de março.

ENFOQUES ESSENCIAIS – SESSÕES PROMOVIDAS

Afora as medidas rotineiras de cunho administrativo, como a organização e catalogação de livros, jornais e revistas que fazem parte do acervo bibliográfico do Instituto, consertos nos sistemas hidráulico e elétrico, houve reuniões de sentido solene, além de assembleias gerais, quando ocorreu o ingresso de vários escritores no quadro social, e, ainda mais, foram tratados inúmeros assuntos de interesse comum, pela preservação do patrimônio histórico.

Decerto, oportuno enfatizar que, se neste biênio que hoje se conclui, o número de sessões ordinárias e assembleias gerais tenha sido pequeno, realizamos um trabalho valioso, obstinado, sempre com o incentivo e o apoio dos insignes consócios.

Eis, dessa forma, o que se fez neste biênio – 1997 – 1999.

Foram realizadas 15 (quinze) sessões solenes, 1 (uma) assembleia geral, 3 (três) encontros de lançamento de livros e uma reunião com integrantes do IHGP, na Academia de Letras da Paraíba, do Centro Universitário de João Pessoa e o grupo “José Honório Rodrigues”.

Queremos, neste ensejo, por em relevo, todavia, algumas promoções que bem marcaram a trajetória deste Instituto, tais como: a solenidade de posse do escritor e jurista Anníbal Fernandes – sócio correspondente – em 30 de outubro de 1997; a sessão magna de 4 de novembro de 1997, quando se empossou, como sócio correspondente, o escritor e juiz federal na Paraíba, João Bosco Medeiros de Souza; a sessão comemorativa do 90º aniversário de nascimento do Alnte. Ernesto de Mello

Baptista sócio correspondente, tendo sido orador o sócio efetivo Israel de Oliveira. Essa sessão foi conjunta com a SOAMAR – Sociedade Amigos da Marinha e também registrou-se o 99º aniversário de nascimento do mestre Cascudo (dezembro de 1997).

Referimo-nos, ainda, à sessão solene promovida pelo 96º aniversário de fundação deste Instituto, em 22 de abril de 1998, na qual tomou posse o padre José Mário de Medeiros, e houve o lançamento do livro “Os Holandeses na Capitania do Rio Grande”, do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Em 03 de julho de 1998, aconteceu uma magna sessão, pela passagem do 70º aniversário da travessia Roma-Natal, pelos aviadores italianos Carlo Del Prete e Arturo Ferrarin, cujo orador fora o sócio efetivo e 1º vice-presidente Fernando Hippólyto da Costa.

Na noite de 30 de julho de 1998, além de ter sido empossada, na categoria de sócia efetiva, a escritora Vânia de Vasconcelos Gicco, houve o lançamento, em parceria com a UFRN, da 2ª edição de ONTEM, livro de memórias do mestre Câmara Cascudo, justamente pelo transcurso, na mesma data, do 12º aniversário de seu falecimento.

De grande importância revestiu-se a solenidade do dia 27 de agosto de 1998, comemorativa do centenário de nascimento do sócio benemérito Peregrino Júnior, quando o sócio efetivo Dorian Gray Caldas proferiu o discurso, sob o título: “Tributo a Peregrino Júnior”.

Em 29 de setembro de 1998 ocorreu o lançamento do livro “História do Rio Grande do Norte”, do benemérito Augusto Tavares de Lyra, 3ª edição (iniciativa do nosso IHG/RN), além da inauguração dos retratos de Raul Fernandes e Tonheca Dantas. Na oportunidade, proferiu palestra o escritor Edson Nery da Fonseca, abordando o tema “Gilberto e Cascudo”.

No dia 9 de outubro do referido ano, lançamos “Paris... nos tempos de Debussy”, do sócio efetivo Oriano de Almeida.

Em sessão solene de 18 de novembro também de 1998, tomou posse, na categoria de sócio correspondente, o escritor e jornalista Brasigóis Felício, saudado pelo confrade Dorian Gray Caldas. No mesmo evento, houve o lançamento de “A Presença de Câmara Cascudo em Goiás”, do escritor e consócio Getúlio Pereira de Araújo.

Oito dias após (26/11/98), tomou posse o escritor e jurista Paulo Lopo Saraiva (sócio efetivo), cuja saudação coube ao confrade Jurandyr Navarro. Com bastante assistência, promovemos o lançamento do livro “Diversos & Dispersos”, do saudoso consócio Adauto da Câmara, com palavras do seu filho, sócio correspondente Henrique Zarembo da Câmara.

Dando amplitude ao nosso trabalho, em prol da cultura histórica, foi de real valia o encontro realizado no dia 7 de dezembro do ano passado, com ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), da Academia de Letras da Paraíba e do grupo “José Honório Rodrigues”, sob nossa coordenação.

Houve discussões e debates acerca de vários temas de sentido histórico – literário.

Já no dia 16 de dezembro do ano citado (1998), ocorreram diversos lançamentos de livros, a saber: “A Presença de Frei Damião na literatura de Cordel”, do sócio efetivo Gutenberg Costa; “Lavras – Terra de Lembanças”, da confrreira Maria Eugênia Maceira Montenegro; “Breve Coletânea de Sonetos de Juvenal Antunes”, da escritora e poetisa Lúcia Helena Pereira; e “Memória de Macau”, do confrade Hélio Dantas. Ocorreram números de músicas e poesias. Foi a comemoração do centenário de nascimento de Frei Damião, quando Gutenberg Costa proferiu palestra, sob o título: “Frei Damião na boca do povo”.

A 30 de dezembro de 1998 homenageamos a memória de Luís da Câmara Cascudo, benemérito desta entidade – **primus inter pares** da cultura norte-rio-grandense, em dimensões nacionais. E esse significativo evento se deu justamente no dia próprio do centenário de nascimento do mestre, genial e humilde, com números de poesia, depoimento do sócio Paulo Macedo, sobre “O Memorial Câmara Cascudo”, no final, com expressivo discurso, ouvimos a palavra do filho do homenageado, Fernando Luís da Câmara Cascudo, que abordou o tema “Câmara Cascudo – confidências do filho”. Foi, sem dúvida, uma sessão evocativa e histórica.

Afinal, dias 23 de fevereiro do corrente ano, tivemos mais uma sessão solene, quando o sócio honorário Almino Affonso lançou um livro, por ele organizado, sob o título “Almino Affonso – Tribuno da Abolição” e, no mesmo instante, lançamos o concurso nacional “Prêmio Luís da Câmara Cascudo” – QUEM FUNDOU NATAL?. Usou da palavra, igualmente, o sócio efetivo Paulo Lopo Saraiva.

Estas, em Breves enfoques, as promoções solenes de nosso IHG/RN, no período do último biênio.

COLEÇÃO CULTURA

Evidentemente, tomamos a iniciativa, com apoio dos ilustrados confrades, de instituir uma coleção, a qual denominamos Coleção CULTURA, ainda no ano de 1997.

É que de uma ajuda financeira do Banco Real S/A, da ordem de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais), depositada em conta especial do Banco – C/C nº 6712096-3, em outubro de 1996, e de um auxílio, resultante de um convênio de cooperação financeira entre o IHG/RN e o Instituto Evaldo Lodi, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), deliberamos, com a concordância da diretoria, criar a citada Coleção CULTURA, cuja finalidade foi e continua sendo registrar as comemorações pelo centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), os quatrocentos anos da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1977) e o IV centenário de fundação da cidade do Natal, neste ano de 1999.

Nessa coleção, já foram editados 8 (oito) livros. Ei-los: “Antologia do Padre Monte” – vol. VII, de autoria do sócio efetivo Jurandyr Navarro; “Aconteceu na Capitania do Rio Grande”, de Olavo de Medeiros Filho; “Disfarçados”, de Lucas da Costa; “Paris... nos tempos de Debussy”, do sócio efetivo Oriano de Almeida; “História de Nísia Floresta”, de Adauto da Câmara; “Os Holandeses na Capitania do Rio Grande”, de Augusto Tavares de Lyra; e “Memória de Macau”, do confrade Hélio Dantas. Esta a ordem das edições – n.ºs. 1 até 8.

Na programação deste ano, constam outras edições, incluindo: “História da Cidade do Natal”, de Luís da Câmara Cascudo; “Índice Geral da Revista do IHG/RN – de 1963 até 1993”, organizado pelo sócio efetivo Fernando Hippolyto da Costa; “A Cidade e o trampolim”, do consócio João Wilson Mendes; “História de Santos Reis; A Capela e o Bairro”, do sócio efetivo José Melquíades de Macedo; “Estudos de História do Rio Grande do Norte”, do confrade Tarcísio Medeiros; “Caminhos de Natal”, da confeiteira Jeanne Fonseca Leite Nesi; “No correr do tempo”, de nossa autoria.

Já está em fase de digitação mais um número de nossa Revista – anos de 1994 a 1996.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO – COMEMORAÇÃO

Não podemos, obviamente, esquecer de figuras que tanto dignificaram esta Casa, no decorrer de suas vidas, altas e nobres. Para elas, as homenagens mais sentidas, quando transcorreram os seus centenários de nascimento.

Com efeito, durante o biênio que passou, reverenciamos, espontânea e emocionalmente, memória de quatro sócios que souberam, no testemunho de suas existências fecundas, projetar a cultura norte-rio-grandense. Aludimo-nos a Luís da Câmara Cascudo, benemérito; Aldo Fernandes Raposo de Melo, benemérito também; Adauto da Câmara, correspondente; e Peregrino Júnior, benemérito também; Adauto da Câmara, correspondente; e Peregrino Júnior, benemérito. Eles foram alvo de louvores merecidos, em sessões solenes. O mestre Cascudo, em várias capitais (Natal, Rio, João Pessoa, Brasília e na cidade de Mossoró); Aldo Fernandes Raposo de Melo (Natal e Mossoró – 13.11.1998), Adauto da Câmara (Natal e Rio) e Peregrino Júnior (Natal e Rio). Sobre o último, proferimos palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o apoio da União Brasileira de Escritores e Centro Norte-rio-grandense, em 5 de novembro de 1998-Rio. Em torno da vida e obra do mestre Cascudo, de igual modo, pronunciamos conferência no Rio, 27-10-98; em Natal (a convite da UFRN); em João Pessoa-PB, 09-11-98, e em Mossoró, 27-11-98.

MENSALIDADE

Por deliberação unânime, em assembléia geral realizada em data de 26 de junho de 1997, foi aprovada a cobrança de R\$ 10,00 (dez reais), como mensalidade para os sócios, a fim de atender aos compromissos com a manutenção, conservação e classificação dos livros e periódicos do Instituto, isto é, material para esses serviços e pagamento de uma servidora, encarregada de proceder a encadernação de livros, já em estado de má conservação. São despesas que estão sendo realizadas, visando uma melhor atuação e atendimento ao público, pondo em condições de pesquisa, e, sobretudo, para conservar o importantíssimo acervo da quase secular entidade.

Devemos esclarecer que, pela compreensão dos ilustres consócios, quer da categoria de efetivos, quer da de correspondentes, a cobrança se processa a bom termo, pagando-se, para esse mister, a um cobrador uma percentagem de 20% (vinte por cento), sobre os valores cobrados. Até agora tudo corre a contento.

Foi aberta conta corrente no Banco Real – MENSALIDADES – nº4717848-6.

SÓCIOS FALECIDOS

Com pesar, registramos o falecimento de vários confrades e amigos, cuja ausência é e será sempre lamentada por todos nós.

Assim, manifestamos o preito de saudade, declinando os seus nomes, para exemplo de dignidade e amor às letras, pois todos eles valorizaram sobremaneira esta vetusta instituição, com as suas contribuições culturais, através de livros, palestras e outras formas de engrandecimento das letras norte-rio-grandenses e nacionais. Ei-los, sob a égide da maior reverência e o respeito devido:

1. Henrique L. Alves (sócio correspondente) – falecido em 25/5/97;
2. Mário Moacyr Porto (sócio efetivo) – falecido em 26/11/97;
3. Alípio Mendes (sócio correspondente) – falecido em 06/01/98;
4. Genival de Moura Rabelo (sócio correspondente) – falecido em 21/01/98;
5. Maurílio Almeida (sócio correspondente) – falecido em 14/06/98;
6. Raul Fernandes (sócio efetivo) – falecido em 14/08/98;
7. Sylvio Piza Pedroza (sócio correspondente) – falecido em 19/08/98;

8. José Augusto da Câmara Torres (sócio correspondente) – falecido em 22.08.98;
9. Damiano Sabino da Silva (sócio correspondente) – falecido em 05/10/98;
10. Manoel Medeiros (sócio efetivo) – falecido em 03/08/98;
11. Vicente Costa Tapajós (sócio correspondente) – falecido em 17/02/98;
12. Hélio de Almeida Brum (sócio correspondente) – falecido em 21/02/99.

A todos, repetimos, o nosso voto de pesar e saudades perenes.

CENTENÁRIO DE LUÍS DA CÂMARA CASCU DO

Sem dúvida, promovemos as comemorações pelo centenário de nascimento do mestre Luís da Câmara Cascudo, benemérito, durante o ano de 1998. Diversas sessões foram realizadas, aqui, em Brasília/DF, em João Pessoa/PB, no Rio/RJ, em Mossoró/RN, dedicadas à memória do inesquecível homem de letras, honra do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Instituímos um concurso – Prêmio “Manoel Ferreira Nobre”, sobre a vida e a obra de Luís da Câmara Cascudo, obtendo êxito comprovado, não apenas neste Estado, mas em todo o país.

Vitoriosos foram o consócio Gutenberg Costa, que apresentou um trabalho – “A vida e a obra de Câmara Cascudo nos livros do Povo – Tentativa de Antologia do Cordel – Repente” (1º classificado) e a professora universitária – UFPB – Paraíba – com o escrito “Câmara Cascudo: grande mestre da Etnografia Brasileira”. Referimo-nos à escritora Maristela Oliveira de Andrade, que obteve o 2º lugar.

Também a comissão especial, julgadora dos trabalhos, por nós instituída, julgou o prêmio “Janduí/Potiguaçu”, sobre a presença indígena no Rio Grande do Norte.

A sócia efetiva Fátima Martins Lopes, com o trabalho “Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte”, foi a única classificada. Realmente, todos os participantes demonstraram conhecimento dos temas abordados. A 10 de março de 1998, realizou-se a classificação, através dos ilustres membros da comissão especial composta dos sócios Olavo de Medeiros Filho, João Wilson Mendes Melo e Atico Vilas-Boas da Mota, sob a nossa presidência.

O I COLÓQUIO DE INSTITUTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS MARCO DE TOUROS E MÁRTIRES DE CUNHAÚ E URUAÇU

Inserindo neste relatório de nossas atividades, faz-se mister aludir à realização do I Colóquio de Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, no Rio, durante o período de 28 a 30 de outubro de 1998. Dele participamos, cujos resultados foram proveitosos, vez que mantivemos contatos com quase todos os representantes de nossos congêneres, trocando idéias, discutindo problemas, encontrando soluções, visando uma maior integração entre todos. Serviu, sobretudo, para uma melhor tomada de posição junto aos órgãos de cultura do país. Na sessão de encerramento, compareceu o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cultura, Prof. Francisco Weffort. Elaborou-se uma carta de princípios, contendo reivindicações úteis, assinada por todos os presidentes dos Institutos Históricos e Geográficos.

A nossa presença valeu, porquanto, além de presidirmos a 4ª sessão plenária (dia 29/10), fizemos duas importantes comunicações, de sentido histórico, as quais obtiveram ampla e irrestrita aprovação. Diziam respeito ao marco de Touros, como o primeiro padrão implantado em terras do Brasil, pelos potiguares, em agosto de 1501, e aos mártires de Cunhaú e Uruaçu, já beatificados pelo Papa, chefe supremo da Igreja Católica.

E aqui vale um registro: Para proceder-se ao estudo do episódio histórico- religioso, nós, já em 30 de julho de 1988, constituímos uma comissão, composta por esta presidência e pelos sócios Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, Luiz Emygdio de Mello Filho, Olavo de Medeiros Filho, Marcos Maranhão e Itamar de Souza. Dali, partiu a pesquisa em torno daqueles acontecimentos ocorridos em julho e outubro de 1645, até, cumpridos os trâmites legais, a beatificação.

Vê-se, pois, que o nosso Instituto Histórico e Geográfico teve inexcitável relevância nesse episódio, que ultrapassa as nossas fronteiras.

Valério Mesquita, sócio efetivo, sendo deputado estadual, registrou um voto de congratulações, no plenário da Assembléia Legislativa, dando amplitude ao nosso pioneirismo acerca da pesquisa realizada, neste Instituto Histórico, pela comissão acima referida. E os jornais também divulgaram a nossa imprescindível colaboração.

PALAVRAS FINAIS

Após estas considerações, como uma forma de prestação de contas, acreditamos que as tarefas, à frente deste quase secular Instituto, contando sempre com o apoio e o estímulo dos confrades e amigos, foram cumpridas, durante o biênio que hoje se encerra, na convicção de que, embora realizando algo, com persistência, amor à cultura histórica, é de ressaltar-se que ainda uma longa caminhada deveremos percorrer. A publicação de livros, a organização do acervo sem par da entidade, a restauração de documentos, para cujo serviço já contamos com a ajuda do

laboratório da UFRN, graças ao prestígio do sócio efetivo Cláudio Pinto Galvão, tudo isso merecerá a atenção e os cuidados de todos nós.

E o que nos conduz à frente desta Casa da Memória, ao lado dos demais componentes da diretoria, é o sentimento de bem contribuir, com obstinação, sentido de idealismo, pela preservação do nosso patrimônio, levando ao conhecimento do público, dos estudiosos da História e dos temas em geral, porque todos nós estamos imbuídos dos melhores propósitos de valorizar a cultura potiguar e brasileira, sejam quais forem os obstáculos a transpor.

Hoje, ocorrerá a eleição da nova diretoria que dirigirá os destinos deste venerando Instituto. Uma plêiade de historiadores poderá integrar-se ao nosso quadro de sócios e contando com a colaboração deles, ainda mais teremos entusiasmo e dedicação constantes para elevar, no campo da História, o nome e a projeção deste Instituto.

Afinal de contas, nossos agradecimento a quantos nos deram o seu incentivo, a palavra de coragem até, visando o engrandecimento cultural do Rio Grande do Norte.

Aos que fazem parte da imprensa, falada e escrita, das televisões, divulgando os nossos eventos, fica, sem dúvida, a gratidão desta presidência e dos insignes integrantes da diretoria.

E sempre vislumbrando um porvir venturoso, para todos nós, que, honradamente, compomos o quadro de sócios desta Casa da Memória Norte-rio-grandense – a mais antiga instituição cultural do Estado – permitam-nos declarar, alto e bom som:

Se pouco realizamos à frente deste templo da História, mesmo assim, tudo aqui realizado, em sessões e encontros, com a edição de livros, com a promoção de concursos, mesmo faltando recursos financeiros dos poderes estadual, federal e municipal, deve-se, primeiro ao apoio de todos os confrades.

Cumprimos com o nosso dever, graças a Deus.

Aprovado, com louvor, por unanimidade, na assembléia geral de 16-03-1999.

ÍNDICE

Apresentação	
Mensagem da Exm ^a Sr ^a Governadora do Estado	
<i>Prof^a Wilma Maria de Faria</i>	
O Instituto Histórico e Geográfico do RN entre 1902 e 1907 (Parte I)	
<i>Karla Menezes</i>	11
Instituto da Memória	
<i>Jair Maciel de Figueiredo</i>	31
Discurso na Assembléia Legislativa do Estado – Centenário do IHG/RN	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	33
O Instituto Histórico e Geográfico – RN aos 100 anos	
<i>David Silva</i>	35
O Instituto Histórico e Geográfico do RN	
<i>Marcus César Cavalcanti de Morais</i>	39
Crise dos Institutos e Afirmação do IHG/RN	
<i>José Octávio de Arruda Mello</i>	41
O Instituto Histórico e Geográfico do RN	
<i>Janine Castro Lemmos, Rosângela de Morais Freire, Samantha de Mendonça e Cunha, Tatiana Mariz</i>	47
Aniversário de 100 anos do IHG/RN	
<i>Antônio Jácome</i>	57
O Prédio do Instituto Histórico e Geográfico do RN	
<i>Jeanne Fonseca Leite Nesi</i>	59
A Escrita da História da Educação do Rio Grande do Norte nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do RN	
<i>Marta Maria de Araújo e Marlene da Silva Mariz</i>	63
Preservando a Memória do RN	
<i>Rosinaldo Vieira</i>	75
Centro de Irradiação Cultural I	
<i>Joacil de Britto Pereira</i>	79
Centros de Irradiação Cultural II	
<i>Joacil de Britto Pereira</i>	83
Natal – Aventura da Aviação, Latécoère e Mermoz	
<i>Lamartine de Andrade Lima</i>	87
Israel Nunes – O Patriarca	
<i>José Dantas</i>	93
Saudação – III Encontro Regional de Institutos Históricos	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	103

Algumas Figuras Expressivas do RN	
<i>Odilon Nogueira de Matos</i>	109
A Cultura – Academias Literárias e Institutos Históricos e Geográficos – Evocação a Augusto Severo	
<i>Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro</i>	115
Centenário de um Estadista	
<i>Otto de Brito Guerra</i>	123
André de Albuquerque Maranhão, Andrezinho do Cunhaú	
<i>Olavo de Medeiros Filho</i>	131
A Nossa Casa da Memória – 100 anos	
<i>Elder Heronildes da Silva</i>	137
O Pernambucanista Mário Souto Maior	
<i>Severino Vicente</i>	141
André de Albuquerque Maranhão e a Conspiração dos Suassuna (1801)	
<i>Olavo de Medeiros Filho</i>	143
Vida e Morte de Ulisses de Góes	
<i>Aluizio Alves</i>	147
Saudação ao Sócio Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro	
<i>José Carlos Gentili</i>	149
Alto Mecenato	
<i>Paulo Augusto</i>	153
Dois Centenários: IHG/RN – KUBITSCHKE	
<i>Affonso Heliodoro dos Santos</i>	155
Antônio Bento de Araújo Lima (Por ocasião do centenário de seu nascimento)	
<i>Humberto Fonseca de Lucena</i>	157
A Invenção do Povo Brasileiro: O Papel do Sertão nas Interpretações de Capistrano de Abreu e Silvio Romero	
<i>Arno Wehling e Maria José Wehling</i>	163
A Nossa Primeira Constituição	
<i>Tarcísio Medeiros</i>	171
Réquiem Para um Santo	
<i>Francisco de Assis Medeiros</i>	175
Cláudio Gurgel do Amaral	
<i>José Guará</i>	181
Evocando a Memória de Antídio de Azevedo	
<i>Grácio Barbalho</i>	187
As Mulheres e o Direito de Voto	
<i>Clotilde de Lourdes Branco Germiniani</i>	193
O Jeca-Tatu Nestor dos Santos Lima	
<i>Marco Aurélio Chandon</i>	195
O Armazém Real da Capitania do Rio Grande	
<i>Jeanne Fonseca Leite Nesi</i>	199

Tentativas para Criação de uma Freguesia em Jardim de Piranhas	
<i>Joaquim Martiniano Neto</i>	205
Engenho dos Guarapes	
<i>Valério Mesquita</i>	209
A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	211
Augusto Severo – Primeira Vítima Brasileira da Aeronáutica	
<i>Paulo Maranhão</i>	215
Gesto Raro	
<i>Valério Mesquita</i>	225
O Gesto de Ana Timbó	
<i>João Maria Freire</i>	227
Cônego O’Grady, O “Cardeal da Cultura Brasileira”	
<i>Francisco Fernandes Marinho</i>	229
Sobre a Beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu	
<i>Paulo de Albuquerque Maranhão</i>	237
Na Cidade de Natal	
<i>Consuelo Pondé de Sena</i>	241
Oriano Agradece	
<i>Oriano de Almeida</i>	243
Conde D’Eu	
<i>Marcus Odilon</i>	245
Seridó!... Uma Civilização Diferente?	
<i>Ubiratan Queiroz de Oliveira</i>	247
Luiz Antônio, Meu Padrinho	
<i>Marcos Maranhão</i>	255
Centenário de Thadeu Villar de Lemos	
<i>Tobias Pinheiro</i>	257
João Câmara, Um Grande Brasileiro	
<i>Paulo Pereira dos Santos</i>	259
Seca de 32	
<i>José Romero Araújo Cardoso</i>	263
História da Gastronomia Brasileira e Câmara Cascudo	
<i>Anna Maria Cascudo Barreto</i>	267
A Gratidão de uma Cidadã Norte-Rio-Grandense	
<i>Maria Eugênia M. Montenegro</i>	275
Curiosidades Sobre Títulos da Imprensa Norte-Rio-Grandense	
<i>Anchieta Fernandes</i>	279
O Papel das Comemorações no Processo Recente de Aproximação entre Brasil e Portugal	
<i>Maristela Oliveira de Andrade</i>	283
A Grandeza de um Pequeno Estado	
<i>José Melquiades</i>	287

Antônio Pedro Dantas (Tonheca Dantas)	
<i>José Carlos F. da Silva</i>	291
Nísia Floresta	
<i>Maria Simonetti Gadelha Grilo</i>	295
Cobra D'água em Ninho de Serpentes	
<i>Nestor dos Santos Lima</i>	299
Cronologia Brasileira - Edição do Centenário do IHG/RN	
<i>Aluísio Azevedo</i>	303
Coluna Capitolina	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	307
Carta a um Venerável Ancião	
<i>José Hermógenes de Andrade</i>	313
Américo, 92 anos	
<i>Vitória dos Santos Costa</i>	315
A Polícia Militar do Rio Grande do Norte e os Seus Feitos Heróicos	
<i>Ivoncísio Meira de Medeiros</i>	317
Quem Fundou Natal?	
<i>Arno Wehling</i>	323
Origens do Aeroclube do Rio Grande do Norte (Parte II)	
<i>Fernando Hippólito da Costa</i>	325
Breves Anotações Sobre a Intentona Comunista de 1935 em Natal	
<i>Davis Ribeiro de Sena</i>	345
Livros de Batismo: Uma Fonte Para o Estudo da Criança Exposta na Capitania do Rio Grande do Norte, Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1753 - 1795)	
<i>Thiago do Nascimento Torres de Paula</i>	349
Dante de Laytano, Um Gaúcho de Coração Universal	
<i>José Francelino de Araújo</i>	357
Uma Página de Saudade (Olavo de Medeiros Filho)	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	365
Relatório de Atividades do IHG/RN	
<i>Período: março/1995 a março/1997</i>	367
Relatório de Atividades do IHG/RN	
<i>Período: abril/1997 a março/1999</i>	373
I Colóquio de Institutos Históricos Brasileiros (Marco de Touros e Mártires de Cunhaú e Uruaçu)	379



**DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO**

DO RIO GRANDE DO NORTE

**Rua da Conceição, 622/623 - Cidade Alta
59025-270 - Natal/RN - Fone: (0xx-84) 3232-9728**

Biênio: 2007- 2009

Presidente: Enélio Lima Petrovich

1º Vice-Presidente: Jurandyr Navarro da Costa

2º Vice-Presidente: Itamar de Souza

1º Secretário: Gutenberg Costa

2º Secretário: Luiz Gonzaga Meira Bezerra

Secretário-Adjunto: Francisco Fernandes Marinho

Orador: Dorian Gray Caldas

Vice-Orador: José Mário de Medeiros

Tesoureiro: Marcus César Cavalcanti de Moraes

Tesoureiro-Adjunto: Paulo Pereira dos Santos

Diretora da Biblioteca, Museu e Arquivo: Fátima Martins Lopes

Diretora-Adjunta: Maria Arisnete Câmara de Moraes

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Washington Araújo

Claudionor Barroso Barbalho

João Pegado de Oliveira Ramalho

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Deífilo Gurgel

Bruno Villaça

Jeanne Fonseca Leite Nesi

Aprovada em Assembléia Geral de 28-03-2007, por unanimidade.



Este livro foi impresso na Gráfica e livraria Manimbu
Rua Açú, 666-A - Tirol Natal-RN - (84) 3232-5355

COLEÇÃO CULTURA POTIGUAR - EDIÇÕES 2011

- 01 - CONVERSAS DE POETA
Adriano de Souza
- 02 - AS VERTENTES CRIATIVAS DA
GRAVURA BRASILEIRA
Dorian Gray Caldas
- 03 - NOTURNO QUASE INFINITO
Maia Pinto
- 04 - ALMA QUE VOA
Antonio Júnior
- 05 - CRONOLOGIA DOS MANDATÁRIOS
DO RIO GRANDE DO NORTE
CEPEJUL - FJA
- 06 - CAMINHOS DA LEMBRANÇA
José Lacerda Felipe
- 07 - O TEATRO BRASILEIRO
Maria do Nascimento Bezerra
- 08 - REPOUSO DO ADONIS
Paulo Dumaresq
- 09 - QUINCAS: CENTENÁRIO 1911-2011
Iaperi Araujo
- 10 - DADI E O TEATRO DE BONECOS
M^a das Graças Cavalcanti
- 11 - CATÁLOGO FÉ CÓRDULA
Fé Córdula
- 12 - DRAMACITAL
Emanuel Vibhuti
- 13 - A MEDICINA POPULAR
Iaperi Araujo
- 14 - REVISTA DO IHGRN
Enélio Petrovich
- 15 - JÓIAS DA PINACOTECA
Institucional
- 16 - EDUCAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL
34^a Reunião da AMPED - FAPERN
- 17 - HISTÓRIA DO RN EM QUADRINHOS
Aucides Sales / Luiz Elson
- 18 - AGOSTO DA ALEGRIA AGENDA
Institucional
- 19 - POR CADA UMA
Adélia Danielli
Iara Carvalho
Isabella Maia
Letícia Torres
Marina Rabelo
- 20 - CIDADE DOS REIS
Carlos Souza
- 21 - ROMANCEIRO POTIGUAR
Delfilo Gurgel
- 22 - HABITAR TEU NOME
Marize Castro
- 23 - CONVERSA E PROSA
Isaura Rosado

COLEÇÃO CHICO TRAIÁ

- AGOSTO DA ALEGRIA
Bob Mota
- O ÚLTIMO ADEUS DE CRISTINA
Vicente Vanildo de Lima
- A MORTE DE ELLEN
Zé Guileira
- A PROFECIA DO DIA 26
Rousiene Gonçalves
- POEMAS DE DOMINGO
Zé Domingo
- A PRINCESA DA PEDRA
DA BOCA
Elizabete Faustino
- MARIA DE NAZARÉ
Luiz Galdino da Silva
- DEPOIMENTO DE UM BÊBADO
Paulo Varela

REVISTA PREÁ

- 23-Poesia
24-Mar e Sertão
25-Viagens

COLEÇÃO CULTURA POTIGUAR



GOVERNO
do Rio Grande do Norte

RN



SECRETARIA
ESTADUAL DE
CULTURA



FUNDAÇÃO
JOSÉ AUGUSTO